

ANA LÚCIA JANSEN DE MELLO DE SANTANA

Tributação Versus Constitucionalidade.  
Um Estudo de Caso no Paraná. 1892-1918

Dissertação apresentada ao Curso de  
Mestrado em História do Brasil, do Setor  
de Ciências Humanas, Letras e Artes da  
Universidade Federal do Paraná, para ob-  
tenção do título de Mestre.

CURITIBA  
1988

Aqueles que, em todos os momentos,  
constituíram a síntese da motivação  
para perseverar: minha família.

## AGRADECIMENTOS

à Profª Cecília Maria Westphalen,  
Orientadora firme e amiga, cujo convívio me honrou;

à Universidade Federal do Paraná (UFPR),  
na pessoa de seus dirigentes, cujo apoio institucional possibilitou a conclusão do Curso de Mestrado e a realização da presente Dissertação;

às diversas instituições que permitiram o acesso a documentos e bibliografia. Especial agradecimento ao Departamento de Arquivo Público, órgão da Secretaria da Administração do Estado do Paraná, na pessoa de sua Diretora de Pesquisa, Srª Dayse Lúcia Ramos de Andrade;

à Bibliotecária Sara Burstein,  
que teve a paciência de decifrar e ordenar as referências bibliográficas;

aos Professores do Departamento de Economia da UFPR,  
cujo colegiado integro, pelo apoio na redução da carga horária didática, sob orientação do Chefe do Departamento, Prof. Lafaiete Santos Neves;

ao Prof. Jayme Antonio Cardoso,  
do Curso de Pós-Graduação em História, da UFPR, que elucidou dúvidas durante a elaboração dos mapas e gráficos;

ao Prof. Paulo Barbosa,  
do CEFET-PR, que emprestou sua técnica à confecção de mapas e gráficos.

## SUMÁRIO

Lista de Quadros .....	vi
Lista de Mapas .....	ix
Lista de Gráficos .....	x
Lista de Anexos .....	xi
APRESENTAÇÃO .....	xiii
 INTRODUÇÃO .....	 1
FONTES .....	5
METODOLOGIA .....	12
 Capítulo 1 - A TRANSIÇÃO REPUBLICANA - 1888/1891	
1.1 O Encilhamento: situação nacional. Situação para- naense .....	15
1.2 O federalismo fiscal na Constituição de 1891: im- plantação no Brasil e no Paraná .....	38
 Capítulo 2 - O IMPOSTO DE PATENTE COMERCIAL	
2.1 Sua caracterização como imposto de consumo .....	50
2.2 Evolução do IPC face aos distúrbios políticos, em 1893 .....	54
2.3 Primeiras reformas .....	57
2.4 A polêmica sobre a tributação do comércio inte- restadual. A discussão na Constituinte de 91. Os dispositivos constitucionais .....	62
2.5 Protecionismo nos Estados e as barreiras inter- nas. O caso do Paraná .....	67
2.6 A conjuntura de 1897-1904 no Brasil e no Paraná. Mudanças nas estruturas .....	71
2.7 O aliviar das tensões a partir de 1900 .....	83

Capítulo 3 - O DECRETO FEDERAL Nº 1.185, DE 1904, E A  
ECONOMIA NACIONAL E ESTADUAL

3.1	O dispositivo legal .....	96
3.2	A reação no Paraná .....	99
3.3	Situação da indústria nacional e do Paraná em 1907.....	103
3.4	A questão da cafeicultura .....	108
3.5	A melhoria da arrecadação .....	115
3.6	Novas mudanças no IPC: rebeldia da classe produ- tiva .....	118
3.7	As estradas de ferro e a ação fiscal .....	127

Capítulo 4 - A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

4.1	Problemas internos: a questão do Contestado. Si- tuação Nacional .....	140
4.2	Perda do IPC no Estado .....	145
4.3	Reflexos da crise mundial .....	148

Capítulo 5 - A RETOMADA A PARTIR DE 1916

5.1	Finanças estaduais .....	158
5.2	Administração versus contribuinte .....	164
5.3	O canto do cisne .....	170
5.4	O dia seguinte .....	176
	CONCLUSÕES .....	180
	Anexos .....	193
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	219

## LISTA DE QUADROS

1	PARANÁ. Composição da população, segundo a cor. Final do século XIX.....	31
2	PARANÁ. Expansão demográfica. Final do século XIX..	31
3	Demonstrativo da receita de algumas Províncias/Estados do Brasil em 1889 e 1893-94.....	41
4	BRASIL. Composição demográfica de alguns Estados. 1872 - 1890 - 1900.....	43
5	PARANÁ. Itens tributários arrecadados referentes a importação e consumo no exercício de 1891.....	45
6	PARANÁ. Participação relativa dos principais impostos arrecadados. 1893-1918.....	48
7	BRASIL. População de alguns Estados. 1890.....	52
8	PARANÁ. Impostos que superaram o orçado. 1894.....	56
9	BRASIL. Taxa de câmbio da libra esterlina. 1893-1905.....	72
10	BRASIL. Emissões de papel-moeda. 1893-1903.....	73
11	PARANÁ. Receita orçada e arrecadada de alguns impostos. 1900-01.....	87
12	PARANÁ. Arrecadação do IPC e dos demais tributos estaduais por unidade fiscal. 1902-03.....	90
13	PARANÁ. Receita orçada e arrecadada dos principais impostos. 1904-05 e 1905-06.....	101

14	PARANÁ. Arrecadação do IPC por unidade fiscal. 1905-06.....	102
15	BRASIL. Produção industrial. 1907.....	103
16	CURITIBA. Ramos de atividade industrial e sua com- posição étnica. 1909.....	107
17	Café. Produção mundial média anual. 1886-1906.....	109
18	BRASIL. Evolução da produção de café. 1886-1906....	110
19	BRASIL. Taxa de câmbio da libra esterlina. 1900-18.	114
20	PARANÁ. Receita orçada e arrecadada dos principais impostos. 1906-07.....	117
21	PARANÁ. Receita orçada e arrecadada dos principais impostos. 1907-08.....	118
22	PARANÁ. Receita orçada e arrecadada dos principais impostos. 1908-09.....	121
23	PARANÁ. Arrecadação do IPC por unidade fiscal. 1908-09.....	122
24	PARANÁ. Receita orçada e arrecadada dos principais impostos. 1909-10.....	125
25	PARANÁ. Exportação de erva-mate. 1892-1910.....	126
26	PARANÁ. Exportação de madeiras. 1901-10.....	127
27	PARANÁ. Arrecadação do IPC por unidade fiscal. 1909-10.....	132
28	PARANÁ. Receita arrecadada do IPC. 1909-10 e 1910-11.....	135
29	PARANÁ. Receita orçada e arrecadada dos diversos impostos. 1910-11.....	135
30	PARANÁ. Evolução da receita orçada e arrecadada do IPC. 1908-12.....	148

31	PARANÁ. Receita orçada e arrecadada dos principais impostos. 1912-13.....	151
32	Agência fiscal de Paranaguá. IPC e receita total arrecadada. 1900-12.....	152
33	PARANÁ. Participação relativa do IPC, no movimento de algumas agências fiscais. 1902-14.....	152
34	PARANÁ. Evolução da receita orçada e arrecadada. 1894-1918.....	163
35	PARANÁ. Receita arrecadada dos principais impostos. 1914-15 e 1915-16.....	165
36	PARANÁ. Receita arrecadada dos principais impostos. 1915-16 e 1916-17.....	168
37	PARANÁ. Receita dos principais impostos arrecadados. 1916-17 e 1917-18.....	171
38	PARANÁ. Natureza das fábricas e estabelecimentos industriais. 1918.....	172
39	PARANÁ. Localização das fábricas e estabelecimentos industriais.....	173
40	PARANÁ. Comparativo dos censos industriais. 1907 e 1918.....	175
41	PARANÁ. Renda das exportações dos principais produtos. 1913-17.....	187



## LISTA DE MAPAS

1	PARANÁ. Municípios. 1918.....	51
2	PARANÁ. Estrada de Ferro do Paraná e ramais. 1896..	61
3	Estrada de Ferro São Paulo—Rio Grande.....	89
4	Arrecadação do IPC por unidade fiscal. 1902-03.....	91
5	Arrecadação do IPC por unidade fiscal. 1908-09.....	123
6	Arrecadação do IPC por unidade fiscal. 1909-10.....	131
7	Arrecadação do IPC por unidade fiscal. 1912-13.....	155
8	PARANÁ. Localização das fábricas e estabelecimentos industriais. 1918.....	174

## LISTA DE GRÁFICOS

1	Evolução do desempenho das agências fiscais de Paranaguá e de Antonina, relativo à arrecadação do IPC .....	153
2	IPC. Quadro comparativo dos valores orçados e arrecadados. 1893-1918 .....	182
3	PARANÁ. Evolução dos principais impostos arrecadados. 1893-1918 .....	183
4	Correlação entre exportação de erva-mate e receita do IPC .....	188
5	Renda das exportações dos principais produtos do Paraná. 1913-17 .....	189
6	Correlação entre receita arrecadada do imposto de exportação de erva-mate e do IPC .....	191

## LISTA DOS ANEXOS

1	Grupo de classes de produtos taxados com IPC, conforme Decreto nº 1.991, de 14 de março de 1895 e suas alterações.....	194
2	PARANÁ. Receita orçamentária e rubricas mais importantes. 1892-1918.....	195
3	PARANÁ. Arrecadação de rendas e suas principais fontes. 1892-1918.....	196
4	Participação relativa dos principais tributos na receita arrecadada. 1893-1918.....	197
5	PARANÁ. Evolução dos principais impostos arrecadados. 1893-1918.....	198
6	Diagrama representativo da arrecadação dos impostos sobre exportação de erva-mate e patente comercial. 1893-1907 .....	199
7	Participação relativa dos impostos de exportação de erva-mate e de patente comercial na receita arrecadada. 1893-1918.....	200
8	PARANÁ. IPC: evolução comparativa de valores orçados e arrecadados. 1893-1918.....	201
9	PARANÁ. Denominação das unidades fiscais arrecadoras do IPC e sua localização atual.....	202

10	PARANÁ. Arrecadação do IPC por unidade fiscal. 1899-1918.....	203
11	PARANÁ. Classificação das unidades fiscais arrecada- doras do IPC segundo o volume de arrecadação. 1899-1918.....	205
12	PARANÁ. Freqüência das classes de unidade fiscal do IPC. 1899-1918.....	206
13	PARANÁ. Arrecadação do IPC por unidade fiscal. 1899	207
14	Idem. 1903-04.....	208
15	Idem. 1905-06.....	209
16	Idem. 1907-08.....	210
17	Idem. 1911-12.....	211
18	Idem. 1913-14.....	212
19	Idem. 1914-15.....	213
20	Idem. 1915-16.....	214
21	Idem. 1916-17.....	215
22	Idem. 1917-18.....	216
23	PARANÁ. Participação relativa do IPC no movimento de algumas agências fiscais. 1914-18.....	217
24	PARANÁ. Exportação de erva-mate. 1891-1918.....	218

## APRESENTAÇÃO

A motivação para desenvolver esta Dissertação para obtenção do grau de Mestre em História do Brasil originou-se da leitura de uma publicação da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, de 1975, na qual se nominavam alguns setores que estavam a exigir estudo especializado. Dentre aqueles setores, destacava-se o do comércio em geral.

De início, a proposição era a de realizar uma história institucional, com enfoque econômico, cujo objeto de estudo fosse a entidade que, no Paraná, congrega, desde a última década do século XIX, os empresários, comerciantes e industriais do Estado: a Associação Comercial do Paraná.

Iniciou-se, em diversas fontes, a coleta das informações preliminares. Nas anotações então feitas, no entanto, identificou-se, nas entrelinhas, uma questão que teria apaixonado os líderes do setor, a opinião pública e a administração estadual, na fase inicial de existência do citado órgão de classe: a criação de um imposto de consumo denominado Patente Comercial, recolhido originariamente pelas unidades produtivas do comércio e da indústria.

A atenção e a curiosidade se fixaram, desse ponto em diante, nesse novo tema que, diretamente, tinha tudo a ver

com sujeitos da história original – os comerciantes e os industriais.

O material que foi brotando da pesquisa, em bibliotecas e arquivos, confirmava a impressão primeira: esse fora, sem dúvida, um assunto que preocupara todos os segmentos envolvidos, polemizara o cotidiano do paranaense e gerara controvérsias, tanto no plano estadual quanto no plano nacional, com o envolvimento de personalidades tão ou mais polêmicas que o próprio tema, dentre elas, Rui Barbosa, Amaro Cavalcanti, Júlio de Castilhos.

Pela própria característica do assunto, matérias constitucionais e do direito tributário foram sendo incorporadas às informações econômicas e históricas.

Do desafio constavam desde a inexistência de metodologia e a escassez de dados, até a falta de formação histórica, o que exigiu vasta leitura complementar.

O problema estava posto e levou-se adiante o processo de elaboração da Dissertação, com o fim de conhecer o Paraná do período 1892-1918, época da vigência do tributo, sob a ótica de uma personagem dinâmica, o imposto de Patente Comercial, monitorada pelos entes imbuídos de poder para influenciar sua trajetória: a administração pública, através dos políticos e burocratas, e o setor privado, pelos comerciantes e industriais.

E essa trajetória, por sua vez, produzia reflexos sobre o cotidiano de toda a sociedade, da qual aqueles entes faziam parte, em última instância, dos consumidores.

Essa interação fica perceptível no presente trabalho, que trata, de forma mais empírica que filosófica e apoiada na contribuição teórica necessária para a compreensão das conjunturas, de desnudar a equivocada ação pública paternalista, responsável pelos seguidos erros cometidos na política fiscal-tributária do período.

Trata-se de reviver o Paraná, através de uma rubrica do orçamento público estadual. Por extensão, rever a História do Brasil, no mesmo período.

Resultante desse processo é a abertura de um campo de pesquisa não explorado regionalmente, a história tributária e a tentativa de criação de uma metodologia de pesquisa nesse campo, condicionadas ambas pelas limitações pessoais e materiais.

O presente trabalho poderá ser o embrião de um elenco de futuros estudos que resgatem a memória dos impostos do Estado, com características e personagens próprias.

Ainda pode ser considerado como contribuição ao momento político atual, na medida em que, como há cerca de um século, a **Constituinte da transição** se prepara para o debate da questão das repartições de rendas entre as esferas de governo, dentro da chamada reforma tributária.

O liberalismo econômico, concepção dominante nas sociedades capitalistas da conjuntura estudada, e incorporada na Constituição brasileira de 1891, ao criar excesso de autonomia nas unidades da Federação, quase levou à falência o próprio projeto de unificação nacional, ensejando ideais separatistas.

Se, no passado, por inexperiência, faltaram condições para o bom êxito das mudanças pretendidas, no âmbito fiscal-tributário, a Constituinte de 1987-88, dadas a modernização da sociedade e a democratização do conhecimento científico, poderá legar, para as gerações futuras, uma estrutura de poderes e de atribuições não conflitantes com as características de um sistema político federativo, conforme os anseios dessa mesma sociedade, manifestados nas grandes linhas da nova Constituição brasileira em vias de ser promulgada.



## INTRODUÇÃO

Os anos do final do Império inauguraram um período inflacionário e de especulação financeira que influenciou, decisivamente, a história econômica do Brasil.

Teve como palco a capital do Império, centro político-administrativo e financeiro, e como personagens principais os barões do café e os ocupantes do Ministério da Fazenda, que defendiam os interesses do setor agrário-exportador. Os efeitos dessa conjuntura se fizeram sentir em todo o País: alta generalizada de preços, aplicações maciças em ativos financeiros, política econômica instável, desorganização fiscal e social, perda de crédito no mercado externo.

Como fato coadjuvante, a guerra com o Paraguai (1864-69) se, de um lado, gerara estímulos à indústria naval e a outros setores produtivos nacionais, como acontece em períodos de crise externa, mormente em economias dependentes e periféricas, por outro lado, requerera alto grau de apropriação da poupança nacional, pelo setor público, para custear os gastos com o aparato militar, a manutenção de tropas na frente de batalha, etc.

O centralismo imperial era motivo de constantes críticas das oligarquias que dominavam politicamente as provín-

cias. A concentração fiscal na administração imperial impedia que as províncias gerassem recursos públicos para equacionarem seus orçamentos deficitários; vale dizer, as províncias enfrentavam dificuldades de toda sorte para gerar os serviços requeridos pela sociedade. Tal conjugação de fatores apressou a mudança estrutural da forma de organização política, qual seja, a passagem de Império para República, vista por alguns como "salvação nacional".

O Império já não satisfazia os interesses daqueles que até então lhe haviam dado sustentação: os representantes do setor agrário-exportador. Estes, sob os efeitos da Abolição (1888), encontravam-se às voltas com os problemas de mão-de-obra, bem como se ressentiam da queda de produtividade de suas lavouras e da falta de crédito.

Dentre as bases de sustentação do recém-inaugurado regime, colimado por uma Constituição autoritária e estatizante, estava a reforma fiscal-tributária, cuja polêmica discussão – a do federalismo fiscal – resultou em ampliação de recursos orçamentários em favor das unidades da Federação.

Aplicada com fins de ampliar a capacidade de gastos de custeio dos governos federal e estadual, cujas despesas haviam crescido assustadoramente no período recente, a política econômico-fiscal foi acionada e a tributação, elevada.

Os recém-criados Estados, sucedâneos das províncias, aos quais a nova Lei facultava criar mecanismos geradores de receita orçamentária, trataram de organizar seu aparelho arrecadador, dotando-o de impostos algumas vezes conflitantes

com o novo sistema federativo de repartição de rendas e com as normas constitucionais.

O imposto de Patente Comercial, a partir de 1892, item da receita tributária do Paraná, que vigiu por cerca de 26 anos e motivou grande polêmica a nível local e nacional, é um caso.

Foi um instrumento de política desenvolvimentista, agente ora de uma menos injusta apropriação das rendas do consumidor paranaense, ora de um confuso esforço de classificação de produtos que gerassem rendas públicas. As constantes alterações nessa classificação caracterizavam a existência de conflitos na implementação da política fiscal. Por outro lado, o mecanismo do IPC influenciava na decisão de investir, portanto na alocação dos fatores de produção, no Estado. O imposto de Patente Comercial, portanto, desempenhou papel coadjuvante no desenvolvimento de cidades, na medida em que acompanhou a expansão da ocupação territorial trazida pela melhoria dos transportes ferroviários e fluviais. Pode-se afirmar, destarte, que atuou também como agente da política interiorizadora do governo paranaense.

O imposto de Patente Comercial teria sido o ancestral do imposto de circulação de mercadorias (ICM) que, antes de ter a forma hoje conhecida, também já foi denominado de imposto de comércio e imposto de vendas e consignações (IVC).

O que se pretende demonstrar na Dissertação é:

1. como o imposto de consumo serviu ao projeto de desenvolvimento do Estado;

2. por que, não obstante sua eficácia, o IPC foi substituído no orçamento estadual;
3. a constitucionalidade ou não do IPC;
4. em que medida o desenvolvimento dos transportes e o imposto de consumo se correlacionaram naquela conjuntura;
5. a relação entre as exportações de erva-mate e o imposto de consumo;
6. a importância do acerto das decisões políticas relativas ao sistema tributário nacional.

## FONTES

Uma vez estabelecidas as balisas temporais do estudo, 1892-1918, período de vigência do imposto de patente comercial, no Paraná, foram definidos, *a priori*, os instrumentos essenciais na busca de elementos de pesquisa, as suas fontes primárias: documentos oficiais dos governos estadual e federal, literatura jurídica da época e contemporânea, leis, regulamentos e decretos federais e estaduais.

Os documentos oficiais do governo estadual pesquisados constituem-se de Exposições e Relatórios de Presidentes da Província, Mensagens de Governadores/Presidentes do Estado ao Congresso Legislativo, Relatórios dos Inspectores Gerais da Renda estadual, de Fiscais da Fazenda e de Secretários de Estado da pasta da Fazenda/Finanças e Diários Oficiais do Estado e da União.

Essas fontes, ricas em informações sobre a economia estadual, permitiram que se ultrapassasse a leitura do discurso oficial e se adentrasse no seu próprio espírito, para perceber a filosofia política predominante e os conflitos que ocorriam na concepção e implementação de dada medida fiscal-tributária, de modo especial. Os avanços e os retrocessos da política fiscal pertinente ao imposto estadual de consumo resultaram desses conflitos e puderam ser percebidos

a partir da análise crítica dos referidos documentos.

Foi possível, pela consulta aos documentos oficiais, estabelecer algumas séries quantitativas que, operacionalizadas, subsidiaram a análise da questão tributária de forma preponderante.

Os relatórios oriundos dos órgãos de apoio do executivo estadual contribuíram para "costurar" a narrativa. Nelas se verificou o cotidiano do fisco. De seus documentos pode-se avaliar a extensão das dificuldades inerentes ao desempenho orçamentário do Estado, particularmente limitado por questões burocrático-administrativas, inclusive o despreparo e a escassez de pessoal para implementar a política elaborada nos gabinetes do poder executivo.

Vale dizer, o vício da burocracia em gerar atos — leis, decretos, regulamentos — sem a adequação dos instrumentos que permitissem sua execução, abortavam a viabilidade de muitas decisões. A possibilidade de seu êxito, evidentemente, estava condicionada, ainda, à aceitação por parte daqueles que seriam atingidos por tais decisões e que, em virtude do grau de poder que possuísssem na conjugação de forças dominantes, determinavam, em última instância, a sua exequibilidade.

Documentos oficiais do governo federal foram pesquisados. Destacam-se, nesse grupo, os pareceres e os acórdãos do Supremo Tribunal Federal, criando doutrina e jurisprudência nas questões relativas ao imposto interestadual e determinando a constitucionalidade ou não de impostos estaduais. Essas decisões, antecedidas por debates e controvérsias,

muitas vezes não podiam prescindir do concurso de outros juristas, estudiosos da matéria que, a pedido dos ministros da casa, subsidiavam, com ensaios, as decisões em questões doutrinárias pertinentes ao novo sistema político republicano e seu conseqüente federalismo fiscal.

Conceitos esses implantados na Constituição brasileira de 1891, segundo a inspiração da Constituição liberalista norte-americana. Abrasileiraram-se os conceitos e a jurisprudência da federação americana, assim como sucedera com a concepção constitucional do Estado brasileiro. Mais uma vez se percebe o vício da burocracia nacional: destarte, no sentido de adotar princípios próprios de nações mais desenvolvidas, sem o cuidado da sua adequação às características inerentes à cultura, à herança política e à morfologia da economia nacional. Essa, caracterizada por desigualdades regionais, fundadas na diversificada distribuição da riqueza natural e da composição étnica, condicionantes do progresso de algumas regiões, o que resultara em desequilíbrio financeiro da maior parte delas. Identifica-se esta como a questão essencial que, se tratada de forma correta, teria permitido viabilizar, com tranqüilidade, o projeto de unificação nacional.

As Coleções de Leis da República e de Decisões do governo consultadas, permitiram, juntamente com a utilização de dados censitários, quantificar a realidade brasileira, demográfica e econômica, e estabelecer paralelos entre a economia local e a nacional.

Coletaram-se as leis e os regulamentos que fundamentaram ou condicionaram a vida econômica das unidades da Federação, como, por exemplo, o decreto que estabeleceu as tarifas ferroviárias e a pauta classificatória dos produtos, base de cálculo das alíquotas do tributo de consumo estadual, nele baseadas, e o Decreto nº 1.185, que consolidou a doutrina limitativa da tributação do comércio interestadual.

Conseqüentemente, a literatura jurídica da época, nacional e estrangeira, configura-se como uma das fontes primárias da pesquisa, utilizadas que foram pelos legisladores, juristas e críticos para fundamentarem seus respectivos argumentos na citada questão de imposições ao comércio entre Estados.

O referencial bibliográfico permitiu generalizar determinadas questões, criticar o estado do conhecimento sobre os temas que interessavam na elucidação e construção dos fundamentos teóricos da pesquisa: o imposto, a jurisprudência, o constitucionalismo, o federalismo fiscal, entre outros.

Outra fonte primária, exaustivamente manejada, foi a coleção de leis, decretos e regulamentos estaduais.

Infelizmente, muitos desses documentos, em especial os oriundos do poder executivo, não se encontram acompanhados de exposição de motivos, o que, de certa forma, não permitiu que se esgotasse a sua análise crítica. Tentou-se suprir essa falha com os relatórios anuais oriundos da fonte original. Porém nem sempre esse recurso se mostrou satisfatório. Tentou-se, ainda, buscar a origem do ato legislativo



nos Anais do Congresso Estadual que registravam os debates sobre a implantação de tais atos governamentais: novamente se deparou com a inexistência de documentos e falhas de registro, o que parece demonstrar, de forma inequívoca, o descaso com a memória documental por parte daqueles responsáveis por sua guarda e manutenção, em alguns casos, e até mesmo a deliberada destruição de fontes que pudessem ser julgadas **a posteriori**, em outros casos.

De toda forma, esses documentos oficiais que regiam a vida econômica do Estado configuram instrumentos essenciais na análise da política fiscal-tributária que influía, de forma decisiva, nas deliberações de toda a sociedade sobre a própria questão de seu abastecimento, de sua possibilidade de gerar poupança e investimentos, do direcionamento das aplicações de recursos, cuja indução ou não estava condicionada pelas medidas de isenção e incentivos de toda ordem, aplicados pelo governo estadual, seguindo a orientação desenvolvimentista e protecionista vigente.

Os referidos instrumentos de trabalho foram pesquisados nos seguintes acervos:

- . Departamento Estadual de Arquivo Público. As falhas documentais deste órgão foram supridas, quando possível, nos seguintes locais:
- . Setor de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná.
- . Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em especial a jurisprudência do S.T.F. ou do Juízo Federal no Paraná.

- . Biblioteca e Arquivo da Assembléia Legislativa do Paraná, onde há falhas documentais e pessoais na guarda do acervo. Algumas Atas do Congresso Legislativo não se encontram ali arquivadas, existindo períodos relativamente longos de tempo sem memória dos trabalhos legislativos.
- . Biblioteca particular do Professor Joaquim Miró Júnior, que, gentilmente, permitiu o acesso a pareceres do Procurador Fiscal ou da Fazenda, Doutor Joaquim Miró, que a administração pública não preservou.
- . Biblioteca do Supremo Tribunal Federal, que, embora equipada com programas de computador, é inepta para localizar uma série de decisões que constituem as doutrinas de seus Ministros. O acesso a esse acervo foi possível através do PRODAZEM, programa nacional que opera um sistema de informações de dados do Congresso Nacional e demais órgãos deliberativos e normativos. A Assembléia Legislativa estadual está integrada ao sistema computadorizado.
- . Seção de História do Museu Paranaense.
- . Seção de Livros Raros da Biblioteca Pública do Paraná e bibliotecas particulares sob a guarda da citada instituição.
- . Biblioteca do Instituto dos Advogados do Paraná, ainda modesta e em fase de catalogação, mas que possui algumas obras jurídicas do e sobre o período estudado, de valor incontestável.
- . Bibliotecas do Setor de Ciências Jurídicas, do Setor de Ciências Humanas, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas e do Departamento de História, todas da Universidade Federal do Paraná.

. Biblioteca Nacional, cujo acervo foi consultado à distância, através do Sistema Integrado do qual faz parte a Biblioteca Central da Universidade Federal do Paraná.

As fontes secundárias da pesquisa foram a bibliografia econômica, jurídica e histórica, consultadas nos acervos já mencionados.

A leitura de jornais da época, microfilmados e disponíveis tanto na Biblioteca Pública do Paraná como no Departamento de Arquivo Público Estadual, como, por exemplo, **A República**, **Jornal do Comércio** e **Dezenove de Dezembro**, possibilitou acompanhar de perto os movimentos de insatisfação das classes empresariais e do setor privado paranaense, de modo geral, diante das decisões governamentais relativas ao imposto de patente comercial. No **Jornal do Comércio**, especialmente, foi possível verificar o embate sobre a tributação interestadual desenvolvido nos artigos assinados por Rui Barbosa e Amaro Cavalcanti.

Foi consultado também o Arquivo da Associação Comercial do Paraná, que dispõe de Livros de Atas desde sua reorganização, em 1909, e Livros de Correspondência, com documentos a partir de 1894, além de biblioteca, que contém, entre outros volumes, a legislação brasileira dos séculos XIX e XX.

## METODOLOGIA

A pesquisa fundamentou-se no método histórico.

Reunido o instrumental descrito nas fontes, procedeu-se à sua catalogação em fichas, com índices cronológico e onomástico. O primeiro para as leis, decretos e regulamentos relativos ao comércio e à indústria emitidos dentro do limite temporal da pesquisa, bem como para os relatórios e mensagens já classificados no item anterior e para as decisões do S.T.F. O segundo, para a compilação da bibliografia revista (histórica, econômica e jurídica).

As fichas consistem da identificação do material consultado, segundo a autoria, procedência e datação. São completadas com anotações sobre o conteúdo sumariado ou fotocopiado (necessário em alguns casos, como, por exemplo, nas muitas fichas de atos legislativos) e a crítica externa e interna dos dados, sua combinação e interpretação, possibilitando a edificação teórica do objeto da Dissertação. A leitura crítica, em especial dos documentos oficiais, completada com informações históricas e literárias da época, permitiu identificar a real intenção neles contida. Alguns deles são documentos originais, mas a maior parte se constitui de apógrafos e impressos.

Das leis orçamentárias e dos relatórios do chefe do poder executivo ou de seus auxiliares (Secretários de Estado, Procuradores, Inspetores de Renda) extraíram-se elementos quantitativos que permitiram a obtenção de séries, trabalhadas de modo a tornar possível a elaboração de quadros, tabelas, diagramas e mapas. Estes, tratados com os recursos estatísticos disponíveis e com os procedimentos da História serial, forneceram subsídios à análise do comportamento da economia paranaense e do desempenho do aparelho arrecadador do setor público, que condicionaram e explicam as evoluções e involuções da receita estadual. Também foi possível, a partir dos dados quantitativos ordenados, identificar o direcionamento da política fiscal dos governos do Paraná até 1918 e os seus reflexos sobre a descentralização do desenvolvimento econômico, possível com a conjunção de outros fatores, como, por exemplo, a expansão da malha ferroviária.

A confrontação dos índices de participação relativa dos impostos na receita pública com as manifestações sociais, políticas e econômicas do período permitiu que se avançasse mais nas análises desses acontecimentos e se pudesse elaborar novas formas de compreendê-los. Como, por exemplo, nos gráficos extraídos das tabelas que comparam as curvas do imposto de exportação de erva-mate e do imposto de patente comercial, completados com índices de correlação.

Para a montagem do texto da Dissertação, optou-se pelo enfoque cronológico, de forma a acompanhar a historicidade do tributo, objeto do trabalho.

Considerou-se este método, que, do ponto de vista epistemológico, melhor se aplica ao objetivo proposto, qual seja, perseguir a dialética dos fenômenos fiscais no Paraná, com especial atenção para aquele tributo que efetivamente influenciou a própria evolução da sociedade enquanto consumidora e produtora, causando o desenvolvimento das idéias sobre o papel do Estado na economia e a distribuição tributária entre os diferentes níveis de governo, questões essas ainda não resolvidas, para as quais as sociedades modernas, em especial a brasileira, na atualidade, prosseguem em busca da verdade histórica.

## CAPÍTULO 1

### A TRANSIÇÃO REPUBLICANA - 1888/1891

#### 1.1 O ENCILHAMENTO: SITUAÇÃO NACIONAL SITUAÇÃO PARANAENSE

Na zona cafeeira fluminense, por volta de 1870, estavam esgotadas as possibilidades de expansão da lavoura e de sua produtividade, evidenciando o declínio do cafezal no Rio de Janeiro, até então o primeiro produtor da rubiácea no País. O capital comercial do Rio de Janeiro procurava diversificar suas inversões e demandava os títulos oficiais, aumentando a receita do governo, embora monitorando o crescimento da dívida pública interna (via emissões oficiais de papel-moeda e apôlices da dívida pública interna).

O Rio de Janeiro desempenhou o papel de mercado de colocação desses títulos, enquanto São Paulo fora, durante a Guerra do Paraguai, o mercado onde se aplicou significativamente parte dos recursos oficiais.<sup>1</sup>

As próprias instituições bancárias passaram a comprar esses papéis, que compunham cada vez mais os seus ativos. Desse fato resultou a diminuição acentuada do papel-moeda, no Rio de Janeiro, e a falta de liquidez.

Neste processo, cresceu o número de bancos estrangeiros, ingleses principalmente, enquanto o segmento nacional do setor bancário perdia importância, à exceção do Banco do Brasil. Aqueles foram os intermediários financeiros nessa conjuntura de expansão das atividades comerciais e de pré-industrialização.

Os empreendimentos industriais dessa fase foram de grande porte, principalmente por duas razões: primeira, os equipamentos, a tecnologia e a matéria-prima eram importados e seu tamanho de planta mínima, determinada no país de origem, era geralmente adequado à produção em larga escala; segunda, a vigência da Lei dos Entraves, que obrigava o empresário a comprovar que o novo negócio seria autofinanciável, exigindo, destarte, que os empreendimentos industriais se constituíssem com grande aporte de capital.

O capital comercial, principalmente o estrangeiro, investiu também nos transportes, possibilitando a interiorização e a permanência de parcela da população nos núcleos rurais, expandindo a fronteira agrícola e/ou a consolidando, visando, de um lado, aproveitar os benefícios concedidos pelo governo imperial a este tipo de empresa, e, de outro, servir ao complexo cafeeiro pela melhoria do escoamento da produção aos centros consumidores, fossem internos ou, e de maneira prioritária, dirigidos ao setor externo.

Aos bancos ingleses fora concedido o monopólio na emissão de títulos cambiais, abrindo-lhes o exercício exclusivo da fixação da taxa de câmbio, que é a medida proporcio-



nal do valor da inflação interna vis-a-vis à inflação doméstica dos demais parceiros comerciais.

Assim, sob o argumento de que, a câmbios baixos, as libras aplicadas no mercado brasileiro tinham de ser pagas com mil réis mais a diferença de câmbio, os representantes dos banqueiros ingleses forçavam taxas sempre baixas, resultando na remessa de numeroso volume de capitais para o exterior. Por isso o Brasil pagava caro as importações que realizava e vendia barato as suas exportações. Atentos ao volume da oferta de produtos exportáveis brasileiros, os banqueiros ingleses manipulavam a taxa de câmbio para baixo, sempre que o volume da produção para exportação fosse representativo, o que significaria ganhos para o sistema bancário fundado nesses termos.

O custo destes favores representava para a Nação o encarecimento dos serviços da dívida externa, qual seja, o pagamento de juros do endividamento. Para fazer face ao aumento das despesas do Balanço de Pagamentos, o governo reforçava a política tributária, ampliando o recolhimento de impostos e taxas e aumentando, ainda mais, a sua dívida externa mediante a contratação de empréstimos estrangeiros, em especial com os Rothschilds, sob condições nada lisongeiras para o Brasil e altamente favoráveis para os credores externos.

No plano social, as idéias antiescravistas tomavam corpo, ao longo da última metade do século XIX, culminando na Lei Áurea (maio de 1888) e resultando na ampliação da demanda interna por bens de consumo, pela incorporação do seg-

mento econômico de libertos com restrito poder aquisitivo no mercado comprador.

Para os cafeicultores do Norte fluminense, que haviam constituído suas empresas agrícolas no modo de produção escravista, configurava-se o fim da outrora pujante zona cafeeira. Os custos de produção elevaram-se com a abolição da escravatura, em contraposição à queda que se verificava na produtividade dos cafezais, dado o descuido no cultivo e renovação da terra.

Sob pressão dos interesses oligárquicos, na tentativa de salvar ao menos parte da renda dos cafeicultores, que reclamavam a falta de liquidez de numerário para saldar os novos compromissos salariais da lavoura – problema já sentido pelos industriais cariocas –, o governo imperial celebrou contratos com alguns bancos, em junho de 1889. Por este meio, o Tesouro se comprometia a adiantar aos bancos até 84.500:000\$000 sem juros, por prazos que variavam de 7 a 22 anos. Este grande volume de recursos subsidiados – acrescido de outro tanto de recursos próprios – seria repassado pelos bancos à lavoura, por meio de empréstimos, vencendo juros de 6% a.a., pelo período de 1 a 15 anos.<sup>1</sup>

Naturalmente, sob tamanho privilégio, os títulos desses bancos passaram a ser muito cotados, até com ágio. Tais recursos, no entanto, face à citada decadência da agricultura do Rio de Janeiro, foram de fato aproveitados por empresas comerciais e industriais da Capital.

Simultaneamente, alguns bancos receberam o direito de emissão de bilhetes conversíveis em moeda corrente, ou com

lastro metálico, garantidos por apólices da dívida pública interna.

Há autores que afirmam que o aumento considerável no nível dos meios de pagamento, proporcionado pela política de emissões bancárias, influenciou o custo do crédito — expresso pela taxa de juros — tornando-o mais barato e estimulando as aplicações em ativos reais, produtivos. O comportamento do Produto Interno Bruto (PIB) — taxas negativas ou levemente positivas — combinado com a potência energética instalada, denota uma mudança na fisionomia da economia no sentido de um processo de industrialização.<sup>2</sup>

A boa conjuntura do mercado externo do café, que garantia a taxa de câmbio favorável; o grande afluxo de empréstimos externos, inclusive a venda de empresas a capitais estrangeiros; e o surgimento de numerosas empresas comerciais e industriais, algumas fictícias, marcam o período inicial — que ficou conhecido como Encilhamento — de especulação desenfreada no mercado acionário (jogo da Bolsa e alta de preços) —, cujos efeitos inflacionários e de crescimento da dívida externa irão se estender, com mais intensidade, até aproximadamente o ano de 1904.

Muitas das empresas, constituídas sob a Lei das Sociedades Anônimas, do final da década de 1880, perduraram apenas nessa conjuntura, uma vez que, cessada a fase especulativa e corrigidas algumas distorções atuantes naquele sistema econômico pelo governo austero de Campos Sales, faltaram-lhes, administrativa e financeiramente, condições de permanência.

Outras, todavia, souberam tirar proveito da situação e se estruturaram solidamente ao longo dos anos favoráveis de oscilação cambial e alta de preços. Os mecanismos que utilizavam eram os de importação de equipamentos e tecnologia; aumento e subscrição do capital social; fusões e/ou incorporações de outras empresas e crescimento horizontal da capacidade produtiva (diversificação de produção). Desta forma, puderam manter-se e, algumas, ainda hoje são empresas vivas e dinâmicas em seus respectivos setores (por exemplo, o setor têxtil).

A par dos fatores mencionados, há que ressaltar, como coadjuvante neste processo, o papel da política fiscal. Orientada para produzir aumento das receitas do governo imperial e provincial, premidas pelo custo das dívidas interna e externa, os efeitos da política fiscal adotada no período de intensa instabilidade do valor do mil réis, secundária e incontestavelmente, permitiram a importação de bens de capital, insumos e matéria-prima, razão pela qual foi possível a constituição daquelas empresas e o surgimento de uma fase de pré-industrialização na história econômica do Brasil.

A partir desta perspectiva se pode compreender como algumas províncias do Império passaram a figurar no cenário econômico, acelerando a contraposição que a partir deste momento marcará, por um longo período, a disputa do poder central: os interesses agrário-exportadores e os interesses industrialistas.

Certamente, a origem dos recursos orientados para a industrialização foi geograficamente diversa; todavia, sempre esteve presente, como fonte impulsionadora, a política fiscal que estimulava a importação de bens de capital e matéria-prima para a indústria nascente, através de isenções tributárias, concessões de privilégios etc. Estas medidas, em algumas circunstâncias, eram vistas como protecionismo à indústria nacional e atuaram também como instrumento de política de crescimento econômico voltado para o atendimento do mercado interno, ainda abastecido, nas suas necessidades mediatas e imediatas, pelo setor externo da economia. O setor de subsistência havia regredido consideravelmente no período de grande expansão da cafeicultura (1850-1889), pela alocação da força de trabalho na atividade agrário-exportadora mais dinâmica do período, tendo sido ampliada, em consequência, a importação de gêneros alimentícios e de outros produtos agrícolas, que se manteve em níveis elevados até a Primeira Guerra Mundial.<sup>3</sup> Sempre o pano de fundo para a adoção desses mecanismos era a melhoria de arrecadação da receita tributária, realizada através dos impostos de importação e de consumo.

O centralismo administrativo do Império tornava difícil o progresso das províncias. Neste clima econômico-político efervescente se deu a transição do Império para a República.

A nova composição de forças, em 1889, ao substituir o segmento agrário-exportador escravista pelo setor agrário-exportador baseado na mão-de-obra livre e pelos grupos

emergentes do setor urbano – militares, camadas médias do complexo importador-exportador e industriais – permitiu uma transformação radical na política de crédito, alfandegária e de importação.<sup>4</sup>

A queda da monarquia não se deu em época de crise econômica. Pelo contrário, em 1886 iniciara-se nova e intensa fase de expansão do café, cujo preço internacional no ano da Proclamação da República estava em ascensão; tinha sido encontrada solução para o problema da mão-de-obra – auxílio à imigração européia –, e o plantio em São Paulo avançava aceleradamente.<sup>5</sup>

Cresciam as exportações brasileiras, apoiadas não só no café, mas também na borracha e, em menor grau, no cacau.

O estímulo à exportação se fazia primordial, pela necessidade de gerar vultosos superávits na balança comercial, que serviriam para honrar os compromissos do pagamento de juros e amortização dos empréstimos externos, contratados exatamente para cobrir o deficit governamental gerado pela estrutura tributária inadequada. Para obter tais saldos, houve acentuada desvalorização do mil-réis: entre 1890 e 1899 a cotação média anual caiu de 22,6 d para apenas 7,4 d.<sup>6</sup> A consequência deste fato é que o Estado perdia em arrecadação, pela diminuição de consumo e pela queda de importação, vendo-se na contingência de despender cada vez maiores quantias de moeda nacional para adquirir as divisas necessárias ao serviço da dívida externa.

O aumento de papel-moeda de 3,5 vezes entre 1889 e 1894, a desvalorização da moeda e a tarifa-ouro – todas me-

didadas que visavam a cobertura do deficit público dificultavam a importação de manufaturas competitivas com a indústria nacional, irritando o segmento importador e os consumidores urbanos especialmente, mas não impediam a introdução de equipamentos requeridos pela renovação tecnológica, sobretudo para a expansão da produção de energia elétrica.

O processo inflacionário acelerou-se nesse período: de uma taxa negativa de (-) 16,1% a.a., em 1887, passou a 84,9% a.a., em 1891, quando fervilhava o Encilhamento.<sup>7</sup> Em 1889 atingira 1,1%, deu um salto para 27,8% em 1890, apresentou aquele alto índice em 1891, em seguida declinou para 28,1% em 1892 e reduziu-se ainda mais nos anos subseqüentes.<sup>8</sup>

Oliver Ónody<sup>9</sup> estabelece uma nítida correlação entre emissões e os sintomas inflacionários. Para o citado autor, no mundo em geral, o período 1897-1910 foi considerado inflacionário. E no Brasil, a inflação que remonta ao início do século XIX, em 1890 atinge seu ápice com o Encilhamento (neste ano, 316 bancos foram lançados só na praça do Rio de Janeiro) – episódio que alcançou seu apogeu em março de 1891. Essa crise inflacionária mundial se dá com vistas a fatores como a posição internacional do ouro, a crise agrária e o excesso de investimentos em alguns setores, a partir de 1877.

Segundo o mesmo autor, o tipo de economia brasileira, com desenvolvimento desigual e mudanças em seu principal produto, era desfavorável a uma moeda estável.

Fatos endógenos que se verificaram no período considerado também são apontados para explicar o fenômeno da alta contínua e generalizada dos preços: o caos na emissão, a agravação das especulações e do jogo da Bolsa e a constante mudança de pessoas na pasta das Finanças.

Destarte, verificou-se uma concordância entre o custo de vida e o meio circulante no período 1887-1897, a longo prazo.

Para Carlos Ingles de Souza<sup>10</sup>, o nefasto recurso da emissão do papel-moeda era o meio sempre empregado, quando se clamava pelo aumento do meio-circulante e as indústrias tinham vida artificial.

Já Pierre Denis<sup>11</sup> afirma que, com efeito, é o excesso das emissões que determina a baixa do câmbio no Brasil.

De qualquer forma, a ingerência do governo em assuntos econômico-financeiros se, de um lado, favorecia a tomada de decisões em investir, de outro, encarecia o nível de vida da população e, de toda forma, gerava inflação.

Neste conjunto de premissas, pode-se afirmar, com Ónody, que o imposto de importação pode ser considerado como inflacionário, porque aumenta a exportação e repercute desfavoravelmente sobre a formação interna de preços. Ele pode, todavia, ser considerado como deflacionário, já que aumenta a receita governamental.

A política de inflação, no Encilhamento, abriu perspectivas à industrialização.

O governo provisório da República, entre outras medidas de impacto, esboçou um projeto de Constituição e convocou a Assembléia Constituinte.<sup>12</sup>



O Presidente Deodoro da Fonseca nomeou o industrialista Rui Barbosa para o Ministério da Fazenda.

Em janeiro de 1890, Rui promoveu reforma bancária, que previa a organização de bancos de emissão regionais sob garantia de apólices inalienáveis, criadas para servirem de agente de resgate da dívida pública, desonerando o orçamento público, qual seja, o pagamento de juros das mesmas apólices. Na realidade, os bancos eram apenas os intermediários de recursos, cabendo todos os ônus ao governo. E, ainda, percebiam regalias como: direito gratuito a terras devolutas; preferência na construção de estradas de ferro; localização de colonos; exploração de minas; fundação de estabelecimentos comerciais etc. Rui ampliou, também, a emissão inconvertível dos bancos de circulação metálica (Banco Nacional do Brasil e Banco do Brasil). Tal decreto foi inviável, pois havia preferência pelo lastro metálico, em função do câmbio elevado. As marchas e contramarchas deste processo resultaram na monoemissão pelo Banco da República dos Estados Unidos do Brasil, que resultara da fusão dos dois outros citados. Apesar do aumento de dinheiro em circulação, a especulação em ações das companhias emissoras tornara mais caro esse dinheiro, aumentara a taxa de juros que limitava os ganhos do lançamento das ações, e a atividade emissora passou a diminuir. As decisões ministeriais geraram o descontentamento de industriais e da opinião pública, assim como no próprio Ministério.

Como consequência, surgiram diversas modificações, entre elas o aumento do número de bancos emissores e a ins-

tituição da taxa-ouro, o que, por sua vez, diminuía as importações e encarecia o custo de vida. Resultou também aumento de dinheiro em circulação, queda do câmbio e aumento das atividades industriais e comerciais.

A questão da taxa-ouro se resume na estabilidade da taxa no padrão, com o encarecimento das importações, já que a inflação provocava a queda do câmbio e tornava o ouro mais caro. Os preços altos e as emissões contínuas favoreciam a industrialização, em substituição à importação. A rápida expansão monetária acelerava a inflação, que tornava o crédito mais abundante e barato, estimulando os investimentos.

O próprio Rui Barbosa, ao discursar no Senado, em 1891,<sup>13</sup> defendeu a implantação do papel inconvertível, no seu ministério, para sustar a corrida de investidores à conversão metálica, num país onde o câmbio baixava permanentemente. Ficara instituído, destarte, o curso forçado, o que possibilitou ao Banco Nacional auferir lucros.

O estadista citou, na mesma oportunidade, as consequências da febre do jogo resultante da organização bancária que havia sido promovida ainda na vigência do gabinete imperial, aos 7 de junho de 1889: baixa do câmbio, subida do ouro. A reorganização bancária que Rui promoveu em seguida tratava, segundo seu autor, de: a) auxiliar eficazmente a lavoura, mediante a citada inconvertibilidade do papel-moeda — a baixa do câmbio fizera desaparecer a circulação metálica —, numa pluralidade de estabelecimentos bancários; e b) instituir o lastro das emissões nas apólices (títulos do Es-

tado), medida que já era defendida, em 1879, pelo Barão de Mauá e, em 1888, pelo senador Affonso Celso.

Nessa conjuntura, o Brasil era um país quase exclusivamente agrícola, com menos de 15 milhões de habitantes esparsamente distribuídos, e atrasado com relação aos meios de transporte.

Em 1889 as zonas mais densamente povoadas funcionavam de forma quase independente umas das outras, ligando-se mais com o exterior do que com o resto do País. A rede terrestre de transporte estava estruturada para permitir a exportação de produtos primários, quase não possibilitando ligações inter-regionais, feitas precariamente pela navegação de cabotagem.<sup>14</sup>

Havia, por outro lado, certo primarismo no intercâmbio de mercadorias em diversas localidades, onde existia grande quantidade de meio circulante imobilizado em acumulações dos particulares, sem acesso ao sistema financeiro, para os quais vigorava o mecanismo da permuta.

O imposto territorial, ao ser instituído em 1890, havia gerado descontentamento entre os agricultores, já contrariados pela instabilidade política e pelas outras medidas em voga, o que apressou a queda de Rui Barbosa, do Ministério da Fazenda. Assumiu em seu lugar o Barão de Lucena.

Este revogou a taxa-ouro, substituindo-a por uma sobretaxa de 35%, pagável em papel-moeda, medida que agradou aos importadores, situando-se dentro do pensamento agrário e antiindustrialista.<sup>15</sup>

No segundo semestre de 1891, a situação do mercado de ações, no Rio de Janeiro, era bastante próxima da derrocada final. Era o início da fase de depressão, com a baixa gradativa do câmbio, o aumento da subscrição do capital das companhias por parte dos subscritores, a queda da cotação dos títulos e a praça reclamando mais papel-moeda. Como o momento exigia prudência, suspenderam-se bruscamente as emissões bancárias.

A indústria nascente fora, até aqui, duplamente beneficiada: a) pela possibilidade de importação de equipamentos e a conversão de ativos financeiros em ativos reais; e b) pelo aumento de preços de venda no mercado interno.

Segundo os jornais da época, o mal financeiro que se propagava não teria raízes na emissão de papéis inconversíveis, mas sim no emprego do meio circulante.

Aos adversários da emissão, Rui contra-atacava argumentando que a ação do papel-moeda não era a origem primária e determinante do resfriamento do câmbio. Rui servia como defesa: 1º) a necessidade de maior quantidade de meio circulante, para fazer face ao aumento da população, da produção e seus custos, função da remuneração do trabalho dos libertos, e ao aumento da atividade comercial e fabril; 2º) a pressão sobre o câmbio exercida por circunstâncias e elementos alheios ao papel-moeda. O barômetro era a taxa de juros, e esta, sendo alta, tornava escasso o meio circulante.

No plano político, a Constituinte que se reunira ao final de 1890 havia aprovado os atos do governo provisório e eleito presidente a Deodoro da Fonseca e vice-presidente a

Floriano Peixoto que, face à renúncia de Deodoro, em novembro de 1891 passou a comandar o País, até 1894.

Pela Constituição, o governo federal deveria incentivar a imigração, podendo os Estados atraí-la conforme seus interesses.

A fase de maior desenvolvimento industrial no Brasil do século XIX, entre 1880 e 1899, se explica: 1) pelo aumento da imigração, trazendo novas exigências de consumo e grande contribuição técnica; 2) pelas medidas protecionistas, levadas a efeito através dos benefícios fiscais, nos Estados; e 3) pela existência de abundante mão-de-obra qualificada e barata.

Com a abolição da escravatura, os libertos foram sendo substituídos por estes imigrantes brancos, os colonos, nas fazendas de café. Na verdade, a mobilização da escravidão pela lavoura paulista de café desfalcara o meio rural brasileiro de mão-de-obra, de tal maneira que comprometeu todo o sistema de abastecimento de gêneros alimentícios, ocasionando a falta e a elevação de seus preços. A vinda de "colonos morigerados e laboriosos" passou a ser considerada como único meio adequado para solucionar o problema da crise de escassez e carestia de produtos agrícolas.<sup>16</sup> A crise do período afetara a cafeicultura no Rio de Janeiro, expulsando para o meio urbano o proprietário, que ampliaria a classe burguesa das cidades, e parte dos trabalhadores da terra, sem qualificação, aumentando a quantidade de mão-de-obra operária nas atividades industriais nascentes desses centros. São esses fatores que contribuíram para a industriali-

zação de São Paulo e o desenvolvimento do comércio e de bancos, o mesmo ocorrendo no Paraná.

O setor do comércio, cujo produto real cresceria a uma taxa média de 5,1% no período 1900-1913<sup>17</sup> — fosse interno, de exportação ou de importação —, ficava, em sua grande parte, nas mãos de estrangeiros, constituindo a burguesia mercantil, enquanto a burguesia financeira e industrial que se formava era composta por nacionais. Entre 1889 e 1910 aumentou o número de empresas estrangeiras no Brasil, retirando grandes lucros do País, inclusive através de concessões de exploração de jazidas de ferro.

Apesar da decretação da autonomia estadual, em 1891, e da criação dos impostos interestaduais, que reforçaram a tendência divisionista brasileira, a lenta ação dos poderes governamentais, a expansão das estradas de ferro e a evolução urbana faziam com que autonomia e isolamento diminuíssem com o tempo.

O Paraná provincial, de sociedade tradicional, pelos recenseamentos realizados, não alcançava até o início do século XX a proporção de 2% da população brasileira. Sofreu intensa transformação econômica pela desagregação da sociedade campeira, com alteração estrutural devido à mobilidade da mão-de-obra escrava para a lavoura cafeeira paulista e a corrente imigratória incentivada com vistas a solucionar a escassez de trabalhadores rurais, tanto na agricultura de subsistência como na de exportação.

Verificam-se estas mudanças observando os recenseamentos de 1872 e 1900.

## QUADRO 1

PARANÁ. Composição da população, segundo a cor, final do séc.XIX  
(Em %.)

ANOS	BRANCOS	NEGROS, MULATOS E PARDOS
1872	55,0	45,0
1900	63,8	36,2

FONTE: BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná.** Curitiba, Grafipar, 1969. v.1.

Em valores absolutos, tem-se:

## QUADRO 2

PARANÁ. Expansão demográfica, final do séc. XIX

ANOS	TOTAL DE HABITANTES	AUMENTO DA POPULAÇÃO ANO BASE 1872=100	% ESTRANGEIROS
1872	126.722	-	2,9
1900	327.136	258	13,6

FONTE: BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná.** Curitiba, Grafipar, 1969. v.1.

O Estado envidava esforços no sentido de motivar a imigração européia. Dos contingentes populacionais imigrados para o Paraná no período 1872-1920, os poloneses eram a maioria, cerca de 49%, seguidos de ucranianos 14% e alemães 13,3%, entre outros (italianos, russos, franceses e austríacos). Em carta enviada a certo cidadão alemão, o Presidente da Província, Dr. Basílio Cândido da Cunha, em maio de 1889 informava sobre preços de terras, criação de gado, agricultura e clima da província, salientando que "muitas famílias que para aqui têm vindo, da Alemanha, em extrema pobreza, acham-se atualmente dispendo de avultadas fortunas"<sup>18</sup>. Também expunha a forma de obtenção de terras – por arrendamen-

to, com gados ou sem gados —, citava preços de animais — "uma vaca mansa com filho: 35 a 40\$000 rs; sem filho: 25 a 35\$000 rs" — e declarava a existência da "excelente via férrea que, partindo do porto do mar, atravessa a melhor zona agrícola".

A precariedade das vias de comunicação, de modo geral, pode ser constatada, mesmo a nível municipal. Como se sabe, por exemplo, através leitura do ofício enviado pelo Chefe de Polícia interino ao conselheiro Jesuíno Marcondes, Presidente da Província, em julho de 1889, comunicando o "violento incêndio no engenho Iguassú, de propriedade do Barão do Serro Azul, sito no lugar denominado Batel, a 2,5 km desta Capital"<sup>19</sup>. Após relatar o acontecido e informar as providências tomadas, esclarecia que "a distância do lugar do sinistro e a dificuldade de transporte a essa hora, fez com que não fossem de pronto prestados todos os socorros que o caso exigia".

Verifica-se, nos diversos documentos oficiais da época, a constante orientação no sentido de melhorar o transporte, fosse de pessoas, fosse de mercadorias. O período foi, efetivamente, marcado pela construção de estradas de ferro, seguindo a política nacional, o que permitiria a concretização do esforço de imigração e de colonização. Nos primeiros dias após a República, em breve relatório dirigido ao futuro Presidente do Estado, o Dr. Francisco José Cardoso Júnior, o primeiro governador republicano do Paraná, descrevia a zona que seria atravessada pela projetada Estrada de Ferro do Alto do Paraná, que ligaria "a fértil e lenta re-



gião do norte do Paraná" com o Sul do Estado de São Paulo, até Mato Grosso, escoando a produção destes três Estados para o "importantíssimo porto de Santos".<sup>20</sup>

E reforçando o interesse pela construção da dita ferrovia, que não se concretizou, citava que "toda a vasta região que vai ser cortada pela via férrea do Alto Paraná, desde a cidade de Guaíra (...) tem um clima temperado, saudável e apropriado aos povos das raças européias". Ressaltava, ainda, os principais produtos desta vasta região: o café, a cana e o ferro. Produzia também o algodão, a mandioca, a batata e diversos cereais, dentre os quais: milho, arroz e variadas espécies de feijão, de pouco interesse para os agricultores ali estabelecidos, em consequência do atraso da zona produtora pela falta de meios de comunicação com os mercados consumidores.

Também em documento enviado ao poder público, em junho de 1890, os administradores da empresa colonizadora Vasconcellos, Chagas e Cia. pressionavam por um empréstimo governamental para construírem uma estrada férrea, de Antonina aos Saltos do Paranapanema, visando principalmente acelerar a imigração no Paraná. Tal região, denominada pelos autores de "o celeiro do Paraná", mesmo sem a melhoria pretendida, "nutre os habitantes do Paraná com gêneros de primeira necessidade, bem como ao Estado de São Paulo"<sup>21</sup>. Reforçavam, ainda, a função da colonização e da viação como os dois motores do progresso, da civilização e das riquezas pública e particular, multiplicadores das fontes de renda dos Estados e terminavam afirmando "sem viação não há estabelecimento de

imigrantes que possa desenvolver-se e dar resultado ao país".

Havia já em operação, desde 1885, a pioneira e então denominada Estrada de Ferro do Paraná, ligando Curitiba a Paranaguá, o que, considerando o ramal Morretes-Antonina, perfazia um total de quase 127 quilômetros.<sup>22</sup>

Até 1900, o Paraná era povoado apenas em um terço de seu território, concentrando-se os núcleos populacionais em Paranaguá, Curitiba, Castro e suas vilas e freguesias, com uma densidade em torno de 1,6 ha/km<sup>2</sup>.<sup>23</sup>

A desintegração da estrutura campeira — onde as fazendas de gado já não cumpriam o papel de integradoras da província, desempenhado na conjuntura do Império, face à queda qualitativa do gado paranaense e a conseqüente diminuição de seu comércio com os centros consumidores — dissociou a família da propriedade e favoreceu a dispersão da família fazendeira. Essa região e essa estrutura teriam sido o principal objeto da atenção da administração pública provincial. Seu enfraquecimento, motivado por fatores técnico-econômicos e conjunturais da expansão da cafeicultura em São Paulo, deslocou o interesse da política central.

O advento das ferrovias possibilitou a substituição na economia paranaense, das mulas e dos carroções no transporte do mate e da madeira, contribuindo ainda mais para a decadência daquela estrutura tradicional.

Os ervateiros, em conjunto com os administradores provinciais, batalhavam constantemente pelo alargamento do mercado consumidor da erva-mate, principal produto exportá-

vel, com problemas de concorrência da erva paraguaia no potencial mercado sul-americano.

Em meados do século passado, em vias de se emancipar da província paulista, a participação do mate na pauta de exportação do Paraná fora de 86%.<sup>24</sup> As empresas beneficiadoras localizavam-se no litoral e remetiam seu produto aos mercados compradores do Uruguai, Argentina e Chile.

A Guerra do Paraguai e a introdução de melhorias técnicas favoreceram o comércio do produto, que permaneceria até 1930 como o principal produto paranaense exportável.

O comércio do Paraná se fazia também com outros produtos, em especial a madeira – no início só as do litoral –, que conheceu grande crescimento com a construção da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá, mesmo sofrendo, por parte dos importadores do pinho americano e do Báltico, no Rio de Janeiro, toda sorte de pressões contrárias ao desenvolvimento de sua exploração. Mas a partir da Primeira Guerra Mundial as exportações de madeiras paranaenses tomariam impulso.

Ao longo da ferrovia se instalavam as serrarias, tanto no trecho Curitiba-Paranaguá quanto, posteriormente, às margens da Estrada de Ferro São Paulo Rio-Grande, cujos trabalhos de implantação se deram em 1901.<sup>25</sup> Segundo alguns autores, essas empresas tiveram vida própria e não se integraram na vida regional, abastecendo-se, em grande parte, à revelia da produção local.

Neste trabalho procurar-se-á demonstrar que o advento das estradas de ferro, não obstante as citadas serrarias, propiciou a expansão do comércio dessas regiões.

Do ponto de vista político, no período final do Império, a oligarquia do mate e a aristocracia fundiária paranaense, com nítida orientação liberal, dominavam as decisões administrativas da província. Era, aliás, a forma como se dava a concentração do poder em todas as outras unidades da Federação. Em todas elas, as oligarquias dominantes concentravam o poder econômico e político, situação que pouco se alteraria com o advento da República. Nessa fase houve uma tentativa de promover a passagem do poder político do setor primário-exportador para os setores urbanos. A instabilidade política e econômica que se verificou, as falcaturas e os abusos, do episódio do Encilhamento, combinados com o crescimento das exportações dos principais produtos agrícolas, levaram a que a classe agrário-exportadora retomasse as rédeas da política.

No litoral paranaense predominavam os conservadores, entre aqueles que desenvolviam a atividade comercial de importação e exportação. Desde 1886, ano em que é fundado o jornal "A República", os conservadores haviam ocupado a Presidência da Província. Com a ascensão, em junho de 1889, do Partido Liberal, no gabinete do Império, assumiu, no Paraná, Jesuíno Marcondes, chefe do partido, que determinara a si a tarefa de sanear as finanças públicas que se haviam desorganizado no período de governança dos conservadores Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, Ildefonso Pereira Correia e Antônio Ricardo dos Santos.

As idéias republicanas de então pouca expressão ainda encontravam no Paraná, com sucessivos fracassos em tentati-

vas eleitorais, onde despontavam os nomes de Vicente Machado (em Castro), Rocha Pombo (em Morretes) e Fernando Simas (em Paranaguá).

Os liberais, que no Paraná estavam ligados à terra, descontentes com a política imperial abolicionista, por motivos óbvios, e, portanto, não mais interessados na manutenção da monarquia, foram os primeiros propagadores do ideal republicano.

A ação dos republicanos, auxiliada pelo desinteresse e omissão dos liberais e mesmo dos conservadores, no Paraná como, de resto, no Brasil, promoveu a transição política em novembro de 1889, de forma pacífica.

O Governo Provisório que se instalou sob a presidência do comandante da Brigada Militar, a quem Jesuíno Marcondes passara o comando político-administrativo do novo Estado, permaneceu por pouco tempo, caracterizando o ano de 1890 como de grande instabilidade.

As primeiras eleições republicanas convocadas no Paraná, viciadas como ao tempo da província pelas mesmas formas de pressão política, elevaram o Partido Liberal, na figura de Generoso Marques dos Santos, que passou a dirigir o Estado a partir de 10 de abril de 1891.

No entanto, face à crise política que culminou, na Capital da República, com a queda de Deodoro, foi destituído esse governo republicano, formando-se uma junta governativa que, em caráter de urgência, decretou a dissolução imediata da Assembléia e convocou eleições para um novo Congresso

Constituinte, visando rever a Constituição estadual de julho de 1891.

A Constituição Política do Estado do Paraná, que foi promulgada pelo Congresso Constituinte aos 7 de abril de 1892 (assinaram seus 28 membros), na realidade configurou-se não em reforma, mas em nova doutrina. Veja-se, por exemplo, que, em contraposição à carta anterior, a nova Constituição não limitou a soberania do Estado à Constituição Federal. Determinava que os três poderes seriam exercidos pela soberania do poder popular e não do poder do Estado.

Estava organizado o Estado e dadas as estruturas institucionais que vigorariam até a Revolução de 1930. Sob o comando político dos republicanos, foram eleitos, em 1892, Francisco Xavier da Silva e Vicente Machado, como presidente e vice-presidente do Estado do Paraná.

## **1.2 O FEDERALISMO FISCAL NA CONSTITUIÇÃO DE 1891: IMPLANTAÇÃO NO BRASIL E NO PARANÁ**

A separação dos poderes, teorizada por Montesquieu, é uma exigência do liberalismo político e econômico, que, desta forma, encarece os direitos naturais do homem, e tolera o Estado como um mal necessário, pregando sua não intervenção econômica — o *laissez-faire* — para possibilitar a expansão capitalista.

Conforme Manoel Gonçalves Ferreira Filho<sup>26</sup>, o liberalismo gera o constitucionalismo, movimento que no final do

século XIX e início deste triunfou no mundo ocidental.

Ao pregar a doutrina capitalista, o liberalismo, com o constitucionalismo, incute o princípio da descentralização administrativa como instrumento de eficiência governamental, respaldado, sem dúvida, pela previsão de recursos suficientes e não sujeitos a condições, para que os Estados possam desempenhar suas atribuições.

No Brasil foi adotada a repartição da matéria tributável entre União, Estados e Municípios, em alguns casos, para assegurar receita suficiente e isenta de vinculações entre esses entes. Cabendo às câmaras legislativas autorizar a cobrança de tributos, consentir nos gastos públicos e tomar contas dos que usavam do patrimônio geral.

Ao Superior Tribunal Federal competia resguardar a discriminação de competências, impondo a supremacia da ordem jurídica e impedindo, sobretudo, que a lei federal fosse postergada. Agindo o Superior Tribunal como "guardião da Constituição", a ele cabiam os recursos interpostos contra decisões que contrariassem dispositivo constitucional, contra decisões que declarassem a inconstitucionalidade da lei federal ou de tratado, contra decisões que dessem por válida lei estadual, ou qualquer outro ato impugnado por infringir a Constituição Federal.<sup>27</sup>

A Federação chegou ao Brasil ao mesmo tempo que a República, formalizadas ambas pelo Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889. As províncias se transformaram nos Estados da República, ganhando autonomia.

A República permitiu a fermentação de interesses e convicções divergentes, quer sobre a divisão dos setores tributáveis, quer, sobretudo, sobre a apropriação da União, dos Estados e Municípios.<sup>28</sup>

É tal a finalidade do federalismo fiscal: permitir que os diferentes Estados, respeitando as preferências e necessidades regionais sobre os serviços públicos, expressem diferentes níveis de tributação. O custo da subdivisão política – seja em nível interno, seja internacional – é a diversa e não tão eficiente alocação dos recursos e a localização dos empreendimentos produtivos, resultantes da diferenciação dos níveis de impostos.

O cerne do federalismo fiscal repousa, então, na proposição de que as políticas de alocação devem permitir diferenças regionais, caindo, todavia, sobre o governo central a maior responsabilidade, dados os objetivos macroeconômicos de distribuição e de estabilização.<sup>29</sup>

Podem-se observar as conseqüências da implantação do federalismo fiscal, pela Constituição de 1891, através do exame da composição da receita da administração central.

Ao se considerar o período final do império,<sup>30</sup> tem-se na rubrica:

#### **IMPORTAÇÃO**

- os direitos de importação para consumo;
- o expediente dos gêneros livres de direitos de consumo;
- o expediente das capatazias;
- a armazenagem;
- o imposto de faróis;
- o imposto de doca.



Para o exercício financeiro de 1889, a receita imperial total prevista era de 150.769:500\$, sendo relativa aos impostos aduaneiros e internos esta participação:

**Aduaneiros** .....104.620:000\$, ou 69,4% da Receita Total  
**e Internos** .....20.632:000\$, ou 16,6% da Receita Total

O orçamento federal votado para 1895 foi de 269.898:000\$ (lei orçamentária de 24 de dezembro de 1894), assim distribuído entre as rubricas mencionadas:

**Impostos Aduaneiros** 201.200:000\$, ou 74,5% da Receita Total,  
**Impostos Internos** .. 14.470:000\$, ou 5,3% da Receita Total.

Essa queda absoluta e relativa, verificada entre os exercícios fiscais votados para 1889 e 1895, dos impostos internos dá-se porque a sua maior parte passa à competência dos Estados federados.

Para efeito de demonstração, pode-se tomar também a receita das unidades administrativas (Províncias, depois Estados), no mesmo período:

### QUADRO 3

Demonstrativo da receita de algumas Províncias/Estados do Brasil em 1889 e 1893-94. Em contos de réis.

PROVÍNCIAS/ ESTADOS	RECEITA ORÇADA PARA 1888-1889 (A)	RECEITA APÓS CONSTITUIÇÃO DE 1891 (B)	% DE AUMENTO (B/A)	% A/TOTAL	% B/TOTAL
RJ (DF)	4.399	27.231 (1)	619	13,28	19,77
SP	4.149	37.282 (2)	898	12,53	27,07
PA	3.995	9.584 (3)	239	12,06	6,96
MG	3.474	25.423 (2)	731	10,49	18,46
BA	3.213	8.997 (2)	280	9,70	6,53
RS	2.834	6.311 (2)	222	8,55	4,58
PE	2.822	6.363 (4)	225	8,52	4,62
AM	1.980	8.186 (2)	413	5,98	5,94
CE	1.062	2.226 (4)	209	3,20	1,61
PR	922	1.425 (2)	154	2,78	1,03
TOTAL ESTADOS+D.F.	33.110	137.681			

FONTE: CAVALCANTI, Amaro.

(1) Orçada em 1894.

(2) Arrecadada em 1893.

(3) Arrecadada em 1893-94.

(4) Arrecadada em 1894.

Verifica-se que há um aumento médio de 400% na receita dos Estados, após a distribuição das rendas públicas, feita entre a União e os Estados, conforme os artigos 7 a 12 da Constituição Federal de 1891. Há Estados onde a variação foi maior que a média: justifica-se, principalmente, pela dinâmica de sua produção para exportação, especialmente café e borracha. Nos demais, mesmo inseridos no modelo periférico primário-exportador, com a produção de outros gêneros (cacau, açúcar, fumo, madeira, mate, entre outros), os índices de variação refletem o grau de participação de suas economias no quadro econômico do País, à época.

Outra conclusão que se pode tirar da análise do quadro 3 é que a autonomia fiscal da Constituição de 1891 representou para a maior parte das unidades da Federação um decréscimo relativo da participação de sua receita no conjunto daquelas unidades, inclusive o Distrito Federal.

Apenas Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais tiveram ampliada sua participação no conjunto dos Estados. Poder-se-ia explicar tal fato pela sua densidade demográfica, em que a parcela de população economicamente ativa, enquanto produz e consome, é bem mais elevada do ponto de vista quantitativo e qualitativo, do que nas outras unidades da Federação. No Rio de Janeiro estava a sede da administração pública central e representava o maior centro financeiro e comercial, de exportação e importação do País. São Paulo, o grande produtor de café, carro-chefe das exportações brasileiras, possuía razoável contingente populacional tanto no

campo como nas cidades e era o estado-sede do porto mais importante do País, Santos.

Pelo quadro seguinte pode-se confirmar a tese, pela verificação da distribuição demográfica de alguns destes Estados, através dos recenseamentos nacionais:

#### QUADRO 4

BRASIL. Composição demográfica de alguns Estados. 1872 - 1890 - 1900

ESTADOS	ANOS			B/A	C/A
	1872(A)	1890(B)	1900(C)		
MG	2.039.735	3.184.099	3.594.471	156	176
BA	1.379.616	1.919.802	2.177.956	139	157
PE	841.539	1.030.224	1.178.150	122	139
SP	837.354	1.384.753	2.282.279	165	272
RJ	782.724	876.884	926.035	112	118
PR	126.722	249.491	327.136	196	258
TOTAL		14.300.000	18.200.000		

BALHANA et alii.

Entre 1890 e 1900, a população do Nordeste brasileiro diminuiu de 41,9 para 38,7% do total nacional; a região Leste decresceu de 32,9 para 21,8%, tendo aumentado de 3,3 para 4% a população da região Norte; em 10% na região Sul, enquanto em São Paulo esse acréscimo era de 9,7 para 13,1%.<sup>31</sup>

A grande parcela dos tributos federais, como foi visto, assentava-se nos chamados impostos aduaneiros.

A Constituição Federal de 1891 dispôs, em seu artigo 7º, que competia à União, exclusivamente, decretar impostos sobre a importação de procedência estrangeira, entre outros.

As diversas taxas cobradas nas alfândegas, entre elas as que gravavam a importação, de competência da União, eram consideradas como impostos de consumo.

Considerando que, à época da promulgação da Carta, as necessidades de consumo no País eram, em sua maior parte, satisfeitas via importação, podem ser considerados como equivalentes os conceitos de imposto de importação e imposto de consumo.

O imposto de consumo, em sua matéria, continha: direitos sobre a circulação (trânsito ou transporte dos objetos); sobre objetos reputados de luxo ou supérfluos; sobre objetos de utilidade comum, mais ou menos necessários; sobre objetos de primeira necessidade.

No Paraná, após a promulgação da Constituição do Estado Federado, em julho de 1891, e da Constituição Política do Estado, em abril de 1892, ambas contendo em seus artigos, no que se refere à competência do Congresso Legislativo estadual em decretar impostos, o respeito às prerrogativas da Constituição Federal, foi instituído pela Lei Orçamentária nº 29, de 30 de junho de 1892, o imposto de consumo denominado de Patente Comercial, objeto de análise nos próximos capítulos.

Até a promulgação da Constituição do Estado federado paranaense, em julho de 1891, os gêneros de consumo e os bens importados (alimentos e não alimentos), citados nos relatórios dos presidentes da Província, eram tributados, de forma esparsa, em itens diversos da pauta, e representavam, somados, aproximadamente 11,23% do total da receita arrecadada no exercício de 1891 (quadro 5).

O imposto de 3% sobre gêneros de consumo, o mais representativo dos mencionados, fora criado pelo Decreto nº 94

(28 de junho de 1890), como extensão de outro imposto existente à época da Província.

#### QUADRO 5

PARANÁ. Itens tributários arrecadados referentes a importação e consumo. Exercício de 1891.

ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	% SOBRE O TOTAL APURADO
1\$000 sobre saca de arroz pelado importado	0,13
100 rs. sobre 80 kg de arroz com casca importado	0,008
100 rs. sobre 80 kg de cera importada	0,01
3% sobre gêneros de consumo	10,41
álcool importado	0,003
2% sobre fumo em corda importado	0,01
10% sobre preparados de fumo importado	0,12
10% sobre roupa importada	0,54
TOTAL	11,231

FONTE: CASSOL, Ernesto.

Dos problemas financeiros e administrativos da Província do Paraná, constatados na leitura dos relatórios e outros documentos oficiais, o estado do comércio e da produção, "muito longe de ser lisonjeiro"<sup>32</sup>, contribuía para o decréscimo do imposto de consumo sobre gêneros importados. Note-se que oficialmente se reconhecia a imposição sobre importação. Urgia criar ou elevar impostos provinciais para aumentar a renda pública<sup>33</sup>, fossem eles os indiretos – que pesam mais sobre as classes produtivas: comércio e indústria – ou os diretos – sobre as classes ricas, através dos impostos sobre a propriedade, os lucros, a renda, a herança,

estes mais polêmicos pois que afetariam os interesses da minoria poderosa, da oligarquia do mate e das outras atividades ligadas à terra.

Pela Constituição Federal de 1891 (disposição transitória) e pela Lei Estadual nº 4, de 12 de maio de 1891, os impostos de transmissão de propriedade, de indústrias e profissões, e de exportação de mercadorias de sua própria produção passavam a ser percebidos pelo Estado, enquanto a competência para legislar sobre a criação de tributos sobre a importação de procedência estrangeira era exclusiva da União (art.7º da Constituição Federal de 1891).

A lei orçamentária estadual nº 29, de 30 de junho de 1892, criou o imposto de consumo denominado Patente Comercial, regulamentado, no mesmo ano, pelos Decretos nº 5 e nº 12, de 9 de julho e 7 de setembro, respectivamente. Determinou que os sujeitos do imposto seriam todos aqueles que, individualmente, em companhia ou sociedade anônima ou comercial, recebessem para revender, em grosso ou a retalho, quaisquer mercadorias. Os objetos do tributo seriam todas as mercadorias ou volumes embarcados nas diferentes estações da Estrada de Ferro (Curitiba-Paranaguá) e sujeitos à cobrança à base de 5% sobre o seu valor.

As casas comerciais que recebessem mercadorias diretamente do estrangeiro, ou por cabotagem, sofriam a fiscalização dos empregados das repartições arrecadoras nos portos de embarque, armazéns e trapiches, os quais conferiam os gêneros e mercadorias que entrassem no Estado ou dele saíssem.

O imposto de Patente Comercial, ao longo de sua existência — foi extinto em 1918 — suscitou inúmeros questionamentos e debates na Assembléia Legislativa, nas instituições representativas do setor empresarial e na comunidade de modo geral, espelhando igual comportamento que se verificava no âmbito federal — principalmente com relação à sua constitucionalidade ou não —, dentro de uma discussão bem mais ampla relativa ao papel do federalismo fiscal e os efeitos da autonomia estadual concedida com a mudança do regime e a obediência aos princípios do liberalismo econômico.

O imposto de Patente Comercial foi o segundo tributo mais importante da receita estadual no período de sua vigência, só menor que o imposto de exportação da erva-mate, tendo, inclusive, superado este nos exercícios de 1894, 1896 e 1897, por razões que serão adiante explicadas.

Na realidade, nos exercícios de 1914-15 e 1915-16, na fase final de sua existência, passou a ser superado pelo imposto de indústrias e profissões (quadro 6).

Surgira um tributo sobre o consumo, cujo desempenho segundo os cálculos da Secretaria da Fazenda, teria seu ponto culminante em 1896, quando foi responsável por mais de um quarto da receita do Estado.

A estruturação da vida comercial no Paraná, em 1892, se completou com a fundação, no mesmo ano, da Associação Comercial do Paraná, fundada pelo Barão do Serro Azul, para a defesa do comércio e dos comerciantes, preocupados, em especial, com os problemas da indústria ervateira, que perdia o mercado argentino; e a instituição da Junta Comercial do Pa-

ranã, que tinha por objetivo cadastrar e controlar as empresas constituídas no Estado. Tais fatos denotam as transformações que se operavam na mentalidade e nas estruturas empresariais paranaenses.<sup>34</sup>

#### QUADRO 6

PARANÁ. Participação relativa dos principais impostos arrecadados na receita estadual.  
1893-1918

ANO FINANCEIRO	IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO DE ERVA-MATE	IMPOSTO DE PATENTE DE COMERCIAL	IMPOSTO DE INDÚSTRIAS E PROFISSÕES	IMPOSTO DE EXPORTAÇÕES DIVERSAS	FRETES E PASSAGENS	IMPOSTO DE TRANSMISSÃO DE PROPRIEDADES	SELOS	IMPOSTO PREDIAL
1893	30,32	18,67	8,14	0,21	0,14	9,82	12,49	-
1894	26,17	24,61	9,19	0,28	...	9,83	4,59	-
1895	19,62	20,38	8,09	1,05	5,29	17,43	8,48	-
1896	17,04	25,39	7,45	0,47	8,82	14,85	8,09	-
1897	14,60	22,66	9,43	4,97	9,28	12,62	10,29	-
1898	23,15	19,30	8,26	0,54	8,10	9,85	8,07	-
1899-00	25,02	18,76	8,40	1,47	9,59	9,21	8,73	-
1900-01	23,13	22,13	8,23	1,64	6,66	7,02	2,17	-
1901-02	36,33	19,31	6,77	2,30	6,21	6,17	6,60	-
1902-03	40,51	17,74	5,78	1,55	6,33	5,94	7,00	-
1903-04	41,55	16,78	5,48	1,32	6,25	5,01	6,54	-
1904-05	34,82	16,69	5,50	1,94	5,06	5,70	9,21	3,99
1905-06 (1)	33,77	19,76	2,77	0,86	2,92	2,35	3,41	1,86
1906-07	32,30	19,49	4,17	1,13	5,68	4,88	14,68	2,77
1907-08	33,46	22,70	5,17	1,50	5,87	5,49	3,51	3,44
1908-09	36,28	20,67	5,42	1,12	6,61	5,82	3,28	3,54
1909-10	38,54	12,80	5,42	1,62	6,80	9,83	4,86	3,60
1910-11	35,66	13,37	6,08	1,68	6,13	12,90	4,82	3,36
1911-12	34,22	14,26	6,26	1,77	5,93	13,17	5,56	3,84
1912-13	43,05	15,52	6,58	1,93	5,41	10,26	4,46	4,19
1913-14	33,71	14,08	8,20	2,51	4,74	6,61	4,25	6,02
1914-15	40,87	8,70	8,38	3,33	4,66	4,96	3,01	6,51
1915-16	38,89	7,58	7,95	4,05	4,42	5,14	3,75	4,73
1916-17	37,23	6,94	7,57	4,24	4,12	6,09	5,22	4,25
1917-18	32,18	5,08	6,46	1,58	4,31	7,31	5,47	3,43

FONTE: PARANÁ. Relatórios dos Secretários da Fazenda. 1894 a 1919.

(1) Sem o contrato Westermann.



## NOTAS

- <sup>1</sup>TANNURI, Luiz Antonio. **O Encilhamento**. São Paulo, Hucitec, 1981.
- <sup>2</sup>LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **O Encilhamento**. *Revista Brasileira de Mercado de Capitais*, Rio de Janeiro, 2(5):262-301, maio/ago.1976.
- <sup>3</sup>MUELLER, Charles C. **Das oligarquias agrárias ao predomínio urbano-industrial: um estudo do processo de formação de políticas agrícolas no Brasil**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1983.
- <sup>4</sup>LOBO.
- <sup>5</sup>DELFIN NETTO, Antonio. **O problema do café no Brasil**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1979.
- <sup>6</sup>FRITSCH, W. Aspectos da política econômica do Brasil, 1906-1914. In: NEUHAUS, P., ed. **Economia brasileira - uma visão histórica**. Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- <sup>7</sup>LOBO.
- <sup>8</sup>LEVY, Maria Bárbara. **O Encilhamento**. In: NEUHAUS.
- <sup>9</sup>ÓNODY, Oliver. **A inflação brasileira (1820-1958)**. Rio de Janeiro, s.ed., 1960.
- <sup>10</sup>SOUZA, Carlos Inglês de. **A anarquia monetária e suas consequências**.
- <sup>11</sup>DENIS, Pierre. **Le Brésil au XXe. siècle**. Paris, A.Colin, 1911.
- <sup>12</sup>RIBEIRO, João. **História do Brasil**. Rio de Janeiro, Liv.São José, 1957.
- <sup>13</sup>BARBOSA, Ruy. **Finanças e política da República; discursos e escriptos**. Rio de Janeiro, Cia.Impressora, 1892.
- <sup>14</sup>MUELLER.
- <sup>15</sup>CARONE, Edgar. **A República Velha**. São Paulo, DIFEL, 1975.
- <sup>16</sup>BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba, Grafipar, 1969. v.1.
- <sup>17</sup>HADDAD, C.L.S. Crescimento econômico do Brasil. 1900-76. In: NEUHAUS.
- <sup>18</sup>BOLETIM DO ARQUIVO PÚBLICO. Curitiba, ano 10, nº 17, 1985. p.13.
- <sup>19</sup>BOLETIM DO ARQUIVO PÚBLICO. Curitiba, ano 10, nº 17, p.7-8.
- <sup>20</sup>BOLETIM DO ARQUIVO PÚBLICO. Curitiba, ano 8, nº 12, 1983. p.13-5.
- <sup>21</sup>BOLETIM DO ARQUIVO PÚBLICO. Curitiba, ano 6, nº 8, 1981. p.7-10.
- <sup>22</sup>KROETZ, Lando Rogério. **As estradas de ferro do Paraná, 1880-1940**. São Paulo, 1985. Tese, Doutorado, Universidade de São Paulo.
- <sup>23</sup>BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN.
- <sup>24</sup>BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN.
- <sup>25</sup>KROETZ.
- <sup>26</sup>FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. 13.ed. São Paulo, Saraiva, 1984.
- <sup>27</sup>FERREIRA FILHO.
- <sup>28</sup>CASSOL, Ernesto. **Política tributária do Paraná na Primeira República, 1890-1930**. Curitiba, 1973. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.
- <sup>29</sup>MUSGRAVE, Richard A. **Teoria das finanças públicas; um estudo de economia governamental**. São Paulo, Atlas, 1973.
- <sup>30</sup>CAVALCANTI, Amaro. **Elementos de finanças (estudo theorico-prático)**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1896.
- <sup>31</sup>HADDAD.
- <sup>32</sup>PARANÁ. Governo. 1886-1887 (Faria Sobrinho). **Relatório do Presidente da Província Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, à Assembléia Legislativa do Paraná, em 30/10/1886**. Curitiba, Typ.Liv.Economica. 1886.
- <sup>33</sup>PARANÁ. Governo. 1888-1888. (Ribeiro). **Relatório do Presidente da Província, José Cesário de Miranda Ribeiro ao Vice-Presidente da Província, Comendador Ildefonso Pereira Correa**. Curitiba, Typ.Liv.Economica, 1888.
- <sup>34</sup>BALHANA, Altiva Pilatti & WESTPHALEN, Cecília Maria. **Os alemães no comércio e na indústria do Paraná, 1890-1929**. Curitiba, s.d. Mimeografado.

## CAPÍTULO 2

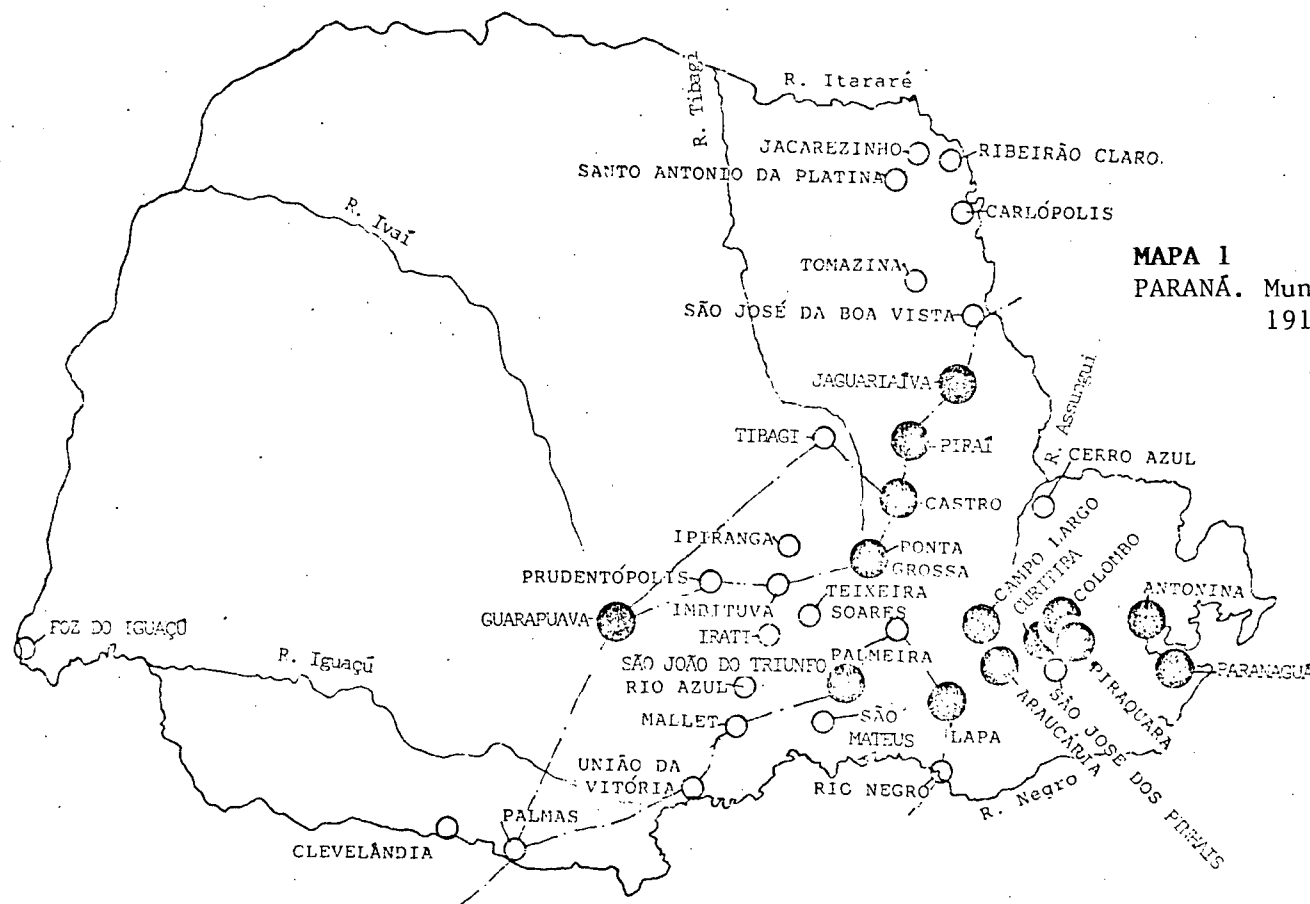
### O IMPOSTO DE PATENTE COMERCIAL

#### 2.1 SUA CARACTERIZAÇÃO COMO IMPOSTO DE CONSUMO

O Paraná, em 1892, contava com 14 municípios: Curitiba, Paranaguá (o mais antigo, criado em 1648), Antonina, Castro, Ponta Grossa, Guarapuava, Lapa, Jaguariaíva, Campo Largo, Piraí do Sul, Araucária, Colombo, Piraquara e São João do Triunfo<sup>1</sup>.

Esse rol dá a precisa noção da estrutura econômica do Estado no final do século XIX. O litoral, ligado ao planalto desde 1885 pela Estrada de Ferro, tem importância estratégica para a necessária comunicação com o restante do País e do mundo, e o conseqüente intercâmbio comercial, vital enquanto se situa o Paraná no modelo brasileiro primário-exportador, produtor de erva-mate, madeiras e outros itens, com necessidades essenciais de consumo e alimentação. Por outro lado, a formação de um nascente capital industrial precisava ser abastecida pela importação de bens de produção, insumos e matérias-primas, estrangeiras ou nacionais de outros Estados.

As demais cidades do planalto faziam parte do sistema econômico próprio da fase do tropeirismo (mapa 1).



**MAPA 1**  
**PARANÁ. Municípios.**  
**1918.**

● MUNICIPIOS CRIADOS ATÉ 1892

○ MUNICIPIOS CRIADOS ENTRE 1892 a 1918

— CAMINHO DAS TROPAS

FONTE: MACHADO, Brasil Pinheiro. **História do Paraná.** FUKUSHIMA; Masanori.

A população desses núcleos urbanos e rurais representava cerca de 1,7% da população brasileira, situando-se o Estado do Paraná em 17º lugar em densidade populacional (quadro 7).

#### QUADRO 7

BRASIL. População de alguns Estados.  
1890

POSIÇÃO RELATIVA	ESTADOS	POPULAÇÃO	% SOBRE O TOTAL
1º	MG	3.184.099	22,21
2º	BA	1.919.802	13,39
3º	SP	1.384.753	9,66
4º	PE	1.030.224	7,19
5º	RS	897.455	6,26
17º	PR	249.491	1,74
TOTAL		14.333.915	100,00

FONTE: Recenseamento nacional.

A alteração do quadro demográfico no Paraná, pela evasão do trabalho escravo para São Paulo, principalmente, e pela entrada dos imigrantes, verificada no final do século XIX, determinou a diversidade de origem de seus habitantes, característica marcante do Estado no contexto nacional.

Esta diversidade consolidaria o papel agrícola do Estado, enquanto no meio urbano verificar-se-á a concentração das atividades comerciais em mãos dos imigrantes melhor sucedidos nos seus respectivos ofícios.

Embora sob as oscilantes diretrizes da política imigratória, nas últimas duas décadas do século XIX, foram estabelecidos mais de quarenta novos núcleos coloniais no Paraná, ora com o apoio do governo central, ora por iniciativa de particulares ou do governo estadual.<sup>2</sup>

O crescimento demográfico do Estado, de 1872 a 1890, com a duplicação da população – o maior índice verificado para o período se considerados os Estados mais populosos (quadro 4) –, colocou em relevância a questão da subsistência e do consumo de todo tipo de bens.

Tendo aumentado o contingente populacional, sem o correspondente aumento na produção de gêneros, pode-se inferir o crescimento da importação destes bens, no Estado.

Naturalmente, a arrecadação de tributos sobre o consumo e, portanto, sobre a importação, será relevante para a receita estadual.

A citada lei orçamentária nº 29, que criou o imposto de Patente Comercial, visava o consumo de bens, no litoral e no interior; e incidia sobre as mercadorias entradas no Estado fosse por importação direta, fosse por cabotagem (comércio interestadual), as quais, por já terem contribuído com o fisco federal, que impunha a cobrança do imposto de importação, eram objeto do tributo estadual ao serem recebidas para revenda a grosso ou a retalho, pelas pessoas físicas ou jurídicas.

O imposto de Patente Comercial, doravante denominado IPC, como tributo indireto, recaía indistintamente sobre todas as camadas sociais, uma vez que o custo dessa obrigação fiscal era repassado ao consumidor final. A maior parte do qual formava o segmento produtivo da economia. O IPC era cobrado através do intermediário, o comerciante, à razão de 5% sobre o valor das mercadorias, sem discriminação.

Em junho de 1894, após dois anos de vigência, foi majorada a incidência do IPC para 10% sobre o valor das mercadorias.

Nesse espaço de tempo, crescera a importância do IPC na receita do Estado e sua participação relativa no conjunto de instrumentos da política fiscal.

Ao final do primeiro exercício financeiro, desde sua vigência, contribuíra o IPC com cerca de 18,7% das rendas do Estado. No exercício de 1894, elevada a alíquota, passara a representar quase 25% da receita realizada. E no ano seguinte superou o mais importante tributo estadual, o de exportação de erva-mate (quadro 6), fato que sucedeu por três anos consecutivos.

## **2.2 EVOLUÇÃO DO IPC FACE AOS DISTÚRBIOS POLÍTICOS, EM 1893**

Há uma explicação para tal ocorrência.

A Revolução Federalista, iniciada no Rio Grande do Sul em 1892, onde se opunham maragatos (federalistas) e picapaus (castilhistas), evoluiu por toda a região Sul do País, tendo alcançado o Paraná após a revolta da Armada, em 1893, engrossando a corrente federalista contra o Marechal Floriano Peixoto.

No Paraná, palco de desfechos tão sangrentos quanto heróicos, com o histórico Cerco da Lapa e seus combatentes,

vivamente narrado em rica literatura, e o episódio do quilômetro 65, onde houve o extermínio de cidadãos paranaenses ilustres, a ausência do chefe do Executivo, Vicente Machado, e seus colaboradores, da Capital, revelava o clima de insegurança e abandono em que se encontrava a população e os interesses do Estado, por parte da administração estadual.

A posição do Paraná, no conflito, era estratégica, por não permitir o avanço das tropas federalistas. A Lapa capitulou, tendo perdido grande número de homens, muitos deles patriotas, e tendo sacrificado a população civil, exposta aos bombardeios e privações de toda ordem.<sup>3</sup>

Enquanto Curitiba era tomada pelos revolucionários, uma Junta do Comércio, constituída pela população civil (já que havia descrédito nas autoridades legais), procurou serenar os ânimos dos federalistas, provendo-lhes os recursos de que necessitavam, impedindo assim saques e outras ações hostis.

Um dos primeiros objetivos da Comissão de Comércio fora levantar empréstimos para auxílio às forças revolucionárias, mediante a emissão de títulos ao portador lançados em todo o Estado, via taxaço por município. O Governo Provisório que se instalara, havendo considerado insuficiente o volume arrecadado, instituiu um imposto de guerra aos industriais, comerciantes e pessoas abastadas. A ocupação federalista de Curitiba durou mais de dois meses.<sup>4</sup>

Neste período, os federalistas retiraram toda arrecadação existente nas agências fiscais, desviando da aplicação que lhe dera a lei do orçamento, "porque a revolta tudo des-

truiu e aniquilou. Somem diversos livros e saldos em barreiras"<sup>5</sup>, e a exportação dos produtos do Estado, fonte principal de sua receita, esteve "completamente paralisada, resentindo-se, ainda, dos efeitos dos graves prejuízos que sofreu"<sup>6</sup>.

O primeiro semestre de 1894, em grande parte dominado pela revolta, foi quase inteiramente improdutivo para a receita pública. Dentre os impostos que, mesmo assim, contribuíram para que o resultado não fosse pior, dado o desempenho da rubrica, estava o IPC, além do imposto de indústria e profissões e o de transmissão de propriedade (quadro 8).

#### QUADRO 8

PARANÁ. Impostos que superaram o orçado em 1894.  
Em mil réis.

DISCRIMINAÇÃO	ORÇADO (A)	ARRECADADO (B)	(B/A)
IPC (1)	320	348	108,75
IIP (2)	92	130	141,30
ITP (3)	115	139	120,87
RECEITA TOTAL	1.521	1.414	76,14

(1) IPC - imposto de patente comercial.

(2) IIP - imposto de indústrias e profissões.

(3) ITP - imposto de transmissão de propriedade.

FONTE: PARANÁ. Relatório do Secretário das Finanças.

Assim, combinados os efeitos: 1º) queda das exportações e 2º) aumento da taxaço do IPC, eles resultaram em expressivo aumento relativo deste imposto na arrecadação total, comparando-o com o decrescimento verificado no até então mais importante tributo estadual, o de exportação de erva-mate.



No âmbito federal, a guerra civil de 1893 tornou pior a situação financeira, face aos gastos militares.<sup>7</sup>

Assumiu Prudente de Moraes em novembro de 1894, e sua tarefa principal foi a de pacificar os ânimos divididos pela guerra civil,<sup>8</sup> dando anistia aos revolucionários.

A partir de 1894, a nível de governo federal, foram adotadas medidas de contenção para reduzir os déficits orçamentários decorrentes: a) dos gastos excepcionais com as forças militares; e b) da queda da receita dos impostos sobre a importação, agravada pelo declínio do preço do café em 1896, em função da superprodução.

Superprodução como resultado final da melhoria da renda dos cafeicultores, o que estimulava a extensão da lavoura, agravando o círculo vicioso dos preços baixos externos.<sup>9</sup>

## 2.3 PRIMEIRAS REFORMAS

No Paraná, Francisco Xavier da Silva, governador do Estado, propôs ao Legislativo a mudança da caracterização do contribuinte do IPC, bem como da forma de recolhimento do tributo. Enquanto anteriormente toda pessoa física ou jurídica recolhia o imposto, a partir de 1895, quando se regulamentou aquela alteração, o tributo passou a recair sobre os comerciantes que, individualmente ou em sociedade, comprassem gêneros ou mercadorias para vender, contando para isso com estabelecimento fixo ou permanente, em local certo. Os estabelecimentos ficaram passíveis de classificação conforme

sua natureza, a diversidade do negócio e a importância de suas dependências, aos quais se impôs um valor fixo para taxaço. Pagava maior taxa aquele estabelecimento comercial que intermediava com mercadorias importadas diretamente do estrangeiro e as revendia em grosso.

No entanto, o IPC oferecia dificuldades em sua percepção: a natureza da imposição. Ao recair sobre o valor da mercadoria, verificável pela fatura que o comerciante apresentava na repartição fiscal - fatura que era "abertamente viciada e o preço que ela indica, não representa, talvez, 50% do custo real da mercadoria de sua procedência"<sup>10</sup>, a base da taxaço constituía-se falível.

Destarte, a cobrança do IPC era constantemente iludida, não correspondendo o realizado com o previsto.<sup>11</sup>

Promoveu-se, em consequência, reforma completa do sistema de cobrança do IPC, como medida para "amparar o fisco do desembaraço com que era iludido"<sup>12</sup>.

Pela nova sistemática, a tributação era efetuada pelo peso dos volumes das mercadorias despachadas pela estrada de ferro para as localidades fora do litoral e destinadas ao comércio e consumo. A arrecadação era realizada em Paranaquã, Antonina, Morretes e nos extremos sul e norte do Estado e aplicavam-se as tarifas da Estrada de Ferro do Paraná, conforme pauta estabelecida no Decreto Federal nº 1.991, de 14 de março de 1895, divididas em 7 classes.

Criadas as taxas e as classes pelas quais se devia regular a cobrança do imposto, o Poder Executivo encontrou-se na contingência de não poder fazer recair o tributo senão

nas mercadorias que estivessem compreendidas nessas classes. "E isto, sobre ser prejudicial, não é justo nem equitativo. (...) O cimento, a cal, o carvão, a alfafa e tantos outros artigos não suportam nem sequer a taxa da classe 8ª, cuja aplicação tornaria proibitivo o comércio destes artigos"<sup>13</sup>.

A tabela sofreu, já sob o governo de José Pereira Santos Andrade (1896-1900), algumas alterações.

Por exemplo, pelo Acto nº 12, de 9 de março de 1896, foram beneficiados com taxas menores do que as que vigoravam antes, itens como: barbantes, cobertores, cortiça, linha para costura, papel, pentes, rolhas, louça branca, vidros ordinários.

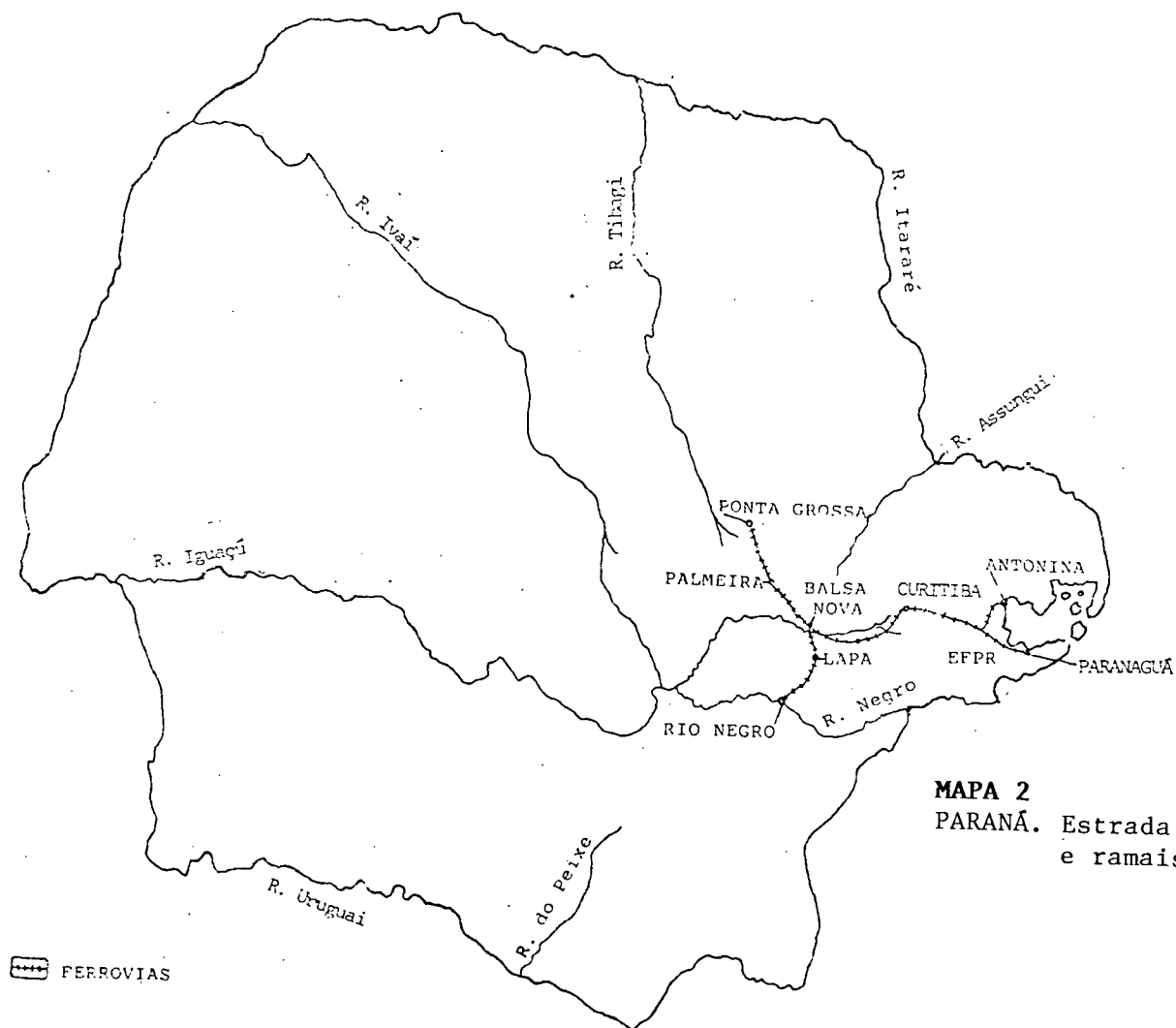
Pondo em prática uma política fiscal de caráter nitidamente protecionista, foram decretados, no mesmo ano, impostos diferenciados para a aguardente, conforme a sua procedência. Se fabricada no Estado, a taxa seria de 10 réis o quilo; da que entrasse de fora do Estado, cobrar-se-ia 40 réis o quilo, com a declarada intenção de proteger os produtos da lavoura e indústria paranaenses da concorrência de similares de fora do Estado, desonerando os primeiros.

Ainda nesse ano, outras modificações foram implantadas na tabela classificatória, buscando um tratamento mais equitativo e a correção de distorções verificadas na classificação.

Para efeito de ilustração, foi possível realizar um certo agrupamento dos itens classificados. O resultado é dado no Anexo 1.

Ficou determinado que fossem tributadas com o IPC mercadorias transportadas por qualquer via de comunicação, além da ferrovia. Em 1896, além do trecho ferroviário Curitiba-Paranaguá, com seus quase 111 quilômetros de extensão, já se encontravam em operação o ramal Morretes-Antonina (16 km, inaugurado em 1887), a linha de prolongamento de Curitiba a Ponta Grossa (185 km, desde 1892), o ramal de Rio Negro (81 km) e do Porto Amazonas (40 km), estes últimos inaugurados em 1895 (mapa 2). Nesses prolongamentos foi incluído o ramal de Restinga Seca a Porto Amazonas, onde o rio Iguaçu era navegável por lanchas a vapor. A conexão ferrovia-navegação fluvial, na região, funcionou até 1917, quando outros projetos ferroviários diminuíram o sistema de conexão fluvial.<sup>14</sup>

Numa determinação de cunho político e reforçando o tratamento fiscal-protetionista, o governador do Estado, naquele mesmo ano, instruiu pelo Acto nº 26, de 24 de agosto de 1896, que os gêneros de produção do Estado — aguardente, farinha e outros —, expostos ao consumo, não deviam ser onerados com o IPC, ampliando o alcance desse benefício. Ordenou a cessação da cobrança sobre tais itens e um maior rigor na fiscalização e cobrança dos similares de fora do Estado, comercializados no território paranaense.



**MAPA 2**  
**PARANÁ.** Estrada de Ferro do Paraná  
 e ramais. 1896

FONTE: KROETZ, Lando Rogério.

## 2.4 A POLÊMICA SOBRE A TRIBUTAÇÃO DO COMÉRCIO INTERESTADUAL. A DISCUSSÃO NA CONSTITUINTE DE 91. OS DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS

O fim do sistema de política aduaneira, dito protecionista, é o de lançar taxas elevadas sobre os produtores de certas indústrias estrangeiras, no empenho de impedir a concorrência à produção nacional de artefatos ou produtos similares.<sup>15</sup>

Porém os Estados não podem criar alfândegas — repartições onde se arrecadam os tributos pela entrada e pela saída de mercadorias —, atribuição constitucional dada exclusivamente à União.

Literalmente, é o que constou do item 2 do artigo 7º da Constituição de 1891: direitos de entrada, saída e estada de navios, sendo livre o comércio de cabotagem às mercadorias nacionais, bem como às estrangeiras que já tenham pago imposto de importação.

Ainda neste artigo, em seu parágrafo 1º, item 2, tem-se que também competia privativamente à União a criação e a manutenção de alfândegas.

Essa competência era exercida pelo Congresso Nacional, privativamente, conforme dispunha o artigo 34, item 5: regular o comércio internacional, bem como o dos Estados entre si e com o Distrito Federal, alfandegar portos, criar ou suprimir entrepostos.

Havia, porém, limites a esse exercício, conforme constou no artigo 8º, no qual era vedado ao governo federal criar, de qualquer modo, distinções e preferências em favor

dos portos de uns contra os de outros Estados.

Mais adiante, quando estabeleceu a competência exclusiva dos Estados para decretar seus impostos, a Constituição Federal determinava, através do parágrafo 2º, do artigo 9º, que estava isenta de impostos, nos Estados por onde fosse exportada, a produção de outros Estados.

E salientava, ainda, no item 1º do artigo 11, as disposições proibitivas aos Estados sobre criar impostos de trânsito pelo território de um Estado, ou na passagem de um para outro, sobre produtos de outros Estados da República, ou estrangeiros, e bem assim sobre os veículos, de terra e água, que os transportassem.

De nada valeria a discriminação de rendas na Constituição — chave da autonomia dos Estados e Municípios, assim como da concórdia dentro da estrutura federativa — se fosse permissível aos legisladores ordinários o discricionarismo para rebeldia em face dos conceitos financeiros adotados pela Constituição.<sup>16</sup>

O próprio autor do anteprojeto da Constituição, Rui Barbosa, que se havia inspirado na experiência constitucional norte-americana, em artigos que publicou no **Jornal do Commercio**, em julho de 1896, sobre os impostos interestaduais, defendia também que o comércio de cabotagem, ou seja, o comércio interestadual, em sendo **livre**, não poderia ser tributado nem mesmo pela União. Sustentava ele que, em sendo livre a cabotagem — navegação mercante entre portos de um mesmo país<sup>17</sup> —, não seria lícito à União criar sobre a nave-

gação costeira outros impostos que não os de entrada, saída e estada de navios.<sup>18</sup>

Como havia a disposição constitucional que conferia ao Congresso Nacional o poder regulador sobre o comércio interestadual e, portanto, a capacidade de onerá-lo, era a autoridade da União, segundo Rui, que tinha de ser reduzida para que a liberdade, na cabotagem, fosse completa (artigo 34, item 5, já citado).

No momento da publicação desses artigos pela imprensa, Rui e a Nação assistiam ao debate no Congresso, onde senadores — e dentre estes desponha opositor de Rui nesta seara, Amaro Cavalcanti — defendiam o direito aos Estados de tributar o comércio interestadual e de cabotagem.

Rui considerava que, ao passar o tributo do comércio interestadual aos Estados, esse direito de tributar não encontraria limites e chegaria ao ponto de expelir tal comércio, lesando, com gravidade, as transações e fortunas dos outros Estados.

E se esse direito ainda fosse mal empregado, como seria de sua própria natureza, julgava Rui, o comércio por cabotagem deixaria de ser livre, no sentido de que a má administração do fisco poderia até mesmo aniquilá-lo, no exercício de sua opressão.

Para Rui, liberdade significava intributabilidade.

O tributo aplicado resultaria na extensão da soberania de um Estado sobre os interesses de outros Estados. Mas, se as relações comerciais de um Estado com outro constituíam sempre matéria de competência nacional, entrariam o comércio



entre Estados e o comércio por cabotagem no domínio das relações que interessavam à Nação.

A anarquia fiscal que lavrava na República era responsável por esse estado de coisas.

Os impostos interestaduais, ao aumentar os preços dos produtos brasileiros dentro do País, pioravam as condições de vida da população brasileira, e, ao diminuir o tráfico mercantil, decretavam a inevitável decadência de todas as indústrias.<sup>19</sup>

Também a Associação Comercial do Paraná manifestou sua preocupação com a questão, com o seguinte discurso:

Nenhum Estado ou Município tem o direito de decretar impostos de importação, seja qual for o pretexto e o nome que entenda dar-lhes, sobre mercadorias de outros Estados ou Municípios, quer elas se destinem ao consumo imediato no território em que entram, quer aí passem em trânsito de exportação para o interior ou exterior da República.<sup>20</sup>

A polêmica sobre os impostos interestaduais foi intensa e interessa de perto a este trabalho, requerendo maior detalhamento.

Interessa porque, do que ficou dito nas páginas anteriores, se depreende a caracterização do IPC, enquanto imposto sobre o consumo, como um tributo sobre o comércio interestadual e sobre o trânsito de pessoas e mercadorias.

Nos trabalhos da Constituinte, algumas vezes se levantaram para revelar preocupação com o futuro dos Estados, uma vez que nesse fórum se discutia a questão da discrimina-

ção de rendas, certamente o assunto mais amplamente debatido na Constituinte de 1890-91.<sup>21</sup>

Logo duas correntes se formaram: uma que se preocupava principalmente com o bem-estar dos Estados e outra que tinha em vista habilitar a União com os recursos necessários para fazer face aos seus pesados encargos. Do primeiro grupo, o representante mais ardoroso foi Júlio de Castilhos; do segundo, Rui Barbosa.<sup>22</sup>

O Conselheiro Saraiva, do grupo dos que desejavam ver o imposto de consumo atribuído aos Estados e não à União, lembrava que o citado imposto, nas províncias, permitira, à Bahia, por exemplo, construir estradas de ferro, assim como a Pernambuco. Uma vez declarada inconstitucional tal tributação, sua suspensão resultara na crise financeira das províncias, que ilustravam um "déficit horroroso nos orçamentos e os juros assoberbaram a receita"<sup>23</sup>.

Segundo Carlos Maximiliano, no entanto, os males que provieram na saúde financeira dos Estados não seriam resultantes de defeito constitucional e sim da improbidade ou da incapacidade dos seus dirigentes.<sup>24</sup>

Os Estados tinham, na Constituinte, maior número de defensores do que a União, para a qual se deixava toda a dívida nacional interna e externa. Foram atribuídos aos Estados: o imposto predial, o de indústrias e profissões, as taxas de selo nos papéis estaduais e as contribuições postais e telegráficas nos correios e telégrafos dos Estados.<sup>25</sup> Venceu, nos trabalhos preliminares, a tese da: 1) garantia privativa da União para tributar; 2) flexibilidade da União e

dos Estados para criarem novos impostos e, facultativamente, exercerem a competência em regime cumulativo (o que foi abandonado na Carta de 1934.).

## 2.5 PROTECIONISMO NOS ESTADOS E AS BARREIRAS INTERNAS. O CASO DO PARANÁ

No entanto os legisladores estaduais ou locais, no intuito de dissimular a lei maior, procuraram, com sofismas, instituir taxaço sobre o comércio e sobre o trânsito interno de mercadorias e pessoas. Sob diversas denominações, apareceram ora como taxa de estatística, ora como taxa de selo, ora como IPC. "Destarte, o comércio interestadual era frequentemente entravado por um protecionismo estreito, excessivamente bairrista"<sup>26</sup>.

Na realidade, os Estados, sob estes artifícios, continuaram a arrecadar certos impostos suprimidos pela Constituição ou subtraídos à sua competência. "Tinha-se, algumas vezes, a impressão de que o Brasil não era um organismo federativo, mas sim, um mosaico de Estados isolados, dado o ardor com que a maioria deles tratava de impedir a circulação em seu território dos produtos e das mercadorias de outros Estados irmãos"<sup>27</sup>.

Todavia, descobertos com facilidade pelo Judiciário, eram em seguida fulminados por sentenças definitivas.<sup>28</sup>

A primeira dessas decisões foi a que recebeu o número 82, de 23 de maio de 1896, em que o Supremo Tribunal Fede-

ral, baseado em parecer de Rui Barbosa, negou o recurso do Estado da Bahia, que pretendia cobrar imposto de exportação de café da Bahia para o Pará. No entanto o Acórdão nº 92, de 13 de fevereiro de 1897, do mesmo Supremo, decidiu dar provimento a outro recurso do mesmo Estado, sob cobrança do imposto de exportação de produto de um Estado para outro Estado. E fez referências à legislação monárquica, na qual o direito de taxar o tráfico interprovincial foi sempre reconhecido. Reportou-se, também, à competência da União (art. 34, § 5º) sobre regular o comércio e não a tributação entre os Estados.

Dada a divergência de opiniões entre os ministros da Corte Suprema, Rui Barbosa iniciou em 4 de julho de 1896 uma série de vinte artigos na imprensa carioca, especialmente no **Jornal do Comércio**, para se contrapor a argumentos do jurista e senador Amaro Cavalcanti, que publicara, no mesmo órgão de imprensa, suas idéias favoráveis à tributabilidade do comércio interestadual pelos Estados e sobre as questões relativas ao tráfego de pessoas e ao tráfico de mercadorias no País e à definição da atribuição de taxar o comércio de cabotagem. Todos esses temas são ramais de um mesmo tronco, se tomada, como Rui o fez, a definição de Burgess<sup>29</sup>, do termo **comércio**: é o tráfico, o transporte e a comunicação entre dois pontos, sitos em diferentes Estados. Portanto, comércio não é apenas a compra, venda e troca de produtos (tráfico), senão também o seu transporte — segundo Black<sup>30</sup>, também lembrado por Rui, em defesa de sua tese.

O objeto da controvérsia entre Rui e Amaro, em síntese, seria o entendimento diverso sobre o que fosse **exportar**.<sup>31</sup>

De fato, considerando-se a dimensão do território brasileiro e a heterogeneidade do seu solo e do povo que o habitava, irracional seria a Constituição de 1891 permitir a tributação do tráfego de mercadorias e pessoas, ou seja, a criação de barreiras tributárias internas, com o que resultariam ônus incalculáveis à economia, pelo encarecimento das diversas utilidades.<sup>32</sup>

Indiferente à polêmica, o IPC no Paraná, em 1896, revelava-se como uma das mais abundantes fontes de receita para o cofre estadual. A regularização da forma de sua arrecadação, por medidas administrativas que foram engendradas, "deixou um resultado realmente lisonjeiro", nas finanças públicas, como relatava o governador Santos Andrade.<sup>33</sup>

Na lei orçamentária votada para vigorar em 1897 (lei nº 234, de 21 de dezembro de 1896), o governo do Estado colocou em prática a adoção do mecanismo de isenção fiscal através do IPC e de outros impostos, para impulsionar certos setores produtivos.

Fora concedido esse privilégio às fábricas de tecidos, suas máquinas e matérias primas, estendendo-o às fábricas de tecidos de malhas e seus produtos, bem como à importação de maquinismos e matéria-prima para uma fábrica de essência e perfumarias que se instalava no Estado.

Nessa orientação, segue-se, nos anos seguintes, favorecendo, por 5, 10 ou 15 anos, os empreendedores na implan-

tação de fábricas de artefatos de louças de diversas qualidades, de cimento e seus produtos, de canos de chumbo e chumbo para caça. Incentivando também a lavoura, com isenção de impostos para a importação de instrumentos, sementes e animais reprodutores; bem como gerando facilidades para empresas prestadoras de serviços para a administração pública (liberação do pagamento de impostos sobre o material importado para execução do serviço de obras de abastecimento de água e rede de esgotos na Capital).

A agricultura recebeu, ainda, um tratamento especial, através da instituição de prêmios de animação ao cultivo e à produtividade de milho, feijão, arroz, além da elevação da taxa do IPC cobrado sobre produto similar entrado no Estado. Em 1898, pela Lei estadual nº 279, de 18 de julho, foi proposta a elevação da taxa cobrada sobre a importação dos três referidos produtos básicos, em 400%, bem como para o couro seco de gado vacuum e cavalar.

No final do século XIX, o Paraná, a exemplo do que ocorreu no Brasil, de modo geral, como economia reflexa, sentia os efeitos depressivos da crise mundial. Centrada a economia sobre produtos agrícolas de exportação, a instabilidade cambial vigente retraía a atividade em todos os ramos da vida comercial e sua expansão.

Deste modo, ficava cerceada a ação dos administradores públicos nos Estados para o estabelecimento de previsões e a realização de cálculos orçamentários, que pudessem prever os efeitos da crise, que teve maior incremento no segundo semestre de 1896, e permitir-lhes alterar as bases da receita orçada.

Sem dúvida, os resultados gerais da renda pública foram desfavoráveis, uma vez que era na normalidade do comércio que se assentava o desempenho dos impostos decretados.

Na mensagem do governador aos congressistas estaduais, em 1897, transparece o descontentamento com a condução da política monetária do governo federal e é feita a proposta: "(...) basta que o valor monetário se mantenha a uma taxa fixa, qualquer que ela seja, porque, neste caso, a sua maior ou menor elevação não influirá nos resultados das transações efetuadas"<sup>34</sup>.

## 2.6 A CONJUNTURA DE 1897-1904 NO BRASIL E NO PARANÁ. MUDANÇAS NAS ESTRUTURAS

Como demonstra o quadro 9, a seguir, nos últimos anos do século passado, houve uma aceleração muito acentuada da variação na taxa cambial, sendo que no ano de 1897 esta variação foi mais significativa.

A desvalorização do mil-réis favorecia os cafeicultores nacionais de artigos que competiam com as importações. Os preços do café estavam em fase de baixa, o que levava o setor agrário-exportador a clamar por desvalorização cambial e por crédito mais abundante. Dessa forma, a lavoura cafeeira defendia sua renda em moeda nacional,<sup>35</sup> enquanto a indústria já estabelecida ficava protegida, na medida em que a desvalorização no mil-réis que vinha sendo efetuada desde

1890 tornava mais dispendiosos os produtos importados pela Nação.

#### QUADRO 9

BRASIL. Taxa de câmbio da libra esterlina (livre). 1893-1905

ANO	CÂMBIO MÉDIO	ÍNDICE 1822=100	VARIAÇÃO %
1893	20,70	422	+ 3,7
1894	23,78	485	+14,8
1895	24,15	493	+ 1,5
1896	26,48	540	+ 9,6
1897	31,09	634	+17,4
1898	33,39	681	+ 7,4
1899	32,27	659	- 3,3
1900	25,26	516	-21,7
1901	21,10	431	-16,4
1902	20,10	410	- 4,7
1903	20,00	408	- 0,5
1904	19,70	402	- 1,5
1905	15,09	308	-23,4

FONTE: ÔNODY, Oliver. **A inflação brasileira** (1820-1958). Rio de Janeiro, s.e., 1960.

Todavia, ao encarecer o produto importado, ainda o grosso do atendimento do mercado interno, a desvalorização da moeda nacional levava à elevação geral nos preços internos, além de forçar o consumidor a adquirir o produto nacional caro e de baixa qualidade.

Se, de um lado, o processo inflacionário "evidencia uma mudança na fisionomia da economia, no sentido de um processo de industrialização"<sup>36</sup>, por outro, encarece sobremodo o custo de vida de toda a população, principalmente das camadas sociais não proprietárias de capital (meios de produção).

Esses fatores não ocorreram isoladamente: a aceleração do deficit governamental, tanto pela queda das importa-



ções que lhe propiciavam arrecadação, quanto pela necessidade de pagar os ônus da dívida externa, levavam à crescente emissão de papel-moeda (quadro 10).

#### QUADRO 10

BRASIL. Emissões de papel moeda (contos de réis). 1893-1903

ANOS	PAPEL-MOEDA EM CIRCULAÇÃO	ÍNDICE 1822=100	VARIAÇÃO %
1893	631.861	6.889	+12,5
1894	712.359	7.767	+12,7
1895	677.066	7.382	- 4,9
1896	712.355	7.767	+ 5,2
1897	780.328	8.508	+ 9,5
1898	778.365	8.487	- 0,2
1899	733.727	8.000	- 5,7
1900	670.000	7.305	- 8,6
1901	680.000	7.414	+ 1,4
1902	676.000	7.371	- 0,5
1903	675.000	7.360	- 0,1

FONTE: ÔNODY, Oliver.

No ano de 1897, as emissões de papel-moeda alcançaram um alto índice nominal, a exemplo do que seria verificado, posteriormente, a partir da segunda década do século XX.

A crise mundial do período, ao acarretar, nas economias exportadoras dependentes, o decréscimo no preço dos seus produtos exportáveis e a diminuição de venda ao mercado externo, levou ao enfraquecimento das atividades dinâmicas nestes países. Porém, a burguesia agrário-exportadora costumava combater a urbanização e a industrialização, culpando-as por esse estado de coisas.

Ouviram-se os reclamos das classes agrárias e dos importadores, em 1897, exigindo a revogação da tarifa prote-

cionista posta em vigor desde 1895. Essa era acusada de ter provocado a alta do custo de vida e de resultar em proteção governamental à classe industrial já estabelecida, especialmente as que usavam elevada proporção de matéria-prima nacional, na medida em que aumentava efetivamente as taxas alfandegárias prejudicando os setores não industriais. Aqueles tarifas eram resultado de um modo encontrado pelo legislador para aumentar a receita pública, "aparentando interesse pela indústria nacional"<sup>37</sup>. Os obstáculos que as tarifas sobre máquinas e matérias-primas importadas impunham ao crescimento das indústrias e/ou à instalação de novas manufaturas eram, em boa parte, minorados pelo uso da influência política, do prestígio e da advocacia administrativa, na forma de pressões para obtenção de isenções. Essas seriam formalizadas com leis especiais, leis orçamentárias ou contratos realizados com empresas individuais.<sup>38</sup> Sua revogação iria repercutir desfavoravelmente sobre a renda da União, dependente, em grande parte, dos impostos de importação, e sua redução acabaria provocando deficits orçamentários.

Fishlow<sup>39</sup> argumenta que as tarifas teriam sido um instrumento pouco eficiente de promoção da industrialização por substituição de importações — ao menos antes de 1950 —, pois a cobrança dos direitos alfandegários era confusa e a tarifa foi aplicada tanto sobre os artigos cuja industrialização se desejava promover como sobre as matérias-primas e máquinas usadas na sua manufatura.

A política de taxa de câmbio baixa, ou seja, baixa cotação da moeda nacional em relação à libra esterlina, foi

defendida pelos exportadores nacionais, especialmente porque ampliava o poder de compra dos importadores do resto do mundo.

Como vimos, para o consumidor nacional, no entanto, isto representava um encarecimento no custo de vida, especialmente para os grupos urbanos (classe média e operariado). Sendo uma economia primária, o País dependia da importação, junto a países já industrializados, de toda uma vasta gama de bens e serviços que só um contexto fabril poderia gerar.

Restava, então, ao consumidor brasileiro, num regime cambial onde o valor da moeda nacional fosse baixo em relação à moeda estrangeira, comprar o produto doméstico por um preço muito superior ao do produto estrangeiro, sob um regime de livre câmbio.

As indústrias nacionais que subsistiram à crise beneficiaram-se da permanente desvalorização da moeda e aumentavam seus capitais, permitindo a diversificação das atividades secundárias, ampliadas, também, pela aplicação dos lucros do café face à proibição de ampliar os cafezais em virtude da existência da crise no mercado internacional e do volume existente da oferta. Os preços do café, que se mantinham baixos até 1908, reduziam a receita pública.<sup>40</sup>

Campos Sales (1898-1902) adotou uma política de recuperação financeira. Seu ministro da Fazenda, Joaquim Murinho, contra o desejo de grande parte dos segmentos influentes, iniciou a valorização do mil-réis (quadro 9), através da reformulação das tarifas alfandegárias e da ampliação do imposto federal de consumo.

A valorização do mil-réis tornou favoráveis os preços dos produtos importados.

Segundo Nícia Vilela Luz, "a ação enérgica do Ministro da Fazenda", decretando novas tarifas em 1897, "assinala, na República, a primeira tentativa para pôr em xeque o industrialismo inaugurado no novo regime [republicano], desonerando o consumidor, mas mantém tarifas protecionistas sobre as indústrias "viáveis", resultando em arrecadação mais eficiente para a União"<sup>41</sup>.

Todavia, como as exportações estavam estagnadas, havia uma tendência à compressão das importações, fosse pela falta de capital, ou de renda para adquiri-las. Essa contenção das importações exigia, por outro lado, saldos positivos na balança comercial, o que levaria à reforma tarifária, em 1900, que acabaria favorecendo a indústria nacional, não produzindo, para a administração federal, a desejada depuração da indústria doméstica, pela eliminação pura e simples, do mercado, daquelas ditas artificiais.

De toda forma, no período de governo administrado por Campos Sales, aumentou o crédito brasileiro no exterior, cresceu a capacidade de importar, elevou-se a renda nacional e, por consequência, a demanda por produtos industrializados.

Se, para o Rio de Janeiro e São Paulo, o café era o segmento produtivo dinâmico — entre 1889 e 1897 a exportação de café correspondeu a mais de 67% da exportação brasileira<sup>42</sup> — e de cuja renda foi possível a diversificação de atividades do setor secundário, no Paraná, todavia, a economia se

assentava no mate. De responsável por mais de 80% da renda de exportação da Província no momento de sua emancipação, o produto encontrava-se, antes mesmo de proclamada a República, sem maiores possibilidades de expansão.<sup>43</sup>

Não obstante, figurou na exposição de Paris, em 1897<sup>44</sup>, como parte da política de divulgação do produto em mercados europeus. O comércio exterior do mate se fazia, principalmente, com o Prata e o Chile.

Entre 1885 e 1902, quando é decretada a Lei nº 449, de 22 de março, de equiparação, revogando a Lei nº 810, a produção e a comercialização do mate estiveram embaraçadas, tendo neste intervalo de tempo permitido larga vantagem comercial aos concorrentes do Paraguai, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. Esta revogação, embora sob forte oposição à sua execução, permitiu melhoria considerável no quantum exportado.

A economia ervateira se assentava no trabalho de colonos locais e de colonos imigrantes. A incorporação destes últimos se deu principalmente no transporte (com os russos-alemães do Volga) e na comercialização. No ano de 1897 existiam no Estado 93 núcleos coloniais, de diversas etnias.<sup>45</sup>

Os primeiros destes núcleos foram os de Rio Negro (1829), de alemães; a Colônia Militar de Jataí (1851) ao norte; a Colônia Thereza (1847), à margem direita do rio Ivaí, composta por franceses; a de Superaqui e de Guaraqueçaba (1852), formada por suíços, franceses e alemães. Já a Colônia de Açungui (1860), a cem quilômetros da Capital, reunia imigrantes ingleses, italianos, franceses e alemães.<sup>46</sup>

Devido às más condições de alguns destes núcleos, dedicados à agricultura de subsistência e com pequena comercialização no mercado regional, muitos dos homens europeus foram empregados nas obras de construção de estradas de ferro e de rodagem, de modo a permitir a ampliação do rendimento familiar. Tentava-se, por outro lado, neutralizar a reemigração, resultante da decepção de alguns colonos com os termos do contrato feito na Europa, em bases ufanistas da excelência de condições em que viveriam no país adotado e que, em alguns casos, não se concretizara.

Nessa conjuntura começa a tomar importância a economia da madeira, que havia tido incremento com a inauguração da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá, em 1885. Já no final do século, entre 1896 e 1899, existiam 64 serrarias em produção.<sup>47</sup>

No Paraná de 1900, que contava com cerca de 350 mil habitantes, onze comarcas abrangiam vinte municípios.<sup>48</sup> A Comarca de Curitiba, integrada pelos municípios de Curitiba, Colombo, Araucária, Serro Azul e Campo Largo e suas vilas e freguesias, cadastrava 88 mil pessoas, das quais 13 mil eram estrangeiros, cerca de 14% da população.<sup>49</sup>

A Capital possuía 30 mil habitantes, aproximadamente 30% dos que povoavam a Comarca, sendo 24 mil nacionais e 6 mil estrangeiros (20% dos cidadãos). Nos limites do quadro urbano contavam-se 20 mil moradores, mal servidos de boa água e sistema de esgotos. A iluminação elétrica era deficiente, e os bondes serviam a cidade em ruas calçadas de paralelepípedos de pedra. A instrução pública já estava regu-

larmente difundida, havendo cinco colégios particulares, inclusive uma escola alemã e uma italiana. Os grêmios recreativos, literários e beneficentes multiplicavam-se, oferecendo lazer também aos imigrantes, que contavam, como as colônias alemã, italiana, polaca e portuguesa, com seus próprios clubes.

É curioso notar, pela composição do Corpo de Bombeiros da cidade, constituído de voluntários, a completa predominância dos estrangeiros e sua integração na comunidade, onde se encontravam nomes como Werwieb, Poppe, Seegmuller, Podleck, Glaser, Schoneweg, Buttner, Etzel, Schmidt, Bauer, Pospissil, Kerbel, Remmers, Mundet, Schultz, Wiesner, Dietrich e Winker.

É bem mais raro, no entanto, identificar sobrenomes alienígenas em instituições como, por exemplo, a Associação Comercial, a Associação dos Empregados no Comércio, o Centro dos Industriais de Erva-Mate, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, entre outros, evidenciando que, no início do século XX, cabia ao elemento local a direção dos empreendimentos comerciais e industriais de maior destaque, fisionomia que começa a modificar-se no decorrer dos anos seguintes do século nascente.

A reforma administrativa e financeira iniciada no Paraná, ao findar o período, incluiu, entre outras medidas, a alteração do exercício financeiro do Estado, que, daí em diante, começaria a vigorar no primeiro dia do mês de julho e findaria aos 20 de junho do ano civil seguinte. A tônica teria o sentido de "reduzir despesas sem onerar mais o con-

tribuinte".<sup>50</sup> Para pôr em prática tal medida, o orçamento vigente no exercício de 1898 foi prorrogado até 30 de junho de 1899, com isso repercutindo sobre os valores demonstrativos do desempenho fiscal do Estado, no mesmo período.

Neste pano de fundo, a administração estadual, vendo conturbadas as rendas públicas e o decréscimo da receita tributária, em especial do IPC, "em parte naturalmente, devido à diminuição de importação no Estado"<sup>51</sup>, como ocorria igualmente em todo o território nacional, em parte por dificuldades na arrecadação, em parte pela conjuntura de crise do final do século, propôs, através da lei orçamentária nº 325, de 9 de maio de 1899, a suspensão do IPC e a criação de **novo IPC**, que passaria a ser cobrado por meio de uma taxa proporcional de 10% sobre o valor dos **estabelecimentos comerciais e industriais**, classificados com base na diversidade, qualidade e quantidade aproximadas das mercadorias neles existentes ou que neles fossem produzidas; à exceção dos mesmos estabelecimentos que não recebessem de fora do Estado mercadorias para vender ou materiais para o preparo ou aperfeiçoamento de seus produtos.

Evidencia-se o avanço do aparelho fiscal do Estado, no sentido de abarcar, nas indústrias, as mercadorias transacionadas, fosse na sua entrada, como matéria-prima e insumos, durante o processo produtivo (manutenção de estoques), ou na sua saída (venda do produto elaborado, tanto intermediário como para consumo final).

A isenção proposta pode ludibriar o leitor menos atento: dificilmente o comércio e a indústria poderiam bas-



tar-se com a aquisição para revenda ou transformação, de mercadorias ou materiais locais, face ao incipiente setor de produção existente.

A medida de alteração do IPC teria sido sugerida ao governo do Estado pelo seu secretário das Finanças, por duas razões básicas:

- 1ª) a constatação, pelo fisco, da ocorrência da continuada prática de falsificação nos documentos fornecidos pela Estrada de Ferro, sobre o peso e a qualidade da mercadoria a tributar;
- 2ª) o fato de terem sido julgados inconstitucionais, pelo Supremo Tribunal Federal, impostos criados em diversos Estados do Norte, sobre a importação direta e interestadual; o que gerara, no Paraná, "a campanha sobre a legalidade do de Patente Comercial, a despeito de não ser ele da mesma natureza, nem de criação recente, pois a sua existência vem do ano de 1877, desde quando figura nos orçamentos<sup>52</sup> - referindo-se à taxa de 3% sobre o valor da mercadoria para consumo, decretada pela Lei nº 497, de 25 de abril de 1877, já mencionada neste trabalho como o provável embrião do IPC.

Em março de 1897, o Governador do Estado recebera correspondência do Ministro Bernardino de Campos, alertando sobre a inconstitucionalidade do IPC e solicitando contribuição da administração estadual "para evitar esse pernicioso conflito de interesses entre a União e os Estados, dando-

se ao mecanismo financeiro da Federação um funcionamento perfeitamente regular". Da mesma forma e pelo mesmo motivo oficiou ao Governador da Paraíba, no mesmo mês de março de 1897.<sup>53</sup>

Teriam os Estados o poder de tributar as mercadorias de procedência nacional? A questão assim colocada era prontamente combatida. "Sob nenhum pretexto se permitem os impostos interestaduais, muito embora eles se disfarcem sob outras denominações"<sup>54</sup>.

E o Acórdão do Supremo Tribunal Federal, no recurso extraordinário nº 167, de 7 de junho de 1899, concluía: "(...) todo imposto é inconstitucional, desde que não recaia indistintamente sobre mercadorias do Estado e de fora dele"<sup>55</sup>.

O retorno ao sistema de cobrança do IPC, aos moldes do que era feito ao tempo do Império através de uma taxa fixa sobre o valor dos estabelecimentos, fora sugerido como forma de "fugir à pecha de inconstitucionalidade"<sup>56</sup>.

Assim, o comércio de gado **em trânsito pelo Estado**, com direção aos Estados vizinhos, ficava isento de pagar impostos, dado o preceito constitucional.

Em seu Relatório de 5 de janeiro de 1900, o Secretário das Finanças denunciava que os comerciantes, "ao se utilizarem de sofismas", por julgar ser raro o gado que ao passar pelo Paraná não fosse ali mesmo comercializado, "estão prejudicando não só a pecuária do próprio Estado, como o fisco paranaense"<sup>57</sup>.

## 2.7 O ALIVIAIR DAS TENSÕES A PARTIR DE 1900

Era grave e delicada a saúde financeira na República. O Paraná refletia a crise que se verificava no País.

Os problemas no complexo cafeeiro e a bancarrota financeira do Estado nacional levaram o País à moratória junto aos credores londrinos, em 1898. Foi obtido um empréstimo de consolidação, devendo-se iniciar seu pagamento após treze anos de carência. Esse favor dos financistas estrangeiros veio acompanhado de exigências da tomada de medidas recessivas no âmbito monetário e fiscal. Com o objetivo de valorizar o meio circulante, promoveu-se a retirada e a destruição da quantia de papel-moeda equivalente ao valor dos títulos então emitidos. Esta política restricionista promoveu a recessão econômica no Rio de Janeiro, devido à crise bancária que desencadeou, uma vez que os bancos possuíam, em carteira, grande quantidade de títulos que passaram a ter baixa liquidez. Deu-se preferência ao pagamento da dívida externa em preterição da interna, o que desafogaria alguns bancos do Rio de Janeiro.

Sob o comando de Campos Sales consagrou-se a "política dos governadores", período marcado pelo duro combate dos paulistas ao centralismo financeiro da capital federal.

Em seu quadriênio, Campos Sales tratou de refazer as finanças, desorganizadas por excessivos dispêndios anteriores.<sup>58</sup>

A imposição de uma política de deflação e de restrições financeiras, caracterizada por austeridade monetária

(resultando em falências e fusões de empresas), queda do nível de consumo dos assalariados, corte nos gastos públicos, aumento da tributação sobre o consumo,<sup>59</sup> agravava a crise que só não foi maior pelo retorno da instituição da taxa-ouro para a importação, por razões fiscais. Medida que iria encarecer a importação de produtos estrangeiros e indiretamente favorecer a indústria nacional<sup>60</sup>, embora, simultaneamente, restringisse a capacidade de importar máquinas e matérias-primas.

Outra medida que aliviava a tensão interna fora a redução da taxa ferroviária (1899), ao permitir que os produtos nacionais de qualquer procedência fossem levados aos grandes centros em melhores condições de competir com o produto importado.<sup>61</sup>

Nesta fase, como relatado, fora retomada por Joaquim Murtinho a tese de indústria natural versus indústria artificial. Esta última, caracterizada por viver de favores oficiais, ter produção em inferior qualidade e superior no preço em relação à mesma mercadoria importada.

Para ele, tais indústrias e a organização agrícola para produção exagerada do café seriam "os dois fatores da desvalorização da nossa produção"<sup>62</sup>.

Em 1900, Campos Sales autorizou o aumento da taxa alfandegária, dando um melhor ordenamento aos artigos taxados e instituindo a cobrança de 25% do imposto em ouro, já mencionado, medidas que agradaram aos industriais nacionais, principalmente àqueles ligados às ditas "empresas artificiais", que "esmagados pelo custo da produção, não tinham

condições de suportar a concorrência estrangeira e reclamavam a proteção das tarifas aduaneiras"<sup>63</sup>.

O setor agrário-exportador protestava contra as tarifas elevadas que encareciam os insumos importados que utilizava. Outras razões que colocavam esse setor em oposição aos industriais: a expansão da atividade manufatureira capturava capital e mão-de-obra da agricultura, além de que poderia transformar-se em represália por parte dos países importadores de café se estes instituíssem também direitos elevados em suas aduanas. Todavia, lavradores engrossavam o clamor dos grandes produtores: afinal, como consumidores, viam os preços dos diversos produtos se elevarem, e a opção era consumir o produto menos qualificado produzido internamente. Por seu lado, os importadores se viam ameaçados pela perspectiva do aumento da produção nacional dos artigos que comercializavam.<sup>64</sup>

Embora sob todos esses protestos, as tarifas se mantiveram elevadas.

No Paraná, sob o comando, novamente, de Francisco Xavier da Silva, a tônica do discurso oficial também era a da necessidade de reconstrução financeira e equilíbrio orçamentário; e o caminho traçado foi o da redução das despesas públicas; pela constatação de que, nos exercícios anteriores, "regra geral, têm sido aprovados créditos suplementares maiores que as verbas votadas pelo Congresso"<sup>65</sup>.

O Decreto nº 15, de 14 de abril de 1900, reorganizou o serviço de fiscalização e arrecadação do IPC, no litoral, pois haviam sido extintas as Comissões Fiscais de Paranaguá

e Antonina. Dada a predominância do serviço nestas localidades, passou a denominar-se "Fiscalização Geral do IPC", por onde se recolhia cerca de 45% deste tributo, no Estado.

E, "apesar do acentuado retraimento do comércio, tende a aumentar a arrecadação do IPC em Paranaguá e Antonina", conforme análise feita pelo governador Xavier da Silva,<sup>66</sup> após constatar o superavit havido no primeiro semestre do exercício financeiro de 1900-01, relativamente ao período anterior, no montante de mais de 94 contos de réis.

O ano de 1901 é marcado por uma seqüência de atos legislativos concedendo privilégios fiscais a diversos ramos fabris, dentre os quais: fábrica de vidros, de tecidos, exploração de minas, fábrica de meias e de fósforos. Além da isenção, pela lei orçamentária nº 526, de 9 de abril, para inseticidas, árvores e plantas vivas de qualquer espécie, introduzidas no Estado, bem como os produtos químicos destinados a adubos e corretivos para indústria agrícola; os fios de ferro galvanizado para parreiras e os sulfatos de ferro e de cobre, quando importados por sociedades agrícolas do Estado.

No ano financeiro 1900-01, há "forte depressão na receita arrecadada"<sup>67</sup> pelo fisco estadual, muito embora o IPC tenha contribuído com um desempenho positivo, a exemplo, também, do imposto de indústrias e profissões e do imposto de selos; porém o imposto de exportação de erva-mate e o de transmissão de propriedades, principalmente este último, estiveram bem abaixo do orçado (quadro 11).

## QUADRO 11

PARANÁ - Receita orçada e arrecadada de alguns impostos - 1900-01  
(em mil-réis)

DISCRIMINAÇÃO	ORÇADO (A)	ARRECADADO (B)	(A/B)
IPC (1)	486	511	105,14
IIP (2)	178	190	106,74
IS (3)	190	281	147,89
IXEM (4)	552	534	96,74
ITP (5)	331	162	48,94
RECEITA TOTAL	2.548	2.309	90,62

FONTE: PARANÁ. Relatório do Secretário das Finanças.

(1) Imposto de patente comercial.

(2) Imposto de indústrias e profissões.

(3) Imposto de selo.

(4) Imposto de exportação de erva-mate.

(5) Imposto de transmissão de propriedade.

Mas o estado de ânimo revelado pelas autoridades paranaenses, nos seus documentos, revela que já se verificava "movimento animador na lavoura, nas indústrias e no comércio, ativando as forças econômicas do Estado, fatores da riqueza privada e pública"<sup>68</sup>.

A constatação desta recuperação é medida pelo movimento nas ferrovias Paranaguá-Ponta Grossa e no trecho em uso da São Paulo-Rio Grande, o que "tem levado o governo a perseverar no pensamento de ligar, com as aludidas ferrovias, por meio de estradas, as zonas mais povoadas e produtoras do Estado"<sup>69</sup>. De fato, teria sido este um dos objetivos da construção da Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande, além de "aprimorar a defesa do território no Brasil meridional, cujas comunicações existentes por terra eram bastante precárias e preencher os espaços vazios em territórios pouco

povoados, comunicando-os com o litoral e com os centros consumidores nacionais e internacionais"<sup>70</sup>. Os trabalhos de construção da ferrovia se iniciaram em 1901, na linha sul desde Ponta Grossa até Paulo Frontin e daí até a margem direita do rio Iguaçu em União da Vitória. Na linha norte, a construção atingiu Jaguariaíva (mapa 3).

E prosseguia a adoção de medidas protecionistas, como por exemplo a duplicação da taxa do IPC cobrada sobre vidros e louças ordinárias importadas, exceção feita aos vidros para vidraças, quando funcionassem as respectivas fábricas.

As reformas tributárias, levadas a efeito na gestão de Xavier da Silva, incluíram a rescisão de contratos particulares para arrecadação de rendas, a supressão de estações fiscais e a criação de outras agências arrecadadoras. Por outro lado, no balanço das atividades, o secretário das Finanças do período indicava a promoção do fomento público às indústrias, por meio das já relatadas isenções, a distribuição de mudas e sementes e prêmios de animação aos produtores pastoris e agrícolas.<sup>71</sup>

No relatório do secretário das Finanças encontra-se mencionada a questão de limites com Santa Catarina, bem como aquela relativa a São Paulo, na região da Ribeira, "onde diversas perturbações têm embaraçado a arrecadação fiscal"<sup>72</sup>.

Além da erva-mate, os fósforos, as madeiras de pinho, cedro e outras espécies, beneficiadas ou em bruto, eram os itens mais representativos da pauta de exportação estadual, se considerados pelo valor do imposto de exportação pago,





tanto em Paranaguá como em Antonina e em Foz do Iguaçu.

Paranaguá permanecia como porto de entrada de mercadorias, bem como fortalecia sua posição como a principal estação fiscal arrecadadora do IPC: no exercício financeiro 1902-03, foi responsável pelo recolhimento de mais de 75% do tributo verificado em todo o Estado; coube a Antonina cerca de 19% (mapa 4 e quadro 12).

#### QUADRO 12

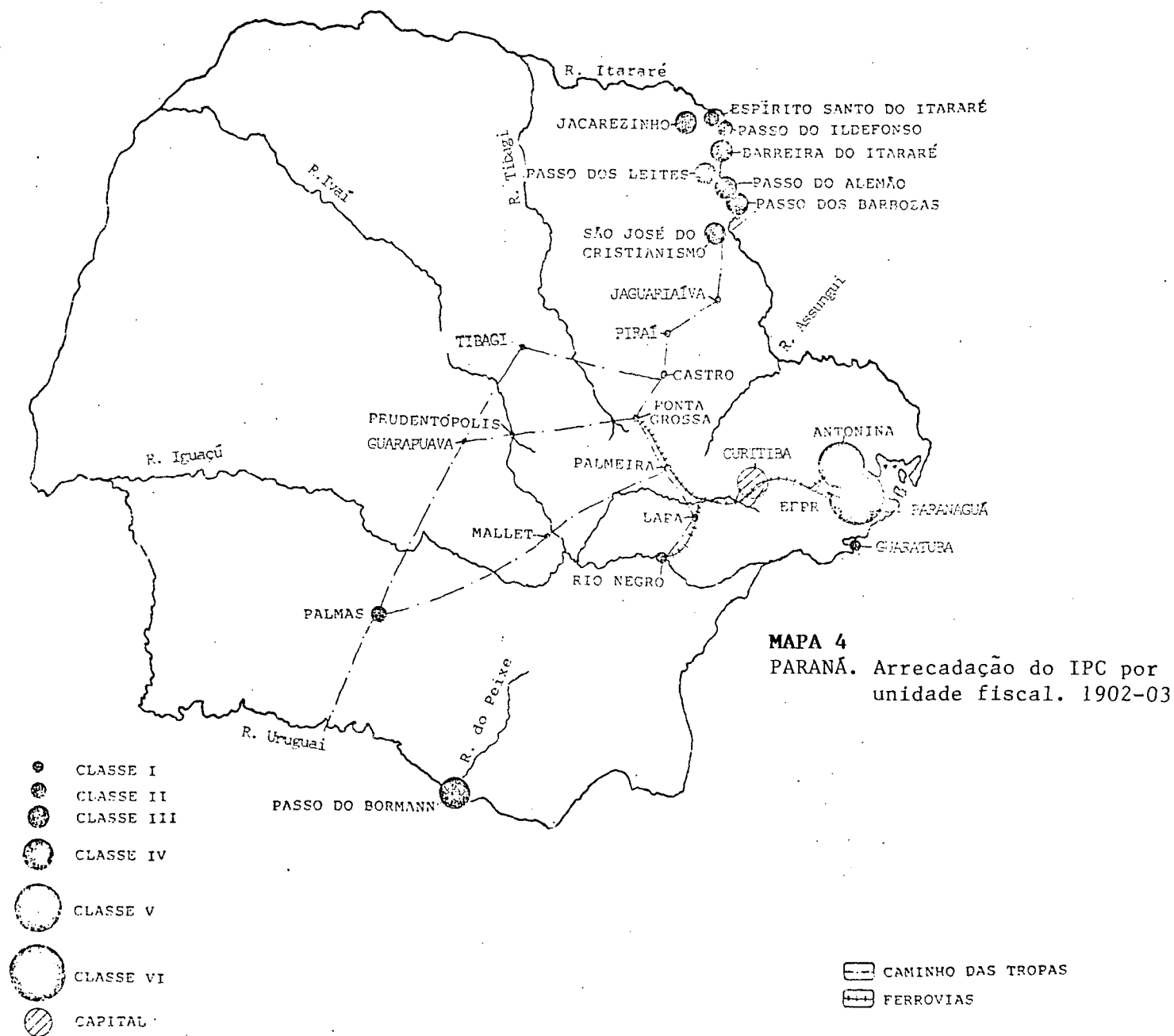
PARANÁ - Arrecadação do imposto de patente comercial e dos demais tributos estaduais, por unidade fiscal - 1902-03 (em mil réis)

UNIDADE FISCAL	IPC ARRECADADO (A)	(A) TOTAL	ARRECAÇÃO TOTAL (B)	(A/B)
Paranaguá	431:260	75,74	1.178:531	36,59
Antonina	105.861	18,59	806.765	13,12
Jacarezinho	3.735	0,66	11.893	31,40
Rio Negro	12	...	23.995	0,05
Palmas	201	0,04	16.363	1,23
Passo do Bormann (1)	13.038	2,29	25.865	50,41
Espírito Santo do Itararé (2)	139	0,02	4.998	2,78
Guaratuba	10	...	1.319	0,76
Barreira do Itararé	3.911	0,69	71.896	5,44
Passo dos Barbozas (3)	6.246	1,10	11.660	53,57
Passo dos Leites (4)	1.934	0,34	9.342	20,70
São José do Cristianismo (5)	1.131	0,20	5.882	19,23
Passo do Alemão (6)	1.608	0,28	5.691	28,25
Passo do Ildefonso (7)	295	0,05	5.292	5,57
TOTAL	569.381	100,00		

FONTE:

(1) Passo existente no rio Uruguai, em localidade hoje no limite de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. (2) Antiga denominação do município de Ribeirão Claro. (3) Sede do distrito de Sant'Ana do Itararé, ao norte de São José da Boa Vista. (4) Em Carlópolis. (5) Antiga sede da freguesia no povoado de São José da Boa Vista. (6) No rio Itararé, entre São José da Boa Vista e Carlópolis. (7) Passagem no rio Itararé.

As demais estações localizavam-se em Jacarezinho, Rio Negro, Palmas, Guaratuba e diversos passos no rio Itararé,



FONTE: MACHADO, Brasil Pinheiro; KROETZ, Lando Rogério; SANTANA, Ana Lúcia Jansen de Mello de.

onde hoje se encontram os municípios de Ribeirão Claro, Carlópolis e São José da Boa Vista.

Em Paranaguá, o IPC representava mais de um terço dos tributos ali coletados, enquanto em Antonina este índice era de aproximadamente 13% e em Jacarezinho cerca de 31%. Na Agência Fiscal de Passo dos Bormann (no rio Uruguai, hoje entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul),<sup>73</sup> o IPC representava mais de 50% do movimento de rendas, o mesmo se verificando em passo do rio Itararé.

Enquanto no governo federal, Rodrigues Alves inaugurava um governo voltado para uma política de gastos públicos,<sup>74</sup> no Paraná o novo governo estadual, à frente Vicente Machado da Silva Lima, iniciava, em 1904, a reforma administrativa que se consolidaria nos anos seguintes: o titular da administração do Estado passou a denominar-se presidente do Estado (e seu vice-presidente), e as secretarias de Estado passaram também por alterações, a partir de 1905: a de Finanças passou a denominar-se dos Negócios de Finanças, Comércio e Indústrias.

No plano federal, foi incentivada a importação de capitais e de mão-de-obra estrangeira, e a partir de 1905 iniciou-se a valorização do café, cuja questão será adiante verificada. Foram realizados novos empréstimos no exterior e instituída a Caixa de Valorização, que dava estabilidade às atividades econômicas.<sup>75</sup> O projeto de reforma alfandegária, de João Luís Alves, que visava dar mais proteção às indústrias nacionais, fossem elas extrativas, agropecuárias ou manufatureiras, todavia, não foi aproveitado.<sup>76</sup>

## NOTAS

- <sup>1</sup>FUKUSHIMA, Masanori. **Algumas características das migrações internas do Paraná. 1900-1984.** Curitiba, 1986. Tese, Doutorado, Universidade Federal do Paraná.
- <sup>2</sup>BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná.** Curitiba, Grafipar, 1969.
- <sup>3</sup>BALHANA; MACHADO, WESTPHALEN.
- <sup>4</sup>FERNANDES, Loureiro. A "Comissão de Comércio" de Curitiba, na Revolução de 1894. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO DE 1894, 1., Curitiba, 1944. **Anais.** Curitiba, Empresa Gráfica Paranaense, 1944.
- <sup>5</sup>PARANÁ. Secretaria d'Estado dos Negócios das Finanças, Commercio e Indústrias. **Relatório, em 16/10/1894.** Curitiba, Typ. d'A República, s.d.
- <sup>6</sup>PARANÁ, 1894-1896 (Silva). **Mensagem do Governador do Estado do Paraná Francisco Xavier da Silva, lida perante o Congresso Legislativo em 20/10/1894.** Curitiba, Typ.Liv. Economica, 1894. p.5.
- <sup>7</sup>CARONE, Edgar. **A República Velha.** São Paulo, DIFEL, 1975.
- <sup>8</sup>RIBEIRO, João. **História do Brasil.** Rio de Janeiro, Liv.São José, 1957.
- <sup>9</sup>LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. O Encilhamento. **Revista Brasileira de Mercado de Capitais,** Rio de Janeiro, 2(5):261-301, maio/ago.1976.
- <sup>10</sup>PARANÁ. Secretaria d'Estado dos Negócios das Finanças, Commercio e Indústrias. **Relatório, em 21/09/1895.** Curitiba, Typ. d'A República, s.d.
- <sup>11</sup>PARANÁ. Governo. 1894-1896 (Silva). **Mensagem do Governador do Estado do Paraná Francisco Xavier da Silva, lida perante o Congresso Legislativo em 13/11/1895.** Curitiba, Typ.Liv.Economica, 1895.
- <sup>12</sup>PARANÁ. Secretaria d'Estado dos Negócios das Finanças, Commercio e Indústrias. **Relatório, em 21/09/1896.** Curitiba, Typ. d'A República, s.e.
- <sup>13</sup>PARANÁ. Secretaria d'Estado dos Negócios das Finanças, Commercio e Indústrias. **Relatório, em 21/09/1896.**
- <sup>14</sup>KROETZ, Lando Rogério. **As estradas de ferro do Paraná, 1890-1940.** São Paulo, 1985. Tese, Doutorado, Universidade de São Paulo.
- <sup>15</sup>CAVALCANTI, Amaro. **Elementos de finanças (estudo theorico-prático).** Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1896.
- <sup>16</sup>BALEEIRO, Aliomar. **Direito tributário brasileiro.** Rio de Janeiro, Forense, 1981.
- <sup>17</sup>FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Novo dicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975.
- <sup>18</sup>BARBOSA, Ruy. Impostos interestaduais. **Jornal do Comercio,** Rio de Janeiro, 18 jul.1896.
- <sup>19</sup>IAVARES, João de Lyra. Economia e finanças dos Estados. **Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro,** Rio de Janeiro, t.especial, p.5, 1916.
- <sup>20</sup>CASSOL, Ernesto. **Política tributária do Paraná na Primeira República, 1890-1930.** Curitiba, 1973. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.
- <sup>21</sup>ROURE, Agenor. **A constituinte republicana.** Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1920.
- <sup>22</sup>CASTRO, Augusto Olímpio Viveiros de. **História tributária do Brasil. Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro,** Rio de Janeiro, 131(1):1-283, 1915.
- <sup>23</sup>MAXIMILIANO, Carlos. **Comentários à Constituição brasileira.** Rio de Janeiro, F. Bastos, 1954.
- <sup>24</sup>MAXIMILIANO.
- <sup>25</sup>ROURE.
- <sup>26</sup>MAXIMILIANO.
- <sup>27</sup>CASTRO.
- <sup>28</sup>HUGON, Paul. **O imposto: teoria moderna e principais sistemas. O sistema tributário brasileiro.** Rio de Janeiro, Ed.Financeiras, s.d.
- <sup>29</sup>BURGESS, John William. **Political science and comparative constitutional law.** Boston, s.ed., 1891.
- <sup>30</sup>BLACK, H. Campbell. **Handbook of American constitutional law.** Saint Paul, West Publ., 1895.

<sup>31</sup>FARIA, Silvio Santos. O sistema tributário brasileiro e a contribuição de Rui Barbosa. - **Revista de Direito Público**, São Paulo, 7(28):261-70, mar./abr.1974.

<sup>32</sup>FARIA.

<sup>33</sup>PARANÁ. Governo. 1896-1900 (Andrade). **Mensagem dirigida pelo Governador Dr. José Pereira Santos Andrade ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná, em 01/10/1896**. Curitiba, Typ.Liv.Economica, 1896.

<sup>34</sup>PARANÁ. Governo. 1896-1900 (Andrade). **Mensagem dirigida pelo Governador Dr. José Pereira Santos Andrade ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná, em 01/10/1897**. Curitiba, Typ.Liv.Economica, 1897.

<sup>35</sup>DELFIM NETTO, Antonio. **O problema do café no Brasil**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1979.

<sup>36</sup>LOBO.

<sup>37</sup>CASTRO.

<sup>38</sup>LUZ, Nícia Vilela. O industrialismo e o desenvolvimento econômico do Brasil. 1808-1920. **Revista de História**, 27(56):271-85, 1983.

<sup>39</sup>FISHLOW, A. Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil. In: VERSIANI, F.R. & MENDONÇA DE BARROS, J.R., coord. **Formação econômica do Brasil - a experiência da industrialização**. São Paulo, Saraiva, 1977.

<sup>40</sup>LOBO.

<sup>41</sup>LUZ.

<sup>42</sup>VILELA, A.V. & SUZIGAN, W. **Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973.

<sup>43</sup>COSTA, Mário J. Affonso da. **Paraná; contribuição para o estudo do comércio e das indústrias do Estado**. Rio de Janeiro, Pimenta de Mello, 1913.

<sup>44</sup>COSTA.

<sup>45</sup>KROETZ.

<sup>46</sup>BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN.

<sup>47</sup>BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN.

<sup>48</sup>FUKUSHIMA.

<sup>49</sup>BRASIL. Leis, decretos, etc. **Colecção de Leis da República dos Estados Unidos do Brasil. 1895-1904**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1896-1907. MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba, Guaíra, s.d.

<sup>50</sup>PARANÁ. Secretaria d'Estado dos Negócios das Finanças, Commercio e Indústrias. **Relatório, em 14/11/1898**. Curitiba, Typ. d'A República, s.d.

<sup>51</sup>PARANÁ. Governo. 1896-1900 (Andrade). **Mensagem dirigida pelo Governador Dr. José Pereira Santos Andrade ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná, em 25/06/1898**. Curitiba, Typ.Liv.Economica, 1898.

<sup>52</sup>PARANÁ. Secretaria d'Estado dos Negócios das Finanças, Commercio e Indústrias. **Relatório, em 14/11/1898**.

<sup>53</sup>BRASIL. Leis, decretos etc. **Decisões do Governo**. 1897-98. DEAP nº 10, Ministério da Fazenda. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, s.d.

<sup>54</sup>MAXIMILIANO.

<sup>55</sup>O DIREITO. Acórdão ao recurso extraordinário nº 167, de 07/06/1899, **79**, p.546. Rio de Janeiro, M.Orosco, 1899.

<sup>56</sup>PARANÁ. Secretaria d'Estado dos Negócios das Finanças, Commercio e Indústrias. **Relatório, em 14/11/1898**.

<sup>57</sup>PARANÁ. Secretaria d'Estado dos Negócios das Finanças, Commercio e Indústrias. **Relatório, em 05/01/1900**. Curitiba, Typ. d'A República, s.d.

<sup>58</sup>RIBEIRO.

<sup>59</sup>TANNURI, Luiz Antonio. **O Encilhamento**. São Paulo, Hucitec, 1981.

<sup>60</sup>CARONE.

<sup>61</sup>CARONE.

<sup>62</sup>CASTRO.

<sup>63</sup>CASTRO.

<sup>64</sup>LUZ.

<sup>65</sup>PARANÁ. Secretaria d'Estado dos Negócios das Finanças, Commercio e Indústrias. **Relatório, em 31/12/1900.** Curitiba, Typ. d'A República, s.d.

<sup>66</sup>PARANÁ. Governo. 1900-1904 (Silva). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado, no dia 19/02/1901, pelo Dr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado.** Curitiba, Typ.Liv.Economica, 1901.

<sup>66</sup>PARANÁ. Secretaria d'Estado dos Negócios das Finanças, Commercio e Indústrias. **Relatório, em 31/12/1901.** Curitiba, Typ. d'A República, s.d.

<sup>68</sup>PARANÁ. Governo. 1900-1904 (Silva). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado, no dia 01/02/1902, pelo Dr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado.** Curitiba, Typ.Liv.Economica, 1902.

<sup>69</sup>PARANÁ. Governo. 1900-1904 (Silva). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado, no dia 01/02/1902.**

<sup>70</sup>KROETZ.

<sup>71</sup>PARANÁ. Secretaria d'Estado dos Negócios das Finanças, Commercio e Indústrias. **Relatório, em 31/12/1903.** Curitiba, Typ. d'A República, s.d.

<sup>72</sup>PARANÁ. Secretaria d'Estado dos Negócios das Finanças, Commercio e Indústrias. **Relatório, em 31/12/1903.**

<sup>73</sup>LEÃO, Ermelino Agostinho de. **Contribuições históricas e geográficas para o Dicionário do Paraná.** Curitiba, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico, 1929.

<sup>74</sup>CARONE.

<sup>75</sup>CARONE.

<sup>76</sup>LUZ.

CAPÍTULO 3  
O DECRETO FEDERAL Nº 1.185, DE 1904,  
E A ECONOMIA NACIONAL E ESTADUAL

3.1 O DISPOSITIVO LEGAL

As constantes e crescentes questões suscitadas pelo relatado debate sobre a inconstitucionalidade dos impostos estaduais que sobrecarregavam o intercâmbio interestadual levaram à decretação do dispositivo federal nº 1.185, aos 11 de junho de 1904, sob o governo de Rodrigues Alves. O citado decreto pôs fim às chamadas "alfândegas secas" e estabeleceu a verdadeira doutrina sobre tributação interestadual, corroborada, anos mais tarde, pelos Acórdãos nº 536 e nº 1.980 do Supremo Tribunal Federal (de 3 de janeiro de 1914 e de 22 de setembro de 1915, respectivamente); bem como os Acórdãos de 2 de outubro de 1915 do Superior Tribunal de Pernambuco e de 23 de outubro de 1914 da Câmara Cível do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Os artigos 2º, 3º e 4º do Decreto nº 1.185, regulamentado pelo Decreto nº 5.402, de 23 de dezembro do mesmo ano, excetuando somente a permissão consignada no nº 4 e parágrafo 3º do artigo 9º da Constituição, vieram fixar o espírito do artigo 12, instituindo que somente era lícito aos



Estados estabelecer taxas e tributos, sob qualquer denominação, sobre mercadoria estrangeira ou nacional de produção de outros Estados, quando:

- a) umas e outras já constituíssem o comércio interno do Estado e se achassem, desse modo, incorporadas ao acervo de suas próprias riquezas;
- b) tais taxas e tributos incidissem, também, com a mais completa igualdade, sobre as mercadorias similares de produção do Estado em que se estabelecesse a tributação.

Portanto, firmou-se o princípio de que o imposto estadual só autorizava quando o produto ou mercadoria fosse exposto ao consumo, depois de vendido pelo importador.<sup>1</sup>

O Parecer de Rui Barbosa sobre este tema, publicado no Relatório da Associação Comercial da Bahia, em 1905, evidenciava as três restrições postas ao direito de tributar o consumo (impostos de consumo) dos Estados, na Federação:

- 1º) As taxas de consumo não poderiam alcançar as mercadorias importadas, senão quando terminasse o período natural da importação, isto é, quando já não estivessem à espera da primeira venda nas mãos do importador. Não fosse assim, ao gênero importado estariam sendo impostos dois direitos de importação e este era atributo do governo federal;
- 2º) Não podiam os Estados, a título de tributação do consumo, criar taxas especiais que recaíssem ex-

clusivamente sobre artigos de produção ou fabrico alheio ao Estado que as impusesse, visto como esse gênero de tributo operaria restritiva ou proibitivamente sobre o comércio interestadual;

- 3º) Inconstitucional seria, ainda, o imposto de consumo exigido por qualquer Estado, embora abrangesse, com a mercadoria importada, a de sua produção, se criasse entre as duas uma situação desigual, onerando mais a primeira do que a segunda.

Rui também demonstrou que o imposto de consumo interior não contrariava o disposto nos artigos 7º, 9º e 11, § 1º, da Constituição Federal de 1891. E isto se dava quando o gênero que fora importado passasse das mãos do primeiro importador para o comprador, aí cessando a importação, deixando o gênero de fazer parte do comércio exterior, passando a ser tributável pelo Estado.<sup>2</sup>

As autoridades estaduais paranaenses não se perturbaram, no primeiro momento, com as normas do Decreto nº 1.185, pois o comércio do Estado "comparando-as com a legislação e os regulamentos vigentes aqui, se excluiu por completo de qualquer movimento de chicana que, sem resultado, só poderia induzir ligeira e passageira perturbação no serviço de arrecadação de rendas, estremecendo proveitosas e leais relações entre os contribuintes e o fisco". E concluía o Presidente do Estado, em sua Mensagem ao Congresso Legislativo: "(...) o nosso regime de tributação e de percepção do imposto, cha-

mado de Patente Comercial, não é colhido nas disposições da lei proibitiva" <sup>3</sup>.

### 3.2 A REAÇÃO NO PARANÁ

Mas não foi bem assim: a lei orçamentária nº 611, publicada dois meses depois dessa Mensagem, em 6 de abril de 1905, autorizou a reforma do regulamento do IPC de modo a adequá-lo ao Decreto federal nº 1.185. E, em 1º de julho, o Decreto nº 257, atendendo àquele dispositivo, estabeleceu que o IPC incidiria **sobre mercadoria estrangeira ou nacional de produção de outros Estados**, depois de terem entrado no território paranaense e de constituírem objeto do seu comércio interno, incorporando-se ao acervo de suas próprias riquezas, bem como, e igualmente, **sobre as mercadorias similares de produção do Estado**.

Estavam sujeitos à sua cobrança: estabelecimentos comerciais, hotéis, restaurantes, quiosques, armazéns de companhias ou empresas de qualquer natureza e outros estabelecimentos permanentes ou temporários que recebessem tais mercadorias e as expusessem à venda ou as entregassem ao consumo. Estabeleceu, também, duas formas para o pagamento do tributo:

- 1ª) as mercadorias em trânsito litoral-interior, pelo peso dos volumes que as contivessem e **no momento**

do despacho pela Estrada de Ferro, segundo as instruções em vigor;

- 2ª) as mercadorias, **quando** recebidas pelo destinatário e fossem por ele expostas à venda ou entregues ao consumo.

Percebe-se, porém, um movimento de insatisfação transparecido nos dizeres do relatório que o secretário de Estado das Finanças, Indústria e Comércio endereçou ao presidente do Estado: "(...) esse imposto [o IPC], por espírito de oposição política ao Governo, tem sido por vezes taxado de inconstitucional; mas isso é evidentemente um erro porque, recaindo sobre o comércio interno do Estado, representa ele em verdade um imposto de indústrias e profissões, achando-se desse modo amparado pela Constituição da República" 4.

O secretário certamente se referia à ação judicial intentada por Glaser e Filhos contra o Estado do Paraná. Nos respectivos autos verifica-se que o fisco estadual taxara os comerciantes pela importação de dois volumes procedentes de Hamburgo. Ao recorrerem, os empresários reputaram inconstitucional a cobrança e obtiveram um mandado de manutenção de posse de suas mercadorias. O Estado apelou dessa determinação do Juiz Federal no Paraná, o que precipitou a declaração da inconstitucionalidade do IPC **naquele caso**, uma vez que os citados objetos haviam sido taxados na sua entrada, sem terem sido expostos à venda ou incorporados ao acervo local das riquezas econômicas. E a competência para tributar a importação de mercadorias, pela Constituição de 1892, era pri-

vativa da União. Essa foi a decisão emitida no acórdão à apelação cível nº 1.120, de 24 de outubro de 1906.<sup>5</sup>

O discurso oficial, ainda buscando demonstrar que "a reforma foi bem aceita pelo comércio que continua a pagar o imposto de boa vontade", citou a arrecadação do IPC no exercício de 1904-05, que superou o orçado em cerca de 18 contos de réis.<sup>6</sup>

De fato, o exercício financeiro seguinte (1905-06) confirmava, com eloqüência, esta disposição do comércio e das indústrias do Estado: fora arrecadado, além do total previsto para o IPC, mais 250 contos de réis. Sem dúvida, o tributo que melhor desempenho teve no citado ano, contribuindo decisivamente para melhorar a receita pública (quadro 13).

### QUADRO 13

PARANÁ - Receita orçada e arrecadada dos principais impostos  
1904-05 e 1905-06

DISCRIMINAÇÃO	1904-05		DIFERENÇA	1905-06		DIFERENÇA
	Orçado	Arrecadado		Orçado	Arrecadado	
IXEM (1)	1:100	1.202	+102	1.350	1.382	+ 32
IPC (2)	558	576	+ 18	558	808	+250
IIP (3)	188	190	+ 2	188	200	+ 12
IS (4)	229	318	+ 89	230	246	+ 16
ITP (5)	187	197	+ 10	187	170	(-) 17
IFP (6)	177	175	(-) 2	200	211	+ 11
IXD (7)	45	67	+ 22	47	62	+ 15
IP (8)	107	138	+ 31	140	134	(-) 6
RECEITA TOTAL	3.123	3.452	+329	3.666	4.004	+338

FONTE: PARANÁ. Relatórios do Secretário de Estado dos Negócios das Finanças, Comércio e Indústrias.

(1) Imposto de exportação de erva-mate. (2) Imposto de patente comercial. (3) Imposto de indústrias e profissões. (4) Imposto de selo. (5) Imposto de transmissão de propriedade. (6) Imposto de fretes e passagens. (7) Imposto de exportações diversas. (8) Imposto predial.

Apesar destes dados, o secretário das Finanças reclamava da lentidão dos serviços das estações arrecadadoras e da sua ineficácia, ao continuar cobrando impostos de empresas que já haviam encerrado atividades e deixando de cobrar daquelas que haviam entrado em atividades no período.

As localidades por onde se cobrava quase a totalidade do IPC no Estado eram Paranaguá, cerca de 66%, e Antonina, aproximadamente 30% <sup>7</sup> (quadro 14)

#### QUADRO 14

PARANÁ. Arrecadação do IPC, por unidade fiscal (em mil réis).  
1905-06.

UNIDADE FISCAL	IPC ARRECADADO (A)	(A)/TOTAL
Paranaguá	534.658	66,57
Antonina	249.486	30,59
Jacarezinho	2.491	0,31
Rio Negro	137	0,02
Passo do Bormann	2.570	0,31
Espírito Santo do Itararé	1.368	0,17
Passo dos Barbozas	5.794	0,71
Passo dos Leites	4.026	0,49
São José do Cristianismo	2.523	0,31
Passo do Alemão	464	0,06
Passo do Ildefonso	1.208	0,15
Passo dos Índios	411	0,05
Itararé	4.785	0,59
Curitiba	52	0,01
Barracão	559	0,07
Morretes	36	...
Guaratuba	40	...
Barreira do Itararé	4.835	0,59
TOTAL	815.443	100,00

FONTE: PARANÁ. Relatório do Secretário do Estado dos Negócios das Finanças, Comércio e Indústrias.

### 3.3 SITUAÇÃO DA INDÚSTRIA NACIONAL E DO PARANÁ EM 1907

Conturbada pelas mudanças no governo, com a morte de Vicente Machado e a conseqüente falta de liderança no comando político do Estado, a principal função da administração pública foi exercida, em 1906, pelo vice-presidente, João Cândido Ferreira e, em 1907, pelo 2º vice-presidente, Cel. Joaquim Monteiro C. e Silva; enquanto no plano federal eleições presidenciais levavam Afonso Pena e Nilo Peçanha aos postos máximos da República brasileira.

Durante a gestão de Afonso Pena foi realizado um levantamento da produção industrial brasileira, que estava, em 1907, assim composta:

QUADRO 15  
BRASIL. Produção industrial. 1907

ESTADOS	Nº DE ESTABELECIMENTOS (A)	Z A/TOTAL A	Nº DE OPERÁRIOS	CONTOS DE RÉIS		Nº OPERÁRIOS/Nº ESTABELECIMENTOS	CAPITAL/ESTABELECIMENTO	PRODUÇÃO/Nº ESTABELECIMENTOS
				Capital	Produção			
RJ (DF)	662	21,2	34.850	167.120	218.345	52,6	252,4	329,8
MG	529	16,9	9.405	26.820	31.880	17,7	50,7	60,2
SP	326	10,4	24.186	127.702	118.087	74,2	391,7	362,2
RS	314	10,0	15.426	48.206	99.726	49,1	153,5	317,6
PR	297	9,5	4.724	20.842	33.085	15,9	70,2	111,4
Outros	992	32,0	60.427	262.866	230.109			
TOTAL	3.120	100,0	149.018	653.556	731.232			

FONTE: Censo Industrial do Brasil.

Considerando que em 1889 havia 636 estabelecimentos industriais no Brasil, ocupando 54.169 operários, tem-se um crescimento de aproximadamente 400% no transcorrer de duas décadas.<sup>8</sup> É possível que a maior parte dessas novas unidades fabris se tenham instalado no período 1889-1895, se se considerar que entre 1896 e 1903 houve estagnação e mesmo redução do crescimento, face à queda no preço internacional do café, à diminuição na capacidade de importar e ao saneamento financeiro do governo Campos Sales.

A relação operários/estabelecimentos, que era, em 1889, de 85,17, em 1907 situava-se em 47,76, evidenciando a modernização que se deu dentro do aparelho produtivo do setor industrial.

No final da década de 80 do século passado, dos capitais empregados no setor manufatureiro, cerca de 60% o eram na indústria têxtil; 15% na indústria de alimentação; 10% no setor químico; 4% no de madeira e 3% na metalurgia.<sup>9</sup>

O quadro 15 é ilustrativo da formação da indústria no Brasil, na primeira década do século, e fornece dados para relevantes conclusões:

1ª) A Capital Federal ainda era o centro industrial por excelência do País, sediando mais de 20% do número de estabelecimentos do setor secundário da economia, processando cerca de 30% do valor total da produção industrial brasileira;



2ª) O Estado de Minas Gerais, em segundo lugar no rol dos Estados produtores de bens, paradoxalmente apresentava a menor relação média capital/estabelecimento e a menor proporção produção/estabelecimento, do que se pode inferir que na composição da indústria mineira era preponderante a participação de empresas manufatureiras de pequeno porte (empresas familiares), contribuindo apenas com pouco mais de 4% da produção nacional do setor secundário;

3ª) A indústria paulista que, em número de estabelecimentos, se igualava à indústria gaúcha, firmava sua crescente importância no quadro nacional, sendo a que mais intensamente empregava mão-de-obra, média de 74,2 homens/indústria; possuía a maior relação capital/estabelecimento e produção/estabelecimento e sobrepujava o vizinho Estado de Minas Gerais na participação relativa de sua produção no conjunto dos Estados, com mais de 16%;

4ª) No extremo-Sul, a indústria gaúcha contribuía com cerca de 13,6% da produção industrial brasileira;

5ª) O Paraná, no quinto lugar dentre os Estados industriais maiores produtores, sediava 9,5% do número de estabelecimentos cadastrados em 1907, posição pouco diferente daquelas de São Paulo e Rio Grande do Sul. A indústria paranaense empregava em média 16 operários/estabelecimento, contribuindo com mais de 4,5% da produção industrial do Brasil, superando a empresa mineira.

Destes estabelecimentos do censo geral, aproximadamente 26,7% representavam a produção de alimentos e 20,6% a têxtil.<sup>10</sup>

Curitiba, segundo dados de 1909, possuía 243 estabelecimentos comerciais e industriais, sediando mais de 40% das empresas do setor secundário paranaense (122 unidades).<sup>11</sup>

A produção industrial era razoavelmente diversificada, conforme se verifica no quadro 16.

Da análise do quadro pode-se comprovar a mudança na fisionomia étnica da propriedade industrial paranaense, já mencionada, que se refletia na primeira década deste século e se confirmaria nas décadas seguintes. Os alemães, sem dúvida, compunham o grupo estrangeiro predominante nos diversos ramos da produção de bens. Em alguns deles constituíram-se como introdutores de novas técnicas produtivas, abrindo o leque do processo industrial no Paraná, como foi o caso da importante indústria de fósforos; de sabão, velas etc.; de vasilhames, cordas etc.; de tintas, vernizes e cal; de artigos de couro; de fundição e seus derivados. Eles encontravam-se em 28% das indústrias sediadas em Curitiba. Se considerados os imigrantes em sua totalidade, constata-se que a indústria curitibana era resultado da aplicação dos capitais de estrangeiros de diversas etnias, com 38% e brasileiros com 62%.

## QUADRO 16

CURITIBA. Ramos de atividade industrial e sua composição étnica. 1909

TIPO DE ATIVIDADE FABRIL	Nº DE ESTABELECIMENTOS	BRASILEIROS	ALEMÃES	ITALIANOS	SÍRIO-LIBANESES	ESLAVOS	OUTROS
Fábricas de roupas, alfaiatarias	11	6	2	1	2	-	-
Fábricas de calçados, chapéus	17	9	5	-	1	2	-
Fábricas de tecidos de algodão, lã e meias	3	1	2	-	-	-	-
Fábricas de fósforos	1	-	1	-	-	-	-
Fábricas de pólvora	1	1	-	-	-	-	-
Fábricas de louças, cerâmica, olarias	4	1	2	1	-	-	-
Fábricas de massas alimentícias e fermento	3	-	1	2	-	-	-
Fábricas de cerveja, bebidas, vinagres	8	4	4	-	-	-	-
Fábricas de sabão, velas e pastas diversas	3	-	3	-	-	-	-
Fábricas de vidros e espelhos	2	-	1	-	-	1	-
Fábricas de celulose, papelão, papel	1	1	-	-	-	-	-
Fábricas de fumos, charutos, cigarros	4	4	-	-	-	-	-
Fábricas de cordas, pentes, vasilhame, vimes etc.	1	1	-	-	-	-	-
Fábricas de instrumentos musicais	5	-	5	-	-	-	-
Fábricas de tintas, vernizes, cal	1	-	1	-	-	-	-
Fábricas de artigos de couro e cor-tumes	1	-	1	-	-	-	-
Fábricas de artigos de madeira e móveis	5	5	-	-	-	-	-
Funilaria, lataria, serralheria	1	-	-	1	-	-	-
Fundição, fábrica de ferro, pre-gos, baldes etc.	3	-	3	-	-	-	-
Engenhos de açúcar, aguardente, arroz, café, cereais	16	14	2	-	-	-	-
Beneficiamento e comercialização de madeiras	2	2	-	-	-	-	-
Beneficiamento e comercialização de erva-mate	29	26	1	1	-	-	1
TOTAL	122	75	34	6	3	3	1

FONTE: BALHANA, Altiva Pilatti & WESTPHALEN, Cecília Maria. Os alemães no comércio e na indústria do Paraná - 1890-1929. Departamento de História, UFPR. Mimeo.

### 3.4 A QUESTÃO DA CAFEICULTURA

Se a indústria brasileira desenvolvia-se, no Rio de Janeiro, pelas peculiaridades de centro administrativo-financeiro, que se valeu das condições do Encilhamento para diversificar os capitais derivados dos investimentos anteriormente aplicados na cultura do café e, em São Paulo, pelos excedentes monetários da cafeicultura mais recente (a produção paulista de café sobrepujou a do Rio em 1894),<sup>12</sup> no Paraná ela era promovida pelos investidores locais (barões do mate), nacionais de outros Estados e estrangeiros (imigrantes europeus), incentivados pela política estadual de fomento (isenções, benefícios fiscais etc.), já que o café, como se verá, a partir da primeira década do século é que iniciou sua fase expansionista paranaense.

"A partir da década de 1860, penetrando pelos cursos superior e médio do Itararé, fazendeiros paulistas e mineiros iniciaram plantações de café e a formação de fazendas do norte paranaense. As fazendas constituíam, nesta fase, grandes propriedades."<sup>13</sup> Entre 1862 e 1867, estabeleceram-se as colônias: Mineira, hoje município de Siqueira Campos; de Santo Antônio da Platina, de Wenceslau Braz e São José da Boa Vista, constituindo as "fazendas pioneiras de café, no tradicional estilo paulista"<sup>14</sup>. O colono era, ainda, geralmente, nacional e assalariado, enquanto a produção escoava exclusivamente por São Paulo.<sup>15</sup>

"A falta de estradas para o escoamento do produto e a ameaça de geadas inibia os cafeicultores em potencial. A cautela freitava a expansão cafeeira para as terras a ocidente de Cambará e rio das Cinzas."<sup>16</sup>

A partir de 1831, o café era o primeiro produto na pauta das exportações brasileiras, posição que sustentou por mais de um século. Entre 1889 e 1897 respondia por mais de 67% do total do comércio externo do Brasil.<sup>17</sup>

O período 1886-1906 foi marcado por grandes flutuações de preços do produto, reflexo fundamental do comportamento irregular da produção cafeeira, resultado das pressões baixistas de excedentes da produção ou expectativas de alta após geadas severas e outras limitações da oferta (quadros 17 e 18).

#### QUADRO 17

CAFÉ. Produção mundial média anual (em milhares de sacas de 60 kg)  
1886-1906

QUINQUÊNIO	BRASIL	OUTROS	TOTAL	% BR/MUNDO
1886/87-1890/91	5.280	3.943	9.223	57,24
1890/91-1895/96	6.518	4.456	10.974	59,39
1895/96-1900/01	10.111	4.402	14.513	69,66
1900/01-1905/06	12.311	4.025	16.336	75,36

FONTE: FRANCO, Crepory. *A política econômica do café e a quota de equilíbrio*. Rio de Janeiro, A.Coelho Branco Fº (ed.), 1944.

## QUADRO 18

BRASIL. Evolução da produção de café. 1886-1906

QUINQUÊNIOS	BRASIL	AUMENTO ABSOLUTO (1886=100)	AUMENTO RELATIVO AO PERÍODO ANTERIOR (%)
1886/87-1890/91	5.280	100,0	-
1890/91-1895/96	6.518	123,44	23,44
1895/96-1900/01	10.111	191,49	55,12
1900/01-1905/06	12.311	233,16	21,75

FONTE: FRANCO, Crépory.

Por ser um grão de cultura perene, cuja primeira colheita é possível após cinco ou seis anos do investimento inicial, e dados os recursos excedentes dos lucros sempre garantidos pela demanda existente, que impeliam a novos plantios e à abertura de novas frentes, "nos fins do século XIX e no começo do século XX, quando o extravasamento da extensão dos cafeeiros paulistas atingiu o Paraná, a cafeicultura estava ameaçada por dificuldades decorrentes do aumento excessivo da oferta"<sup>18</sup>. Este, por sua vez, geraria o declínio nos preços do café.

"A fase de altas iniciara-se em 1886, a partir do nível de 7,6 centavos de dólar por libra peso, para atingir 20,0 em 1891 e baixar a níveis de 6,4 em 1901 e 7,9 em 1906, continuando, aliás, baixas as cotações até 1909."<sup>19</sup>

Devido aos fatores apontados, surgiram diversas idéias de intervenção governamental na questão econômica produzida pelo café, dentre elas o monopólio do comércio pe-

lo governo federal, a incineração do excesso de produção, a propaganda no exterior para aumentar o consumo do produto, a valorização artificial dos preços do café.<sup>20</sup>

O Estado de São Paulo criou a primeira medida restritiva: em 1901 deliberou, em impostos proibitivos, a taxaço de 2 contos de réis por alqueire de terra com novas plantações (também conhecida como Lei da Limitação Cultural, regulamentada em 1903 e revigorada em 1907), e o imposto de 20% sobre cafés baixos, em 1903, este jamais regulamentado.<sup>21</sup>

Enquanto isso, no Paraná, o governo estadual "protegia os interesses da cafeicultura ainda incipiente, através da redução ou isenção das taxas de exportação do café, estímulos ao plantio e atração de novos fazendeiros"<sup>22</sup>. De fato, a produção paranaense foi incentivada entre 1903 e 1929, em decorrência da defesa e sustentação dos preços.<sup>23</sup>

As notícias vindas do interior paulista, em 1905, sobre o florescimento precoce da planta, fizeram antever que a safra de 1906 excederia todas as expectativas. Os resultados seriam: 20 milhões de sacas de café brasileiro, elevando-se a produção mundial a 23,7 milhões e o estoque visível a 16 milhões, para um consumo estimado em apenas 17 milhões de sacas.<sup>24</sup>

A tendência, a partir daí, seria uma inevitável queda nos preços internacionais. Urgia promover a valorização do produto.

Emergiram dois tópicos com a "valorização": as vantagens e contradições potenciais do sistema presidencialista republicano e a influência penetrante do poder econômico es-

trangeiro. Esta realizada em duas frentes: a sujeição da atividade cafeeira, monocultora e de exportação, aos caprichos do mercado internacional e a dependência dos governos federal e estadual aos empréstimos dos bancos europeus e norte-americanos (os quais operavam linhas de crédito a um pequeno número de grandes casas importadoras sediadas na Alemanha, França, Inglaterra e Estados Unidos, controladoras do mercado internacional de café). "O primeiro programa de apoio ao preço do café, representava uma inovação no papel econômico que o Estado desempenhara até então: o abandono de uma política de 'laissez-faire' por uma intervenção direta."<sup>25</sup>

Por iniciativa do governo paulista foram promovidas diversas convenções entre representantes dos três Estados maiores produtores da rubiácea, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, culminando, em fevereiro de 1906, no conhecido Convênio de Taubaté, acordo provisório sobre um plano de valorização. O mecanismo era simples e consistia em retirar do mercado de exportação, mediante compra, certa quantidade de café, em quantia suficiente a manter um preço mínimo. Após o que, normalizado o mercado de oferta e demanda, o produto seria vendido em parcelas, lentamente e no momento adequado, aproveitando-se as alternâncias de safras volumosas a outras menores.

Restava negociar com o governo federal a questão correlata de estabilização do valor internacional da moeda brasileira, nunca resolvida a contento, e que iria tornar caduco o Convênio. Na realidade, "o extinto plano de Taubaté



tornou-se um rótulo conveniente, porém errôneo, da operação mais complexa, na qual governo de São Paulo, comerciantes estrangeiros do café e banqueiros internacionais juntaram-se para enfrentar a enorme safra de 1906"<sup>26</sup>. O que fez com que tal acordo nunca tivesse força de lei e o projeto não fosse executado.

O governo federal reconheceu o Convênio de Taubaté, muito embora sua primeira ação valorizadora, que se verificou bem sucedida, não despertasse, a princípio, credibilidade, tendo os preços caído até 1908.<sup>27</sup>

A cláusula mais controversa do Convênio era a de que o governo federal estabeleceria uma caixa de conversão que fixasse a taxa cambial do mil-réis, os índices de câmbio. A questão particular da valorização do café passava a ser uma questão pública, pois que envolvia o fluxo internacional de capitais e a política monetária do governo federal.<sup>28</sup>

Medida protelada pelo presidente Rodrigues Alves, mas adotada de imediato pelo ministro da Fazenda de Afonso Pena, David Campista, grande defensor do Plano enquanto deputado federal por Minas Gerais.

A política de estabilidade de David Campista era apoiada por cafeicultores e industriais e resultou bem sucedida graças, em parte, à Caixa de Conversão, criada por lei em 1906, com funções de banco emissor e objetivo específico de não permitir especulações, já que controlava as reservas-ouro vindas dos futuros empréstimos estrangeiros ou dos saldos comerciais.

O sistema foi reformado em 1910, reflexo da crise política que levara Hermes da Fonseca ao governo, ampliando seus depósitos. Dessa forma, sobreviveu até 1923, depois de ter sido desviado para garantir emissões do Tesouro.<sup>29</sup>

Uma avaliação no quadro 19 permite verificar os resultados obtidos com a adoção da estabilidade:

#### QUADRO 19

BRASIL - Taxa de câmbio da libra esterlina (livre) - 1900-18

ANOS	CÂMBIO MÉDIO	ÍNDICE 1822=100	VARIAÇÃO %
1900	25,26	516	-21,7
1901	21,10	431	-16,4
1902	20,10	410	- 4,7
1903	20,00	408	- 0,5
1904	19,70	402	- 1,5
1905	15,09	308	-23,4
1906	14,84	303	- 1,6
1907	15,67	320	+ 5,5
1908	15,84	323	0,0
1909	15,85	323	0,0
1910	14,81	302	- 6,5
1911	14,88	304	+ 0,4
1912	14,86	303	- 0,1
1913	15,04	307	+ 1,2
1914	16,40	335	+ 9,0
1915	19,27	393	+17,5
1916	20,10	410	+ 4,3
1917	18,89	386	- 6,0
1918	18,63	380	- 1,3

FONTE: ÔNODY, Oliver.

Tal estabilidade esteve ameaçada no período da Primeira Guerra Mundial. A taxa de câmbio reiniciaria o ciclo ascendente com o eclodir da Segunda Guerra Mundial.

Na cafeicultura mineira e do Rio de Janeiro prevalecia o regime de parceria na produção, o que lhes permitia minimizar os efeitos de uma queda de preços, além de não en-

volver financeiramente os fazendeiros de forma tão ampla e diversificada, como ocorria com os paulistas.

"A despeito dos riscos de geadas, o norte paranaense iria ajudar a ampliar dramaticamente os domínios da cultura cafeeira."<sup>30</sup>

De 1908 a 1912 os preços mantiveram-se em alta, incentivando o plantio no Paraná. São Paulo sustentava os preços e o Paraná incentivava a produção e novos fazendeiros investiam nas lavouras paranaenses, diante das bem sucedidas operações valorizadoras.<sup>31</sup>

Deslocara-se o pólo dinâmico para São Paulo e Paraná, acompanhando esse processo o grande aumento populacional advindo das migrações estrangeiras, que exerceriam importantíssimo papel no processo de industrialização.<sup>32</sup>

### 3.5 A MELHORIA DA ARRECADAÇÃO

No Paraná, o quadro político era confuso. O governo transitório, entre outras medidas, fundou um banco na capital do Estado, em 1906, "secundando os desejos de alguns comerciantes desta praça"<sup>33</sup>.

Se bem que pareça demonstrado o aumento que vinha tendo o comércio em geral no Estado, transparece, pelo disposto em alguns instrumentos legais de 1907 (em especial o Decreto nº 198) e pela expedição de novo regulamento para a reorganização da secretaria das Finanças, Comércio e Indústria, em 1908, a preocupação do poder público em aperfeiçoar

o aparelho fiscal do Estado. São adotadas medidas coercitivas em relação aos contribuintes que lesassem o erário. Também em relação aos próprios fiscais, alguns inoperantes na ação arrecadadora, mediante a instituição de uma comissão de funcionários da secretaria de Estado, investida com poderes para propor a demissão de outros funcionários da repartição.

Por essa reorganização, deixaram de existir as barreiras fiscais, que passaram a denominar-se Agências Fiscais, podendo ser elevadas à categoria de Coletorias, quando as suas rendas, o seu movimento e as conveniências do fisco o exigissem.

O IPC relativo ao período fiscal 1906-07 produziu a mais do que o previsto, cerca de 415 contos de réis, resultado análogo verificado no imposto de exportação de erva-mate, que denotava um excesso sobre o orçado de, aproximadamente, 335 contos de réis. Tal se deu, no caso do segundo tributo, como resultado do crescimento da produção da erva-mate, que passara de 23 milhões de quilos em 1901 para 36 milhões de quilos em 1907, um crescimento de aproximadamente 57%. Deste modo, a receita total arrecadada foi superior ao estimado, em quase 53% (mais de 2.300 contos de réis)<sup>34</sup> (quadro 20).

Embora no discurso oficial possa ser visto o apego do legislador local ao Decreto nº 1.185 (que determinou livre de impostos em todo o país o intercuro de mercadorias nacionais ou estrangeiras e estabeleceu o princípio da igualdade de tributos entre tais mercadorias e as de produção similar no Estado que impusesse a taxaço), na prática o que

se verificou foi o total descaso com a lei federal. Em abril de 1908, a Lei nº 791, que teve o aval do presidente do Congresso Legislativo Estadual, no exercício da presidência do Estado, elevou em mais 20 réis o IPC por quilo de prego importado do exterior ou de outros Estados.

#### QUADRO 20

PARANÁ - Receita orçada e arrecadada dos principais impostos - 1906-07  
(em contos de réis)

DISCRIMINAÇÃO	ORÇADO	ARRECADADO	DIFERENÇA
IXEM (1)	1.297	1.632	+335
IPC (2)	570	985	+415
IIP (3)	190	211	+ 21
ITP (4)	185	247	+ 62
Receita total	3.304	5.053	+2.349

FONTE: PARANÁ. Relatório da Secretaria do Estado dos Negócios das Finanças, Comércio e Indústrias.

(1) Imposto de exportação de erva-mate. (2) Imposto de patente comercial. (3) Imposto de indústrias e profissões. (4) Imposto de transmissão de propriedade.

Tudo indica que a raiz da questão estivesse na tentativa do Congresso Legislativo em melhorar de qualquer maneira o resultado orçamentário que apresentava constantes deficits, não provenientes da falta de receita, como foi visto, pois que estas vinham excedendo as previsões desde o exercício financeiro de 1902-03, mas do excesso de despesas nas três Secretarias de Estado.

De fato, novamente no exercício de 1907-08, verificaram-se resultados muito favoráveis com relação à arrecadação de impostos, principalmente o IPC (em quase 200 contos de réis), o imposto de exportação de erva-mate e o de transmis-

são de propriedades, entre outros, superando em muito as estimativas<sup>35</sup> (quadro 21).

#### QUADRO 21

PARANÁ - Receita orçada e arrecadada dos principais impostos - 1907-08  
(em contos de réis)

DISCRIMINAÇÃO	ORÇADO	ARRECADADO	DIFERENÇA
IXEM (1)	1.400	1.486	+ 86
IPC (2)	810	1.008	+198
ITP (3)	185	244	+ 59
IIP (4)	210	230	+ 20
IFP (5)	220	276	+ 56
IP (6)	140	153	+ 13
Receita total	4.103	4.441	+338

FONTE: PARANÁ. Relatório do Secretário das Finanças, Indústria e Comércio.

(1) Imposto de exportação de erva-mate. (2) Imposto de patente comercial. (3) Imposto de transmissão de propriedade. (4) Imposto de indústrias e profissões. (5) Imposto de fretes e passagens. (6) Imposto predial.

### 3.6 NOVAS MUDANÇAS NO IPC: REBELDIA DA CLASSE PRODUTIVA

Uma comissão composta por deputados estaduais, conforme ficara decidido na última reunião havida no Congresso Legislativo, estudava a revisão das tabelas desse imposto e convocara, para tal fim, na Capital, um grande encontro com comerciantes e industriais. Resultou desse debate a elaboração de "um projeto de verdadeira reforma do IPC que foi ao Plenário do Congresso, que por sua vez autorizou o Poder Executivo a fazer a revisão das mesmas tabelas no sentido de torná-las mais equitativas nos pontos convenientes. Não foi possível, entretanto, ao Poder Executivo, entrar em acordo

com a Comissão, porque o projeto por ela elaborado não se limitava a uma simples revisão das taxas do imposto, mas o reformava completamente, adotando uma taxa única, a de 20 réis/kg, de toda e qualquer mercadoria, indistintamente. Essa taxa, evidentemente, não era equitativa" <sup>36</sup>.

Em junho desse mesmo ano, a forma de cobrança do IPC sofreu modificações, pela aplicação do Decreto nº 278, pelo qual se taxariam as mercadorias por seu peso, ao serem recebidas pelos estabelecimentos industriais. Nesse mesmo instrumento legislativo, divulgou-se nova tabela, na qual as mercadorias passaram a ser classificadas em três grupos, com taxas mais reduzidas. A 1ª classe, que pagaria 10 réis/kg, incluía alimentos, vasilhames, vegetais, matérias-primas metálicas não ferrosas; na 2ª classe, sujeitas à taxa de 20 réis/kg, encontravam-se listados: as matérias-primas metálicas, alguns alimentos não essenciais e implementos diversos; para pagar 100 réis/kg, os itens da 3ª classe deveriam ser aqueles não classificados nas duas anteriores.

O objetivo dessa classificação foi o de "não sobrecarregar igualmente os gêneros de primeira necessidade, geralmente de grande peso e pequeno valor, e os artigos de grande valor e de luxo" <sup>37</sup>.

Alguns comerciantes, insatisfeitos com a medida adotada, providenciaram junto à Justiça Federal mandados de manutenção de posse de suas mercadorias, a fim de embaraçar o fisco, sob a alegação da inconstitucionalidade do IPC.

Como no caso do negociante de gado Cândido Severiano Mayer, que ao transportar 650 muares em trânsito do Estado

do Rio Grande do Sul para o Rio de Janeiro, através da Agência Fiscal do Rio Negro pagou em imposto (IPC) ao fisco paranaense 715 mil réis, indevidamente. Acionado o competente juízo federal em Curitiba, este lhe deu ganho de causa, condenando o Estado a restituir a quantia cobrada e declarando inconstitucional o imposto.

O acórdão de 10 de julho de 1915, do Supremo Tribunal Federal, ao qual o Estado do Paraná recorreu dessa decisão do Juiz Federal local, negando-lhe provimento, confirmou a condenação anterior.

Há outra versão oficial para o caso citado: as guias passadas pelos coletores das rendas do Estado gaúcho eram visadas pelos funcionários das Agências de Xanxerê, Guaruava, Palmas e Rio Negro sem prévia contagem das cabeças de gado ditas em trânsito. Verificava-se, então, que o gado não transitava no Estado; o produto exportado seria o animal crioulo paranaense sem pagar o respectivo imposto, como se fora o gado constante das guias gaúchas. Isto resultava em decréscimo da renda da exportação do gado, além de provocar a imputação de inconstitucionalidade ao IPC.

As recusas ao pagamento do IPC provinham de diversas localidades. Em Porto União, por exemplo, um contratante de trabalhos de construção de grande extensão da Estrada de Ferro negava-se ao pagamento do IPC sobre as mercadorias que em grande escala recebia mensalmente.<sup>38</sup>

A queda da arrecadação do imposto logo se verificou. Diversos reclamos se ouviram. Formou-se nova comissão mista



composta de comerciantes, industriais, lavradores e operários e de deputados estaduais, para reformar o IPC.

A pressão exercida sobre as autoridades resultou, dois meses após, em redução das taxas para, respectivamente, 10, 15 e 60 réis/kg, além de alterações significativas na classificação dos produtos. Destarte, permaneceram na 1ª classe menos de 30% dos itens ali originalmente incluídos, com a saída de vários itens e a incorporação de muitos outros. Com relação à 2ª classe, permaneceram cerca de 45% das mercadorias relacionadas, aumentando o número de produtos nessa categoria. Cerca de 10% de uma e outra classe podem ser consideradas como remanejamento.

Tais modificações valeriam, como se verificará, até a decretação da lei orçamentária de 1911, que faria retornar a cobrança do IPC à tabela anterior.

Apesar da queda na arrecadação do IPC no exercício 1908-09, alguns outros tributos superaram a expectativa. Porém a receita total verificada decresceu<sup>39</sup> (quadro 22).

#### QUADRO 22

PARANÁ - Receita orçada e arrecadada dos principais impostos - 1908-09  
(em contos de réis)

DISCRIMINAÇÃO	ORÇADO	ARRECADADO(A)	(A)/TOTAL (%)	DIFERENÇA
IXEM (1)	1.631	1.647	36,28	+ 16
IPC (2)	985	938	20,66	(-) 47
IIP (3)	215	246	5,42	+ 31
IS (4)	435	149	3,28	(-) 286
ITP (5)	204	264	5,82	+ 60
IFP (6)	286	300	6,61	+ 14
IXD (7)	62	51	1,12	(-) 11
IP (8)	140	161	3,55	+ 21
Receita total	4.637	4.539		(-) 98

FONTE: PARANÁ. Relatório do Secretários das Finanças.

(1) Imposto de exportação da erva-mate. (2) Imposto de patente comercial. (3) Imposto de indústrias e profissões. (4) Imposto de selo. (5) Imposto de transmissão de propriedade. (6) Imposto de fretes e passagens. (7) Imposto de exportações diversas. (8) Imposto predial.

O resultado do IPC foi frustrante em função da aplicação, principalmente, da insignificante taxa de 60 réis por quilo sobre os artigos de armarinho, objetos de luxo, porcelanas, louças, ferragens finas e outros artigos, que pagavam, pelas tabelas anteriores, 600 réis por quilo.

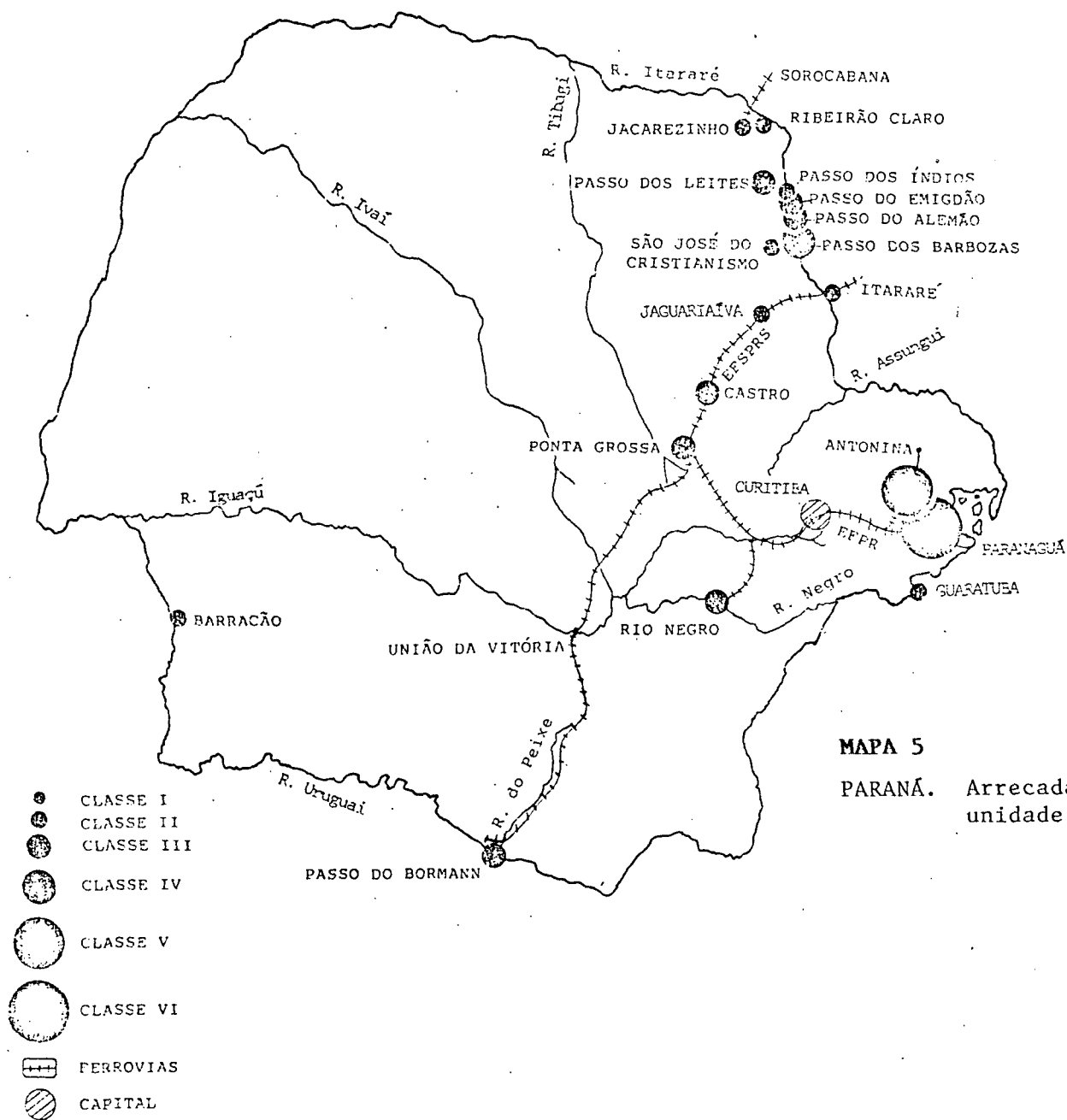
As estações de Paranaguá e Antonina continuavam a predominar sobre as demais, relativamente à arrecadação do IPC (cerca de 97%), sendo de 69% e 28%, respectivamente, a sua participação relativa (quadro 23). Entretanto, percebe-se o avanço da ação fiscalizadora estadual no interior do Estado, em especial nas localidades que são beneficiadas pelo traçado da nova linha férrea (mapa 5).

#### QUADRO 23

PARANÁ. Arrecadação do IPC por unidade fiscal (em mil réis)  
1908-09

UNIDADE FISCAL	VALOR (A)	(A)/TOTAL
Paranaguá	636:714	69,28
Antonina	261.221	28,01
Jacarezinho	856	0,09
Rio Negro	2.014	0,22
Passo do Bormann	2.807	0,30
Guaratuba	163	0,02
Passo dos Barbozas	11.018	1,18
Passo dos Leites	3.469	0,37
São José do Cristianismo	921	0,10
Passo do Alemão	1.797	0,19
Passo dos Índios	828	0,09
Itararé	180	0,02
Barracão	797	0,09
Passo do Emigdão (1)	2.529	0,27
Ribeirão Claro	257	0,03
Castro	1.786	0,19
Jaguariaíva	945	0,10
Ponta Grossa	4.130	0,44
TOTAL	932.432	100,00

FONTE: PARANÁ. Relatório do Secretário das Finanças.  
(1) Passo no rio Itararé.



MAPA 5

PARANÁ. Arrecadação do IPC por unidade fiscal. 1908-09.

FONTE: KROETZ, Lando Rogério; SANTANA, Ana Lúcia Jansen de Mello de.

Com as finanças estaduais desequilibradas, procurou-se através da emissão de bônus do Tesouro, nesse mesmo ano de 1909, obter o saneamento das contas públicas. Essa emissão, conforme Leroy-Beaulieu<sup>40</sup>, é uma forma de empréstimo de fácil emissão e o recurso mais econômico da dívida flutuante.

Segundo o Secretário das Finanças estadual, "continuam crescendo as despesas com obras públicas e a instrução, bem como o serviço de arrecadação das rendas, o serviço policial, a administração da justiça, a higiene pública e as despesas judiciárias com questões do Estado, devido ao litígio com Santa Catarina"<sup>41</sup>.

O custo do serviço de arrecadação das rendas sofreu majoração, especialmente devido à série de irregularidades e ao contrabando de produtos paranaenses. Rio Negro e Lucena eram os principais portos comerciais de contrabando, nos rios Negro, Lageado e Fragosos, entre outros, feitos através de pontes, balsas e vaos. Assim como, na zona do rio do Peixe, onde se efetuava o contrabando em proveito do comércio do Estado vizinho.

As madeiras eram contrabandeadas pelas estradas de ferro, nas linhas para São Paulo e Porto União e de Ponta Grossa a Itararé. Próximo a Jaguariaíva verificava-se o contrabando de tropas e em Sengés e arredores, de café proveniente de São Paulo.<sup>42</sup>

No documento de prestação de contas ao Presidente do Estado, o titular das Finanças, ao analisar o fato de que o comércio importador contribuía, no exercício 1908-09, com

menos de um quarto da receita total, enquanto o comércio exportador era responsável por quase 40% da receita verificada, sugeriu o aumento dos tributos que pesavam sobre o comércio importador, "já que será a massa de consumidores, ao final, que paga a conta; o comerciante é mero adiantador, que cobra, com juros, quando vende as mercadorias"<sup>43</sup>.

Essa tese foi defendida pelo próprio Presidente do Estado, ao se dirigir ao Congresso Legislativo no início do ano de 1911, enfatizando ainda que o IPC "divide-se infinitamente, não ficando pesado a ninguém, e muito menos ao comerciante que, no preço das mercadorias inclui, com juros, a importância que paga ao fisco"<sup>44</sup>.

Os impostos estaduais incidentes sobre a entrada de produtos eram: o IPC, o de fretes e passagens, o de sal para consumo, o de indústrias e profissões, o de líquidos espirituosos e o de pólvora e armas de fogo. O IPC havia decaído no exercício 1909-10 sensivelmente, frustrando os legisladores em mais de 300 contos de réis (quadro 24).

#### QUADRO 24

PARANÁ - Receita orçada e arrecadada dos principais impostos - 1909-10  
(em contos de réis)

DISCRIMINAÇÃO	ORÇADO	ARRECADADO	DIFERENÇA
IXEM (1)	1.500	1.831	+ 331
IPC (2)	934	608	(-) 326
IIP (3)	230	259	+ 29
IS (4)	381	231	(-) 150
ITP (5)	220	468	+ 248
IFP (6)	253	323	+ 70
IXD (7)	62	77	+ 15
IP (8)	153	172	+ 19
Receita total	4.523	4.776	+ 253

FONTE: PARANÁ. Relatório do Secretário das Finanças.

(1) Imposto de exportação da erva-mate. (2) Imposto de patente comercial. (3) Imposto de indústrias e profissões. (4) Imposto de selo. (5) Imposto de transmissão de propriedade. (6) Imposto de fretes e passagens. (7) Imposto de exportações diversas. (8) Imposto predial.

Por outro lado, o imposto de exportação de erva-mate apresentava, no citado exercício financeiro, a maior arrecadação já verificada desde sua aplicação, face ao aumento do volume de exportação da indústria ervateira e à melhor fiscalização efetuada pelo aparelho arrecadador.

Tanto é que, na pauta de exportação paranaense, o valor oficial das saídas de erva-mate montava a mais de 20 mil contos de réis, ficando em segundo lugar a madeira, quase 2 mil contos de réis, seguida dos fósforos, com 1.200 contos de réis, os suínos, com pouco mais de 400 contos de réis e o café, com 240 contos de réis, já aparecendo este produto, portanto, em 5º lugar na pauta exportável do Paraná, em 1910. A evolução da exportação da erva-mate, desde 1892, pode ser vista no quadro 25.

#### QUADRO 25

PARANÁ. Exportação de erva-mate. 1892-1910 (em toneladas)

ANOS	QUANTIDADE	EVOLUÇÃO	
		1892=100	1901=100
1892	6.068	100	26
1893	13.772	227	59
1894	12.345	203	53
1895	13.721	226	58
1896	13.261	219	57
1897	9.591	158	41
1898	17.017	280	73
1899	18.992	313	81
1900	18.489	305	79
1901	23.451	386	100
1902	25.580	422	109
1903	31.795	524	136
1904	29.121	480	124
1905	27.489	453	117
1906	30.595	504	130
1907	36.134	595	154
1908	33.021	544	141
1909	36.642	604	156
1910	40.679	670	173

FONTE: Relatórios de Secretários das Finanças.

Quanto ao setor madeireiro, vale ressaltar que, em 1909, depois de uma reunião de industriais com interesse nessa atividade, foi constituída a Cooperativa Florestal Paranaense, que inaugurou nova forma de produção e oferta de produtos para exportação, melhorando o conceito do pinho nos mercados consumidores. Conseguiu, por outro lado, que o Ministério da Agricultura ordenasse o emprego da madeira do Paraná nas obras e construções do governo federal.<sup>45</sup> A evolução das exportações de madeiras está demonstrada no quadro 26.

QUADRO 26

PARANÁ - Exportação de madeiras - 1901-1910 (em metro cúbico)

ANOS	QUANTIDADE	EVOLUÇÃO 1901=100
1901	1.158	100
1902	272	23
1903	773	67
1904	643	56
1905		
1906	2.289	198
1907	2.921	252
1908	3.917	338
1909	3.331	288
1910	3.670	317

FONTE: Comércio Exterior do Brasil.

### 3.7 AS ESTRADAS DE FERRO E A AÇÃO FISCAL

Francisco Xavier da Silva, em 1908, passou a ocupar pela terceira vez o governo do Estado, conseguindo, através da liderança de Pinheiro Machado e adotando os princípios de

um presidencialismo conservador, promover a aliança entre as duas facções que predominavam no cenário político paranaense, representadas, por um lado, pelos pica-paus e, de outro, pelos maragatos ou federalistas.<sup>46</sup>

A preocupação das autoridades federais e locais com a situação das vias de comunicação e a consciência da necessidade de sua modernização, que têm sido constantemente citadas neste trabalho, formavam uma "conjuntura favorável às grandes concessões de terras às companhias estrangeiras"<sup>47</sup>.

Em 1908, a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, de capital predominantemente belga e francês, passou a fazer parte do grande complexo econômico norte-americano, conhecido no Brasil como Brazil Railway Company, tendo, nesse mesmo ano, incorporado a Estrada de Ferro do Paraná.

A Estrada de Ferro São Paulo Rio-Grande, inaugurada em 1909, que inicialmente surgira como forma de assegurar a soberania nacional no Sul do País, bem como escoadouro das riquezas do interior paranaense via porto de Paranaguá, sofreu diversas alterações em seu traçado, vindo afinal a revelar-se como beneficiadora do Estado de Santa Catarina.<sup>48</sup>

Por outro lado, o traçado ziguezagueante da estrada, muito criticado por encarecer a obra e resultar em maiores concessões de terras à empresa construtora, acabou deslocando para os ramais paulistas o escoamento de café do Nordeste paranaense. Por outro lado, os ervateiros preferiam exportar por via fluvial, devido à alta tarifação imposta pela Cia. Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.<sup>49</sup>



A extensão das atividades desta Companhia passava também pela Southern Brazil Lumber and Colonization Company, subsidiária que possuía serrarias equipadas com os mais modernos maquinismos e vasta extensão de terras no Paraná e Santa Catarina, ao longo da ferrovia, com áreas ricas em araucárias e outras espécies florestais.

Para a construção da ferrovia, foram contratados trabalhadores imigrantes estrangeiros (em especial poloneses e ucranios, estabelecidos em diversas colônias, desde Ponta Grossa até União da Vitória)<sup>50</sup>, nos dois Estados, "além de operários vindos do Rio de Janeiro e Pernambuco e ex-detentos soltos sob condição de trabalhar na ferrovia"<sup>51</sup>.

Durante a obra em território paranaense houve conflitos com indígenas, posseiros e entre os próprios trabalhadores e empreiteiros, como será visto mais adiante.

Com a inauguração da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, o Estado do Paraná ampliou sua ação fiscal, determinando, pela Lei nº 212, de 28 de abril de 1909, que o IPC seria cobrado pela repartição arrecadadora da localidade de destino das mercadorias que entrassem no Estado por essa via férrea. Determinou também que, se a mercadoria recebida fosse transportada por carroças, tropas ou por via fluvial, o IPC deveria ser cobrado pela repartição fiscal no ato de seu recebimento pelo destinatário.

É notável o aumento do número de estações arrecadadoras no Estado, no exercício financeiro de 1909-10, comparativamente ao ano anterior. De 18 unidades em 1909, passou-se a recolher o IPC através de 39 agências, um crescimento de

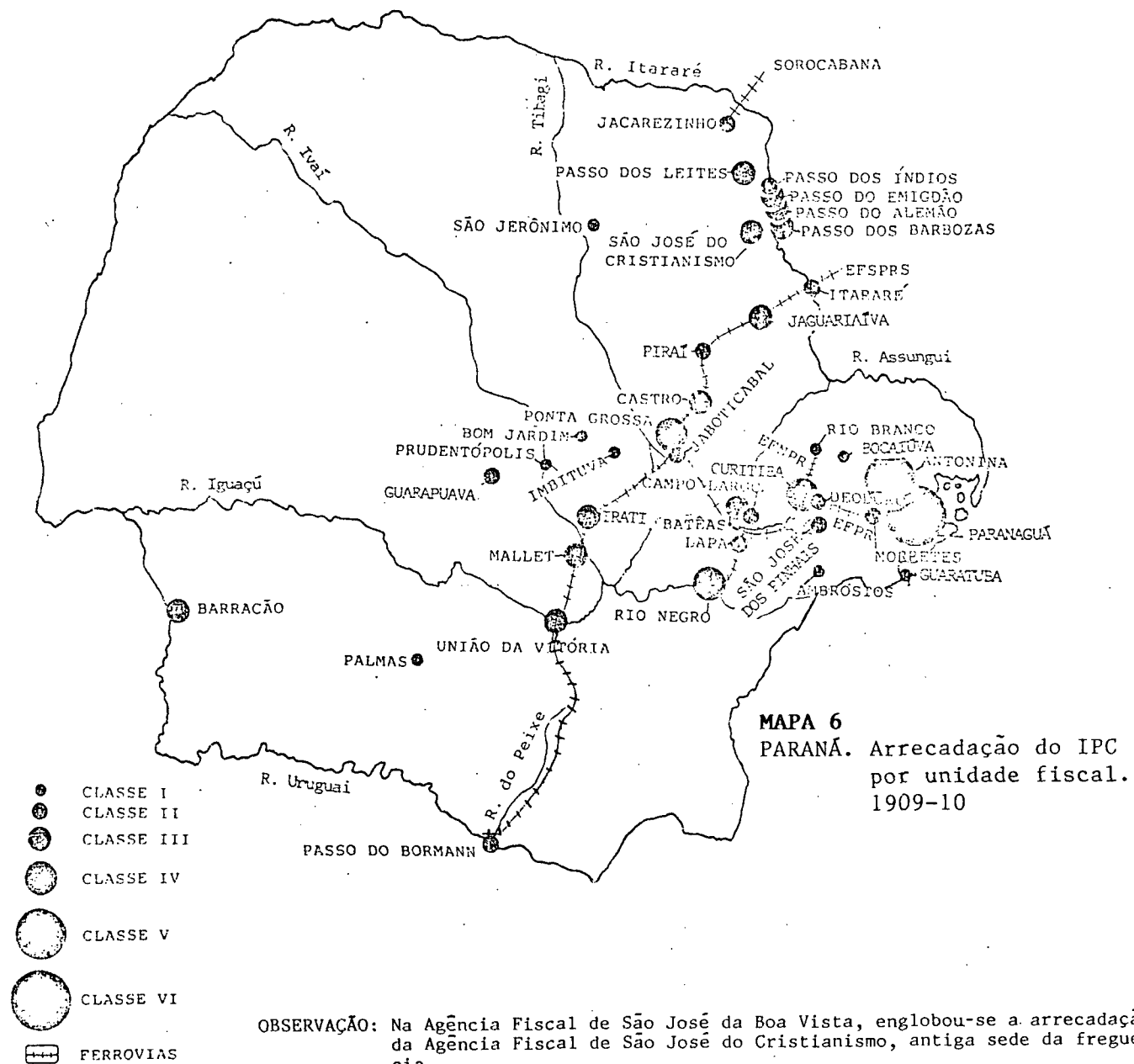
cerca de 120%. A explicação está na entrada em operação do transporte de mercadorias e pessoas pela Estrada de Ferro São Paulo—Rio Grande, a partir de 1909.

Há uma saudável e notável alteração, também, na importância relativa das citadas estações fiscais, significando o progresso econômico que a ferrovia trouxe ao Estado e o dinamismo que imprimiu ao setor comercial nas localidades que servia. Até então, Paranaguá respondia por quase 70% da arrecadação do IPC, enquanto Ponta Grossa aparecia em 15º lugar entre as estações existentes. Pela nova composição, a Agência Fiscal de Ponta Grossa arrecadaria 5% do tributo, passando ao 3º lugar, só superada pelas de Paranaguá e Antonina, respectivamente responsáveis por 60% e 23% da realização do IPC (quadro 27).

Da mesma forma, Rio Negro, no Sudoeste, que arrecadava 0,2% do tributo, em 16º lugar, passou para o 4º lugar, com mais de 3% do efetivo valor recolhido, colocando-se como o principal agente arrecadador do IPC na região.

Jaguariaíva, no Norte, é outro exemplo: em último lugar, com menos de 0,1%, sobe para o 7º lugar, entre as 39 apontadas, com 0,6%.

Instalou-se Agência em Curitiba, nesse ano, que recolheu em seu primeiro ano de atividade 2,4% do IPC, o mais significativo resultado dos novos postos fiscais, graças à sua localização, agora estratégica pelo trajeto da nova ferrovia (mapa 6). As informações contidas no Anexo 2 possibilitarão melhor compreensão do mapa 6. Ao se remeter ao Anexo, onde se classificaram as Agências Fiscais por Classes de



FONTE: KROETZ, Lando Rogério; SANTANA, Ana Lúcia Jansen de Mello de.

## QUADRO 27

PARANÁ. Arrecadação do IPC por unidade fiscal. 1909-10 (em mil réis)

UNIDADE FISCAL	IPC ARRECADADO (A)	(A)/TOTAL
Paranaguá	364:833	60,00
Antonina	140:820	23,16
Jacarezinho	737	0,12
Rio Negro	19.994	3,29
Palmas	16	...
Passo do Bormann	954	0,16
Guaratuba	48	0,01
Passo dos Barbozas	2.443	0,40
Passo dos Leites	2.048	0,34
São José do Cristianismo	1.943	0,32
Passo do Alemão	2.251	0,37
Passo dos Índios	547	0,09
Itararé	481	0,08
Curitiba	14.663	2,41
Barracão	1.491	0,24
Morretes	770	0,13
Passo do Emigdão	2.576	0,42
Castro	3.269	0,54
Jaguariaíva	3.704	0,61
Ponta Grossa	31.460	5,17
Bateas (1)	4.426	0,73
União da Vitória	3.199	0,53
Iratí	1.156	0,19
Malet	1.008	0,17
Lapa	725	0,12
Piraí	482	0,08
São José da Boa Vista	477	0,08
Jaboticabal (2)	326	0,05
Campo Largo	320	0,05
São José dos Pinhais	289	0,05
Deodoro (3)	267	0,04
Guarapuava	147	0,02
Imbituva	61	0,01
Rio Branco	61	0,01
Ambrósios (4)	55	0,01
Bom Jardim (5)	25	...
Prudentópolis	22	...
São Jerônimo (6)	5	...
Bocaiúva	2	...
TOTAL	608.101	100,00

FONTE: PARANÁ. Relatório do Secretário das Finanças.

(1) Bairro do Município de Campo Largo. (2) Hoje no Município de Ponta Grossa. (3) Município desmembrado de São José dos Pinhais em 1890, hoje Piraquara. (4) Hoje no Município de Quitandinha. (5) No rio Ivaí. (6) Hoje no Município de São Jerônimo da Serra.

Arrecadação, pode-se concluir que o grupo que pertence à Classe III, formado pelas Agências Fiscais que arrecadaram, em determinado período, de 981 a 9:429 contos de réis, foi o que mais cresceu no período estudado (1892-1917), bem como o que conseguiu manter certa constância na permanência no próprio grupo, excetuando-se as Classes V e VI, nas quais apenas figuram as Agências Fiscais de Paranaguá e Antonina, face ao volume de sua arrecadação. Daquele grupo faziam parte, por exemplo, as Agências de Jaguariaíva, Castro, Mallet, União da Vitória, Campo Largo e as diversas instaladas ao longo do rio Itararé, além de Barracão, face à sua especial localização fazendo divisa com o Estado de Santa Catarina, e na fronteira com a República Argentina.

A política de Xavier da Silva foi de incentivo à instalação de diversas atividades fabris, tornada possível pela isenção de impostos a uma série de empresas, como a dos ramos de ladrilhos; de frigoríficos, estearina e sebo; beneficiamento de mate (tabletes) e até de fabrico de papel, papelão, celulose, cordoalha, obtidos através das fibras de bananeira e jasmim. Também é privilegiada, em 1910, a empresa de melhoramentos urbanos de Paranaguá.

Fábricas de cimento e o serviço de eletrificação dos bondes, em Curitiba, incluem-se entre os setores da economia atendidos pelos favores fiscais, em 1911.

Ao final de sua gestão, Xavier da Silva pôde constatar a "lisongeira situação das finanças estaduais; a exuberância das rendas é resultado do desenvolvimento comercial e industrial do Estado e do melhoramento do serviço de arrecadação.

dação dos impostos" <sup>52</sup>. A prosperidade econômica do Estado, segundo análise do Secretário das Finanças, seria resultante, principalmente, do desenvolvimento da via férrea e de rodagem, o que contribuiu para que o imposto de transmissão de propriedade tivesse um desempenho muito bom, crescendo em quase 200% sua realização, constituindo no exercício de 1909-10 o maior aumento efetivado nesta rubrica, desde seu lançamento. Isso se deu pela valorização ocorrida na propriedade, constituída de terras, construções etc., principalmente dos ervais e dos pinheirais, pois o "aumento da produção dos capitais circulantes valoriza os capitais fixos" <sup>53</sup>.

Embora apresentando deficit na arrecadação, no mesmo exercício, face ao cálculo da previsão basear-se na antiga tabela, o IPC começava a recuperar-se, constatação que se pode obter ao comparar o quantum arrecadado no exercício de 1910-11 com o do ano financeiro que o precedeu, e que revela um acréscimo de 25% (quadro 28). Enquanto Paranaguá e Ponta Grossa perdem alguns pontos percentuais na arrecadação desse tributo, como se relatou, Antonina recupera-se e Rio Negro mantém a sua posição no rol das agências fiscais arrecadadoras do IPC. Por outro lado, o aparelho fiscal, ao localizar diversos pontos de fiscalização e arrecadação de rendas nos rios Preto e Negro, pretendia acabar com o contrabando de erva-mate para o Estado de Santa Catarina; assim, grande parte das ervas paranaenses que saíam pelo vizinho Estado passaram a ser exportadas pelos portos paranaenses, "tanto que o movimento nos portos de Paranaguá e Antonina, para es-

se produto, aumentara em mais de 4 milhões de quilos" <sup>54</sup>. Destarte, nesse ano verificou-se o melhor resultado na realização do imposto de exportação de erva-mate (quadro 29).

#### QUADRO 28

PARANÁ. Receita arrecadada do IPC. 1909-10 e 1910-11  
(em contos de réis)

EXERCÍCIO FINANCEIRO	QUANTUM	EVOLUÇÃO 1909-10=100
1909-10	608	100
1910-11	763	125

FONTE: PARANÁ. Relatório do Secretário das Finanças, Comércio e Indústria.

#### QUADRO 29

PARANÁ. Receita orçada e arrecadada dos diversos impostos - 1910-11  
(em mil-réis)

DISCRIMINAÇÃO	ORÇADO	ARRECADADO	DIFERENÇA
IXEM (1)	1.588	2.035	447
IPC (2)	1.010	763	247
IIP (3)	246	347	101
IS (4)	349	275	74
ITP (5)	252	736	484
IFP (6)	283	350	67
IXD (7)	58	96	38
IP (8)	161	192	31
Receita total	4.696	5.706	1.010

FONTE: PARANÁ. Relatório do Secretário das Finanças, Comércio e Indústria.

(1) Imposto de exportação de erva-mate. (2) Imposto de patente comercial. (3) Imposto de indústrias e profissões. (4) Imposto de selo. (5) Imposto de transmissão de propriedade. (6) Imposto de fretes e passagens. (7) Imposto de exportações diversas. (8) Imposto predial.

Com relação às madeiras exportadas, em segundo lugar na pauta paranaense, aumentara também, tanto em volume quanto em valor oficial, sua comercialização com o exterior, "só não maior pelo fato de a Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande ainda não operar com tarifas mais reduzidas" <sup>55</sup>.

Os demais itens exportáveis mais importantes eram os fósforos e o café.

A eleição de Carlos Cavalcanti de Albuquerque para o governo do Estado, em 1912, resultou, com relação à administração estadual, em imediatas alterações na Secretaria de Estado responsável pela execução da política econômico-financeira (Lei nº 1.093, de 11 de março de 1912). Houve o desdobramento da Secretaria de Finanças, Comércio e Indústrias em duas repartições de igual categoria: criou-se a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, afeta ao desenvolvimento das indústrias agropastoris e do comércio e responsável pelas questões relativas ao povoamento do solo, à localização de trabalhadores nacionais e à proteção aos índios.

Enquanto que à nova Secretaria da Fazenda estavam afetos todos os outros serviços pertinentes ao bom andamento das finanças no Estado.

Novas isenções foram deliberadas logo no início dos trabalhos legislativos, beneficiando as fábricas de juta, algodão ou outras fibras, que importassem matéria-prima; os moinhos de trigo em vias de serem instalados, que iriam adquirir mecanismos e utensílios no mercado externo; o hotel modelo que se pretendia construir na capital paranaense, e



os automóveis e seus pertences que entrassem para o Estado. Em 1912 já se computavam no Estado 13.125 casas comerciais e 646 fábricas diversas,<sup>56</sup> um incremento de cerca de 120% no setor industrial com relação ao Censo de 1907. Porém, muito embora o tributo sobre o consumo interno viesse mostrando revigoração, não se verificava o alcance dos valores estimados para a receita pública no exercício de 1910-11, o que levou o Secretário da Fazenda, engenheiro Arthur Martins Franco, a considerar necessário revisar a tabela em vigor no sentido de melhor favorecer o comércio e as indústrias. O intuito do Secretário, percebe-se, fora outro, na realidade: o sistema de lançamento do IPC tinha efetivamente um caráter de inconstitucionalidade para os contribuintes, o que o tornava de difícil percepção.

Outra constatação do Secretário, que aliava uma crítica aos seus antecessores, era o fato de que os deficits crescentes nos orçamentos provinham de despesas extraordinárias com autorizações e favores concedidos pelo Poder Legislativo e outras decorrentes de ações propostas contra o Estado, muito embora ele estivesse apresentando um relatório ao Presidente do Estado, em cujo documento provava a excelência do orçamento ordinário, tendo a receita arrecadada no exercício a que se referia (1910-11) superado a estimativa em mais de mil contos de réis, representando um acréscimo de cerca de 27% sobre o exercício anterior.

O imposto de exportação de erva-mate, que fora supravitalário, representava 30% da renda tributária. Separado

desta rubrica, constava o imposto sobre exportações diversas, também superavitário, para o qual muito contribuiu o movimento de comercialização da indústria da madeira.<sup>57</sup>

## NOTAS

<sup>1</sup>DE PLÁCIDO E SILVA, O.J. **Noções de finanças e direito fiscal.** Curitiba, Guafira, s.d.

<sup>2</sup>BARBOSA, Ruy. **Comentários à Constituição Federal Brasileira.** São Paulo, Sarai-va, 1932.

<sup>3</sup>PARANÁ. Governo. 1904-1906 (Lima). **Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná, dirigido pelo Dr. Vicente Machado da Silva Lima, Presidente do Estado, em 01/02/1905.** Curitiba, Typ.Liv. Economica, 1905.

<sup>4</sup>PARANÁ. Secretaria d'Estado dos Negócios das Finanças, Commercio e Indústrias. **Relatório, em 31/12/1905.** Curitiba, Typ. d'A República, s.d.

<sup>5</sup>0 DIREITO. Rio de Janeiro, M.Orosco, 102, p.18.

<sup>6</sup>PARANÁ. Secretaria d'Estado dos Negócios das Finanças, Commercio e Indústrias. **Relatório, em 31/12/1905.**

<sup>7</sup>PARANÁ. Secretaria d'Estado dos Negócios das Finanças, Commercio e Indústrias. **Relatório, em 31/12/1906.** Curitiba, Typ. d'A República, s.d.

<sup>8</sup>SIMONSEN, Roberto C. **Evolução industrial do Brasil e outros estudos.** São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1973.

<sup>9</sup>SIMONSEN.

<sup>10</sup>PAIVA, Ruy Miller; SCHATAN, Salomão; FREITAS, Claus F. Frech. **Setor agrícola do Brasil: comportamento econômico, problemas e possibilidades.** São Paulo, Secretaria da Agricultura, 1973.

<sup>11</sup>BALHANA, Altiva Pilatti & WESTPHALEN, Cecília Maria. **Os alemães no comércio e na indústria do Paraná, 1890-1929.** Curitiba, s.d. Mimeografado.

<sup>12</sup>PAIVA.

<sup>13</sup>BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná.** Curitiba, Grafipar, 1969.

<sup>14</sup>KROETZ, Lando Rogério. **As estradas de ferro do Paraná, 1880-1940.** São Paulo, 1985. Tese, Doutorado, Universidade de São Paulo.

<sup>15</sup>BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN.

<sup>16</sup>WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Norte Velho, Norte Pioneiro.** Curitiba, s.ed., 1987.

<sup>17</sup>VILELA, A.V. & SUZIGAN, W. **Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945.** Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973.

<sup>18</sup>CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafecultura paranaense, 1900-70.** Curitiba, Grafipar, 1981.

<sup>19</sup>DELFIM NETO, Antonio. **O problema do café no Brasil.** Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1979.

<sup>20</sup>CANCIAN.

<sup>21</sup>FRANCO, Crépory. **A política econômica do café e a quota de equilíbrio.** Rio de Janeiro, A.Coeelho Branco Filho, 1944.

<sup>22</sup>CANCIAN.

<sup>23</sup>CANCIAN.

<sup>24</sup>FRANCO.

- <sup>25</sup>HOLLOWAY, Thomas H. **Vida e morte do Convênio de Taubaté: a primeira valorização do café.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- <sup>26</sup>HOLLOWAY.
- <sup>27</sup>CANCIAN.
- <sup>28</sup>HOLLOWAY.
- <sup>29</sup>CARONE, Edgar. **A República Velha.** São Paulo, DIFEL, 1975.
- <sup>30</sup>PAIVA; SCHATTAN, FREITAS.
- <sup>31</sup>CANCIAN.
- <sup>32</sup>PAIVA; SCHATTAN, FREITAS.
- <sup>33</sup>PARANÁ. Governo. 1904-1906 (Lima). **Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná, dirigida pelo Dr. Vicente Machado da Silva Lima, Presidente do Estado, em 01/02/1907.** Curitiba, Typ.Liv. Economica, 1908.
- <sup>34</sup>PARANÁ. Secretaria d'Estado dos Negócios das Finanças, Commercio e Indústrias. **Relatório, em 31/12/1907.** Curitiba, Typ. d'A República, s.d.
- <sup>35</sup>PARANÁ. Secretaria d'Estado dos Negócios das Finanças, Commercio e Indústrias. **Relatório, em 31/12/1908.** Curitiba, Typ. d'A República, s.d.
- <sup>36</sup>PARANÁ. Governo. 1908-1912 (Silva). **Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná dirigida pelo Dr. Francisco Xavier da Silva, Presidente do Estado, em 01/02/1910.** Curitiba, Typ.Liv.Economica, 1910.
- <sup>37</sup>PARANÁ. Governo. 1908-1912 (Silva). **Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná dirigida pelo Dr. Francisco Xavier da Silva, Presidente do Estado, em 01/02/1910.**
- <sup>38</sup>PARANÁ. Secretaria d'Estado dos Negócios das Finanças, Commercio e Indústrias. Fiscal da Fazenda. **Relatório, em 16/01/1911.** Curitiba, Typ. d'A República, s.d.
- <sup>39</sup>PARANÁ. Secretaria d'Estado dos Negócios das Finanças, Commercio e Indústrias. **Relatório, em 31/12/1909.** Curitiba, Typ. d'A República, s.d.
- <sup>40</sup>LEROY-BEAULIEU. **Traité de la science des finances.** Paris, Guillaumin, 1883.
- <sup>41</sup>PARANÁ. Secretaria d'Estado dos Negócios das Finanças, Commercio e Indústrias. **Relatório, em 31/12/1910.** Curitiba, Typ. d'A República, s.d.
- <sup>42</sup>PARANÁ. Secretaria d'Estado dos Negócios das Finanças, Commercio e Indústrias. Fiscal da Fazenda. **Relatório, em 16/01/1911.**
- <sup>43</sup>PARANÁ. Secretaria d'Estado dos Negócios das Finanças, Commercio e Indústrias. **Relatório, em 31/12/1910.**
- <sup>44</sup>PARANÁ. Governo. 1908-1912 (Silva). **Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná dirigida pelo Dr. Francisco Xavier da Silva, Presidente do Estado, em 01/02/1911.** Curitiba, Typ.Liv.Economica, 1911.
- <sup>45</sup>COSTA, Mário J. Affonso da. **Paraná; contribuição para o estudo do comércio e das indústrias do Estado.** Rio de Janeiro, Pimenta de Mello, 1913.
- <sup>46</sup>BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN.
- <sup>47</sup>BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN.
- <sup>48</sup>WACHOWICZ, Ruy Christovam. O comércio da madeira e a atuação da Brazil Railway Company no Sul do Brasil. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 5., Campinas, 1969. **Anais.** São Paulo, USP, 1971.
- <sup>49</sup>KROETZ.
- <sup>50</sup>KROETZ.
- <sup>51</sup>WACHOWICZ, O comércio da madeira ...
- <sup>52</sup>PARANÁ. Secretaria d'Estado dos Negócios das Finanças, Commercio e Indústrias. **Relatório, em 31/12/1911.** Curitiba, Typ. d'A República, s.d.
- <sup>53</sup>PARANÁ. Secretaria d'Estado dos Negócios das Finanças, Commercio e Indústrias. **Relatório, em 31/12/1911.**
- <sup>54</sup>PARANÁ. Secretaria d'Estado dos Negócios das Finanças, Commercio e Indústrias. **Relatório, em 31/12/1911.**
- <sup>55</sup>PARANÁ. Secretaria d'Estado dos Negócios das Finanças, Commercio e Indústrias. **Relatório, em 31/12/1911.**
- <sup>56</sup>REGISTRO FEDERAL DOS IMPOSTOS DE CONSUMO.
- <sup>57</sup>PARANÁ. Secretaria d'Estado dos Negócios das Finanças, Commercio e Indústrias. **Relatório, em 31/12/1912.** Curitiba, Typ. d'A República, s.d.

## CAPÍTULO 4

### A PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

#### 4.1 PROBLEMAS INTERNOS: A QUESTÃO DO CONTESTADO. SITUAÇÃO NACIONAL

Carlos Cavalcanti chegara ao governo do Estado num período em que eclodiria, no Sul, uma guerra sangrenta com inspiração messiânica, cujas ações político-militares dominariam o cenário durante toda sua gestão: a Guerra do Contestado.

Tendo como palco os Estados do Paraná e de Santa Catarina, abrangeu "uma área de 25 a 28 mil quilômetros quadrados comparável à superfície do Estado de Alagoas"<sup>1</sup>. Os limites da região contestada eram: ao norte, os rios Iguaçu e Negro; a oeste, os rios Peperiguaçu e Santo Antônio; ao sul, os rios Uruguai e Canoas; a este, uma linha provisória, estabelecida em 1879 pelo Ministro Sinimbu, numa área de cerca de 48 mil quilômetros quadrados.

O episódio sublevou cerca de 20 mil pessoas (8 mil combatentes com suas famílias) e mobilizou 6 mil homens das forças legais (equivalente à terça parte do Exército nacional da época), além de cerca de mil combatentes civis a soldo, os chamados "vaqueanos".

O cenário físico era o de uma região das mais frias do País. Seu relevo é irregular, contando com numerosos cursos d'água que sulcam o terreno em todas as direções, procurando os rios maiores, como o Iguaçu e o Uruguai, que, por sua vez, afastam-se progressivamente do litoral, formando a Bacia do Prata.

A vegetação é bastante variada, conforme os acidentes do relevo, predominando os campos ao sul e a oeste. Ao norte e a leste encontra-se a floresta serrana entrecortada de extensas clareiras naturais nas partes mais planas e os frequentes "faxinais".

Dadas as dificuldades de comunicação com o mar e a conseqüente impossibilidade de realizar comércio lucrativo, esse território ficou por longo tempo desocupado. Mesmo assim, era passagem obrigatória na ligação entre São Paulo e Rio Grande do Sul e campos de engorda do gado destinado às feiras paulistas.

Foram se estabelecendo, nessas terras sem dono, colonos que viviam da pecuária e do comércio da erva-mate, produzida em extensos ervais nativos. O sustento básico do caboclo vinha de sua roça: milho, feijão, palmito, pinhão.<sup>2</sup>

A pendência de limites data de 1894. O Paraná, ao se emancipar, em 1853, herdou o conflito, que teve um primeiro parecer favorável para Santa Catarina, dado pela Câmara dos Deputados. A proclamação da República reacendeu muito a disputa, com os catarinenses sendo vitoriosos na justiça, tanto em 1904 como em 1910. O Supremo Tribunal Federal definira os rios Iguaçu e Negro como limite entre os Estados, mas o Pa-

raná conseguiu sustar a execução da sentença, agitando os ânimos. Foi somente em 1917 que o rio Iguaçu passou a ser divisa entre os Estados, desde a foz do Rio Negro.<sup>3</sup>

Embora tanto interesse pela área, as administrações estaduais não cuidavam da manutenção da ordem pública, já que a presença de força policial seria encarada pelo oponente como provocação. Episódios isolados de ataque à "ordem estabelecida" criavam insegurança e beligerância na região e os sertanejos iam progressivamente se adestrando e habituando ao manejo de armas e ao combate em grupo.

"Para lá também convergiam fugitivos acusados de delitos diversos, inclusive alguns maragatos derrotados na Revolução Federalista. Para esses, afastados da lavoura pela índole rebelde, o trabalho a soldo dos novos fazendeiros que lutavam para consolidar o poder e as posses, era sempre fácil de encontrar." <sup>4</sup>

O sertanejo da região, fanfarrão e prosador, nunca dispensava o revólver e o facão, sendo bom atirador e hábil no manejo da arma branca, procurando, destarte, demonstrar agressividade e coragem para ser aceito no grupo.

Os núcleos populacionais eram administrados por um ou outro Estado. Palmas e União da Vitória eram as principais cidades regionais sob controle paranaense, que se estendia ainda à região do Irani, a oeste do rio do Peixe, em cujo vale corria a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, e à Vila Nova do Timbó.

Santa Catarina, por sua vez, administrava Lajes, Curitibaanos e Campos Novos.

Com a proclamação da República, as terras que eram do Império passaram aos governos estaduais, onde os chefes políticos do interior, normalmente fazendeiros abastados, eram a nova autoridade e detinham poderes emanados de títulos de hierarquia da Guarda Nacional. "Assim é que a um fazendeiro que fosse capaz de reunir um determinado número de homens sob as suas ordens, seria dado o título de Coronel da Guarda Nacional, ou simplesmente coronel." <sup>5</sup>

Não havia como distinguir a propriedade privada da pública, ao passarem os "coronéis" a donos dos poderes municipais. A posse da terra foi de crucial importância para explicar a guerra. As grandes propriedades eram dos "coronéis", e os pequenos e médios lavradores detinham sua posse apenas pelo uso, havendo também os agregados e os peões. Os "coronéis" monopolizavam a terra e o fornecimento de gêneros para determinada região. <sup>6</sup>

A Souther Brazil Lumber and Colonization Company, subsidiária da Brazil Railway, constituída para desmatar, processar e comercializar madeiras, além de estabelecer os colonos imigrantes, prosseguia adquirindo mais terras junto aos governos estaduais e realizando contratos com os fazendeiros, de modo a se transformar na maior madeireira da América Latina, mecanizando o processamento e monopolizando os meios de transporte. Sua ação levou à falência as pequenas serrarias já existentes na região. "O ano de 1911 foi o mais grave para os despossuídos, e coincide com o momento da implantação de empresas nos moldes capitalistas, trazendo consigo as premissas da violência inovadora, acelerando os fa-

tores da já tradicional violência da região." <sup>7</sup> Assim como a população local carecia do apoio oficial frente à ação dos poderosos da região, nacionais bem como estrangeiros, também a Igreja não cumpria a contento seu fim social.

O homem simples, sertanejo, com uma concepção religiosa confusa, onde se misturavam rudimentos do catolicismo, histórias e crendices e superstições, acreditava em quem lhe trouxesse algum conforto e esperança. Surgiram homens místicos, como Anastás Margraf ou João Maria.

Resumindo, as causas da Guerra do Contestado, conforme Tota, foram:

- as transferências das terras devolutas aos governos estaduais e a ação apropriatória movida pelos que tinham acesso à justiça criaram a revolta nos sertanejos desalojados de suas propriedades;
- a atuação dos grupos estrangeiros na região, abandonando, ao término da obra da ferrovia, enorme contingente de trabalhadores, levando à falência a indústria madeireira nativa, e desalojando os habitantes locais pela venda de suas propriedades a colonos europeus;
- a omissão da Igreja, o que propiciava o surgimento de monges e profetas, fanatizando o povo;
- os problemas de limites, cultivados por ambos os Estados, ao realizar concessões de terras para afirmar sua posse e domínio na área.



Por essa época, o governo do Estado planejara realizar durante o ano diversas exposições regionais, "sem grande aparato e unicamente como incentivo ao desenvolvimento agropecuário e industrial dos municípios e facilitação das trocas e relações comerciais entre eles"<sup>8</sup>. Seriam essas exposições completadas ao final, com exposição de produtos coloniais, iniciativa do presidente da Associação Comercial. Não foram realizados tais eventos, exatamente pelo clima de beligerância envolvendo toda a população das regiões afetadas e pela ação militar empregada para eliminar o fanatismo, representando um custo alto para a administração pública.

Tais eventos se constituiriam numa espécie de balanço econômico.

A área contestada pelos Estados do Paraná e Santa Catarina chega a termo, por sua partilha, em 1916. O acordo entre os dois Estados foi ratificado pelos poderes da República, serenando dissidências que surgiam, principalmente de paranaenses da região de Palmas.

## 4.2 PERDA DO IPC NO ESTADO

Na Mensagem do Presidente do Estado aos congressistas estaduais, em 1913, é feito um alerta aos legisladores para a conveniência de, novamente, ser modificada a forma de cobrança do IPC, sob o argumento da insatisfatória contribuição que este tributo vinha dando ao erário paranaense.

Atendendo ao apelo, a lei orçamentária que iria vigorar no exercício de 1913-14 (Lei nº 1.352, de 24 de abril), no artigo 4º, item 4, autorizava o Poder Executivo a rever o regulamento do IPC, de modo a estabelecer a classificação das casas comerciais a ele sujeitas, o que foi feito pelo Decreto nº 476, de 26 de junho do mesmo ano, determinando duas formas de cobrança. A primeira, por meio de taxa anual fixa, às casas comerciais classificadas em três classes: 1ª classe - 60 contos de réis ou mais; 2ª classe - 40 contos de réis ou mais e 3ª classe - 20 contos de réis ou mais, o que representava, na realidade, um retorno aos mesmos valores estabelecidos no Decreto nº 383, de 1909.

A segunda forma de cobrança instituída pelo decreto (opção permitida ao contribuinte) era por meio de taxas estabelecidas por tabela nominal, cujos critérios eram o peso dos volumes, a qualidade e a natureza das mercadorias, e calculadas no ato do despacho segundo a forma de transporte realizado. Essas taxas variavam de 10 a 60 réis por quilo.

A análise das tabelas aprovadas entre os dois decretos mencionados, o de 1909 e o de 1913, revela algumas alterações. Passou a ser menos onerado o papel de impressão para jornais (de 15 réis para 10 réis por quilo) e passaram a ser mais gravados os produtos como a "formicida" e os vasilhames de vidro (de 10 para 15 réis por quilo).

Mercadorias como máquinas de lavoura não discriminadas, fósforos, arados, couros secos e trabalhados e querosene deixam de aparecer nas listagens de 1ª e 2ª classes; algumas delas foram englobadas na 3ª classe, que vem a ser

aquela por onde se cobrava a maior taxa, 60 réis por quilo, e na qual se incluíam todas as mercadorias não especificadas nas duas classes anteriores. Outras, todavia, haviam sido beneficiadas com isenções de impostos estaduais (manufaturas de fósforos, fábricas de vidros, estímulos à agricultura), no intuito de facilitar a sua importação para desonerar os investimentos locais nessas indústrias.

Da análise conclui-se que:

- 1º) de modo geral, diminuiu sensivelmente o valor das taxas variáveis, num retorno às alíquotas que haviam vigorado em 1909, denotando uma vitória do setor empresarial privado sobre a administração pública;
- 2º) a nova tabela não provocava modificações substanciais na classificação das mercadorias, o que pode ser compreendido como uma confirmação do que foi dito no item 1;
- 3º) o retorno à cobrança do imposto por taxa fixa (opcional), que seria realizada trimestralmente pelo contribuinte, visou garantir o tributo contra ações judiciais intentadas por uma minoria de comerciantes e industriais que recorriam da obrigação fiscal alegando a inconstitucionalidade do IPC.

É possível que estas modificações implantadas apenas dois meses antes do encerramento do exercício financeiro de 1912-13 tenham influenciado o resultado do imposto, uma vez

que efetivamente houve melhoria da arrecadação, embora tenha ficado aquém do orçado, representando um aumento relativo sobre o último exercício de apenas 13% (quadro 30).

### QUADRO 30

PARANÁ. Evolução da receita orçada e arrecadada do IPC. 1908-12

ANO FINANCEIRO	ORÇADO	ARRECADADO (A)	DIFERENÇA	EVOLUÇÃO (A) ANO BASE=1910-11
1908-09	985	938	(-) 47	123
1909-10	934	608	(-) 326	80
1910-11	1.010	763	(-) 247	100
1911-12	1.050	864	(-) 186	113

FONTE: PARANÁ. Relatórios do Secretários das Finanças.

## 4.3 REFLEXOS DA CRISE MUNDIAL

No final de 1913, a crise monetária mundial afetara profundamente a economia do País. Decresceram os saldos comerciais e havia deficit orçamentário, o que não se verificava desde 1896.<sup>9</sup> Segundo Onody<sup>10</sup>, há autores que consideram ter havido inflação mundial, no período da Primeira Guerra (1913-20), com os seguintes aumentos de preços: Estados Unidos, Holanda e Suíça, 100%; Inglaterra 200%; França 400%; Itália 500%, etc. No Brasil, entre 1913 e 1917, o índice de custo de vida aumentou em cerca de 15,5%, havendo decrescido no último ano do conflito em pouco mais de 10%.

Intensificaram-se, destarte, as pressões de vários segmentos, exclusive o industrial, pela redução das tarifas aduaneiras, embora não atendidos. Os motivos da tarifa elevada eram óbvios: o declínio das importações face à interrupção do intercâmbio comercial com os países beligerantes diminuía a arrecadação federal; a queda das exportações, ao diminuir o saldo comercial e gerar deficit orçamentário, exigia medidas monetárias de emissão de meio circulante para fazer face aos gastos da administração. Na realidade, constatava-se que, em certas ocasiões, as necessidades do fisco acabaram transformando o governo em aliado das indústrias em sua luta contra a redução das tarifas.

A crise do comércio externo e as emissões desvalorizavam a moeda nacional: em 1913 o câmbio era de 15 mil réis/libra, caindo para mais de 20 mil réis/libra três anos depois.

Apesar dessa instabilidade, o valor da produção fabril nacional, embora de pauta reduzida e de crescimento reflexo, cresceu ao redor de 80%.<sup>11</sup> A participação setorial da indústria na renda interna do Brasil, entre 1910-12, era de 19% contra 33% da agricultura e 46% dos serviços.<sup>12</sup>

O período que se iniciou em 1904, até 1913, é considerado como o da recuperação e rápido crescimento da produção e, especialmente, da capacidade produtiva do setor industrial.<sup>13</sup>

Embora irregular, foi notável o crescimento industrial do Brasil nesse período, principalmente da indústria de bens de consumo não duráveis (têxteis, vestuário, calça-

dos, bebidas e alimentos). As chamadas indústrias leves passavam cada vez mais a empregar matéria-prima importada, transformando-se em montadoras, como no caso da indústria de fósforos.<sup>14</sup>

A população brasileira, que saltara de 18,2 milhões para 23,9 milhões de habitantes entre 1900 e 1913, crescendo a uma taxa média anual de 2,3%,<sup>15</sup> iniciou movimentos urbanos contra a carestia. Com a guerra aumentara a substituição de importação de alimentos para o mercado interno, mas muitos deles eram exportados. O mesmo se daria com matérias-primas e produtos manufaturados, e sua escassez doméstica provocava pressões ascendentes nos preços. A indústria nacional sai favorecida, porém diminuía a expansão da capacidade produtiva do setor como um todo e dos investimentos em geral.

A guerra daria o sinal de que o modelo econômico brasileiro voltado para fora encontrava-se enfraquecido, e que deveriam ser adotadas políticas deliberadas de industrialização. O novo modelo, de substituição de importações, não representaria uma quebra da estrutura do sistema anterior, já que o País continuou crescendo apoiado no setor exportador. A transformação do crescimento se faria na expansão do mercado interno à produção nacional, abastecido, em sua diversificação, pela importação de equipamentos e insumos e apoiado, internamente, por uma política fiscal e monetária expansionista.<sup>16</sup>

O Paraná, que tinha na erva-mate o seu principal produto de exportação (representava, na conjuntura do início da conflagração mundial, 89% da pauta exportável), foi afetado

ainda mais pela crise econômico-financeira do Prata, o maior centro de consumo da indústria ervateira paranaense. "A Argentina teve perda total de sua lavoura, no norte por greve geral dos operários rurais e no sul pela seca." <sup>17</sup>

Muito embora estas constatações, a situação financeira do Estado podia ser considerada, pelo titular da Pasta da Fazenda, como lisonjeira, uma vez que houvera um superavit de mais de 14% na receita ordinária do exercício financeiro de 1912-13 (quadro 31).

#### QUADRO 31

PARANÁ - Receita orçada e arrecadada dos principais impostos - 1912-13

DISCRIMINAÇÃO	ORÇADO	ARRECADADO	DIFERENÇA
IXEM (1)	2.035	2.769	+734
IPC (2)	770	998	+228
IIP (3)	347	423	+ 76
IS (4)	218	287	+ 69
ITP (5)	736	660	(-) 76
IFP (6)	350	348	(-) 2
IXD (7)	27	124	+ 97
IP (8)	192	270	+ 78
IT (9)	150	202	+ 72
Receita total	5.628	6.432	+804

FONTE: PARANÁ. Relatório DO Secretário do Estado dos Negócios da Fazenda.

(1) Imposto de exportação de erva-mate. (2) Imposto de patente comercial. (3) Imposto de indústrias e profissões. (4) Imposto de selo. (5) Imposto de transmissão de propriedade. (6) Imposto de fretes e passagens. (7) Imposto de exportações diversas. (8) Imposto predial. (9) Imposto territorial.

É interessante ressaltar a perda relativa da posição apresentada pela Agência Fiscal de Paranaguá no conjunto do

aparelho controlador das rendas estaduais, com relação à cobrança do IPC (quadro 32).

### QUADRO 32

AGÊNCIA FISCAL DE PARANAGUÁ. IPC e receita total arrecadada. 1900-12  
(em contos de réis)

ANO FINANCEIRO	IPC ARRECADADO (A)	TOTAL ARRECADADO (B)	(A/B) (%)	IPC NO ESTADO (C)	(A/C) (%)
1900-01	423:840	...		510:946	83
1902-03	431.260	1.178:531	37	557:873	77
1903-04	438.111	1.158.371	38	569:381	77
1906-07	713.016	...		985:267	72
1910-11	434.993	1.100.380	40	1.010:197	43
1911-12	454.642	1.174.829	39	864:184	53

FONTE: PARANÁ. Relatórios do Secretário das Finanças.

... - Valor não encontrado.

Ano após ano, esta repartição vinha perdendo posição, principalmente para a agência de Antonina (gráfico 1). De modo geral, o IPC vinha perdendo importância dentre os demais tributos cobrados pelas diversas estações fiscais, com exceção da de Antonina (quadro 33).

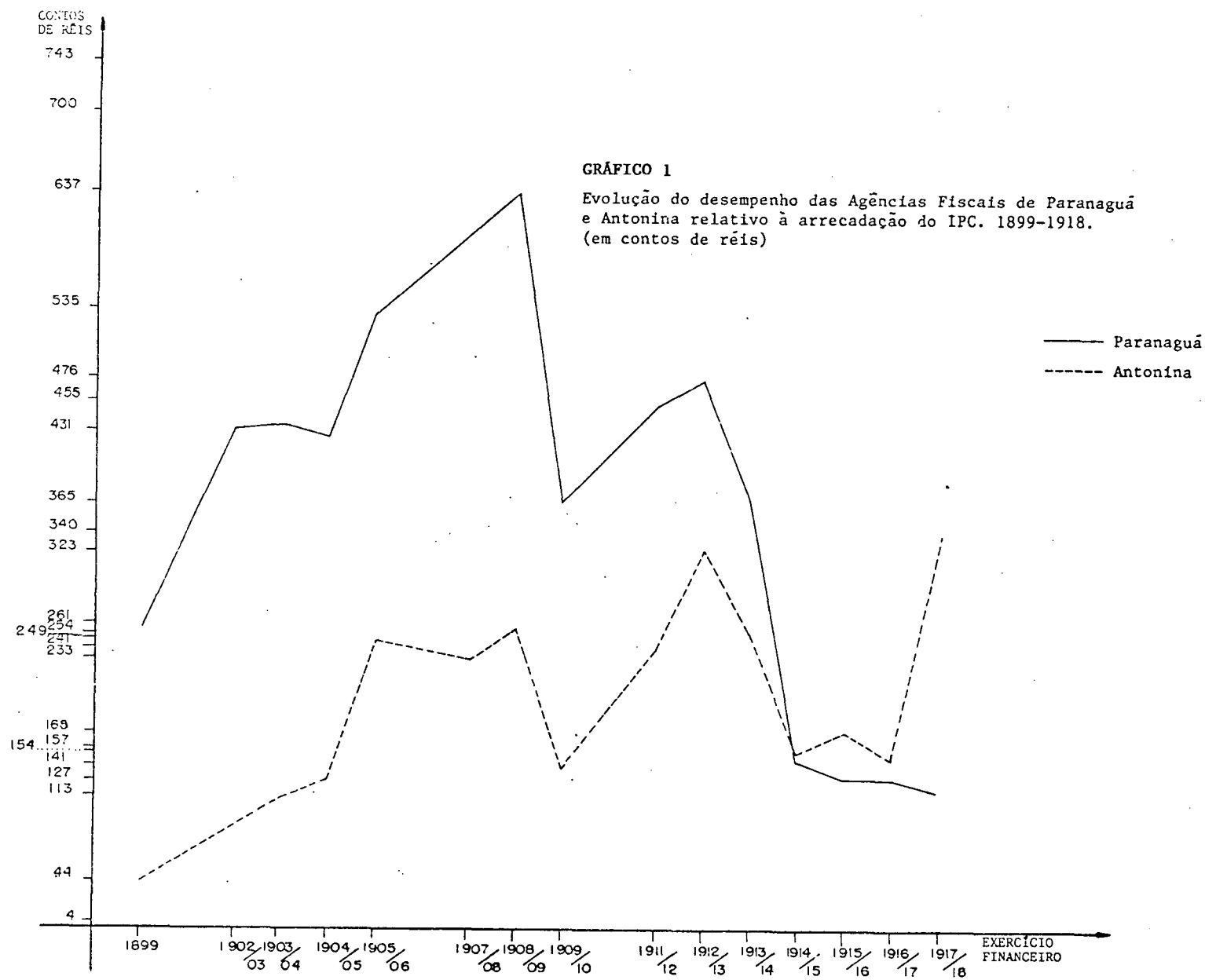
### QUADRO 33

PARANÁ. Participação relativa do IPC no movimento de algumas agências fiscais. 1902-14 (%)

UNIDADE FISCAL	EXERCÍCIO FINANCEIRO					
	1902-03	1903-04	1910-11	1911-12	1912-13	1913-14
Rio Negro	0,05	7,22	22,90	20,95	17,76	17,69
Paranaguá	36,59	37,82	39,53	38,70	37,68	32,59
Antonina	13,12	12,10	13,59	14,80	17,43	17,42
Ponta Grossa	-	-	23,41	29,70	26,66	23,43
Curitiba	-	-	1,75	4,30	-	5,33
Jaguariaíva	-	-	-	29,77	25,53	20,00
União da Vitória	-	-	-	-	17,50	17,24

FONTE: PARANÁ. Relatórios do Secretário das Finanças.

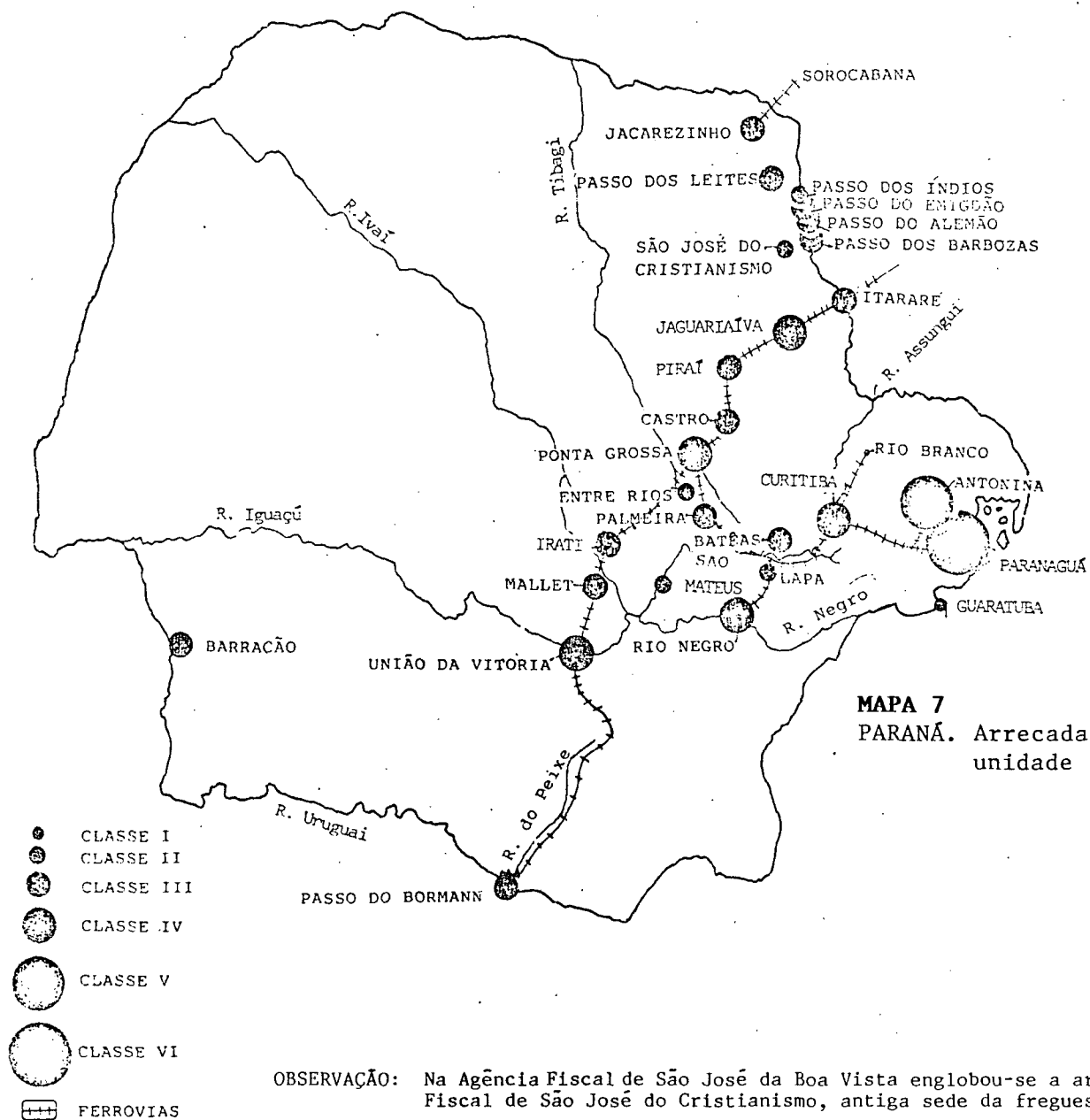




Pode-se inferir do que ficou dito que, pouco a pouco, as demais obrigações fiscais, pela modernização do aparelho fiscal e pelo próprio desempenho econômico regional, passavam a ter maior relevância. É o caso das exportações crescentes de diversos produtos, sempre capitaneados pela erva-mate, mas diversificados e quantitativamente ampliados, com as transações comerciais de madeiras (em segundo lugar na pauta de produtos exportáveis), fósforos, animais suínos, couro e café. Mas, também, o crescimento demográfico e o desenvolvimento da sociedade levava a grande movimentação de propriedades (fatores de produção) e sua conseqüente valorização, ampliando o quantum dos impostos de transmissão de propriedade, predial e territorial. O desenvolvimento das indústrias e das profissões, denotando a diversificação do setor terciário de prestação de serviços, por sua vez, elevava o imposto de indústrias e profissões ao quarto lugar na receita ordinária do Estado, no exercício de 1912-13.

A mudança estrutural que se percebe na comparação aludida no gráfico 1 pode ser explicada por três argumentos:

- 1) a importação de produtos estrangeiros e nacionais de outros Estados da Federação, que tinham como ponto final de transação os municípios de Antonina e Paranaguá, passou a ser realizada pelo importador sediado em localidades diversas, ao longo das ferrovias, evidenciando o avanço destas pelos centros consumidores do interior do Estado (mapa 7). E era aí que a cobrança do IPC se realizava. A en-



FONTE: KROETZ, Lando Rogério; SANTANA, Ana Lúcia Jansen de Mello de.

trada em operação da ferrovia São Paulo—Rio Grande e seus ramais (além dos prolongamentos da Estrada de Ferro do Paraná) foi o agente impulsionador das mudanças estruturais de transporte de mercadorias no território paranaense, desafogando a tarefa fiscalizadora relativa ao IPC, dos funcionários das Agências Fiscais nos portos paranaenses;

- 2) a diversificação das formas de entrada e dos meios de transporte das mercadorias pelo território paranaense, nos quais incidia o IPC (fluvial, rodoviário);
- 3) a concentração da atividade de exportação de produtos paranaenses e de outras origens, pelo porto de Paranaguá.

## NOTAS

<sup>1</sup>NASCIMENTO, Luiz Cláudio del Rio Chagas. **A campanha do Contestado como subsídio, no Exército brasileiro, para a formulação da doutrina de operações contra forças irregulares.** Rio de Janeiro, ECEME, 1986.

<sup>2</sup>TOTA, Antonio Pedro. **Contestado, a guerra do Novo Mundo.** São Paulo, Brasiliense, 1983.

<sup>3</sup>KROETZ, Lando Rogério. **As estradas de ferro do Paraná, 1880-1940.** São Paulo, 1985. Tese, Doutorado, Universidade de São Paulo.

<sup>4</sup>NASCIMENTO.

<sup>5</sup>TOTA.

<sup>6</sup>TOTA.

<sup>7</sup>TOTA.

<sup>8</sup>PARANÁ. Governo. 1912-1916 (Albuquerque). **Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Estado, pelo Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Estado do Paraná, em 01/02/1913.** Curitiba, Typ.Liv.Economica, 1913.

<sup>9</sup>CARONE, Edgar. **A República Velha.** São Paulo, DIFEL, 1975.

<sup>10</sup>ÓNODY, Oliver. **A inflação brasileira (1820-1958).** Rio de Janeiro, s.ed., 1960.

<sup>11</sup>JOBIM, José. **Histórias das indústrias no Brasil.** Rio de Janeiro, J.Olympio, 1941.

<sup>12</sup>HADDAD, C.L.S. **Crescimento econômico do Brasil. 1900-76.** In: NEUHAUS, P., ed. **Economia brasileira - uma visão histórica.** Rio de Janeiro, Campus, 1980.

<sup>13</sup>MUELLER, Charles C. **Das oligarquias agrárias ao predomínio urbano-industrial: um estudo do processo de formação de políticas agrícolas no Brasil.** Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1983.

<sup>14</sup>MUELLER.

<sup>15</sup>VILELA, A.V. & SUZIGAN, W. **Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945.** Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973.

<sup>16</sup>VANNUCCHI, Maria Ivone Bergamini. **A indústria de papel no Paraná.** Curitiba, 1977. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.

<sup>17</sup>PARANÁ. Secretaria d'Estado dos Negócios das Finanças, Comércio e Indústrias. **Relatório, em 31/12/1913.** Curitiba, Typ. d'A República, s.d.

## CAPÍTULO 5

### A RETOMADA A PARTIR DE 1916

#### 5.1 FINANÇAS ESTADUAIS

No avanço da crise mundial, o Estado, em 1913, concedeu isenção do IPC a diversos beneficiários, abrangendo setores como cimento e seus artefatos, papel, turfas e hotelaria.

Imposto, aliás, que vinha sendo cobrado, em outras unidades da Federação, sob diversas denominações. O Estado de Alagoas, por exemplo, denominava um seu tributo, de patente comercial, como no Paraná (muito embora não se possa afirmar a coincidência do seu objeto).

O Legislativo riograndense havia trocado informações com aquele do Paraná, no intuito de adotar este tributo em seu Estado, em substituição aos que recaíam no fumo e no álcool.<sup>1</sup>

Outros Estados, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Minas Gerais e Rio de Janeiro, utilizavam semelhantes instrumentos para elevar a receita estadual.

A partir da lei orçamentária de 1914, ficou determinada a criação de mais três classes para enquadramento das casas comerciais como contribuintes do IPC, sendo que as de

4ª classe pagariam 10 contos de réis anuais; as de 5ª classe, 5 contos de réis e as de 6ª classe, 2 contos de réis, todas fixas.

Mas o ano de 1914, marcado pelo início da conflagração mundial, trouxe dificuldades ao comércio e às indústrias do Estado, refletindo a crise geral. Os reclamos das representações do setor produtivo conduziram a uma convocação extraordinária do Congresso Legislativo pelo Presidente do Estado, de cuja reunião resultaram poucas medidas práticas. Do ponto de vista fiscal houve apenas a prorrogação dos prazos de cobrança de impostos.

Mas os efeitos da crise mundial breve se fariam sentir. O decréscimo das rendas públicas estaduais, verificadas no exercício 1913-14, da ordem de mil contos de réis, era reflexo notório da escassez do meio circulante, face à brusca retração do crédito pelos bancos estrangeiros sediados no País, que seguiam orientação das suas matrizes. Outra causa que se apontava para a depressão da receita, no período, era a conseqüente redução do numerário em circulação, agravado no Paraná pelas conseqüências advindas da situação anormal de uma vasta e rica porção do seu território, subtraída à ação do trabalho produtivo pela seca que assolava a região Sul do País, pelas epidemias reinantes em algumas zonas do Norte do Estado e pela anarquia verificada na região do Contestado. Diante do esgotamento das rendas e das febres reinantes, os encarregados da arrecadação eram vítimas ora de assassinatos, ora da febre endêmica. O primeiro caso ocorreu, por exemplo, com o guarda, assassinado no Posto Fiscal

do Lageado, no vale do rio Negro, sucedendo o mesmo a outros. O segundo caso aconteceu ao guarda Salvador Gonçalves, no Passo do Alemão, no rio Itararé, e ao guarda João Anthero, do Posto Costa Júnior, no rio Paranapanema, em Jacarezinho, que, vítimas da febre reinante, viram-se obrigados a transferir sua residência, levando a família para a cidade em busca de recursos.<sup>2</sup>

A má situação dos mercados estrangeiros, retraindo o comércio internacional, diminuiu em quase 10% o valor oficial das exportações de erva-mate e em 100% o de animais suínos, embora os índices referentes a madeiras, fósforos e café, por exemplo, tenham sido positivos (respectivamente, aumentaram em cerca de 54%, 13% e 220%).

Os capitais encontravam-se retraídos, o movimento das operações bancárias estava limitado e o meio circulante brasileiro crescia ano após ano, perturbado pela conjuntura mundial, atingindo seriamente todo o sistema econômico, a produção e a riqueza. Reflexo dessa crise, em março de 1918, as fábricas paralisaram suas atividades, os estoques se avolumaram e os empregados foram dispensados. Em 1914, novo empréstimo foi contraído junto aos bancos ingleses (Rothschilds) para rolagem da dívida externa.<sup>3</sup>

No Paraná, o governo tentara, sem êxito, implantar, em moldes semelhantes com o que operava o Banco do Brasil a nível nacional, um estabelecimento de crédito que tivesse dupla função: "reparadora" e propulsora das atividades produtivas.<sup>4</sup>



A seca que assolara o Sul do País, no período, quase anulava os esforços empreendidos na cultura do trigo. De modo geral, a agricultura respondia satisfatoriamente aos investimentos realizados. O centeio, produto essencial à alimentação dos habitantes da zona colonizada, sofrera duramente com os fatores climáticos adversos, forçando o governo a importar toneladas de sementes da Áustria-Hungria, para restaurar a cultura. O arroz que, na zona litorânea, estava dando bons resultados, teve sua cultura estendida para o interior e região ribeirinha do Iguaçu.

Mas foi no intercâmbio comercial com o setor externo que se perceberam as piores manifestações decorrentes do abalo econômico das nações em guerra. Os diversos impostos relativos às exportações paranaenses revelam este fato, pelo declínio em sua percepção. Todavia, os impostos que se poderiam classificar aqui, para efeito puramente didático, de "internos" tiveram desempenho positivo, não refletindo exatamente um crescimento das atividades mercantis, mas relacionadas com algumas medidas fiscais postas em prática, como a mencionada anteriormente com o IPC.

A Agência Fiscal de Antonina ultrapassou em volume, nesse exercício financeiro, a arrecadação de impostos computada para a Agência Fiscal de Paranaguá (gráfico 1).

Na Agência Fiscal de Rio Negro, dentre as mais importantes, o IPC passou a representar uma parcela cada vez mais representativa do total da sua atividade (quadro 33). Isto pode significar que, por ali se taxavam com este tributo mercadorias importadas de outros Estados: pela posição geo-

gráfica em que se encontrava a Agência no município de mesmo nome, na fronteira com o Estado de Santa Catarina; o que viria a confirmar a renitência de alguns comerciantes em processar judicialmente o governo estadual pela inconstitucional cobrança de impostos sobre mercadorias em trânsito.

A continuidade das circunstâncias, já narradas, da guerra européia acabou por provocar o declínio ainda mais acentuado das rendas públicas, no exercício 1914-15 (quadro 34). O deficit chegou a mais de 2 mil contos de réis, pela conjugação negativa de dois fatores: o decréscimo verificado na grande maioria dos impostos estaduais, dentre os quais o resultado do IPC foi o mais sentido; e o aumento das despesas de modo geral, embora a ordem fosse de redução de gastos, e, mais particularmente, aquelas vinculadas a outras moedas, pelas diferenças de câmbio, bem como as de assistência e reconstrução dos locais mais atingidos pelas ações beligerantes havidas no Contestado.

A insuficiência da arrecadação tinha também razões de ordem administrativa: ora o subinspetor das rendas, responsável pela fiscalização da Zona Norte, que avançado em idade e com saúde precária licenciava-se com freqüência, dando margem ao contrabando que por ali se praticava; ora o subinspetor da Zona Sul interrompia sua viagens de fiscalização, por ter sido comissionado pelo Secretário da Fazenda para outros serviços, deixando a parte do rio do Peixe sem ser visitada. As queixas iam desde os vencimentos desproporcionais, à indisciplina hierárquica e ao excesso de pessoal.

## QUADRO 34

PARANÁ.- Evolução da receita orçada e arrecadada. 1894-1918  
(em contos de réis)

ANO FINANCEIRO	ORÇADO	ARRECADADO	DIFERENÇA
1894	1.521	1.414	(-) 107
1895	1.957	2.100	+ 143
1896	2.985	2.336	(-) 649
1897	2.718	1.973	(-) 745
1898	3.097	3.331	+ 234
1899-00	2.516	2.106	(-) 410
1900-01	2.548	2.309	(-) 239
1901-02	2.845	2.832	(-) 13
1902-03	2.760	3.145	+ 385
1903-04	2.823	3.391	+ 568
1904-05	3.123	3.452	+ 329
1905-06	3.666	4.004	+ 338
1906-07	3.304	5.053	+ 1.749
1907-08	4.103	4.441	+ 338
1908-09	4.637	4.539	(-) 98
1909-10	4.523	4.776	+ 253
1910-11	4.696	5.706	+ 1.010
1911-12	5.046	6.058	+ 1.012
1912-13	5.628	6.432	+ 804
1913-14	6.977	5.975	(-) 1.002
1914-15	7.531	5.346	(-) 2.185
1915-16	6.815	6.768	(-) 47
1916-17	7.386	6.912	(-) 474
1917-18	7.687	7.348	(-) 339

FONTE: PARANÁ. Relatórios de Secretários das Finanças.

Entre as medidas sugeridas pelo Inspetor Geral das Rendas estava a fiscalização ininterrupta.<sup>5</sup>

Não fora apenas a supressão de créditos externos, essenciais para manter vivos os aparelhos industriais em formação, ressentia-se ainda da paralisação da imigração, fator incontestável da valorização da agricultura paranaense.

## 5.2 ADMINISTRAÇÃO VERSUS CONTRIBUINTE

Assumiu o poder, no Paraná, no início de 1916, Affonso Alves de Camargo (que fora substituto legal de Carlos Calvalcanti, em caráter eventual, durante o quadriênio anterior), trazendo consigo Caetano Munhoz da Rocha para a Secretaria da Fazenda.

Um dos primeiros atos do novo governo foi a extensão e subsequente incorporação dos negócios estaduais afeitos à agricultura, comércio, indústria e obras públicas à Secretaria de Munhoz da Rocha, que passaria daí por diante a se denominar de Fazenda, Agricultura e Obras Públicas e a funcionar organicamente com duas diretorias: a de Fazenda e Agricultura e a de Obras e Viação.

A tônica nesse primeiro ano de administração pública foi consolidar o Paraná no cenário nacional, entre os Estados agrícolas produtores de gêneros exportáveis e de consumo interno. Percebe-se no discurso oficial uma ênfase maior no setor primário do que no setor secundário. As ações neste

sentido são de introdução de novas sementes selecionadas de diversos cereais e outros itens agrícolas, por iniciativa governamental, bem como de fornecimento de instrumentos agrários e auxílio à importação de reprodutores de diversas espécies de gado, com isenção de impostos e gratuidade de transporte.

A receita ordinária estadual inicia um período de lenta ascensão, tendo-se verificado um acréscimo relativo de cerca de 26,6% no cômputo geral, com relação ao exercício financeiro anterior (quadro 35).

#### QUADRO 35

PARANÁ - Receita arrecadada dos principais impostos - 1914-15 e 1915-16  
(em contos de réis)

DISCRIMINAÇÃO	1914-15		1915-16		EVOLUÇÃO (B/A)
	Orçado	Arrecadado (A)	Orçado	Arrecadado (B)	
IXEM (1)	2.500	2.185	2.014	2.632	120,46
IPC (2)	1.131	465	840	513	110,32
IIP (3)	466	448	490	538	120,09
IS (4)	299	161	354	254	157,76
ITP (5)	798	265	395	348	131,32
IFP (6)	352	249	247	299	120,08
IXD (7)	124	178	1.450	274	153,93
IP (8)	297	348	360	320	91,95
IT (9)	253	161	182	145	90,06
Receita total	7.531	5.346	6.815	6.768	126,60

FONTE: PARANÁ. Relatórios de Secretários das Finanças.

(1) Imposto de exportação da erva-mate. (2) Imposto de patente comercial. (3) Imposto de indústrias e profissões. (4) Imposto de selo. (5) Imposto de transmissão de propriedade. (6) Imposto de fretes e passagens. (7) Imposto de exportações diversas. (8) Imposto predial. (9) Imposto territorial.

Para esse desempenho muito contribuíram o volume recolhido dos impostos de exportações diversas e dos selos, cada qual com mais de 50% de variação, embora em média os tributos tenham evoluído ao redor de 20%.

O IPC apresentou um aumento de cerca de 10%, porém, os impostos predial e territorial apresentaram taxas de evolução negativas.

A penosa experiência nacional com a superprodução de café servira de lição para se tentar neutralizar, no Paraná, os efeitos danosos de uma superoferta de erva-mate. Procurou-se conquistar novos mercados europeus, introduzir o produto nos Estados Unidos e reconquistar o mercado chileno. Foi realizado, também nesse primeiro ano, convênio com o Estado de Santa Catarina, pelo qual se criava o imposto-ouro para a erva cancheada, em resposta à proteção aplicada nos mercados consumidores para o produto, sob pena de ver "desnacionalizada a indústria de erva-mate"<sup>6</sup>, embora sob a pressão oposicionista de alguns comerciantes.

No ano seguinte, houve a retomada dos mecanismos fiscais disponíveis para o estímulo à implantação de novas indústrias e na própria diversificação das atividades então existentes.

O movimento comercial com a erva-mate, todavia, sofrera declínio, pela deficiência de transporte marítimo, que praticamente paralisara a exportação para os centros consumidores. Em termos nominais, houve uma queda de aproximadamente 56% no volume oficial de suas transações, o mesmo ocorrendo com as madeiras (cerca de 65% de perdas), embora

os fósforos e o café tenham tido um bom ano comercial. Em termos de volume transacionado, os aumentos relativos foram de cerca de 53% e 530%, respectivamente. O café, em especial, passa a representar o terceiro mais importante produto exportável paranaense, depois que o bloqueio dos importadores, face à guerra, havia levado as exportações de café brasileiro a um "estado de quase estagnação que propiciaria a segunda operação valorizadora, abrangendo o período de 1917-20"<sup>7</sup>.

Foi tímida a evolução geral das rendas estaduais no exercício de 1916-17 (cerca de 2%). Enquanto os impostos territorial e de selos cresceram em mais de 40%, o de transmissão de propriedades ao redor de 21% e o de exportações diversas acusou um aumento de cerca de 7%, os demais tributos decresceram em valores absolutos e relativos. A queda não foi grande, mas evidencia uma fase declinante para muitos deles, embora, como já foi visto, no geral, a evolução da receita estadual se verificasse lenta mas contínua nesses anos de guerra mundial (quadro 36).

As razões apontadas anteriormente se confirmam pelos dados expostos.

A constatação, que não era absolutamente nova, de que o Estado estava a gastar mais do que o arrecadado levou os legisladores mais uma vez a optar pelo convencional expediente de majoração de tributos. Ao IPC, que se vinha retraindo nos últimos exercícios, foi anexado um imposto adicional de 30%, e ao imposto de indústrias e profissões, um

adicional de 20%. Esse adicional ao IPC, todavia, cairia na proposta orçamentária do ano seguinte.

#### QUADRO 36

PARANÁ - Receita arrecadada dos principais impostos - 1915-16 e 1916-17  
(em contos de réis)

DISCRIMINAÇÃO	RECEITA ARRECADADA		EVOLUÇÃO (B/A)
	1915-16 (A)	1916-17 (B)	
IXEM (1)	2.632	2.574	97,80
IPC (2)	513	480	93,57
IIP (3)	538	523	97,21
IXD (4)	274	293	106,93
IFP (5)	299	285	95,32
ITP (6)	348	421	120,98
IS (7)	254	361	142,13
IP (8)	320	294	91,87
IT (9)	145	214	147,59
Receita total	6.768	6.912	102,13

FONTE: PARANÁ. Relatórios de Secretários das Finanças.

(1) Imposto de exportação de erva-mate. (2) Imposto de patente comercial. (3) Imposto de indústrias e profissões. (4) Imposto de exportações diversas. (5) Imposto de fretes e passagens. (6) Imposto de transmissão de propriedade. (7) Imposto de selo. (8) Imposto predial. (9) Imposto territorial.

O ano de 1917 indica o arrocho fiscal a que era exposto o contribuinte comum paranaense, o consumidor, já penalizado pela inflação nacional que vinha corroendo seus ganhos desde 1913 e que alcançaria um índice de cerca de 10% nesse ano do final da guerra.

Mas também marca o embate jurídico a respeito do IPC, em que se envolveram, mais uma vez, a administração pública e os comerciantes locais.

Desta feita, o Procurador Fiscal do Estado, num arrazoado onde abundam citações da jurisprudência do Supremo



Tribunal Federal, em apelação dirigida ao Superior Tribunal de Justiça, procurava demonstrar que, a exemplo do que vinha sucedendo em diversas unidades da Federação, também no Paraná alguns comerciantes furtavam-se ao pagamento do imposto estadual de consumo e inquiriam a sua inconstitucionalidade.

Ao apelar da decisão que embargava a penhora de bens de comerciantes, o responsável pela Procuradoria Fiscal, Doutor Joaquim Miró, em novembro de 1917, procurava demonstrar que ao estabelecimento comercial do contribuinte fora imposto o tributo sobre as mercadorias já expostas à venda (material para instalações sanitárias), incorporadas à riqueza do Estado, objeto do comércio interno, que por isso haviam perdido o caráter de importação, nacionalizaram-se e estadualizaram-se.

Conforme foi visto anteriormente, em 1915, o Estado havia sido condenado pelo Supremo Tribunal Federal a indenizar certo comerciante por ter sido julgado inconstitucional o imposto que aplicara sobre gado em trânsito pelo Estado. O instrumento fiscal utilizado então tinha sido o IPC. Iniciada a pendência em 1907, seu desfecho ocorreria oito anos depois.

O mesmo tributo, agora por outras alegações, estava sendo questionado junto ao Supremo. O Juiz Federal no Estado, no processo anterior, dera ganho de causa ao comerciante, e a sua declaração de inconstitucionalidade do imposto o alcançou dois anos após ter ele sido substituído pelo IPC vigente em 1917, que incorporava a doutrina da lei federal nº 1.185, de 1904, já exposta.

Desta feita, o Juízo Estadual, em primeira instância, julgou procedente os embargos que os comerciantes opuseram à penhora executada em seus bens. Todavia, ao apelar dessa decisão ao Superior Tribunal de Justiça, o Estado obteve parecer favorável, uma vez que o Acórdão nº 2.602, de 22 de fevereiro de 1918, condenou os comerciantes a pagar as custas do processo.

### 5.3 O CANTO DO CISNE

Todavia, menos de dois meses após, aos cinco dias de abril de 1918, os legisladores estaduais votaram e o Presidente do Estado, Affonso Alves de Camargo sancionou a Lei nº 1.784, que extinguiu o IPC para o exercício seguinte.

Em substituição a este, foi criado o Imposto do Comércio, conforme Lei nº 1.790, de 8 de abril do mesmo ano, regulamentada pelo Decreto nº 485, de 28 de junho de 1919.

O IPC, segundo a apuração do balanço fiscal do exercício 1917-18, acusava um declínio em relação ao ano anterior de cerca de 22% (a menor arrecadação obtida nos últimos seis exercícios), embora a receita total do exercício tenha sido aproximadamente 6% maior de que em 1916-17 (quadro 37). Efetivamente, outros impostos tiveram desempenho insatisfatório, em torno de 10% (diversos tributos relativos ao comércio externo e às relações internas de propriedade, além do de exportações diversas, que decresceu em 60,4%), embora outros, como os de fretes e passagens, transmissão de propriedades e selos, tenham tido acréscimo ao redor de 17% no ano.

## QUADRO 37

PARANÁ. Receita dos principais impostos arrecadados. 1916-17 e 1917-18

DISCRIMINAÇÃO	1916-17 (A)	1917-18 (B)	EVOLUÇÃO (B)/(A)
IXEM (1)	2.574	2.365	91,88
IPC (2)	480	373	77,71
IIP (3)	523	475	90,82
IXD (4)	293	116	39,59
IFP (5)	285	317	111,23
ITP (6)	421	537	127,55
IS (7)	361	402	111,36
IP (8)	294	252	85,71
IT (9)	214	200	93,46
Receita total	6.912	7.348	106,31

FONTE: PARANÁ. Relatórios de Secretários das Finanças.

(1) Imposto de exportação de erva-mate; (2) imposto de patente comercial; (3) imposto de indústrias e profissões; (4) imposto de exportações diversas; (5) imposto de fretes e passagens; (6) imposto de transmissão de propriedades; (7) imposto de selos; (8) imposto predial; (9) imposto territorial.

O declínio constatado para o imposto de exportação de erva-mate teria sido ocasionado pela supressão da coletoria do Herval e pela diminuição das rendas das coletorias de Rio Negro, União da Vitória e Xanxerê, em consequência dos novos limites com o Estado de Santa Catarina.

A lavoura encontrava-se prejudicada pelos gafanhotos, pela seca, pela falta de braços, entre outras causas, como dificuldade da colocação dos produtos colhidos, nos mercados de consumo.

Dos estabelecimentos industriais computados, 17 eram fábricas de erva-mate, ocupando 544 operários, e 43 serrarias de madeira, que empregavam 1.142 homens (quadro 38).

## QUADRO 38

PARANÁ - Natureza das fábricas e estabelecimentos industriais - 1918

NATUREZA	TOTAL DE FÁBRICAS E ESTABELECIMENTOS			
	Nº	Operários Nº	Capital 1:000	Produção 1:000
Água mineral	1	30	80	100
Aguardente	18	75	107	165
Alcatrão	1	3	8	20
Arroz	6	18	124	366
Banha	1	4	80	100
Banheiros e baldes	4	22	77	140
Barricas	1	2	1	2
Bebidas	11	241	2.461	1.448
Bolachas	2	25	85	105
Calçados	5	89	120	332
Camas de ferro	1	8	62	40
Carros e carroças	1	14	50	30
Chapêus de palha	1	4	15	25
Cola	3	8	38	50
Cortume	6	25	101	176
Erva-mate	17	544	9.955	20.570
Espartilhos	1	2	10	15
Farinha	5	7	7	10
Fogos	1	30	30	20
Fósforos	1	90	160	1.000
Frutas secas	1	1	1	1
Fumos e cigarros	1	45	150	160
Fundição	2	162	1.260	1.110
Funilaria	1	2	3	8
Gelo	2	145	1.900	850
Macarrão	1	35	80	240
Madeiras	43	1.142	3.006	2.734
Maltaria	1	10	150	300
Maltiz	1	4	15	10
Marcenaria e carpintaria	4	112	238	416
Massas alimentícias	1	1	12	10
Moinho de açúcar	1	5	35	40
Moinho de centeio	1	2	45	30
Montaria	1	8	100	80
Móveis	2	11	36	31
Olarias	9	31	87	136
Palhões	2	64	43	215
Pedras	2	9	8	4
Pesca	1	3	2	1
Piano	1	20	10	120
Pregos	2	36	230	720
Presuntos	1	15	150	250
Refinação de açúcar	1	8	50	100
Sabão e velas	3	20	165	302
Selaria	2	10	55	622
Serrarias	2	76	110	226
Tabletes de malte	1	5	100	108
Tecidos	1	2	12	10
Tecidos de algodão	1	30	150	100
Tecidos de juta	1	80	600	400
Tinturaria	1	12	20	24
Torrefação de café	6	14	35	213
Vassouras	2	19	44	70
TOTAL	189	3.380	22.473	34.355

FONTE: Relatório do Secretário da Fazenda, Caetano Munhoz da Rocha, em 31 de dezembro de 1918.

Outros setores mais desenvolvidos eram os de aguardente, bebidas, beneficiamento de arroz, cortume, olarias e torrefação de café.

Havia, em 1918, 189 estabelecimentos do setor secundário formalmente constituídos, empregando 3.380 operários.

Curitiba sediava o maior número desses empreendimentos (75), e outros pólos se localizavam em Paranaguá, Ponta Grossa, Rio Negro, Irati e Antonina<sup>8</sup> (quadro 39). O mapa 8 é ilustrativo da ocupação do espaço físico paranaense pela localização das fábricas e estabelecimentos industriais.

#### QUADRO 39

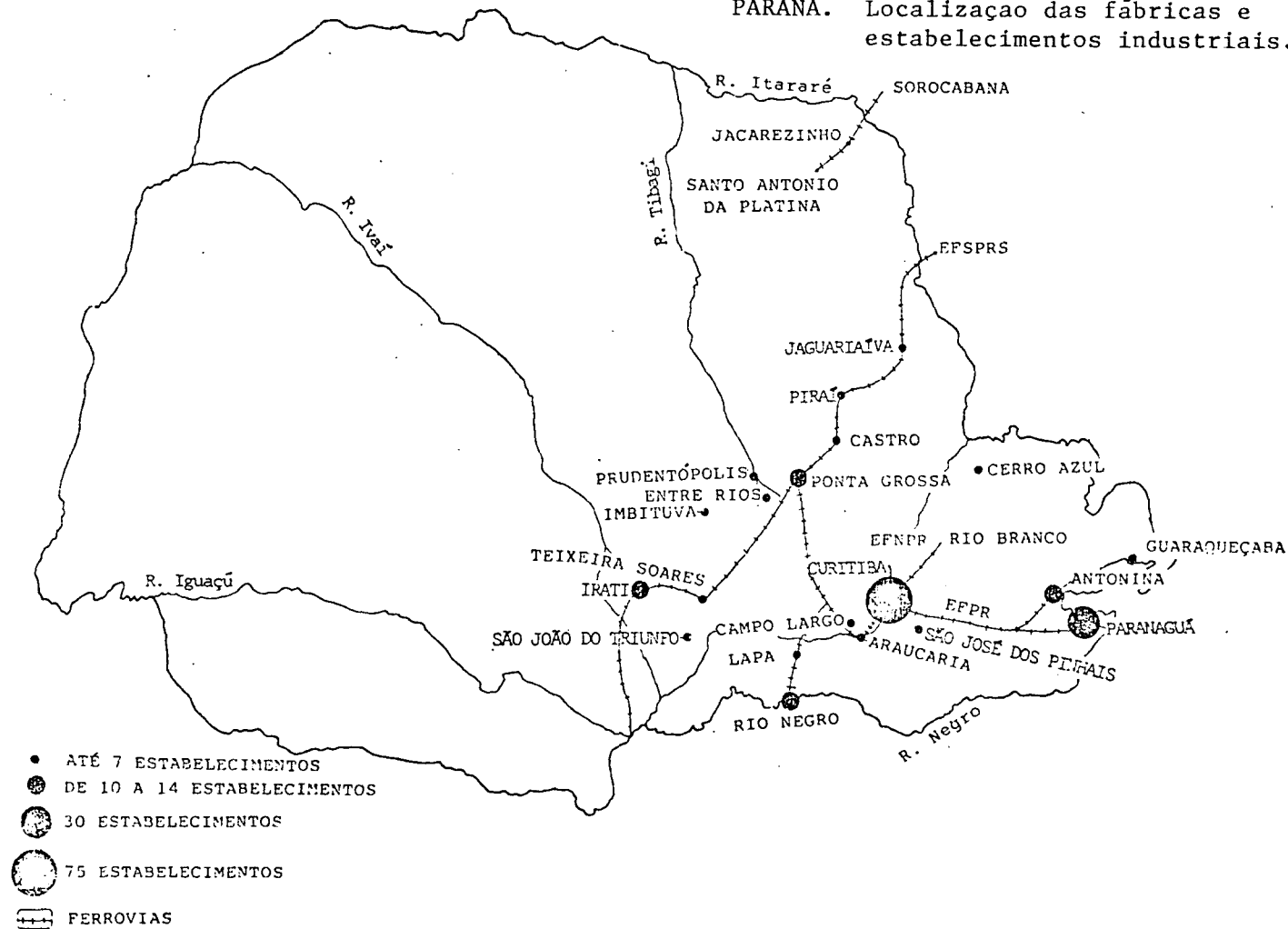
PARANÁ. Localização das fábricas e estabelecimentos industriais.  
1918

MUNICÍPIOS	TOTAL			
	Nº	Operários	Capital	Produção
Curitiba	75	1.733	15.223	20.111
Paranaguá	30	126	1.673	5.181
Ponta Grossa	14	184	1.009	1.392
Rio Negro	12	135	525	787
Irati	11	309	1.015	1.315
Antonina	10	113	637	3.347
Campo Largo	7	63	178	304
Piraí	5	33	77	80
Prudentópolis	5	20	41	25
São José dos Pinhais	4	129	298	216
Serro Azul	3	8	12	12
Castro	2	183	720	440
Entre Rios	2	64	135	130
Guaraqueçaba	2	4	25	55
Lapa	2	43	330	325
Araucária	1	16	40	30
Imbituva	1	30	100	220
Jaguariaíva	1	12	25	20
Teixeira Soares	1	150	380	240
São João do Triunfo	1	25	30	25
TOTAL	189	3.380	22.473	34.355

FONTE: Relatório do Secretário da Fazenda, Caetano Munhoz da Rocha, em 31 de dezembro de 1918.

# MAPA 8

PARANÁ. Localização das fábricas e estabelecimentos industriais. 1918.



FONTE: KROETZ, Lando Rogério; PARANÁ. Secretaria d'Estado dos Negócios da Fazenda. Relatório em 31/12/1918.

Apesar dos continuados esforços da ação governamental no sentido de estimular as diversas indústrias em seu desenvolvimento, constata-se, pela comparação dos censos industriais de 1907 e 1918, a ocorrência de uma diminuição no número de estabelecimentos industriais bem como de operários alocados no setor secundário, no Paraná. Aqueles, em quase 40% e estes, em cerca de 30%. O capital empregado no setor evoluiu, naqueles onze anos, em ínfimos 8%, o que melhora a relação capital/estabelecimento com uma maior concentração nesse segundo levantamento (119 contra 70 do período anterior). Assim também a relação produção/estabelecimento, que era de 111 e passou a ser de 182, já que o valor da produção evoluiu menos de 4% (quadro 40).

#### QUADRO 40

PARANÁ. Comparativo dos Censos Industriais. 1907 e 1918

	1907	1918
Nº de estabelecimentos	297	189
Evolução	100	63,64
Nº de operários	4.724	3.380
Evolução	100	71,55
Capital (em contos de réis)	20.842	22.473
Evolução	100	107,82
Produção (em contos de réis)	33.085	34.355
Evolução	100	103,84
Nº de operários/estabelecimento	70,2	118,9
Capital/estabelecimento	70,2	118,9
Produção/estabelecimento	11,4	181,8

Como se percebe, houve um retrocesso no processo industrial paranaense, nesse início de século.

Parece evidente que as dificuldades comerciais da erva-mate, trazendo consigo toda uma série de entraves à dinâmica do desenvolvimento estadual, como queda da renda interna, diminuição das importações, diminuição nas vendas do comércio local, entre outros, explicam a conjuntura da indústria paranaense no período, levando consigo o próprio desempenho do IPC, termômetro das oscilações das atividades comerciais e industriais do Estado.

As citadas dificuldades estiveram combinadas com os demais fatores negativos do período, como a inflação, os efeitos dos conflitos beligerantes internos e externos, entre outros.

#### 5.4 O DIA SEGUINTE

Independente do tempo decorrido para a regulamentação do Imposto de Comércio, a lei orçamentária votada para o exercício de 1918-19 (Lei nº 1.817, de 18 de abril de 1918) incluía, entre os itens da receita ordinária, esse novo imposto de consumo.

Prevvia-se uma receita total cerca de 19% mais elevada do que o efetivamente arrecadado no exercício que o precedera. Com relação ao novo imposto esperava-se que seu desempenho fosse 300% superior ao verificado no exercício anterior.



Evidencia-se, na leitura da Mensagem do Presidente Affonso Alves de Camargo aos congressistas estaduais, de fevereiro de 1920, a frustração dos legisladores, em parte devida ao excessivo otimismo para com a aceitação do imposto substituto do IPC; em parte devida à própria conjuntura de guerra que ainda se refletia na dificuldade de transportes, causando quase estagnação do movimento comercial.

Acrescente-se que a lei orçamentária havia instituído um adicional de 20% sobre todas as rubricas da receita ordinária (que caiu um ano depois para o Imposto de Comércio), na tentativa de diminuir o deficit público estadual, já crônico pelo excesso de dispêndios, e ainda agravado pelo desempenho pouco favorável de seus itens fiscais.

Do confronto entre os impostos de Patente Comercial e o de Comércio, evidenciam-se as seguintes características para o segundo:

- 1) O Imposto de Comércio visou a taxaçaõ somente das mercadorias, de acordo com o peso dos volumes; portanto, abandonou a taxa fixa anual que era cobrada, optativamente, sobre o estabelecimento comercial classificado conforme a magnitude de seu estoque.
- 2) O objeto do Imposto de Comércio continuou sendo toda mercadoria, de qualquer procedência, que ao entrar nas casas, agências e escritórios comerciais ou em mãos de mercadores ambulantes, fossem incorporadas à riqueza do Estado.

- 3) Ampliou-se o número de classes de produtos, de três para seis, elevando-se os índices para uma escala variável de 15 a 180 réis por quilo (antes era de 10, 15 e 60 réis por quilo). Gravaram-se os bens de consumo corrente para os segmentos sociais mais ricos, assim como os produtos supérfluos; os bens de consumo duráveis, com alguns similares produzidos no Estado; equipamentos vários (aparelhos telefônicos, telegráficos, máquinas de escrever, de costura e fotográficas, balanças, motocicletas, pianos, prensas, entre outros). Os itens menos gravados eram os alimentos, materiais para construção civil, matéria-prima e equipamentos industriais e material de embalagem, instrumentos agrícolas e industriais, e insumos.
- 4) O contribuinte passa a ser alcançado sempre no estabelecimento comercial.
- 5) O pagamento passa a ser feito somente à boca do cofre, nas Coletorias em cuja circunscrição se achar situado o estabelecimento comercial, dentro do prazo de 48 horas do recebimento das mercadorias.
- 6) O contribuinte ficou sujeito às penalidades do Código Criminal caso perturbasse ou ofendesse os encarregados da cobrança do imposto.

O Imposto de Comércio, a exemplo de seu antecessor, nos anos seguintes à sua instituição foi freqüentemente utilizado como instrumento da política fiscal do governo esta-

dual no fomento às atividades agroindustriais e de outros segmentos produtivos.

Ao que parece o Imposto de Comércio não representou a inversão da curva de desempenho do imposto de consumo, já que sujeito e objeto da imposição permaneceram os mesmos.

A simples alteração na denominação do tributo, destarte, não poderia surtir os efeitos esperados pela administração estadual.

Há indícios que comprovam, em princípio, essa tese: até 1929 a participação relativa do Imposto de Comércio na receita estadual não chegou a representar 10%, nos seus melhores anos, tendo sido, em média, de 7,5%, segundo levantamento preliminar.

O crescimento da arrecadação de tributos no Estado, no mesmo período, teria sido, em média, de 16,3%.<sup>9</sup>

## NOTAS

<sup>1</sup>PARANÁ. Governo. 1912-1916 (Albuquerque). **Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Estado, pelo Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Estado do Paraná, em 01/02/1914.** Curityba, Typ.Liv.Economica, 1914.

PARANÁ. Secretaria d'Estado dos Negócios da Fazenda. Inspetor Geral das Rendas do Estado. **Relatório em 31/12/1915.** s.n.t.

<sup>3</sup>CARONE, Edgar. **A República Velha.** São Paulo, DIFEL, 1975.

<sup>4</sup>PARANÁ. Governo. 1912-1916 (Albuquerque). **Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Estado, pelo Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Estado do Paraná, em 01/02/1915.** Curityba, Typ.Liv.Economica, 1915.

PARANÁ. Secretaria d'Estado dos Negócios da Fazenda. Inspetor Geral das Rendas do Estado. **Relatório em 31/12/1914.** s.n.t.

<sup>6</sup>PARANÁ. Governo. 1916-1920 (Camargo). **Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Estado pelo Dr. Affonso Alves de Camargo, Presidente do Estado do Paraná, em 01/02/1917.** Curityba, Typ. d'A República, 1917.

<sup>7</sup>CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura paranaense, 1900-70.** Curitiba, Grafipar, 1981.

<sup>8</sup>PARANÁ. Secretaria d'Estado dos Negócios da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas. **Relatório, em 31/12/1918.** Curityba, Typ. d'A República, s.d.

<sup>9</sup>CASSOL, Ernesto. **Política tributária do Paraná na Primeira República, 1890-1930.** Curitiba, 1973. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.

## CONCLUSÕES

1. O IPC não foi inconstitucional. Na realidade, na forma que lhe fora dada pelos legisladores em 1905, ele estava conforme as regras do decreto nº 1.185 de 1904 que regulamentara, de forma definitiva, o comércio interestadual.

Se aplicado dentro das limitações jurídicas do decreto, como ocorria na maior parte dos casos, o IPC era constitucional.

Todavia, duas circunstâncias negativas atuavam, cada qual à sua época, de forma a contrariar essa realidade: os abusos do legislador em querer abarcar, no alcance desse tributo, o objeto do imposto federal de importação; e a insaciabilidade do erário público, ao tributar mercadorias em trânsito; ambos os casos definidos constitucionalmente. Apesar de, teoricamente, estar conforme a Lei nº 1.185 de 1904, a prática, dentro do aparelho fiscal estadual, em algumas ocasiões, a contrariava.

Essa momentânea e específica inadequação às leis constitucionais, somada à síndrome da voracidade do fisco, acarretava a evasão do contribuinte (a sonegação é uma das causas de perdas excessivas de tributos)<sup>1</sup>. Essa constatação pode ser verificada na própria curva de desempenho do IPC, cujo ciclo descendente se manifestou a partir do exercício

de 1907-08, antecipando os motivos que levaram os legisladores estaduais à decisão de extingui-lo em 1918 (gráfico 2).

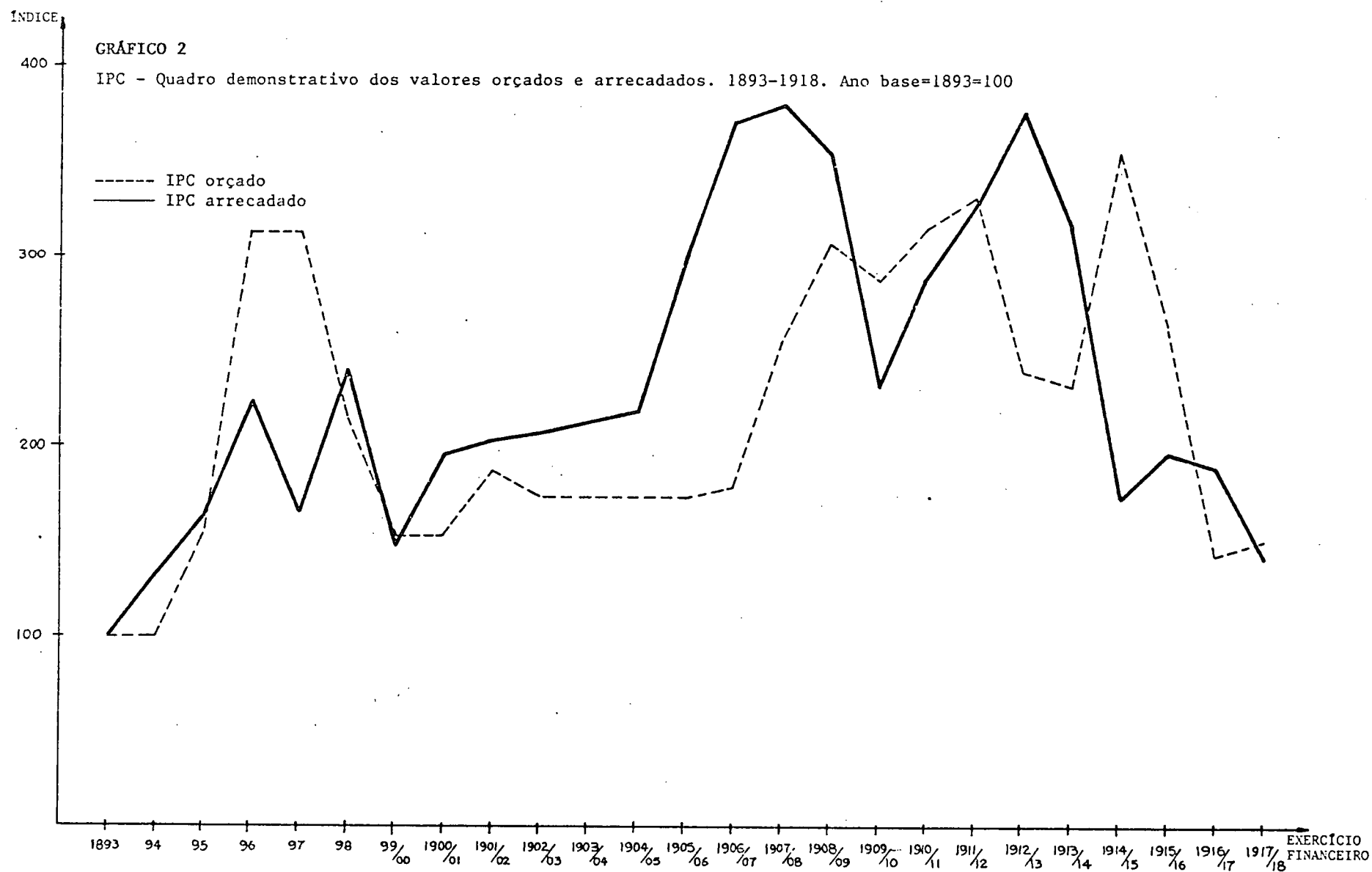
Em se tratando de um imposto de consumo, a tendência de uma curva de desempenho para o período estudado seria de crescimento contínuo (como se verificou, por exemplo, com o imposto de indústrias e profissões), levando-se em conta o aumento demográfico e a sofisticação do consumo (gráfico 3).

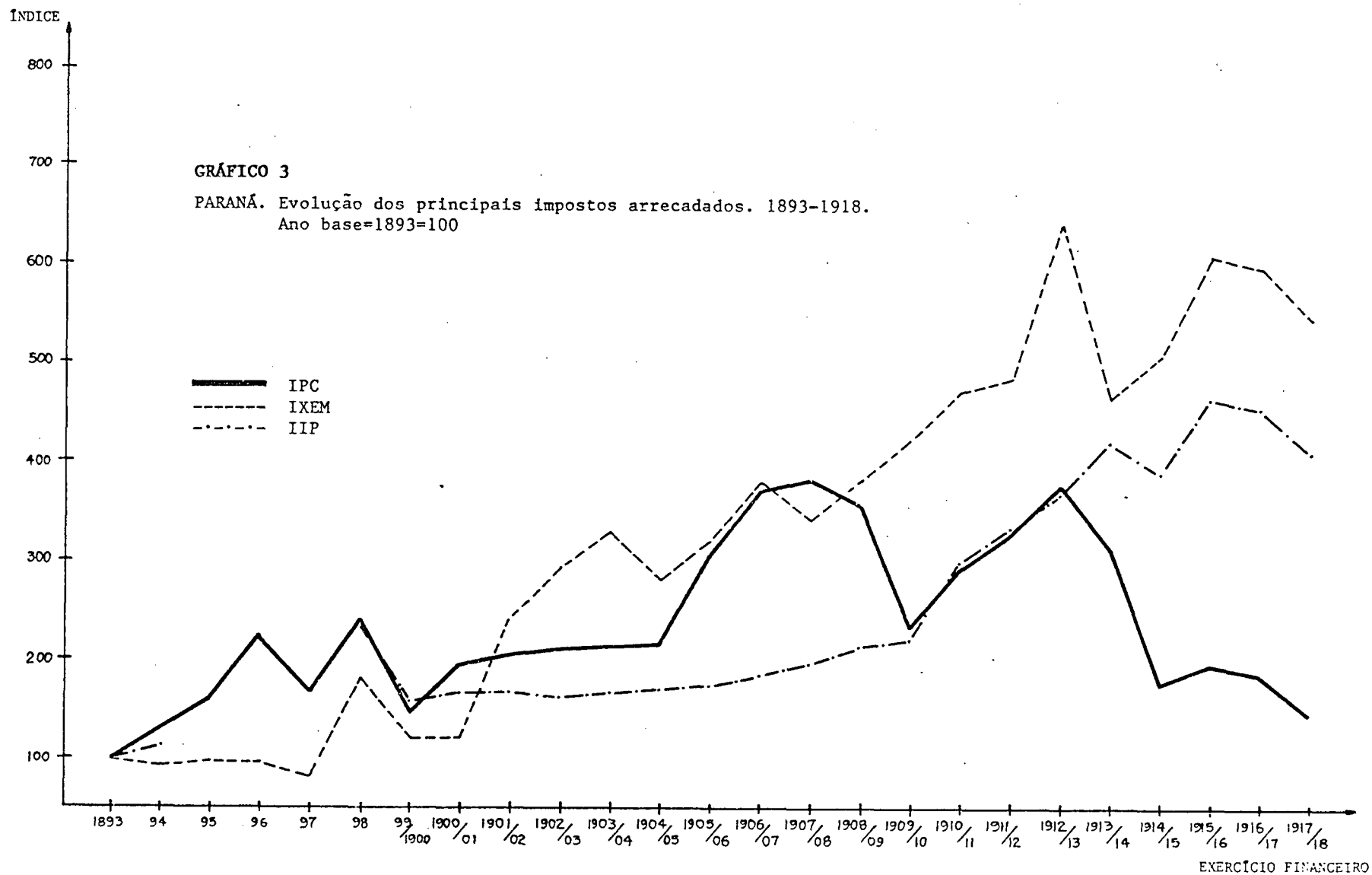
Com efeito, a população paranaense cresceu, entre 1900 e 1920, cerca de 110%, o maior índice se comparado com os cinco Estados brasileiros então mais populosos (Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul e Pernambuco, nessa ordem), superando, com folga, o acréscimo relativo do total da população brasileira no período, que foi aproximadamente 77%.<sup>2</sup>

A questão da taxação elevada leva à outra conclusão: o desempenho da arrecadação dos tributos está inversamente relacionado com a instabilidade das decisões de política fiscal e com a elevação das alíquotas incidentes sobre os mesmos impostos.

Na medida em que há majoração das obrigações fiscais, amplia-se a sua evasão, aumentam-se os gastos públicos com a instituição e manutenção do aparelho fiscalizador (aumento de despesas) e verifica-se o declínio dos resultados do orçamento ordinário.

2. À parte a controvérsia sobre a sua constitucionalidade, foi inegável o papel do IPC como fomentador de atividades empresariais as mais diversas no Estado do Paraná, no período 1892-1918.





Deve ser ressaltada sua importância como instrumento de incentivo fiscal e como agente promotor de objetivos relacionados à atividade manufatureira. O crescimento das indústrias e do comércio, no período, seu desenvolvimento e diversificação, dão a medida da contribuição do IPC.

Por seu intermédio, encorajaram-se os investimentos em ramos industriais e agrícolas selecionados pelo seu valor econômico ou social, parte de um planejamento intencional ou não, de desenvolvimento regional.

Tais investimentos, por outro lado, dinamizavam o comércio e as demais atividades do setor terciário (prestação de serviços, comunicações, transportes e administração pública), como resposta ao aumento da renda interna e a elevação do padrão de vida da população.

Embora se possa argumentar que tais incentivos reduzem a arrecadação, introduzem diferenças na distribuição dos ônus entre os contribuintes de mesma renda e impõem novos problemas à administração fiscal, suas vantagens sociais e econômicas, em muitos casos, compensam aquelas desvantagens.<sup>3</sup>

Sabe-se que, dos fatores locacionais que influenciam qualquer decisão de investir, o fator fisco tem grande importância, mormente se considerada a conjuntura. Mais recentemente, o caso da Cidade Industrial de Curitiba e da implantação de diversos pólos industriais no Brasil demonstram, com eloquência, essa afirmativa.

O IPC, portanto, em seu período de vigência, foi o pilar de sustentação da política desenvolvimentista esta-



dual. Essa constatação é tão mais verdadeira quanto se verifica a relutância do legislador local em extinguir esse imposto. As diversas tentativas de adequá-lo às contingências jurídicas comprovam que ele era um instrumento eficaz no programa de desenvolvimento regional.

3. A Constituição Federal de 1891, ao instituir o federalismo fiscal, permitindo que os Estados cumulativamente à União, tributassem o consumo, e dados os recursos econômicos do País, à época, permitiu a continuação de uma política tributária asfixiante. Alguns Estados confundiram autonomia com soberania.<sup>4</sup>

O modelo tributário, que ensejava conflitos entre as áreas de tributação federal, estadual e interestadual e os grupos sociais, sufocava o desenvolvimento.

Tal se dava, conforme concluíra a Comissão de Finanças do Senado Federal, devido à má distribuição dos impostos, o péssimo sistema tributário e a partilha das rendas, estabelecida pela Constituição, que circunscreveu a ação fiscal da União, forçando-a a supertributar o consumo.<sup>5</sup>

No século XX, em diversos sistemas constitucionais, verificou-se que os Estados, detentores de inúmeras fontes de renda, acabavam por conceder maior participação de poderes financeiros e recursos fiscais ao governo federal.<sup>6</sup>

Deu-se, portanto, nesses casos, a centralização das decisões tributárias a nível do governo central e o aumento do fluxo de transferência de recursos às unidades federadas, evitando o conflito de competências e a ingerência de um Estado nos interesses de outro Estado, tornando viável a vida econômica.<sup>7</sup>

O Brasil, todavia, na questão de distribuição de rendas públicas, estava na contramão. Ao pregar, em excesso, a doutrina liberal vigente à época, permitiu que os Estados alimentassem o ideal de independência, fomentando as disputas inter-regionais<sup>8</sup>, ameaçando a integridade nacional<sup>9</sup>.

Tornou-se imprescindível abortar o processo. Em prol da manutenção do Estado nacional, fazia-se necessário exigir dos Estados a observância dos princípios cardiais do regime republicano. Neste sentido, promoveu-se a reforma da Constituição, em 1926.

A Constituição Política do Estado do Paraná, de 1927, foi elaborada para integrar em seu texto as alterações havidas na Carta Federal de 1891, por sua reforma de 1926.

O maior erro do governo republicano foi não ter solucionado preliminarmente a crise financeira das ex-províncias, o que teria evitado as questões subseqüentes. As conseqüências desse descuido haviam sido previstas pelo Conselheiro Saraiva, ao defender na Constituinte a exclusividade dos impostos de consumo aos poderes locais ou a instituição de um equivalente.

4. Parece evidente existir uma discreta relação direta entre o aumento das exportações de erva-mate e o aumento da arrecadação do IPC.

Isso porque um acréscimo das exportações daquele produto, o principal da pauta paranaense no período em estudo, levava a um aumento da renda interna no Estado, permitindo acumulação de capital que possibilitava o aumento de

importações. Ao elevar a quantidade de produtos entrados no Estado, aumentava-se a quantia da arrecadação do imposto estadual incidente sobre as mercadorias importadas (nacionais ou estrangeiras).

O gráfico 4 ilustra essa correlação, válida, principalmente, para o período 1893-1914.

A mudança nessa relação de dependência, nos quatro últimos exercícios financeiros da análise, pode representar:

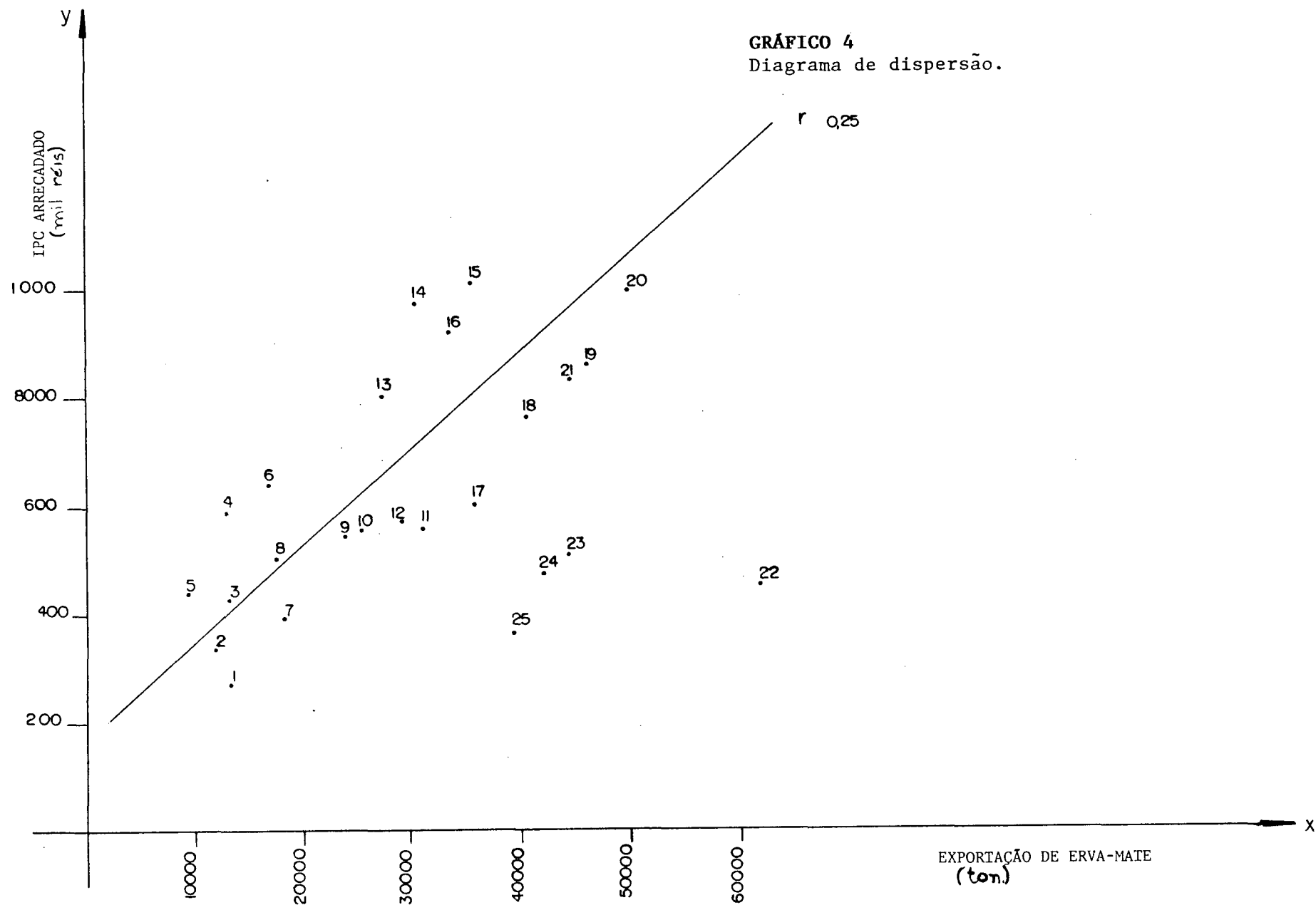
- 1) queda na arrecadação do IPC face aos obstáculos: evasão do contribuinte e/ou ineficiência administrativa do aparelho fiscal;
- 2) perda da importância relativa do produto erva-mate nas exportações paranaenses, com a ascensão de outros produtos como madeira, fósforos, animais, café etc., como se constata nos dados do quadro 41 e no gráfico 5.

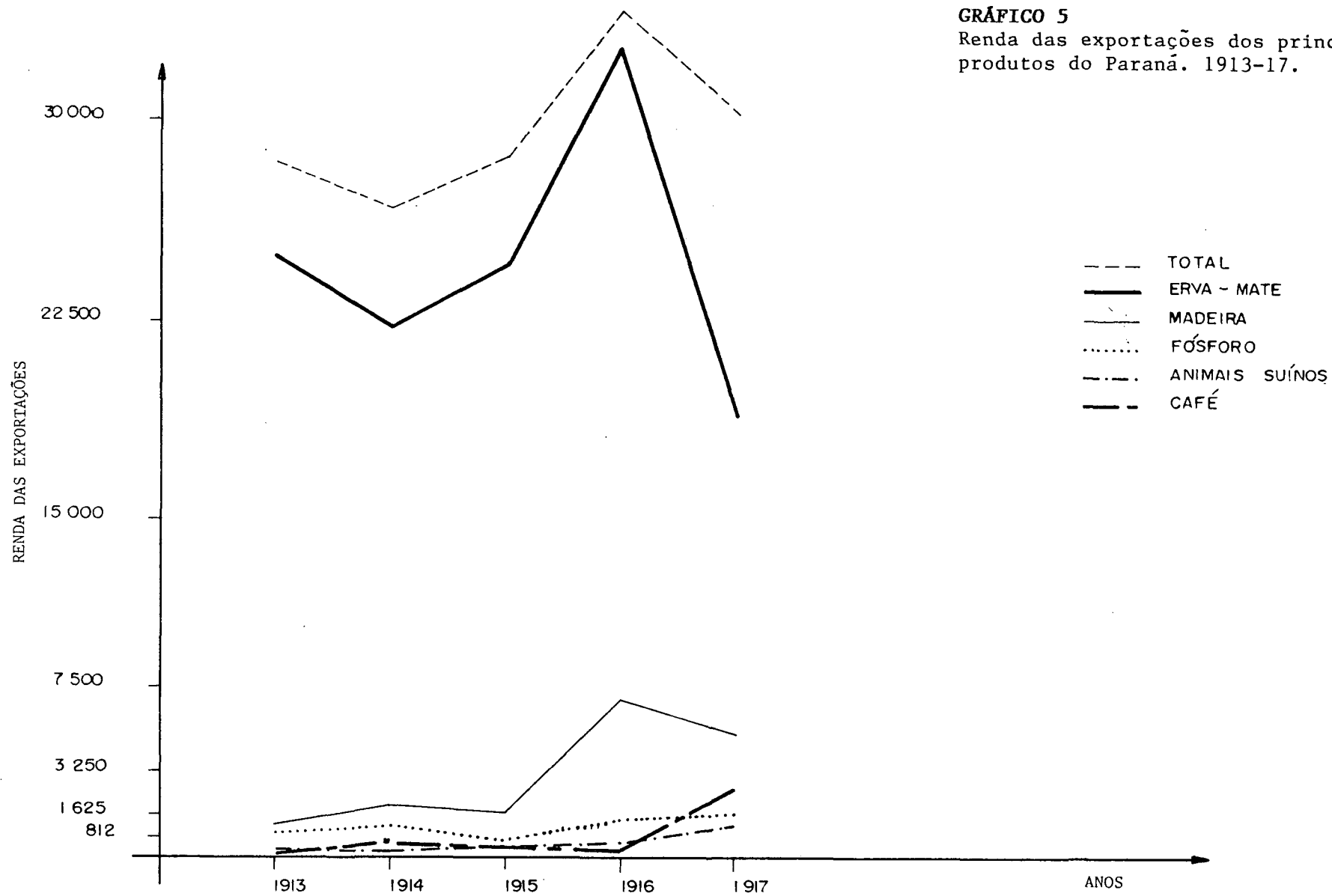
#### QUADRO 41

PARANÁ. Renda da exportação dos principais produtos. 1913-17  
(em mil réis)

PRODUTO	1913	1914	1915	1916	1917
Erva-mate	24.769:401	22.379:462	24.272:831	32.918:447	18.451:529
Madeira	1.266:191	1.949:619	1.763:114	6.854:500	4.455:880
Fósforos	901:320	1.016:210	777:986	1.055:428	1.614:680
Animais suínos	260:320	129:777	...	426:273	1.468:660
Couros	147:661	217:583	194:817	333:846	...
Café	86:598	274:888	...	386:481	2.442:180
TOTAL	27.844:071	26.536:289	27.971:314	42.923:635	31.220:794

FONTE: PARANÁ. Relatórios de Secretários das Finanças.



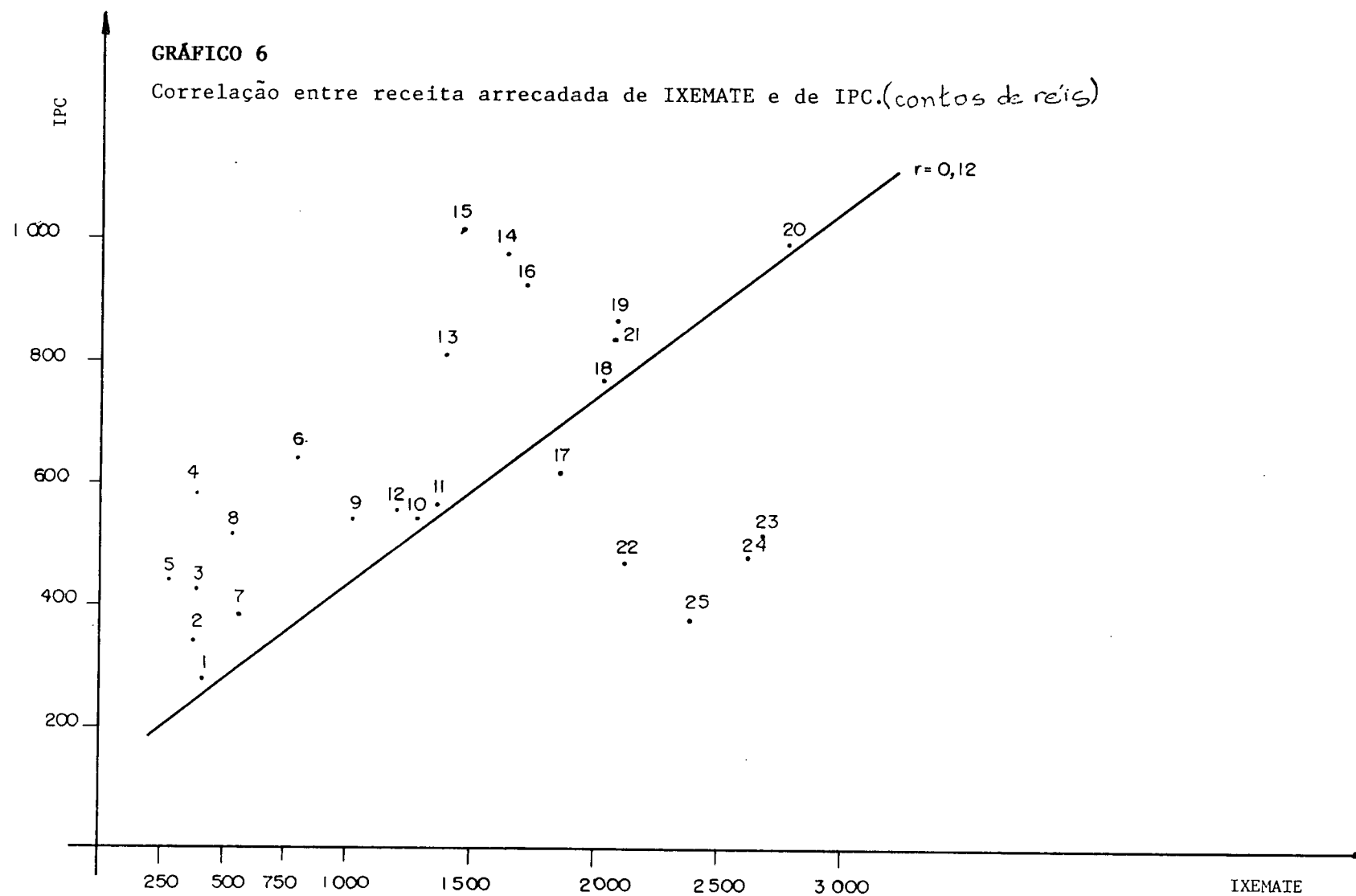


Também se confirma a correlação existente, se analisadas as variáveis IPC e IXEM (imposto de exportação de erva-mate), no mesmo período (gráfico 6).

Considera-se como verdadeira a premissa de que o Estado é forte quando politicamente estável, e que esta estabilidade está respaldada numa economia equilibrada (setor público e setor privado). Considera-se, também, que o aparelho fiscal é o meio, e o tributo, o instrumento, que, usados adequadamente, viabilizam, pelo gerenciamento da burocracia estatal, a satisfação das necessidades coletivas, comumente atendidas pela produção de bens/serviços públicos.

A questão da centralização/descentralização da atividade arrecadadora, em outras palavras, da distribuição tributária entre os três níveis de poder, torna-se mais compreensível e defensável, na medida em que Municípios, Estados e União encontrem-se: 1) com as finanças em bom estado; 2) politicamente estáveis. Ou seja, econômica e socialmente viáveis.

Considera-se que toda reforma tributária deva estar respaldada num preliminar saneamento econômico-financeiro, o que evitaria, sem dúvida, o conflito entre níveis de poder e entre poderes de mesmo nível, situação em que cada qual procura atrair maiores ganhos para seu território, independente das perdas do território vizinho e da condição de Nação que a todos caracteriza.



Todavia, centralizada ou descentralizada a atividade arrecadadora, tanto melhor será seu desempenho e maior sua contribuição aos projetos da administração pública, quanto mais justo for o modo de sua aplicação, via impostos. Vale dizer, o êxito de uma política de caráter fiscal está relacionado com a possibilidade do contribuinte em cumprir sua parte. De nada vale uma política fiscal teoricamente bem elaborada, se inadequada: 1) à condição financeira do sujeito da imposição; 2) ao retorno, na forma de bens e serviços públicos, dos benefícios esperados pelo contribuinte. Ambos os casos, já se provou, resultarão em sonegação, evasão etc., frustrando a ação primeira de formulação de política pública.

## NOTAS

<sup>1</sup>HELLER, Jack & KAUFFMAN, Kenneth. **Incentivos fiscais à indústria em países sub-desenvolvidos**. Rio de Janeiro, Secretaria da Receita Federal, 1972.

<sup>2</sup>BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba, Grafipar, 1969.

<sup>3</sup>HELLER & KAUFFMANN.

<sup>4</sup>HUGON, Paul. **O imposto**; teoria moderna e principais sistemas; o sistema tributário brasileiro. Rio de Janeiro, Ed.Financeiras, s.d.

<sup>5</sup>BRASIL. **Anais do Senado Federal**, 01 a 30/11/1916. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1920. v.VII.

<sup>6</sup>CARTER, Gwendolen M. & HERZ, John H. **Governo e política no século XX**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962.

<sup>7</sup>REZENDE, Fernando. **Finanças públicas**. São Paulo, Atlas, 1983.

<sup>8</sup>FERREIRA, Wolgran Junqueira. **Elementos de Direito Constitucional**. São Paulo, Pratsense, 1972.

<sup>9</sup>FANCKIN, Reginaldo. **Sistema constitucional no Paraná (contribuição à história política do Estado)**. Curitiba, Poder Legislativo, 1974.



**ANEXOS**

## Anexo 1

**Grupo de Classes de Produtos Taxados com IPC****Conforme Decreto 1.991, de 14 de março de 1895 e suas alterações**

NA 2ª CLASSE - 200 réis/kg - árvores, bagagens e encomendas pelo trem de passageiros;

NA 3ª CLASSE - 200 réis/kg - artesanato em madeira, vidro e outros materiais; e mobiliário;

NA 4ª CLASSE - de 10 a 600 réis/kg - produtos químico-farmacêuticos; alimentícios; de couro; militares (pagavam na menor taxa tudo que se referisse à madeira: plantas vivas, arbustos; alguns gêneros de primeira necessidade: sal, vinagre, polvilho, linhaça, mel; produtos químicos: potassa, cloratos, enxofre. Dos que pagavam a maior taxa, incluíam-se: artigos de armarinho, brinquedos, cabelo, calçado, chá, chapêus, espoletas, mapas ou manuscritos, penas para escrever, apetrechos de caça, punhais, sabonetes, selins, suspensórios - notadamente itens diversos de consumo da classe privilegiada);

NA 5ª CLASSE - de 10 a 300 réis/kg - diversos itens químicos, alimentos, vestuários, vidro, artefatos (na menor taxa, de modo geral, encontravam-se as resinas para tinturaria e itens para construção, de barro ou de ferro; garrafas; carne fresca. Na taxa mais elevada: apetrechos para guarnições militares, por exemplo, coxonilhos, bagas de zimbros, oleados etc.);

NA 6ª CLASSE - de 10 a 100 réis/kg - itens destinados à construção civil, os menos gravados; artefatos de metal, equipamentos para costureiras e para engenhos e outras indústrias e diversos outros acessórios para guarnições militares;

NA 7ª CLASSE - de 10 a 40 réis/kg - alimentos (favorecidos: canjica, farinhas, leite fresco, ovas e ovos, pão, rapadura, peixe. O bacalhau, no entanto, pagava 40 réis/kg);

NA 8ª CLASSE - 10 réis/kg - alimentos e acessórios para a Estrada de Ferro.

## Anexo 2

**PARANÁ. Receita orçamentária e rubricas mais importantes. 1892-1918**  
(em contos de réis)

ANO FINANCEIRO	RECEITA TOTAL	IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO DE ERVA-MATE	IMPOSTO DE PATENTE COMERCIAL	IMPOSTO DE INDÚSTRIAS E PROFISSÕES	IMPOSTO DO SELO	IMPOSTO DE TRANSMIS- SÃO DE PROPRIEDADE	IMPOSTO DE FRETES E PASSAGENS	IMPOSTO DE EXPORTAÇÕES DIVERSAS	IMPOSTO PREDIAL (5)	IMPOSTO TERRITORIAL(6)
1892(1)	-	-	300	92	-	-	-	-	-	-
1893	1.521	390	320	92	73	115	8	10	-	-
1894*	1.521	390	320	92	73	115	8	10	-	-
1895	1.957	432	500	150	178	140	100	64	-	-
1896	2.985	500	1.000	150	200	166	200	69	-	-
1897	2.718	500	1.000	170	140	215	200	106	-	-
1898(2)	3.097	590	685	261	216	426	309	5	-	-
1899-1900(3)	2.516	552	489	177	190	331	189	104	-	-
1900-01	2.548	552	486	178	190	331	189	104	-	-
1901-02	1.845	784	600	199	183	206	184	40	-	-
1902-03	2.760	850	550	200	299	177	175	46	-	-
1903-04	2.823	950	550	187	217	177	178	38	-	-
1904-05	3.123	1.100	558	188	229	187	177	45	107	-
1905-06	6.763(4)	1.350	558	188	230	187	200	47	140	-
	3.666									
1906-07	6.604	1.297	570	190	874	185	200	57	138	-
	3.304									
1907-08	7.403	1.400	810	210	270	185	220	65	140	-
	4.103									
1908-09	8.137	1.631	985	215	435	204	286	62	140	-
	4.637									
1909-10	8.196	1.500	934	230	381	220	253	62	153	-
	4.523									
1910-11	8.749	1.588	1.010	246	349	252	283	58	161	-
	4.696									
1911-12	5.046	1.831	1.050	350	179	325	295	65	172	-
1912-13	5.628	2.035	770	347	218	736	350	27	192	150
1913-14	6.977	2.323	745	489	342	801	350	121	231	250
1914-15	7.531	2.500	1.131	466	299	798	352	124	297	253
1915-16	6.815	2.014	840	490	354	395	247	1.450	360	182
1916-17	7.386	3.089	465	450	170	275	350	260	348	250
1917-18	7.687	2.800	480	540	410	350	330	20	300	155

FONTE: Mensagens de Governadores/Presidentes do Estado ao Congresso Legislativo.

\*A Lei nº 102 mandou vigorar a Lei nº 66, orçamentária, para o exercício de 1894 (período revolucionário).

(1) Lei orçamentária nº 29, de 30/6/1892, que vigorou até 15/12/1892 (período revolucionário).  
(2) Esta lei orçamentária baixada em janeiro/1898 vigiu até 9/5/1899. (3) A partir deste exercício financeiro, o ano fiscal inicia em junho de um ano e finda em junho do ano seguinte (4) Entrou, neste ano, na receita ordinária, o Contrato Westermann, que esteve presente no orçamento estadual até 1911. A primeira linha se refere ao valor com o Contrato; a segunda, o valor sem o Contrato. (5) Em 1893 foi transferida da competência dos Municípios para o Estado. (6) Criado pela Lei nº 1.201, de 16 de abril de 1912.

## Anexo 3

**PARANÁ. Arrecadação de rendas e suas principais fontes. 1892-1918**  
(em contos de réis)

ANO FINANCEIRO	TOTAL	IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO DE ERVA-MATE	IMPOSTO DE PATENTE COMERCIAL	IMPOSTO DE INDÚSTRIAS E PROFISSÕES	IMPOSTO DE EXPORTAÇÕES DIVERSAS	IMPOSTO DE FRETES E PASSAGENS	IMPOSTO DE TRANSMIS- SÃO DE PROPRIEDADE	IMPOSTO DE SELOS	IMPOSTO PREDIAL	IMPOSTO TERRITORIAL
1892	1.226	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1893	1.425	432	266	116	3	2	14	178	-	-
1894	1.414	370	348	130	4	...	139	65	-	-
1895	2.100	412	428	170	22	111	366	178	-	-
1896	2.336	398	593	174	11	206	347	189	-	-
1897	1.973	288	447	186	98	183	249	203	-	-
1898	3.331	771	643	275	18	270	329	269	-	-
1899-1900	2.106	527	395	177	31	202	194	184	-	-
1900-01	2.309	534	511	190	38	154	162	281	-	-
1901-02	2.832	1.029	547	192	65	176	175	187	-	-
1902-03	3.145	1.274	558	182	49	199	187	220	-	-
1903-04	3.391	1.409	569	186	45	212	170	222	-	-
1904-05	3.452	1.202	576	190	67	175	197	318	138	-
1905-06	7.204(1) 4.004(*)	1.382	808	200	62	211	170	246	134	-
1906-07	8.927 5.053	1.632	985	211	57	287	247	742	140	-
1907-08	8.383 4.441	1.486	1.008	230	67	261	244	156	153	-
1908-09	8.883 4.539	1.647	938	246	51	300	264	149	161	-
1909-10	7.152 4.776	1.831	608	259	77	323	468	231	172	-
1910-11	5.706	2.035	763	347	96	350	736	275	192	-
1911-12	6.058	2.073	864	379	107	359	798	337	233	-
1912-13	6.432	2.769	998	423	124	348	660	287	270	202
1913-14	5.975	2.014	841	490	150	283	395	254	360	182
1914-15	5.346	2.185	465	448	178	249	265	161	348	161
1915-16	6.768	2.632	513	538	274	299	348	254	320	145
1916-17	6.912	2.574	480	523	293	285	421	361	294	214
1917-18	7.348	2.365	373	475	116	317	537	402	252	200

FONTE: Mensagens dos Governadores/Presidentes do Estado ao Congresso Legislativo.

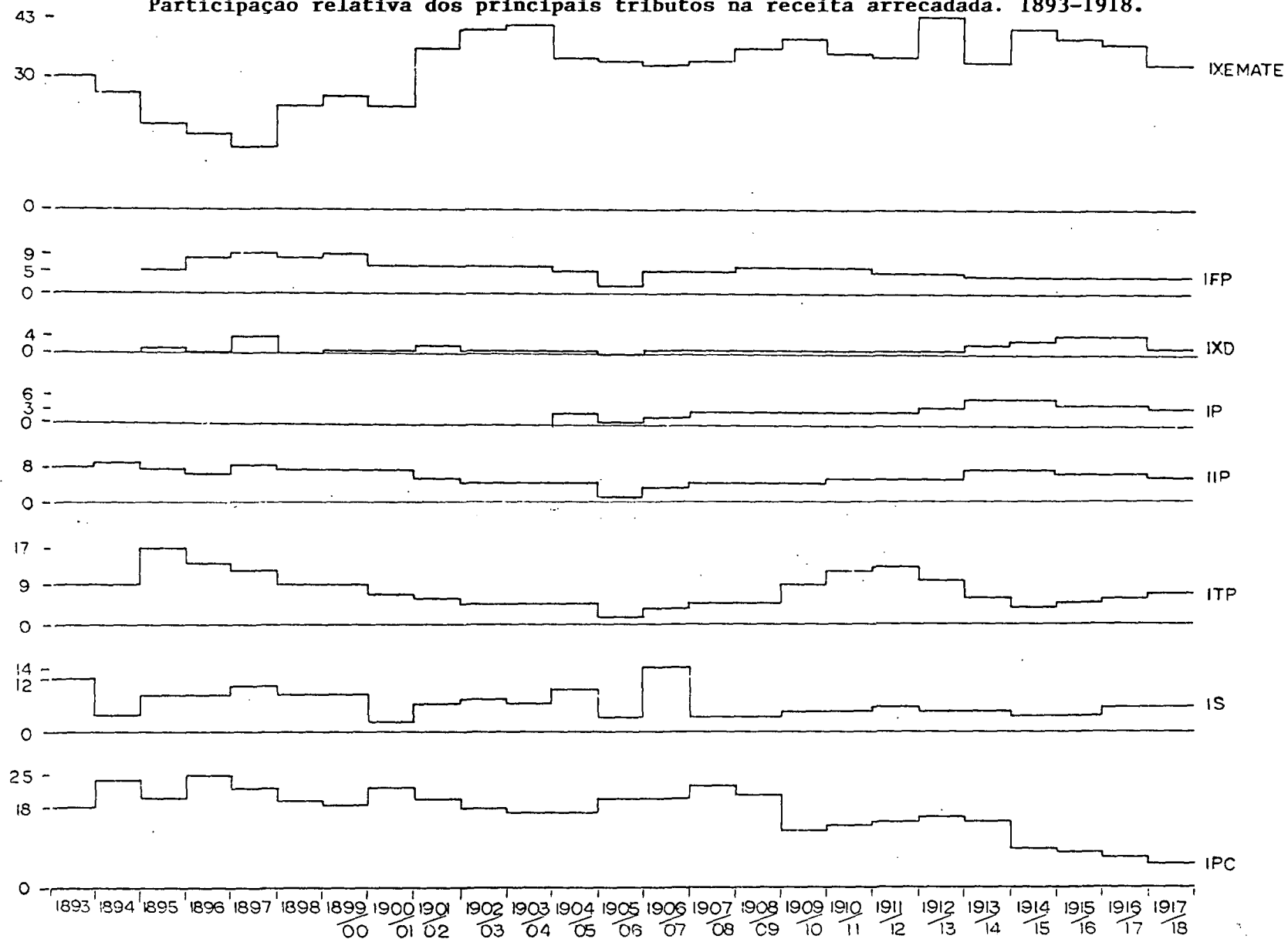
... Dado não disponível.

(1) A primeira linha se refere ao valor com o Contrato Westermann; a segunda, sem o Contrato.

(\*) Valor estimado.

Anexo 4

Participação relativa dos principais tributos na receita arrecadada. 1893-1918.

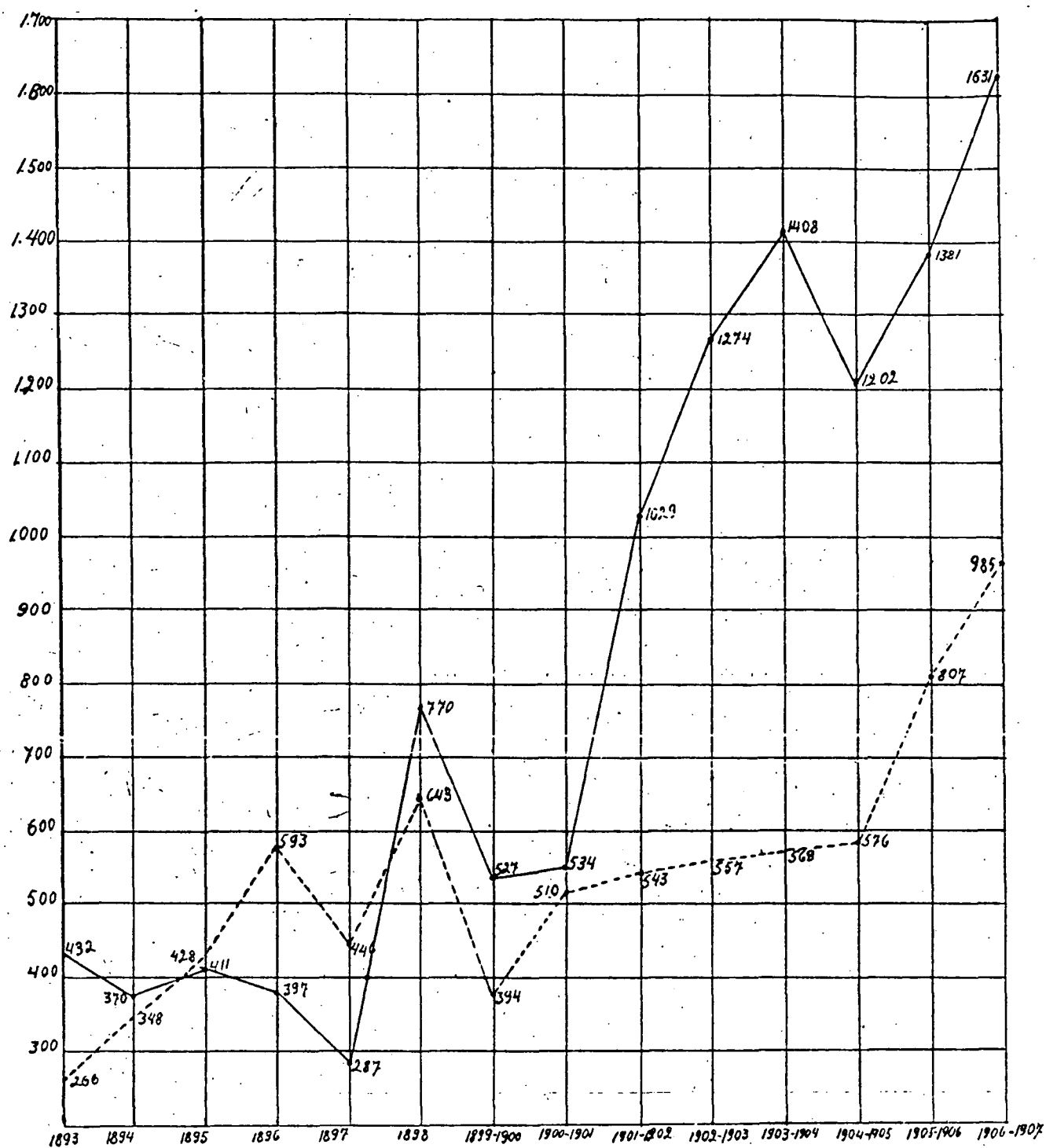


## Anexo 5

PARANÁ. Evolução dos principais impostos arrecadados. 1893-1918  
(base=1893=100)

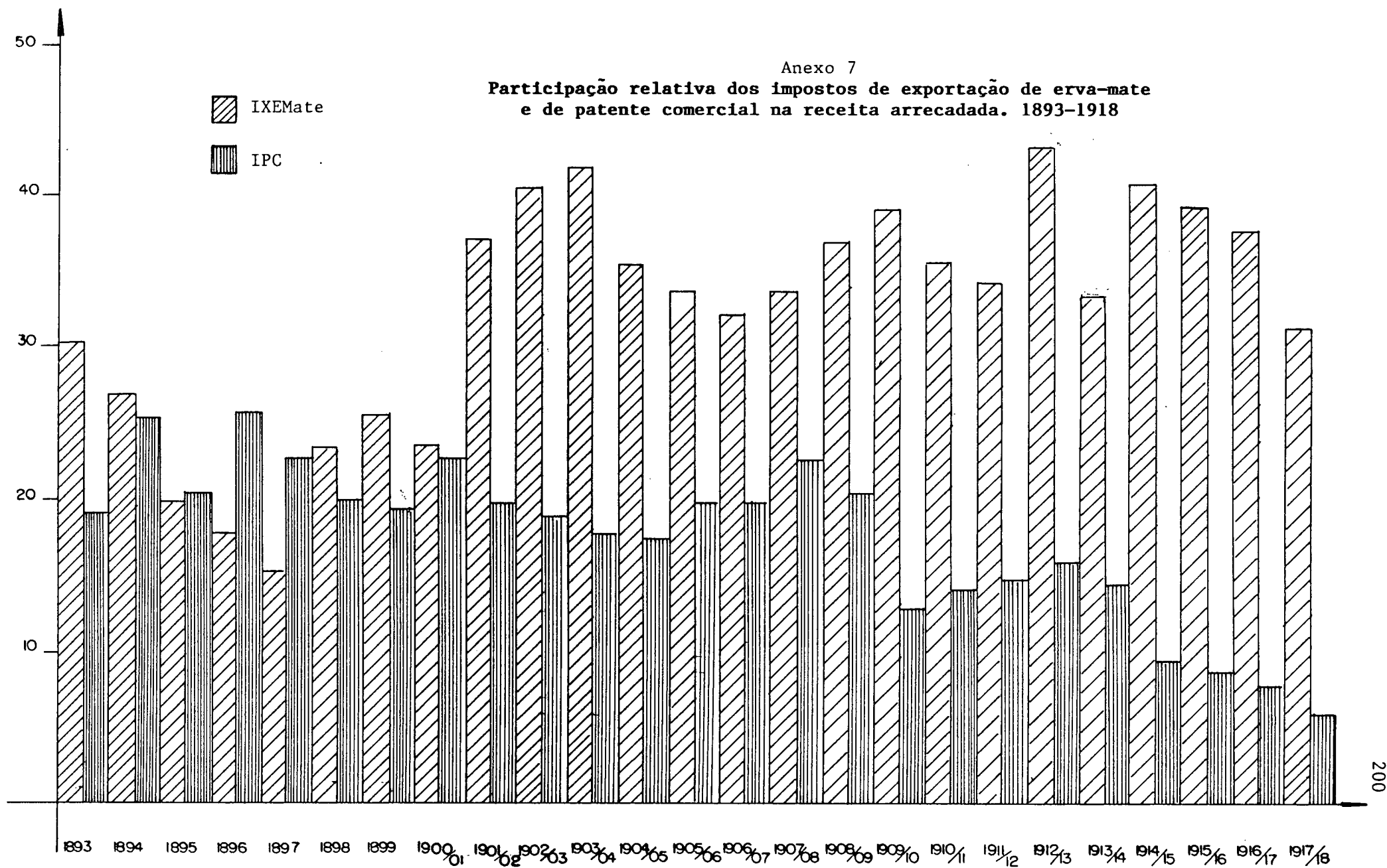
ANO FINANCEIRO	IMPOSTO DE EXPOR- TAÇÃO DE ERVA-MATE	IMPOSTO DE PATENTE COMERCIAL	IMPOSTO DE INDÚS- TRIAS E PROFISSÕES	IMPOSTO DE EXPOR- TAÇÕES DIVERSAS	IMPOSTO DE FRETES E PASSAGENS	IMPOSTO DE TRANSMIS- SÃO DE PROPRIEDADE	IMPOSTO DE SELOS
1893	100	100	100	100	100	100	100
1894	86	131	112	133	...	99	37
1895	95	161	147	733	5.550	261	100
1896	92	223	150	367	10.300	248	106
1897	67	168	160	3.267	9.150	178	114
1898	178	242	237	600	13.500	235	151
1899-1900	122	148	153	1.033	10.100	139	103
1900-01	124	192	166	1.267	7.700	116	158
1901-02	238	206	166	2.167	8.800	125	105
				1.630			
1902-03	295	210	157	1.633	9.950	134	124
1903-04	326	214	160	1.500	10.600	121	125
1904-05	278	217	166	2.233	8.750	141	179
1905-06	320	304	172	2.067	10.550	121	138
1906-07	378	370	182	1.900	14.350	176	417
1907-08	344	379	198	2.233	13.050	172	88
1908-09	378	353	212	1.700	15.000	189	84
1909-10	424	229	223	2.567	16.150	334	130
1910-11	471	287	299	3.200	17.500	526	154
1911-12	480	325	327	3.567	17.950	570	189
1912-13	641	375	365	4.133	17.400	471	161
1913-14	466	316	422	5.000	14.150	282	143
1914-15	506	175	386	5.933	12.450	189	90
1915-16	609	193	464	9.133	14.950	249	143
1916-17	596	180	451	9.767	14.250	301	203
1917-18	547	140	409	3.867	15.850	384	226

N. 1.—Diagramma representativo da arrecadação dos impostos sobre exportação de herua-matte e patente commercial, nos exercicios financeiros de 1893 a 1906—1907 : a unidade é 1:000\$000.



— Imposto sobre a exportação de herua-matte.  
 ---- Imposto sobre o commercio (patente commercial).

OBSERVAÇÃO.—A elevação das linhas, no anno de 1898, é devida, não á melhor arrecadação das rendas, mas ao facto de ter sido adicionado ao referido anno mais um semestre, para o fim de alterar-se o anno financeiro, que, de 1899 em diante, se começou a contar de Junho a Junho.





## Anexo 8

PARANÁ. Imposto de Patente Comercial. Evolução comparativa  
de valores orçados e arrecadados. 1893-1918

ANO FINANCEIRO	ORÇADO	BASE=1893=100	ARRECADADO	BASE=1893=100
1893	320	100	266	100
1894	320	100	348	131
1895	500	156	428	161
1896	1.000	312	593	223
1897	1.000	312	447	168
1898	685	214	643	242
1899-1900	489	153	395	148
1900-01	486	152	511	192
1901-02	600	187	547	206
1902-03	550	172	558	210
1903-04	550	172	569	214
1904-05	558	174	576	217
1905-06	558	174	808	304
1906-07	570	178	985	370
1907-08	810	253	1.008	379
1908-09	985	308	938	353
1909-10	934	292	608	229
1910-11	1.010	316	763	287
1911-12	1.050	328	864	325
1912-13	770	241	998	375
1913-14	745	233	841	316
1914-15	1.131	353	465	175
1915-16	840	262	513	193
1916-17	465	145	480	180
1917-18	480	150	373	140

## Anexo 9

**PARANÁ. Denominação das Unidades Fiscais Arrecadadoras do IPC  
e Sua Localização Atual**

- 1 Passo do Bormann - passo no rio Uruguai, hoje entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
- 2 Espírito Santo do Itararé - antiga denominação do Município de Ribeirão Claro.
- 3 Passo dos Barbozas - sede do distrito de Santana do Itararé, ao norte de São José da Boa Vista.
- 4 Passo dos Leites - em Carlópolis, no rio Itararé, divisa com o Estado de São Paulo.
- 5 São José do Cristianismo - antiga sede da freguesia; povoado de São José da Boa Vista.
- 6 Passo do Alemão - no rio Itararé, entre São José da Boa Vista e Carlópolis.
- 7 Passo do Ildefonso - passagem no rio Itararé.
- 8 Passo dos Índios - passo no rio Itararé.
- 9 Itararé - passo no rio Itararé, que divisa o Município de Sengés com o Estado de São Paulo.
- 10 Passo do Emigdão - passo no rio Itararé.
- 11 Batêas - bairro do Município de Campo Largo, que se estende até Curitiba.
- 12 Pirahy - limites com Jaguariaíva e Castro, Município de Piraí do Sul.
- 13 Jaboticabal - hoje no Município de Ponta Grossa.
- 14 Entre Rios - hoje no Município de Teixeira Soares.
- 15 Deodoro - município desmembrado de São José dos Pinhais em 1890. Limites: ao norte, Campina Grande do Sul; ao leste, Porto de Cima; ao sul, São José dos Pinhais; ao oeste, Colombo e Curitiba. Provavelmente é hoje Piraquara.
- 16 Ambrósios - hoje Município de Quitandinha.
- 17 Bom Jardim - pelo rio Ivaí, rio dos Índios, hoje no limite dos municípios de Prudentópolis, Ivaí e Cândido de Abreu.
- 18 São Jerônimo - pelo rio Tibagi, rio do Tigre, hoje no Município de São Jerônimo da Serra.
- 19 Rio do Peixe - em Santa Catarina. Passo onde havia Agência Fiscal com o mesmo nome, localizado quase na divisa com o rio Uruguai.
- 20 Porto de Cima - limites: São José dos Pinhais, Campina Grande do Sul e Morretes. Provavelmente, hoje é Quatro Barras.
- 21 Fragosos - bairro do município de Rio Negro.
- 22 Xanxerê - onde foi erguida a Colônia Militar de Chapecó, no antigo distrito de Generosoópolis, no Estado de Santa Catarina.
- 23 Herval - hoje sob jurisdição do Estado de Santa Catarina; é servido pela Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Passo no rio do Peixe.
- 24 Itaiópolis - hoje em Santa Catarina.
- 25 Palmira - limites: São João do Triunfo, Palmeira, Lapa. Hoje situa-se no território do Município de Palmeira.
- 26 Três Barras - Agência Fiscal localizada na passagem nos rios Cubatão e São João, que estabelecem o limite dos municípios de São José dos Pinhais e Guaratuba.
- 27 Roxoroiz - Passagem no rio Potinga, onde hoje é o município de Rio Azul.
- 28 Assungui de Cima - passo no rio Açungui, hoje no município de Rio Branco do Sul.

FONTE: LEÃO, Ermelino de. **Contribuições históricas e geográficas para o Dicionário do Paraná.** MARTINS, Romário. Mappa do Estado do Paraná para servir ao estudo da questão de limites com o Estado de Santa Catharina. 1911. In: COLETÂNEA DE MAPAS HISTÓRICOS DO PARANÁ. Curitiba, ITCF, 1987.

Anexo 10

PARANÁ. Arrecadação do IPC por unidade fiscal. 1899-1918  
(em contos de réis)

(Continua)

UNIDADE FISCAL	1899(1)	1902-03	1903-04	1905-06	1907-08	1908-09	1909-10	1911-12	1912-13	1913-14	1914-15	1915-16	1916-17	1917-18
1. Paranaguá	258:428	431:260	438:111	534:658	743:403	636:714	364:833	454:642	476:363	368:418	146:094	130:105	129:653	117:935
2. Antonina	44:408	105:861	112:779	249:486	233:409	261:221	140:820	241:342	322:893	253:903	156:934	168:501	153:966	340:725
3. Jacarezinho	-	3:735	1:519	2:491	744	856	737	2:516	2:242	5:483	2:668	1:776	3:629	6:395
4. Rio Negro	-	12	1:627	137	-	2:014	19:994	24:023	27:973	40:757	31:213	48:610	24:772	2:198
5. Palmas	-	201	150	-	90	-	16	136	-	-	-	-	-	-
6. Passo do Bormann	-	13:038	1:803	2:570	1:489	2:807	954	4:468	2:528	-	-	-	-	-
7. Espírito Santo do Itararé	-	139	456	1:368	776	-	-	-	-	-	-	-	-	-
8. Guaratuba	-	10	-	40	94	163	48	22	47	-	-	-	-	-
9. Barreira do Itararé	-	3:911	3:409	4:835	2:482	-	-	-	-	-	-	-	-	-
10. Passo dos Barbosas	-	6:246	4:765	5:794	9:429	11:018	2:443	2:892	3:702	2:258	778	368	-	-
11. Passo dos Leites	-	1:934	757	4:026	7:433	3:469	2:048	2:910	5:159	5:017	2:280	1:511	-	-
12. São José do Cristianismo	-	1:131	1:749	2:523	653	921	1:943	285	349	2:585	171	-	-	-
13. Passo do Alenão	-	1:608	954	464	1:044	1:797	2:251	2:156	5:565	4:700	865	138	-	-
14. Passo do Ildefonso	-	295	1:299	1:208	3:906	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15. Passo dos Índios	-	-	61	411	1:239	828	547	1:131	942	773	364	33	-	-
16. Itararé	-	-	-	4:785	-	180	481	78	1 535	44	576	8	25	85
17. Curitiba	-	-	-	52	-	-	14:663	48:680	46:508	50:438	28:570	33:663	41:699	27:879
18. Barracão	-	-	-	559	1:568	797	1:491	1:679	2:126	1:772	925	727	202	241
19. Morretes	-	-	-	36	-	-	770	-	-	-	-	-	-	-
20. Passo do Emigdão	-	-	-	-	-	2:529	2:576	5:075	8:031	4:307	-	-	-	-
21. Ribeirão Claro	-	-	-	-	-	257	-	-	-	4:735	6:124	7:258	7:513	5:855
22. Castro	-	-	-	-	-	1:786	3:269	1:984	2:874	1:688	226	3:788	5:426	2:837
23. Jaguariaíva	-	-	-	-	-	945	3:704	16:531	24:492	20:898	14:144	18:187	14:168	21:651
24. Ponta Grossa	-	-	-	-	-	4:130	31:460	38:631	36:956	30:141	34:679	44:600	39:168	37:752
25. Batéas	-	-	-	-	-	-	4:426	4:879	5:476	-	-	-	-	-
26. União da Vitória	-	-	-	-	-	-	3:199	1:687	14:756	10:755	6:201	11:723	11:969	1:371
27. Irati	-	-	-	-	-	-	1:156	1:469	1:228	1:024	904	1:814	2:096	1:403
28. Mallet	-	-	-	-	-	-	1:008	1:326	1:152	792	755	275	1:410	912
29. Lapa	-	-	-	-	-	-	725	204	555	1:402	1:399	3:246	2:698	1:119
30. Pirahy	-	-	-	-	-	-	482	2:632	1:128	1:518	1:372	2:995	3:656	2:654
31. São José da Boa vista	-	-	-	-	-	-	477	-	11	-	1:372	-	672	364
32. Jaboticabal	-	-	-	-	-	-	326	-	-	-	-	-	1:836	2:292
33. Campo Largo	-	-	-	-	-	-	320	-	-	-	-	-	-	-
34. Palmeira	-	-	-	-	-	-	-	1:219	1:603	918	841	1:424	1:359	1:195
35. São José dos Pinhais	-	-	-	-	-	-	289	-	-	-	433	-	-	-

Anexo 10

PARANÁ. Arrecadação do IPC por unidade fiscal. 1899-1918  
(em contos de réis)

(Conclusão)

UNIDADE FISCAL	1899(1)	1902-03	1903-04	1905-06	1907-08	1908-09	1909-10	1911-12	1912-13	1913-14	1914-15	1915-16	1916-17	1917-18
36. Deodoro	-	-	-	-	-	-	267	-	-	96	-	329	14	-
37. Guarapuava	-	-	-	-	-	-	147	-	-	-	-	-	-	-
38. Inbituva	-	-	-	-	-	-	61	-	-	18	30	14	1:268	59
39. Rio Branco	-	-	-	-	-	-	61	-	-	41	2:522	-	-	-
40. Ambrósios	-	-	-	-	-	-	55	-	-	-	-	-	-	-
41. Bom Jardim	-	-	-	-	-	-	25	-	-	-	-	-	-	-
42. Prudentópolis	-	-	-	-	-	-	22	-	-	-	122	-	-	-
43. São Jerônimo	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-
44. Bocaiuva	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-
45. Sengês	-	-	-	-	-	-	-	314	-	-	-	-	-	-
46. Entre Rios	-	-	-	-	-	-	-	271	178	333	250	-	539	195
47. Rio do Peixe	-	-	-	-	-	-	-	178	-	-	-	-	-	-
48. Porto de Cima	-	-	-	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-
49. São Mateus	-	-	-	-	-	-	-	-	706	689	1:387	1:721	685	1:596
50. Foz do Iguassú	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16:683	13:608	18:441	-	5:719
51. Fragesos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6:314	3:674	3:270	2:982	3:111
52. Xanxerê	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1:681	1:582	1:184	1:108	85
53. Araucária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	570	1:103	1:057	1:793	946
54. São João do Triunfo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	77	-	1:015	964	212
55. Herval	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	980	3:645	3:614	186
56. Itaiópolis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	502	1	-
57. Tibagi	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19	-
58. Palmyra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	154	35	25	8
59. Três Barras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	247
60. Serro Azul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9:159	905	2:493	-
61. Teixeira Soares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	664
62. Santo Antonio da Platina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	153	261	-
63. Roxo Roiz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	883
64. Assunguy de Cima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	135

FONTE: Relatórios dos Secretários da Fazenda.

(1) Referente ao primeiro semestre financeiro de 1900 (julho-dezembro).

Anexo 11

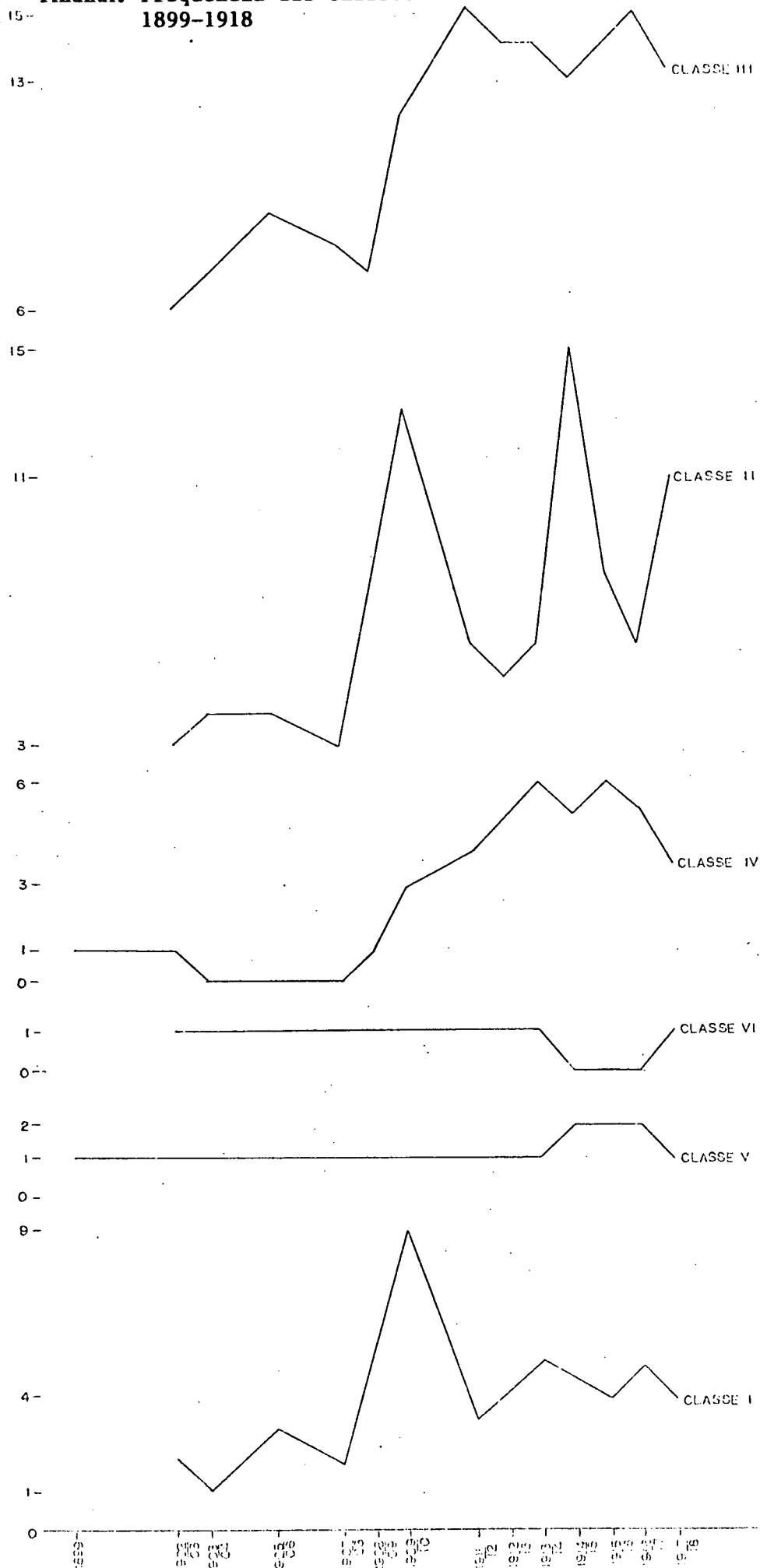
PARANÁ. Classificação das unidades fiscais arrecadadoras do IPC  
segundo o volume da arrecadação. 1899-1918

Exercício Financeiro	TOTAL	CLASSES POR VOLUME DE ARRECADAÇÃO ( em mil réis)					
		I 0-99	II 100-980	III 981-9:429	IV 9:430-99:999	V 100:000-322:893	VI 322:894-743:403
1899	2	-	-	-	1	1	-
1902-03	14	2	3	6	1	1 (1)	1 (2)
1903-04	14	1	4	7	-	1 (1)	1 (2)
1905-06	18	3	4	9	-	1 (1)	1 (2)
1907-08	15	2	3	8	-	1 (1)	1 (2)
1908-09	18	-	8	7	1	1 (1)	1 (2)
1909-10	39	9	13	12	3	1 (1)	1 (2)
1911-12	30	3	6	15	4	1 (1)	1 (2)
1912-13	28	2	5	14	5	1 (1)	1 (2)
1913-14	33	5	6	14	6	1 (1)	1 (2)
1914-15	36	1	15	13	5	2	-
1915-16	34	4	8	14	6	2	-
1916-17	33	5	6	15	5	2	-
1917-18	33	4	11	13	3	1 (2)	1 (1)

FONTE: PARANÁ. Relatórios de Secretários das Finanças.

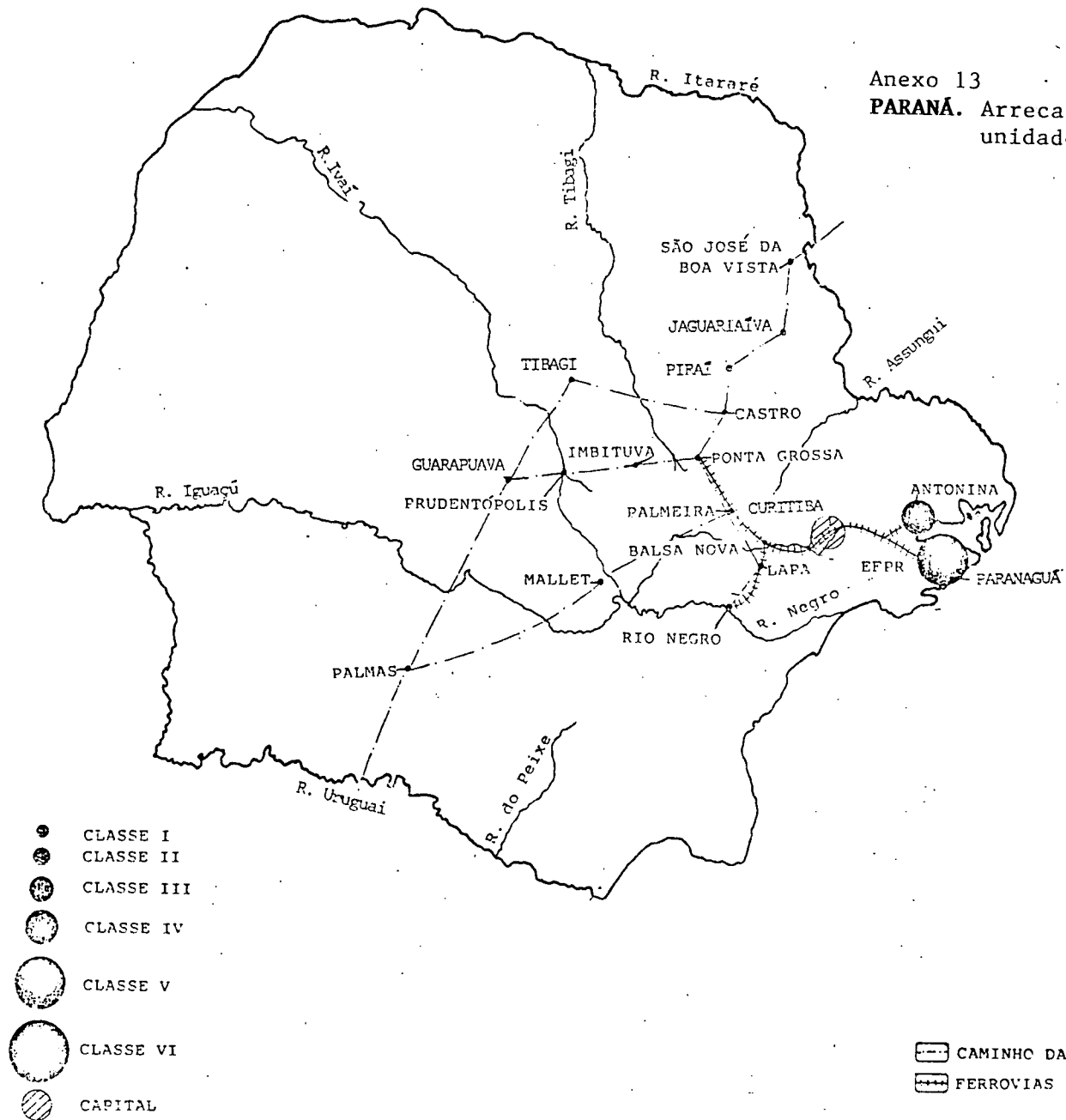
(1) Antonina. (2) Paranaguá.

**PARANÁ. Frequência das classes de unidade fiscal do IPC.**  
**1899-1918**

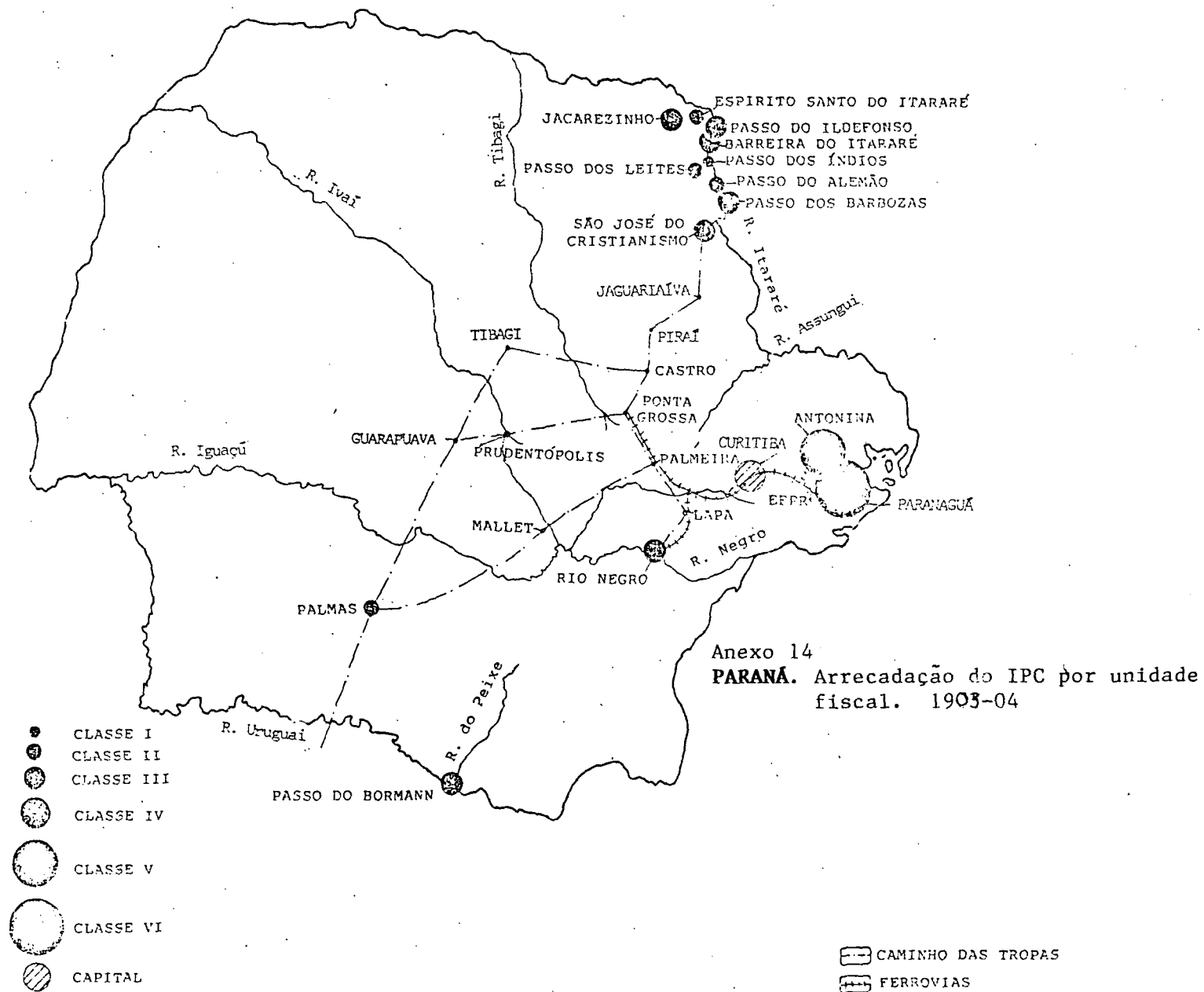


Anexo 13

PARANÁ. Arrecadação do IPC por  
unidade fiscal. 1899.



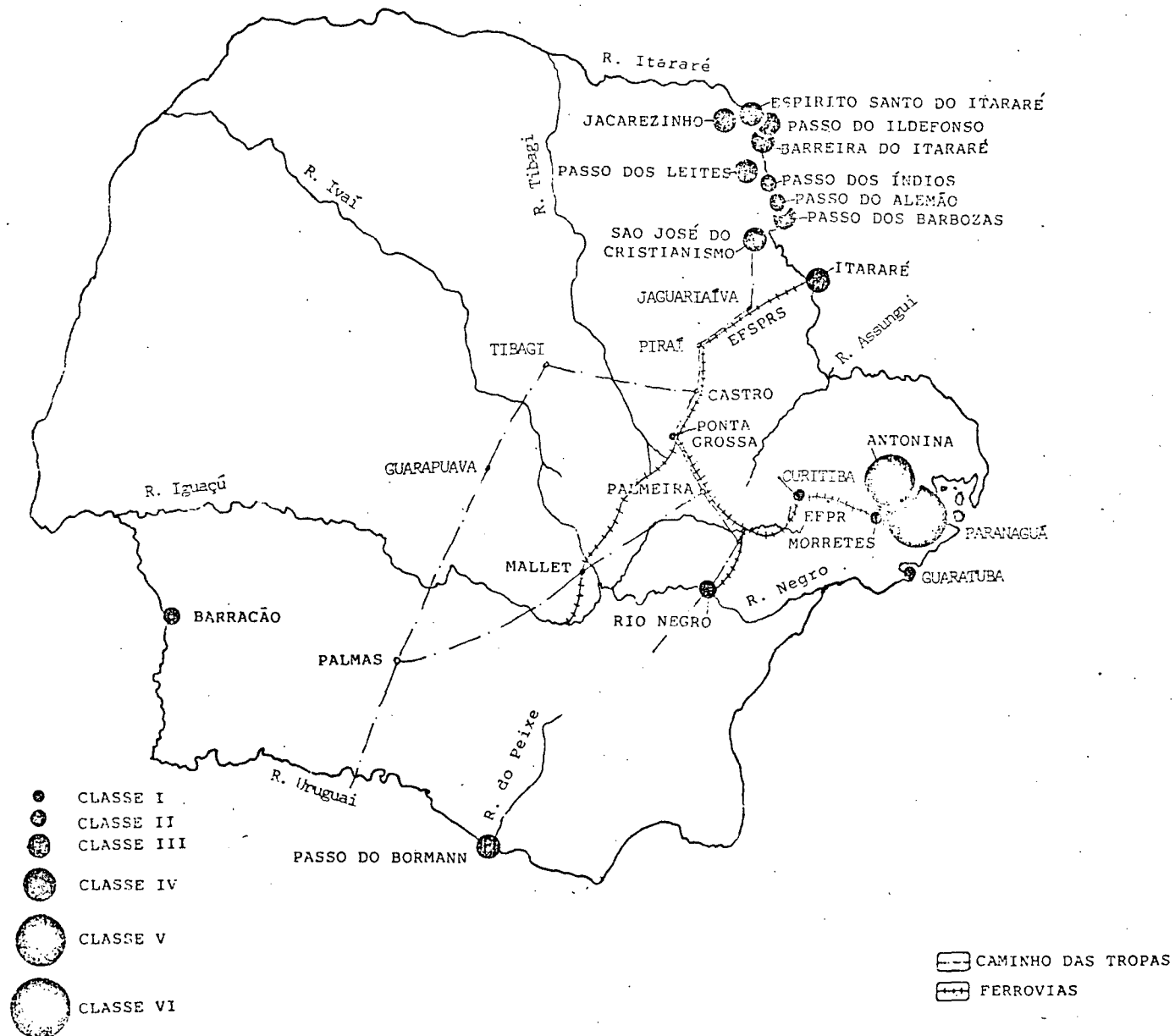
FONTE: MACHADO, Brasil Pinheiro; KROETZ, Lando Rogério; SANTANA, Ana Lúcia Jansen de Mello de.



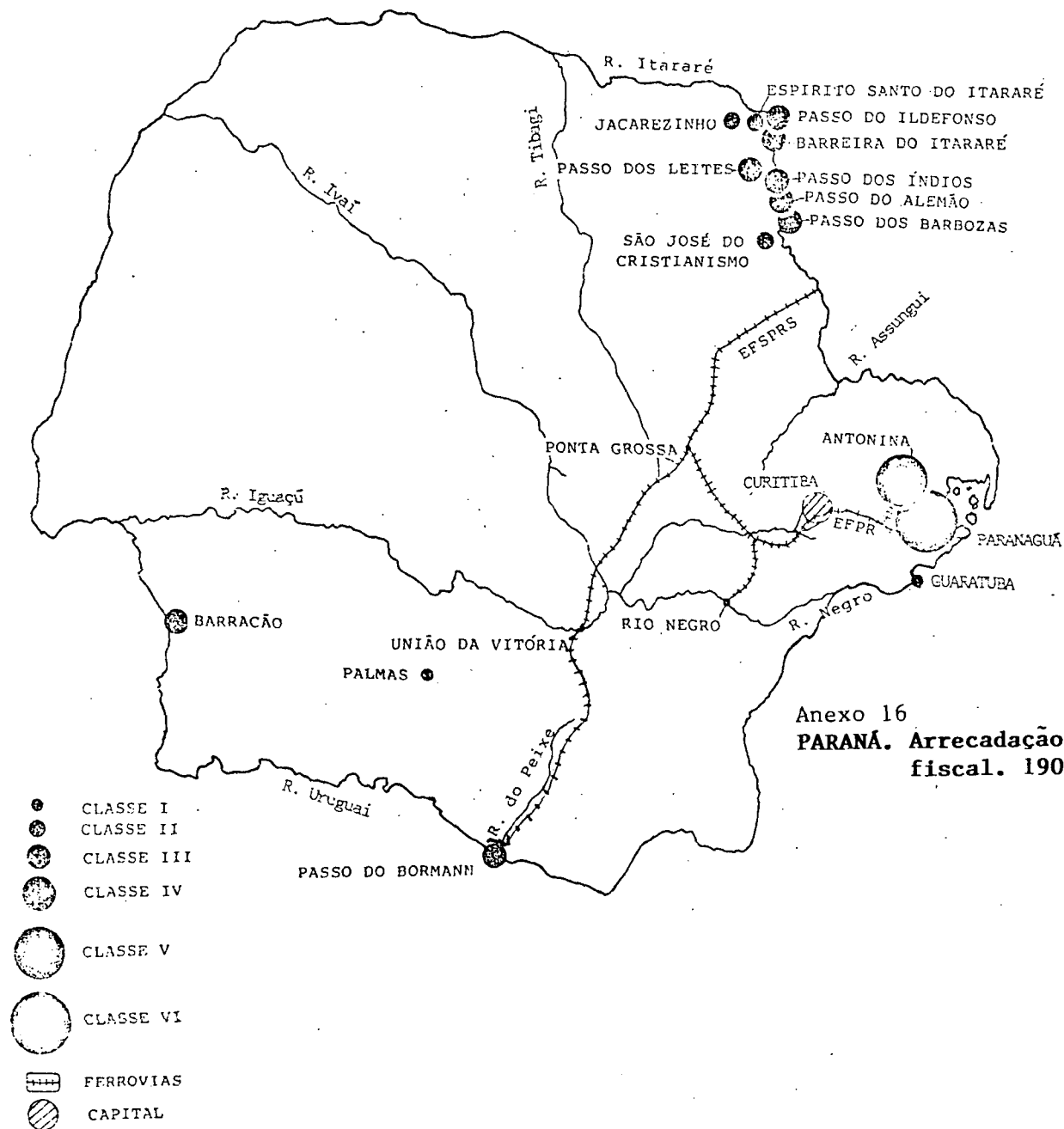
FONTE: MACHADO, Brasil Pinheiro; KROETZ, Lando Rogério; SANTANA, Ana Lúcia Jansen de Mello de.



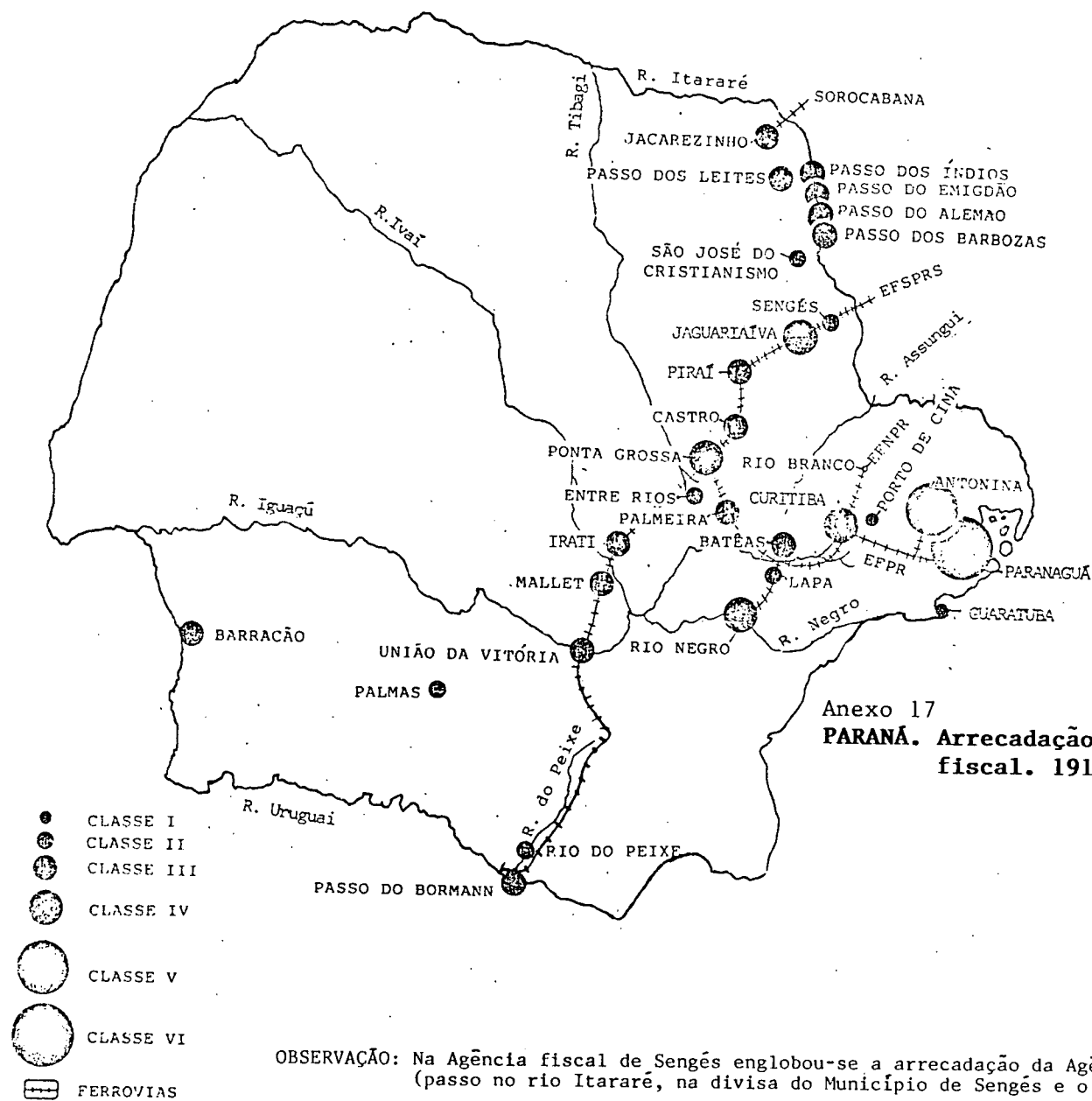
Anexo 15  
**PARANÁ. Arrecadação do IPC por unidade fiscal. 1905-06**



FONTE: MACHADO, Brasil Pinheiro; KROETZ, Lando Rogério; SANTANA, Ana Lúcia Jansen de Mello de.



FONTE: KROETZ, Lando Rogério; SANTANA, Ana Lúcia Jansen de Mello de.

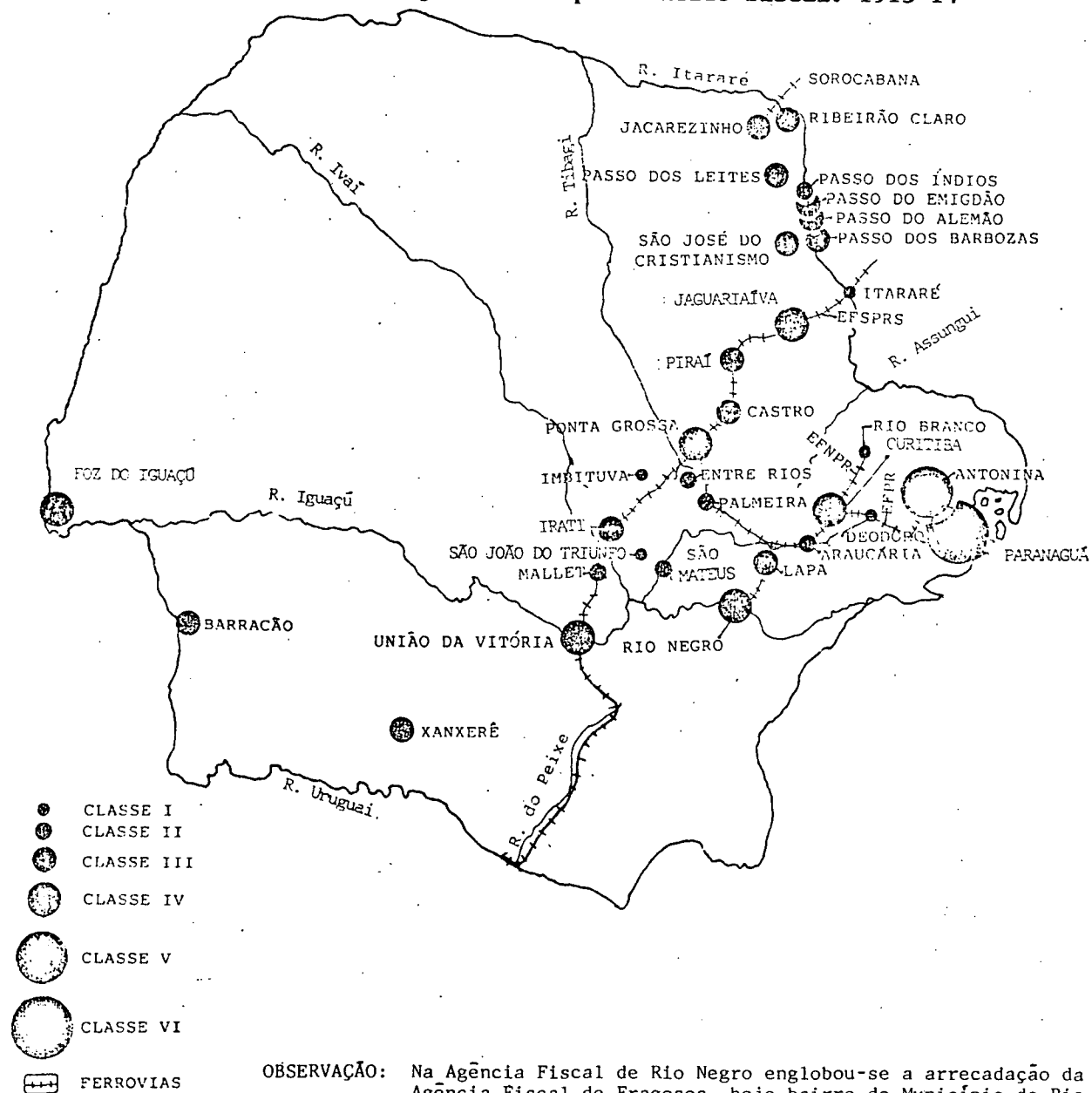


Anexo 17  
PARANÁ. Arrecadação do IPC por unidade  
fiscal. 1911-12

OBSERVAÇÃO: Na Agência fiscal de Sengés englobou-se a arrecadação da Agência Fiscal de Itararé (passo no rio Itararé, na divisa do Município de Sengés e o Estado de São Paulo)

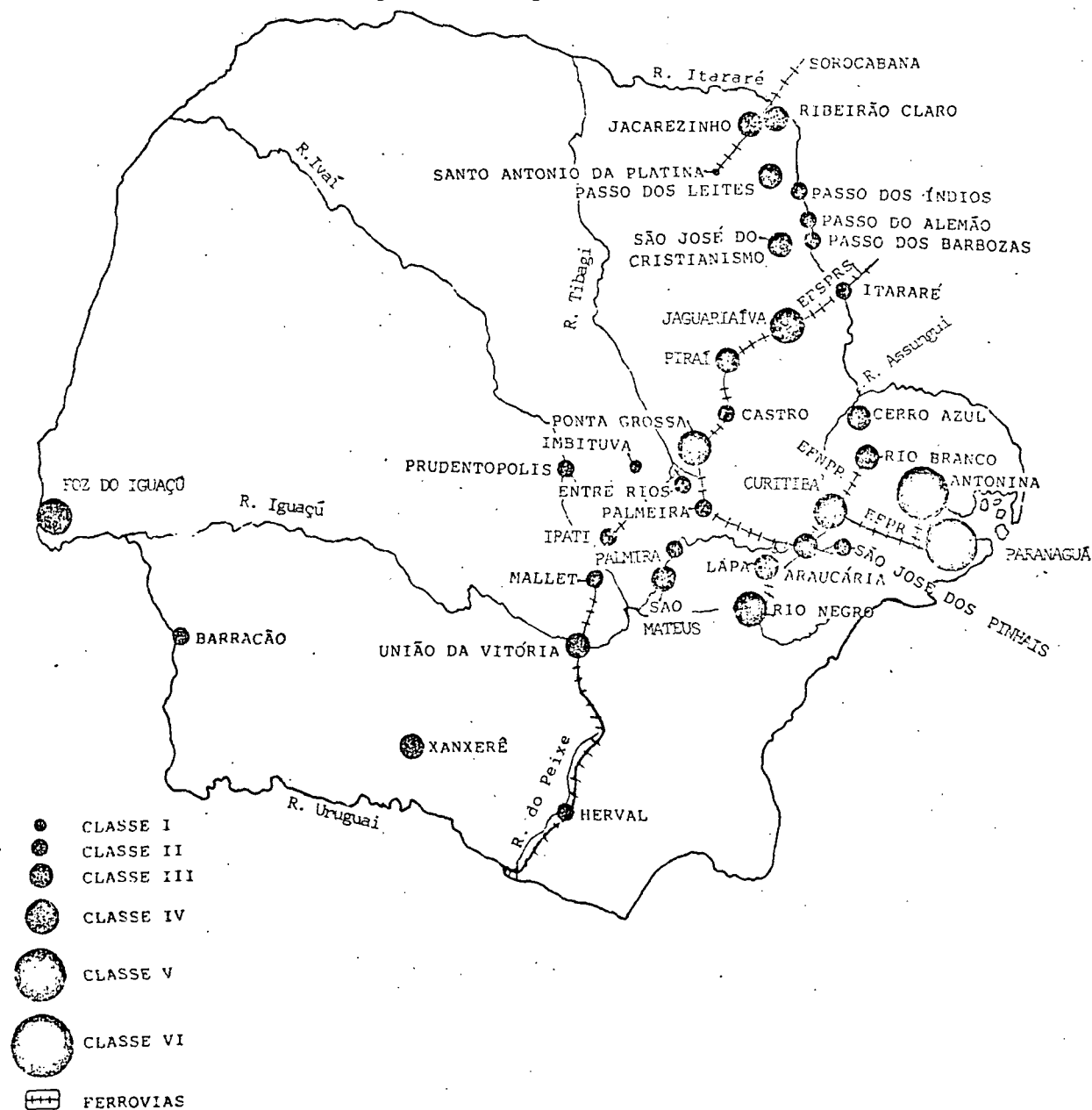
FONTE: KROETZ, Lando Rogério. SANTANA, Ana Lúcia Jansen de Mello de.

**PARANÁ. Arrecadação do IPC por unidade fiscal. 1913-14**



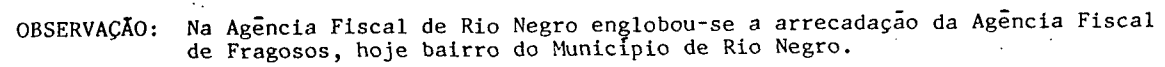
FONTE: KROETZ, Lando Rogério; SANTANA, Ana Lúcia Jansen de Mello de.

Anexo 19  
**PARANÁ. Arrecadação do IPC por unidade fiscal. 1914-15**



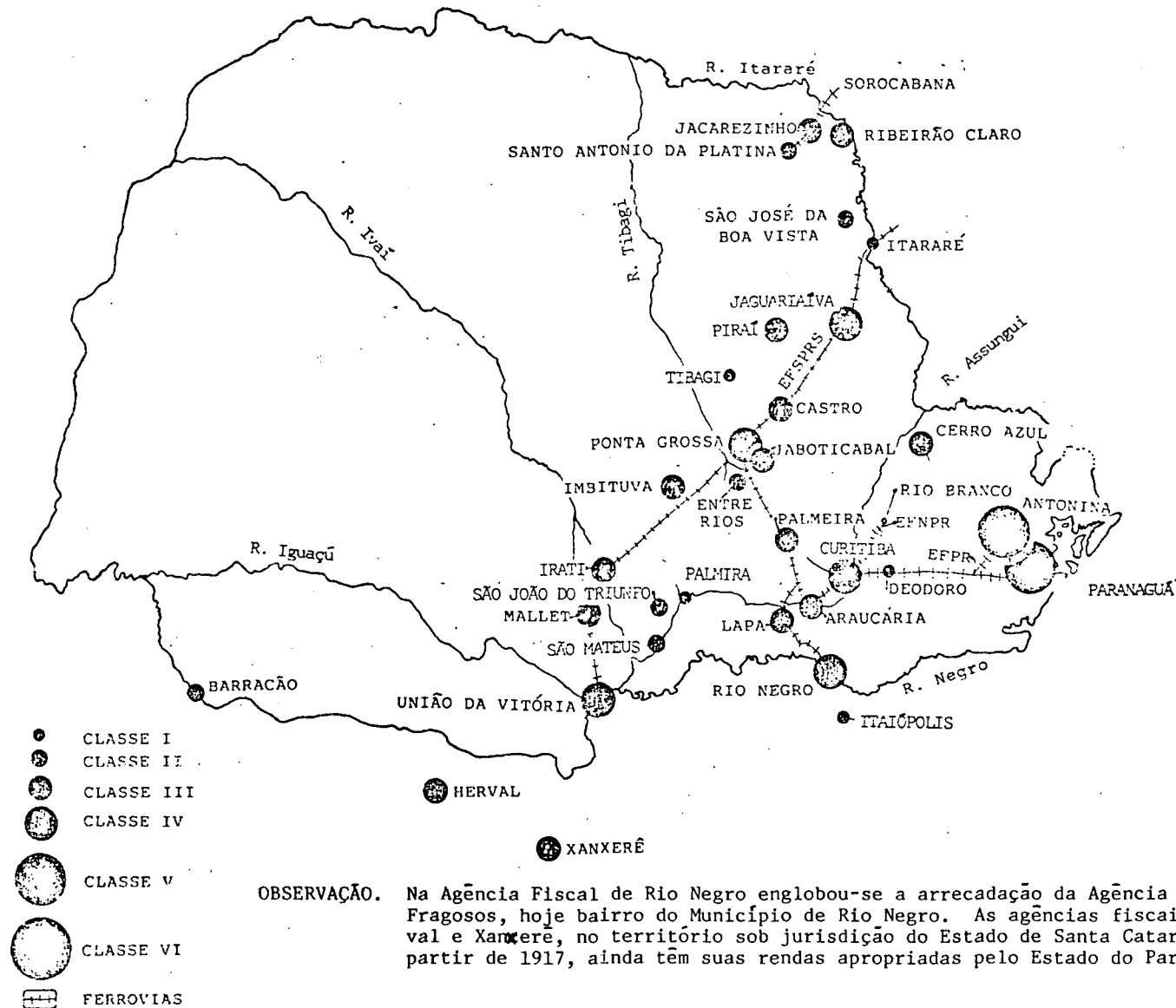
FONTE: KROETZ, Lando, Rogério; SANTANA, Ana Lúcia Jansen de Mello de.

**PARANÁ. Arrecadação do IPC por unidade**  
**fiscal. 1915-16.**



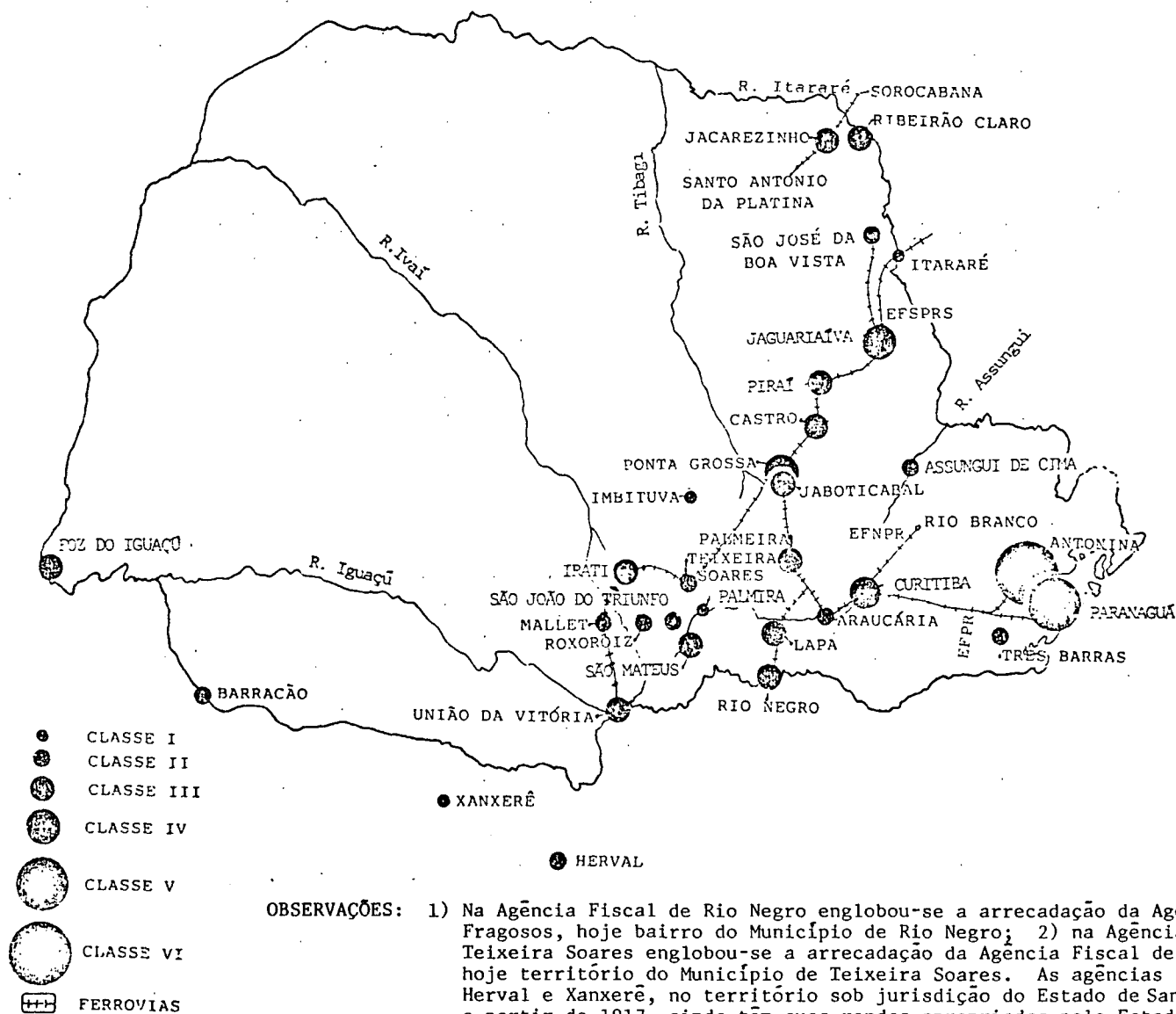
FONTE: KROETZ; Lando Rogério; SANTANA; Ana Lúcia Jansen de Mello de.

Anexo 21  
**PARANÁ. Arrecadação do IPC por unidade fiscal. 1916-17.**



FONTE: KROETZ, Lando Rogério; SANTANA; Ana Lúcia Jansen de Mello de.

Anexo 22  
**PARANÁ. Arrecadação do IPC por unidade fiscal. 1917-18**





## Anexo 23

PARANÁ. Participação relativa do IPC no movimento de  
algumas agências fiscais. 1914-15 a 1917-18

UNIDADES FISCAIS	EXERCÍCIO FINANCEIRO			
	1914-15 (%)	1915-16 (%)	1916-17 (%)	1917-18 (%)
Rio Negro	11,83	12,06	6,33	0,76
Paranaguá	18,29	17,95	15,05	9,94
Antonina	9,55	8,21	10,60	33,26
Ponta Grossa	30,35	36,06	23,35	15,02
Curitiba	3,73	3,90	3,69	2,26
Jaguariaíva	12,06	18,00	10,85	8,96
Foz do Iguaçu	6,40	8,53	...	3,76
União da Vitória	...	...	2,65	1,31

FONTE: PARANÁ. Relatórios do Secretário das Finanças.

## Anexo 24

PARANÁ. Exportação de erva-mate. 1891-1918  
(em milhões de quilos)

ANO	QUANTIDADE
1891	1.239
1892	6.068
1893	13.772
1894	12.345
1895	13.721
1896	13.261
1897	9.591
1898	17.017
1899	18.992
1900	18.489
1901	23.451
1902	25.580
1903	31.795
1904	29.121
1905	27.489
1906	30.595
1907	36.134
1908	33.021
1909	36.642
1910	40.679
1911	46.066
1912	49.539
1913	44.759
1914	48.546
1915	61.128
1916	44.202
1917	42.189
1918	39.538

FONTE: Relatórios de Secretários das Finanças.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ALVES, João Luiz. Relatório. **O Direito**, Rio de Janeiro, 109:44-8, maio/ago.1909.
- 2 ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira de. **A campanha do Contestado**. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1917. 2 v.
- 3 \_\_\_\_\_. O fracasso da revolução de 1893 aumentou o conceito republicano no seio da sociedade brasileira. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO DE 1894, 1., Curitiba, 1944. **Anais**. Curitiba, Empresa Gráfica Paranaense, 1944. 595 p.
- 4 BALEEIRO, Aliomar. **Direito tributário brasileiro**. Rio de Janeiro, Forense, 1981. 581 p.
- 5 BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba, Grafipar, 1969. v.1.
- 6 \_\_\_\_\_. & WESTPHALEN, Cecília Maria. **Os alemães no comércio e na indústria do Paraná, 1890-1929**. Curitiba, s.d. Mimeografado.
- 7 BARBOSA, Ruy. **Comentários à Constituição Federal Brasileira**. São Paulo, Saraiva, 1932.
- 8 \_\_\_\_\_. Comercio inter-estadual. **Revista do Supremo Tribunal**, Rio de Janeiro, 9(1):288-307, out.1916.
- 9 \_\_\_\_\_. **Finanças e política da República**; discursos e escriptos. Rio de Janeiro, Cia.Impressora, 1892. 475 p.
- 10 \_\_\_\_\_. Impostos interestaduais. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 18 jul.1896.
- 11 \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 19 jul.1896.
- 12 \_\_\_\_\_. Impostos interestaduais. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 24 jul.1896.
- 13 \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, MEC, 1958. 375 p.
- 14 BARTHELMESS, Arthur. **Contribuição para o estudo de alguns problemas da geografia econômica do Estado do Paraná, como área integrante da Bacia Paraná-Uruguai**. Curitiba, 1954. Mimeografado. 77 p.

- 15 BLACK, H. Campbell. **Handbook of American constitutional law.** Saint Paul, West Publ., 1895.
- 16 BOLETIM DO ARQUIVO PÚBLICO. Curitiba, 1976-1984.
- 17 BRASIL. **Anais do Senado Federal**, 01 a 30/11/1916. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1920. v.7.
- 18 BRASIL. **Constituição política do Império do Brasil**, 25/03/1824. s.n.t.
- 19 BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, 24/02/1891. In: Brasil. **Leis, decretos, etc. Coleção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brasil**, 1891. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1892. v.1, pt.1.
- 20 BRASIL. **Leis, decretos, etc. Coleção de Leis do Império do Brasil**, 1888. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889. pt.2, t.51. 2 v.
- 21 \_\_\_\_\_. **Coleção de Leis da Republica dos Estados Unidos do Brasil**. 1895-1904. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1896-1907. 1 v.
- 22 \_\_\_\_\_. **Decisões do governo**. 1897-98. DEAP nº 10, Ministério da Fazenda, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, s.d.
- 23 BURGESS, John William. **Political science and comparative constitutional law.** Boston, s.ed., 1891. 2 v.
- 24 CAMPISTA, David M. **Consolidação das leis fiscais do Estado de Minas Gerais.** Cidade de Minas, Imprensa Oficial, 1900.
- 25 CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura paranaense, 1900-70.** Curitiba, Grafipar, 1981. 150 p.
- 26 CARONE, Edgar. **A República Velha.** São Paulo, DIFEL, 1975. 2 v.
- 27 CARTER, Gwendolen M. & HERZ, John H. **Governo e política no século XX.** Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962. 180 p.
- 28 CASSOL, Ernesto. **Política tributária do Paraná na Primeira República, 1890-1930.** Curitiba, 1973. 101 p. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.
- 29 CASTRO, Augusto Olímpio Viveiros de. **História tributária do Brasil. Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 131 (1):1-283, 1915.
- 30 \_\_\_\_\_. **Tratado dos impostos (estudo teórico e prático).** Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1910.
- 31 CAVALCANTI, Amaro. **Elementos de finanças (estudo teórico-prático).** Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1896. 582 p.
- 32 COSTA, Mário J. Affonso da. **Paraná; contribuição para o estudo do comércio e das indústrias do Estado.** Rio de Janeiro, Pimenta de Mello, 1913. 79 p.

- 33 DE PLÁCIDO E SILVA, O.J. **Noções de finanças e direito fiscal.** Curitiba, Guaíra, s.d.
- 34 DELFIM NETTO, Antonio. **Elasticidade de substituição com relação ao café colombiano.** Rio de Janeiro, CEPAL/BNDE, 1961.
- 35 \_\_\_\_\_. **O problema do café no Brasil.** Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1979. 359 p.
- 36 DENIS, Pierre. **Le Brésil au XXe siècle.** Paris, A. Colin, 1911. 312 p.
- 37 O DIREITO. Rio de Janeiro, M.Orosco, 1899-1913.
- 38 FANCKIN, Reginaldo. **Sistema constitucional no Paraná (contribuição à história política do Estado).** Curitiba, Poder Legislativo, 1974. 400 p.
- 39 FARIA, Silvio Santos. O sistema tributário brasileiro e a contribuição de Rui Barbosa. **Revista de Direito Público**, São Paulo, 7(28):261-70, mar./abr.1974.
- 40 FERNANDES, Loureiro. A "Comissão de Comércio" de Curitiba, na Revolução de 1894. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO DE 1894., 1., Curitiba, 1944. **Anais.** Curitiba, Empresa Gráfica Paranaense, 1944. 595 p.
- 41 FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Novo dicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975. 1499 p.
- 42 FERREIRA, Tito Lívio. O meio social brasileiro após a Revolução de 1894. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO DE 1894, 1., Curitiba, 1944. **Anais.** Curitiba, Empresa Gráfica Paranaense, 1944. 595 p.
- 43 FERREIRA, Wolgran Junqueira. **Elementos de direito constitucional.** São Paulo, Pratense, 1972.
- 44 FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional.** 13.ed. São Paulo, Saraiva, 1984. 339 p.
- 45 FISHLOW, A. Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil. In: VERSIANI, F.R. & MENDONÇA DE BARROS, J.R., coord. **Formação econômica do Brasil a experiência da industrialização.** São Paulo, Saraiva, 1977. 410 p.
- 46 FRANCO, Crépory. **A política econômica do café e a quota de equilíbrio.** Rio de Janeiro, A.Coelho Branco Filho, 1944.
- 47 FRITSCH, W. Aspectos da política econômica do Brasil, 1906-1914. In: NEUHAUS, P., ed. **Economia brasileira - uma visão histórica.** Rio de Janeiro, Campus, 1980. 411 p.
- 48 FUKUSHIMA, Masanori. **Algumas características das migrações internas do Paraná, 1900-1984.** Curitiba, 1986. Tese, Doutorado, Universidade Federal do Paraná. 2 v.

- 49 GROSS, James Elliot. **Luta de guerrilhas (natureza e política)**. Rio de Janeiro, GRD, 1965. 193 p.
- 50 HADDAD, C.L.S. Crescimento econômico do Brasil. 1900-76. In: NEUHAUS, P., ed. **Economia brasileira - uma visão histórica**. Rio de Janeiro, Campus, 1980. 411 p.
- 51 HELLER, Jack & KAUFFMANN, Kenneth. **Incentivos fiscais à indústria em países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro, Secretaria da Receita Federal, 1972. 106 p.
- 52 HUGON, Paul. **O imposto: teoria moderna e principais sistemas**. O sistema tributário brasileiro. Rio de Janeiro, Ed.Financeiras, s.d.
- 53 HOLLOWAY, Thomas H. **Vida e morte do Convênio de Taubaté: a primeira valorização do café**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. 115 p.
- 54 JOBIM, José. **Histórias das indústrias no Brasil**. Rio de Janeiro, J.Olympio, 1941.
- 55 KROETZ, Lando Rogério. **As estradas de ferro do Paraná, 1880-1940**. São Paulo, 1985. 262 p. Tese, Doutorado, Universidade de São Paulo.
- 56 LEÃO, Ermelino Agostinho de. **Contribuições históricas e geográficas para o Dicionário do Paraná**. Curitiba, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico, 1929. 7 v.
- 57 LEROY-BEAULIEU. **Traité de la science des finances**. Paris, Guillaumin, 1883. 2 v.
- 58 LEVY, Maria Bárbara. O Encilhamento. In: NEUHAUS, P., ed. **Economia brasileira - uma visão histórica**. Rio de Janeiro, Campus, 1980. 411 p.
- 59 LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. O Encilhamento. **Revista Brasileira de Mercado de Capitais**, Rio de Janeiro, 2 (5):261-301, maio/ago.1976.
- 60 LUZ, Nícia Vilela. O industrialismo e o desenvolvimento econômico do Brasil. 1808-1920. **Revista de História**, 27(56):271-85, 1983.
- 61 MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná**. Curitiba, IBPT/UFPR/IBT, 1968. 350 p.
- 62 MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba, Guaíra, s.d. 542 p.
- 63 MAXIMILIANO, Carlos. **Comentários à Constituição brasileira**. Rio de Janeiro, F.Bastos, 1954. 3 v.
- 64 MONTEIRO, Douglas Teixeira. **Os errantes do nosso século**. São Paulo, Ed.da USP, 1974.
- 65 MUELLER, Charles C. **Das oligarquias agrárias ao predomínio urbano-industrial: um estudo do processo de formação de políticas agrícolas no Brasil**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1983. 378 p.
- 66 MUSGRAVE, Richard A. **Teoria das finanças públicas: um estudo de economia governamental**. São Paulo, Atlas, 1973. 2 v.

- 67 NASCIMENTO, Luiz Cláudio del Rio Chagas. **A campanha do Contestado como subsídio, no Exército brasileiro, para a formulação da doutrina de operações contra forças irregulares.** Rio de Janeiro, ECEME, 1986. 71 p.
- 68 ÓNODY, Oliver. **A inflação brasileira (1810-1958).** Rio de Janeiro, s.ed., 1960. 419 p.
- 69 PAIVA, Ruy Miller; SCHATTA, Salomão; FREITAS, Claus F. Frech. **Setor agrícola do Brasil: comportamento econômico, problemas e possibilidades.** São Paulo, Secretaria da Agricultura, 1973. 456 p.
- 70 PARANÁ. **Constituição política.** Curityba, Typ. da Penitenciária Ahú, 1909.
- 71 \_\_\_\_\_. **Constituição Política do Estado do Paraná, promulgada em 07 de abril de 1892 e Acto Adicional de 14 de outubro de 1893.** Curityba, Typ. Companhia Impressora Paranaense, 1895.
- 72 PARANÁ. Governo. 1886-1887 (Faria Sobrinho). **Relatório do Presidente da Província, Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, à Assembléia Legislativa do Paraná, em 30/10/1886.** Curityba, Typ. Liv. Economica, 1886.
- 73 \_\_\_\_\_. 1888-1888 (Ribeiro). **Relatório do Presidente da Província, José Cesário de Miranda Ribeiro, ao Vice-Presidente da Província, Comendador Ildefonso Pereira Correa.** Curityba, Typ. Liv. Economica, 1888.
- 74 \_\_\_\_\_. 1892-1892 (Silva). **Relatório do Governador do Estado Francisco Xavier da Silva enviado ao Congresso Legislativo do Paraná em 04/10/1892.** Curityba, Typ. Liv. Economica, 1892.
- 75 \_\_\_\_\_. **Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná, pelo 1º Vice-Governador Dr. Vicente Machado da Silva Lima, em 15/08/1893.** Curityba, Typ. Liv. Economica, 1893.
- 76 \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_, em 18/05/1894. Curityba, Typ. Liv. Economica, 1894.
- 77 \_\_\_\_\_. 1894-1896 (Silva). **Mensagem do Governador do Estado do Paraná Francisco Xavier da Silva, lida perante o Congresso Legislativo em 20/10/1894.** Curityba, Typ. Liv. Economica, 1894.
- 78 \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_, em 13/11/1895. Curityba, Typ. Liv. Economica, 1895.
- 79 \_\_\_\_\_. 1896-1900 (Andrade). **Mensagem dirigida pelo Governador Dr. José Pereira Santos Andrade ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná, em 01/10/1896.** Curityba, Typ. Liv. Economica, 1896.
- 80 \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_, em 01/10/1897. Curityba, Typ. Liv. Economica, 1897.
- 81 \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_, em 25/06/1898. Curityba, Typ. Liv. Economica, 1898.
- 82 \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_, em 01/02/1899. Curityba, Typ. Liv. Economica, 1899.
- 83 \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_, em 01/02/1900. Curityba, Typ. Liv. Economica, 1900.

- 84 PARANÁ. Governo. 1900-1904 (Silva). **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado, no dia 19/02/1901, pelo Dr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado.** Curityba, Typ.Liv.Economica, 1901.
- 85 \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_, em 01/02/1902. Curityba, Typ.Liv.Economica, 1902.
- 86 \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_, em 01/02/1903. Curityba, Typ.Liv.Economica, 1903.
- 87 \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_, em 01/02/1904. Curityba, Typ.Liv.Economica, 1904.
- 88 \_\_\_\_\_. 1904-1906 (Lima). **Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná, dirigida pelo Dr. Vicente Machado da Silva Lima, Presidente do Estado, em 01/02/1905.** Curityba, Typ.Liv.Economica, 1905.
- 89 \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_, em 01/02/1906. Curityba, Typ.Liv.Economica, 1906.
- 90 \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_, em 01/02/1907. Curityba, Typ.Liv.Economica, 1908.
- 91 \_\_\_\_\_. **Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná, dirigida pelo Cel. Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, 2º Vice-Presidente do Estado em exercício, em 01/02/1908.** Curityba, Typ.Liv.Economica, 1908.
- 92 \_\_\_\_\_. 1908-1912 (Silva). **Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná dirigida pelo Dr. Francisco Xavier da Silva, Presidente do Estado, em 03/02/1909.** Curityba, Typ.Liv.Economica, 1909.
- 93 \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_, em 01/02/1910. Curityba, Typ.Liv.Economica, 1910.
- 94 \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_, em 01/02/1911. Curityba, Typ.Liv.Economica, 1911.
- 95 \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_, em 02/02/1912. Curityba, Typ.Liv.Economica, 1912.
- 96 \_\_\_\_\_. 1912-1916 (Albuquerque). **Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Estado, pelo Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Estado do Paraná, em 01/02/1913.** Curityba, Typ.Liv.Economica, 1913.
- 97 \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_, em 01/02/1914. Curityba, Typ.Liv.Economica, 1914.
- 98 \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_, em 01/02/1915. Curityba, Typ.Liv.Economica, 1915.
- 99 \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_, em 01/02/1916. Curityba, Typ.Liv.Economica, 1916.
- 100 \_\_\_\_\_. 1916-1920 (Camargo). **Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Estado pelo Dr. Affonso Alves de Camargo, Presidente do Estado do Paraná, em 01/02/1917.** Curityba, Typ. d'A República, 1917.



- 101 PARANÁ. Governo. 1916-1920 (Camargo). **Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Estado pelo Dr. Affonso Alves de Camargo, Presidente do Estado do Paraná, em 01/02/1918.** Curityba, Typ. d'A República, 1918.
- 102 \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_, em 01/02/1919. Curityba, Typ. d'A República, 1919.
- 103 \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_, em 01/02/1920. Curityba, Typ. d'A República, 1920.
- 104 PARANÁ. Leis, decretos, etc. **Collecção de Decretos e Regulamentos de 1910, 1912-1915, 1918-1919.** Curityba, Typ. d'A Republica, 1910-1920.
- 105 \_\_\_\_\_. **Collecção de Leis e Decretos da Província do Paraná, 1888.** Coritiba, Typ. da Penitenciária, s.d.
- 106 \_\_\_\_\_. **Collecção de Leis, Decretos e Regulamentos da Ex-Província e do Estado do Paraná em 1889.** Coritiba, Typ. da Penitenciária, 1912.
- 107 \_\_\_\_\_. **Decretos, Regulamentos e Actos de 1893-1902.** Curitiba, Typ. d'A Republica, 1901-1902. 7 v.
- 108 \_\_\_\_\_. **Leis e decretos da Província do Paraná.** Curityba, Typ. Perseverança, 1882. t.29.
- 109 \_\_\_\_\_. **Leis de 1895-1899.** Curityba, Typ. d'A Republica, 1929. 3 v.
- 110 \_\_\_\_\_. **Leis de 1910.** Coritiba, Typ. da Penitenciária do Estado, 1913.
- 111 \_\_\_\_\_. **Leis de 1912.** Curityba, Typ. do Diario Official, 1913.
- 112 \_\_\_\_\_. **Leis de 1913-1921.** Coritiba, Typ. d'A Republica, 1914-1921. 9 v.
- 113 \_\_\_\_\_. **Leis e decretos não sancionados. 1911.** Coritiba, Typ. da Penitenciária, 1913.
- 114 PARANÁ. Secretaria d'Estado dos Negócios da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas. Parecer de março de 1917. Executivos fiscais. Procurador: Joaquim Miró. In: \_\_\_\_\_. **Relatório, em 31/12/1917.** Curityba, Typ. d'A Republica, 1917.
- 115 \_\_\_\_\_. Parecer de 06 de novembro de 1917. Imposto de Patente Comercial. Sua constitucionalidade reconhecida pelo Superior Tribunal. Procurador: Joaquim Miró. In: \_\_\_\_\_. **Relatório, em 31/12/1917.** Curityba, Typ. d'A Republica, 1917.
- 116 \_\_\_\_\_. Parecer nº 507, de 26 de março de 1918. É vedado aos Estados a criação do imposto de trânsito. Procurador: Joaquim Miró. In: \_\_\_\_\_. **Relatório, em 31/12/1918.** Curityba, Typ. d'A Republica, 1918.
- 117 PARANÁ. Secretaria d'Estado dos Negócios da Fazenda. **Relatório, em 31/12/1914; 31/12/1915.** s.n.t. 2 v.

- 118 PARANÁ. Secretaria d'Estado dos Negócios da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas. **Relatório, em 31/12/1916; 31/12/1917; 31/12/1918.** Curityba, Typ. d'A República, s.d. 3 v.
- 119 PARANÁ. Secretaria d'Estado dos Negócios das Finanças, Commercio e Indústrias. **Relatório, 1894-1898, 1900-1904, 1907, 1911-1915.** Curitiba, Typ. d'A Republica, s.d. 17 v.
- 120 PEIXOTO, Demerval. **Campanha do Contestado, episódios e impressões.** Rio de Janeiro, Imprensa Militar, 1916.
- 121 QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social (a guerra sertaneja do Contestado: 1912-1916).** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966. 353 p.
- 122 REGISTRO FEDERAL DOS IMPOSTOS DE CONSUMO.
- 123 RELATÓRIOS apresentados ao Ministro da Fazenda pelo Delegado Fiscal do Tesouro Federal, no Estado do Paraná, 1890.
- 124 REVISTA DE DIREITO. Rio de Janeiro, J.R. dos Santos, 1915-1920
- 125 REVISTA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, Rio de Janeiro, v.11, n.1, abr.1917.
- 126 REZENDE, Fernando. **Finanças públicas.** São Paulo, Atlas, 1983. 368 p.
- 127 RIBEIRO, Affonso Duarte. **Promptuário dos impostos de consumo.** Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1917.
- 128 RIBEIRO, João. **História do Brasil.** Rio de Janeiro, Liv.São José, 1957. 477 p.
- 129 ROURE, Agenor. **A Constituinte republicana.** Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1920. 2 v.
- 130 SIMONSEN, Roberto C. **Evolução industrial do Brasil e outros estudos.** São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1973. 479 p.
- 131 SOARES, José O.Pinto. **Apontamentos para a história: o Contestado.** Porto Alegre, Of.Graf. do Instituto de Eletrotécnica da Escola de Engenharia de Porto Alegre, 1920.
- 132 SOUZA, Carlos Inglês de. **A anarquia monetária e suas consequências.**
- 133 TANNURI, Luiz Antonio. **O Encilhamento.** São Paulo, Hucitec, 1981. 140 p.
- 134 TAVARES, João de Lyra. Economia e finanças dos Estados. **Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro,** Rio de Janeiro, t.especial, p.5, 1916.
- 135 TOTA, Antonio Pedro. **Contestado, a guerra do novo mundo.** São Paulo, Brasiliense, 1983. 97 p.
- 136 VANNUCCHI, Maria Ivone Bergamini. **A indústria de papel no Paraná.** Curitiba, 1977. 257 p. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná.

- 137 VILELA, A.V. & SUZIGAN, W. **Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945.** Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973.
- 138 WACHOWICZ, Ruy Christovam. O comércio da madeira e a atuação da Brazil Railway Company no sul do Brasil. In: SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA, 5., Campinas, 1969. **Anais.** São Paulo, USP, 1971. 2 v.
- 139 \_\_\_\_\_. **Norte velho, norte pioneiro.** Curitiba, s.ed., 1987.
- 140 WESTPHALEN, Cecília Maria. Os comerciantes paranaenses na conjuntura ervateira. **Boletim do Departamento de História,** Curitiba, (21):141-52, 1974.